

Geografia,

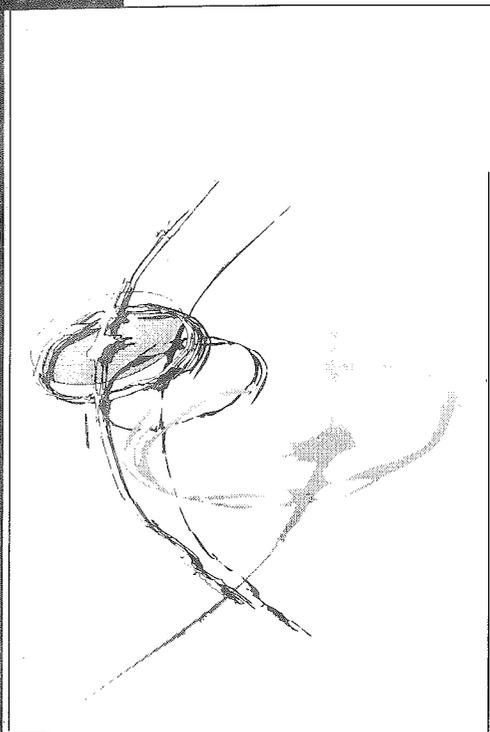
Política e Cidadania

“O Estado, como guardião do desenvolvimento, começa a ver abalada a sua legitimidade, tanto pelo seu caráter regulador no interesse de todos, como pelo seu caráter de referência de uma comunidade de destino, nacional. No lugar da centralidade do poder que esteve, como vimos, na base da constituição dos Estados Territoriais Modernos, se fala cada vez mais de descentralização, de comunidades locais, do lugar. Ao mesmo tempo se fala de Planetarização, Globalização, Mundialização, de Capitalismo Mundial Integrado. Tudo está a indicar que nos encontramos imersos numa enorme tensão de territorialidades e, como não existe territorialidade sem processos e sujeitos que as institui, torna-se necessário que tentemos identificar alguns desses vetores instituintes que estão em curso.”

Carlos Walter Porto Gonçalves

Geografia,

Política e Cidadania



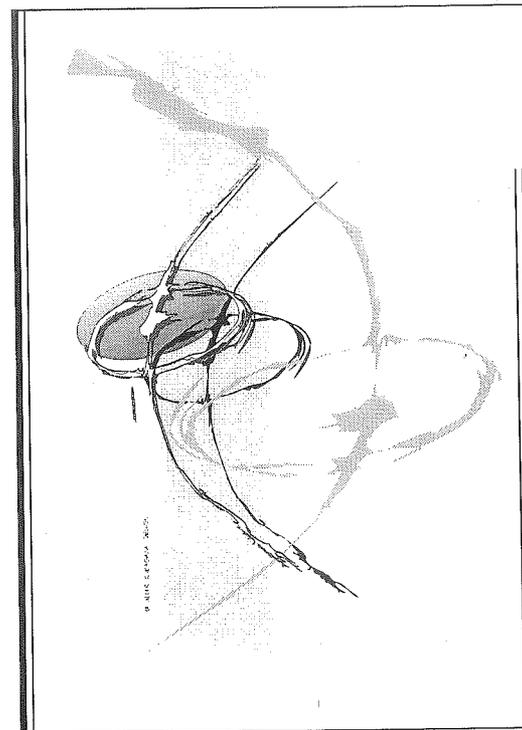
1996

11-12

TERRA
LIVRE

Geografia,

Política e Cidadania



ASSOCIAÇÃO
DOS GEÓGRAFOS
BRASILEIROS



TERRA LIVRE nº 11/12
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Os artigos expressam a opinião do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Diretoria Executiva ou do Editor.

Editor Responsável: Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Revisão dos textos em inglês: Mirian Gutjahr/Tatiana Shor
Revisão dos originais: Carlos Augusto de Amorim Cardoso, Doralice Sátyro Maia, Wagner Costa Ribeiro, Genylton Rocha, Alexandrina Luz, Maria de Fátima Ferreira.
Ilustração da capa: Almir Kubagawa
Editoração Eletrônica: Augusto Gomes

Conselho Editorial

Aldo Paviani, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armem Mamigonian, Aziz Nacib Ab'saber, Beatriz Soares Pontes, Carlos Walter Porto Gonçalves, Gil Sodero de Toledo, Heinz Dieter Heidemann, Horieste Gomes, José Pereira de Queiroz Neto, José Borzachiello da Silva, José Willian Vesentini, Lylian Coltrinari, Manoel Fernandes Gonçalves Seabra, Manoel Correia de Andrade, Maria Lúcia Estrada, Marcia Spyer Resende, Milton Santos, Nelson Rego, Pasquale Petrone, Ruy Moreira, Samuel do Carmo Lima, Silvio Bray e Tomoko Iyda Paganelli.

Diretoria Executiva Nacional

Presidente: Odette Carvalho de Lima Seabra (AGB-São Paulo)

Vice-Presidente: Maria das Neves da Silva (AGB-Recife)

1º Secretário: Alexander Sergio Evaso (AGB-São Paulo)

2º Secretário: Isorlanda Caracristi (AGB-Fortaleza)

1º Tesoureiro: Carlos Roberto de Oliveira (AGB-São Paulo)

2º Tesoureiro: Silvia Regina Mascarin (AGB-Campinas)

Coordenação de Publicações: Zeno Soares Crocetti (AGB-Curitiba)

Carlos Augusto de Amorim Cardoso (AGB-João Pessoa)

Comissão de Apoio às Seções Locais: Alexandre Souza da Rocha (AGB - São Paulo)

Representantes CONFEA/CREA: Tit. - Nelson Garcia Pedroso (AGB-São Paulo)

Supl. - Pedro Guedes Vianna (AGB-Curitiba)

Qualquer correspondência pode ser enviada para:
AGB Nacional (a/c da Coordenação de Publicações)

Caixa Postal 64.525

CEP 05497-970 - São Paulo - SP

Telefone: (011) 818-3758

Copyright © 1992-93 by AGB

SUMÁRIO

- 9 **GEOGRAFIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Carlos Walter Porto Gonçalves
- 77 **ESPAÇO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: Releituras do Território**
Arlete Moysés Rodrigues
- 91 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: MITO OU REALIDADE?**
Alexander Sérgio Evaso, Clayton Bittencourt Junior, Marcio Abondanza Vitiello, Silvia Maria Nogueira e Wagner Costa Ribeiro
- 103 **POLÍTICA URBANA NO BRASIL, ENSAIO DE UM BALANÇO E DE PERSPECTIVAS**
Fany Davidovich
- 119 **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA REVISITADA**
Sérgio Manoel Martins
- 135 **OS DILEMAS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**
Zilda Márcia Gricoli Iokoi

- 153 REFORMA AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO
NO CAMPO
Bernardo Mançano Fernandes
- 177 ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO
DO GEÓGRAFO-EDUCADOR
Genylton Odilon Rêgo da Rocha
- 189 LICENCIANDOS DE GEOGRAFIA
E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE
O "SER PROFESSOR"
Nídia Nacib Pontuschka
- 209 O NOVO PAPEL DA ESCOLA E DO
ENSINO DA GEOGRAFIA NA ÉPOCA DA
TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL
José William Vesentini
- 225 INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: OS
GRUPOS, OS ESPAÇOS, OS TEMPOS
Tomoko Iyda Paganelli
- 237 DO LUGAR AO MUNDO OU O
MUNDO NO LUGAR?
Wagner Costa Ribeiro
- 243 PROBLEMAS SOCIAIS DA ESCOLA
E A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE
GEOGRAFIA
Antonio Carlos Pinheiro e Silvia Regina Mascarin
- NOTAS
- 265 A CONTROVÉRSIA MODERNIDADE x
PÓS-MODERNIDADE
Armando Corrêa da Silva
- 269 CONTEXTOS E CIRCUNSTÂNCIAS:
PRINCÍPIO ATIVO DAS CATEGORIAS
Paulo Roberto de Oliveira Rosa

APRESENTAÇÃO

No décimo ano de seu aniversário, a Revista Terra Livre já é reconhecida como um importante veículo de divulgação da Geografia brasileira. Este fato incontestemente qualifica a Terra Livre para seguir em frente com as discussões temáticas sobre a geografia política, as questões ambientais, as reflexões sobre os problemas agrários e o ensino.

Nestes dez anos, uma lista infundável de dificuldades para quem se propõe editar o conhecimento no Brasil preencheria umas boas páginas, mas seria extremamente desgastante. Porém, como nem a Geografia, nem a Terra Livre estão fora das determinações que negam financiamento à produção do conhecimento científico, é necessário ir além dessas simulações e colocar concretamente que estas regras - que criam territorialidades, espaços, e que não são claras -, vão sendo analisadas em seus reflexos sociais por cientistas, professores, técnicos e estudantes que nos dão as fontes e os fatos que fundamentam estas desigualdades. Isto dá vida a esta Terra Livre e à AGB.

Terra Livre vem publicando temas da Geografia Brasileira. Contudo, se estes volumes não, apresentam um único tema deve-se ao fato de que com os artigos que chegaram à nossas mãos foi possível reunir três conjuntos temáticos. Deste modo, o compromisso editorial assumido por esta Coordenação se concretiza com base neles e com a publicação de dois volumes da Revista em uma só. Desta forma acreditamos que se mantém a idéia de uma construção plural da qual a AGB é norteadora e a Revista Terra Livre o veículo de expressão daqueles que fazem da Geografia o seu campo de estudo.

Nestes conjuntos temáticos presentes na Terra Livre estão, no primeiro bloco, os artigos sobre a Geografia política, as problemáticas ambientais e territoriais bem como a discussão conceitual sobre o Desenvolvimento Sustentável por autores reconhecidos nacionalmente e por jovens pesquisadores. Finalizando este bloco, e sendo passagem para o segundo, um ensaio sobre a política urbana no Brasil.

O segundo bloco temático se destaca por sua contemporaneidade: a análise das relações capitalistas de produção no campo, em três artigos que, diferentes em perspectivas e procedimentos analíticos, de geógrafos e historiadores, revelam a concentração de terras e o tipo de política agrária desenvolvida no Estado brasileiro.

O terceiro bloco reserva ao leitor uma gama de reflexões sobre o ensino, a educação e a escola, com trabalhos que analisam a formação, as representações do "ser professor", o papel da escola neste período conturbado de revolução tecnológica, além de propostas de abordagem de conceitos e categorias do discurso geográfico na escola. Artigos de pesquisadores conhecidos da geografia e do ensino brasileiro e de novos autores que desenvolvem pesquisas recentes sobre a problemática.

Procurando inovar, inauguramos um bloco de notas, reflexões rápidas, despreziosas, que colocam temas da moda, temas antigos, mas que tem a pretensão de levantar suspeitas sobre determinados assuntos de interesse da comunidade geográfica em geral.

É com esta constituição que a Revista Terra Livre se reveste de força para o conhecimento científico e a representação social - via AGB - e legitima um conhecimento específico como um dos instituintes das modificações necessárias à sociedade.

Agora só resta ao leitor adentrar nesta complexidade deleitante que é o fazer geográfico brasileiro.

Carlos Augusto de Amorim Cardoso

GEOGRAFIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Carlos Walter Porto Gonçalves¹

I- INTRODUÇÃO

"Minha Pátria é Minha Língua"
Fernando Pessoa

O mundo vem passando nos últimos 30/40 anos por um importante processo de reorganização societária cuja dimensão espacial, geográfica, é parte constitutiva. Este processo pode ser comparado àquele porque passou a sociedade ocidental no Renascimento (século XVI) e durante o Século das Luzes e a consolidação da Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX). As relações entre sociedade e organização espacial, quase sempre objeto de pouca atenção, se revelam nesses momentos particularmente relevantes. Nesses momentos a Geografia tende a deixar de ser um substantivo e se mostrar como verdadeiramente é, ou seja, verbo, entendido como re-presentação da ação de sujeitos sociais. Qualquer sociedade humana institui uma ordem de significações, de normas, regras e valores, enfim institui um *ethos* que dá sentido a si mesma, às suas práticas. Mesmo Marx, tido como um dos materialistas modernos, afirma que o que difere o pior arquiteto de uma abelha é o fato dele imaginar, idealizar, figurar sua obra antes de fazê-la. Enfim, o processo de apropriação da natureza, inerente a qualquer sociedade, não pode ser entendido, como infelizmente vem sendo feito, como um processo exclusivamente material, quase sempre de caráter econômico, como se a apropriação material fosse destituída de sentidos. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica, posto que só se apropria daquilo que tem/faz sentido. O mapa, por exemplo, instrumento tão caro aos geógrafos, é uma forma de re-presentação da realidade, e não a realidade mesma, que, como tal, já se constitui numa forma de apropriação simbólica, condição de sua apropriação material. A construção de sentidos é, necessariamente, um processo social no qual a linguagem, em si mesma re-presentação, tem um

¹ Professor da Universidade Federal Fluminense

papel instituinte de uma dada ordem social. É através da linguagem que os seres humanos se comunicam, se ligam, isto é, criam um mundo, seu-mundo em comum. Há uma evidente relação entre linguagem e comunicação que põe em relevo a dimensão espacial, geográfica, dos processos de organização societária. A escrita, por exemplo, enquanto meio de comunicação, permite a extensão da linguagem para além do contato corpo a corpo. Sem ela praticamente tornava-se impossível a construção dos grandes impérios que a história registra. As identidades coletivas implicam, portanto, um espaço tornado próprio pelos seres que as instituem, enfim, implicam um território. Se é possível estender para outras sociedades o conceito de desenvolvimento, dele retirando o seu caráter moderno produtivista, podemos, então, afirmar que o devir de qualquer sociedade, seu desenvolvimento próprio, se inscreve numa ordem específica de significados, entre os quais o modo como elas marcam a terra, rigorosamente do ponto de vista etimológico, se geo-grafam. Pierre Bourdieu afirma que é da natureza da realidade social a luta permanente para definir o que é a realidade social, daí o seu caráter polissêmico. As marcas, signos, que se atribuem à realidade, entre elas os limites e as fronteiras do espaço/território de que se apropria, mais que serem conhecidas, devem ser reconhecidas por todos como significativas. Propor/impôr significações implica, portanto, relações de poder. Não é, portanto, destituído de razão que os mapas tenham sido durante muito tempo instrumentos exclusivos das classes dominantes, dos seus exércitos, inclusive, mas não só, pelo fato de que a maioria da população não dominava seu código. É que os mapas, em si mesmos, são parte do processo instituinte de uma ordem de significação, são uma forma de ordenar o mundo. Sendo assim, a geografia, enquanto ato de marcar a terra, de se apropriar material/simbolicamente do espaço, é um saber eminentemente ligado ao campo do político e do processo de criação de um magma de significações (Castoriadis, 1982).

Sustentamos nesse trabalho que o conceito de desenvolvimento é central no processo de construção do que se convencionou chamar de Modernidade e que, sem considerá-lo adequadamente, não se pode dar conta da Geografia Política dessa mesma sociedade. A crise porque passa a sociedade contemporânea é, como não poderia deixar de ser, uma crise de seu magma de significações e, nesse sentido, desse seu conceito instituinte. É exatamente no momento em que esse conceito vinha sendo abalado nos seus fundamentos, se mostrando insustentável, que vemos, paradoxalmente, uma tentativa de sua recuperação através do qualificativo de Sustentável adicionado ao de Desenvolvimento, tal como consagrado com a publicação do Relatório Brundtland, NOSSO FUTURO COMUM (Brundtland, 1991), em 1987 sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU.

O próprio fato de o qualificativo de Sustentável aparecer cada vez mais colado ao Desenvolvimento indica mudanças na agenda do debate político. Sabemos que, desde 1972 com a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, a questão ambiental deixou de ser uma questão dos "românticos" hippies e passou a ser efetivamente institucionalizada nos mecanismos governamentais, sobretudo através das instituições supranacionais. Uma das recomendações que saiu dessa Conferência foi exatamente a de que a questão ambiental passasse a constar das agendas das relações internacionais. O governo brasileiro, por exemplo, logo após, em 1973, criou uma Secretaria Especial de Meio Ambiente para se adaptar às novas regras e, sobretudo, para se credenciar à obtenção de recursos financeiros internacionais. Essa iniciativa do governo militar de então viria trazer importantes implicações anos mais tarde quando a sociedade civil brasileira passou a denunciar internacionalmente o descumprimento por parte de nossos governantes dos compromissos assinados com relação à questão ambiental do que, talvez, o caso da BR 364, financiada pelo Banco Mundial, tenha sido o mais emblemático.

Paralelamente aos preparativos dessa 1a. Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, a preocupação com esse tema ganhou um importante reforço como, por exemplo, o que lhe emprestou o famoso Relatório Meadows, OS LIMITES DO CRESCIMENTO (Meadows, 1978), texto que rapidamente ganhou o mundo alertando para o caráter finito dos recursos naturais e os riscos que os diferentes tipos de poluições colocavam para a sobrevivência do planeta e para a humanidade. Não é o caso de retomarmos aqui os limites da análise contida n'Os Limites do Crescimento que já expusemos em outro lugar (Gonçalves, 1985), mas sim de registrar a inflexão no debate acerca do desenvolvimento que este documento encerra. Por um lado pelo fato de se recobrir com a chancela de cientificidade que, sabemos, se constitui no "critério de verdade" (Foucault, 1978) por excelência da sociedade moderna e contemporânea, se configurando, por isso, em um discurso autorizado, poder-se-ia dizer sacralizado (Bourdieu, 1992), ou, ainda, em um discurso competente (Chauí, 1982), ao contrário dos movimentos ditos contraculturais que, sem dúvida, foram os primeiros a levantarem essa questão. Por outro lado, é a primeira vez que um discurso com as prerrogativas de científico e avalizado por uma instituição internacional do porte da ONU afirma abertamente que **há limites para o crescimento**.

Até então acreditava-se que o crescimento econômico, e seu conceito-irmão de desenvolvimento, não tinha limites. Inscreve-se, assim, no debate uma questão que se pretende nova que é a relação sociedade-natureza no que concerne ao desenvolvimento posto que, à direita e à esquerda, acreditava-se que desenvolvimento significava sair da natureza e, mais do que isso, dominá-la,

instrumentalizando-a, reduzindo-a ao estatuto de recurso que, como se sabe, é um meio para se atingir um fim.² O Desenvolvimento revela-se, assim, como um fim em si mesmo, que significa sair/dominar a natureza e, também os homens. São sutis as teias de argumentos que ligam a dominação da natureza à dominação dos homens entre si, bastando lembrar aqui que todos os povos, segmentos, classes ou grupos sociais que são/foram dominados estão assimilados à condição de natureza, posto que a sociedade moderna se institui sancionando a dominação da natureza e, como tal, legítima a dominação dos seres humanos semiotizados como naturais, conforme destacamos em outro contexto (Gonçalves, 1989). Ora se é em torno desses temas - Desenvolvimento, Ciência, Técnica, Dominação da Natureza - que se constitui o "magma de significações" da chamada Modernidade, de fato os anos 60 e 70 indicam um ponto de inflexão/bifurcação no debate sobre o dever da humanidade e, como se diz desde então, da vida no planeta Terra. É como se a idéia de crescimento/desenvolvimento sem limites começasse a se demonstrar insustentável.

A passagem do Desenvolvimento para o Desenvolvimento Sustentável indica, assim, uma mudança não só nas crenças e valores que devem orientar a sociedade como também inscreve, como vimos, novos parâmetros nas relações internacionais.

Pouparemos o leitor de reproduzir o sem-número de dados estatísticos arrolados para se demonstrar cientificamente a finitude dos recursos naturais ou os perigos que nos rondam com as emissões de CO₂, raios ultravioleta, CFCs, solos perdidos, espécies extintas e, mais recentemente, o perigo que a pobreza trás para o equilíbrio do planeta. Registremos somente que é em torno da problemática sociedade-natureza, ou como a partir de então começa cada vez mais a ser chamada, da questão ambiental, que o qualificativo de sustentável começa a ser associado ao de desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento apresenta uma íntima relação com a Geografia Política. Antes de mais nada, desenvolvimento pressupõe crescimento, até porque desenvolver-se significa *des-envolver*, o que implica abrir/quebrar/romper o que está envolvido³. Fortemente influenciada pela herança cristã que permeia o pensamento ocidental, a idéia de (des)envolvimento se reveste de uma pretensão universalista e, nesse sentido, pretende redimir (salvar) os povos

² Essa visão instrumental de mundo não se restringe à idéia de Recursos Naturais e revela toda a sua ambigüidade quando vemos que, também, se fala de Recursos Humanos e, assim, o Homem também aparece como um meio para se atingir um fim: o desenvolvimento.

³ É interessante observar que em diferentes línguas (inglês, espanhol, francês, italiano e português) desenvolver tem exatamente o sentido de retirar do invólucro, do envelope, de algo que está arrolhado, envelopado.

através da sua conversão aos padrões de desenvolvimento europeus. Diferentemente da idéia biológica de desenvolvimento que diz respeito ao metabolismo interno do ser vivo, cujo embrião/semente já trás em si mesmo as suas fases de crescimento/desenvolvimento na sua especificidade, na sua diferença, o conceito antropológico de desenvolvimento, tecido na Modernidade, se pretende universal. Os demais povos não-europeus passaram a ser vistos como selvagens, quer dizer, da selva, isto é, da natureza, e, por isso, deviam ser civilizados, para aceder à cultura, eis um dos vetores em torno do que serão engendradas as relações entre classes/povos/regiões/Estados. Sendo assim, desenvolvimento implica que alguma força propulsora, portadora da chave modernizadora universal, o colonialismo e o imperialismo europeus, faça com que outros povos saiam da selvageria ou da barbárie (outro termo que os reduz ao campo da natureza, posto que bárbaro, segundo Lévi Strauss, designa o canto desarticulado das aves, pois era assim que os romanos entendiam a fala dos outros, ou melhor, dos não-romanos) para a civilização.

Isso implica, evidentemente, uma determinada forma de se apropriar da natureza, do espaço, do tempo, enfim de atribuir lugar às coisas, sejam elas do reino da natureza ou dos homens. Há uma Geografia Política que emana, que é co-instituinte, desses pressupostos configurada nas relações Metrópole e Colônia, numa relação do tipo Centro-Periferia, na configuração de um mundo que a partir do Renascimento não cessará de, cada vez mais, se tornar um mundo contraditoriamente unificado.

Tais idéias não ganharam os quatro cantos do mundo sem uma infraestrutura material que transportassem seus portadores. O Mercantilismo, o dinheiro, se encarregou de ser o móvel material que as transportou inicialmente para todo o mundo. Assim a Cruz e o Dinheiro, cada um com motivações próprias, mas irmanados pela idéia de civilizar os que se achavam no estado de natureza, se encarregaram de fazer as marcas (grafias) na terra (geo), geografando o planeta. Como a Cruz e o Dinheiro não podiam por si sós convencer os demais povos dessa superioridade autoproclamada da cultura européia, o recurso militar se tornava necessário. Estava, pois, estabelecida a Tríade - a Cruz, a Espada e o Dinheiro -sob a qual seria erguida a Geografia Política do Mundo Moderno a partir do Renascimento.

A partir da Ilustração e, associado a ela, da Revolução Industrial, o elemento religioso dessa tríade ficará subsumido na crença da capacidade redentora da ciência e da técnica. O tempo abstrato, independente da chuva e do sol, dos dias e das noites e dos diferentes seres vivos que povoam a Physis, expresso no relógio, e que pela primeira vez havia sido estabelecido pela Igreja ainda na Idade Média com as Horas Canônicas, para que os fiéis rezassem ao mesmo tempo (Mumford, 1979 e Gonçalves, 1989), será incorporado pela

Ciência Moderna e estará presente nas máquinas a vapor. Controlada a energia, de início o carvão, estava aberto o caminho para uma transformação da matéria jamais vista na História da Humanidade. Garantir o acesso aos recursos naturais, às matérias primas de interesse industrial, será a nova tarefa dos exércitos sendo eles mesmos, pela demanda de uniformes e armamentos, uma força propulsora do desenvolvimento industrial. O século XIX, o da Geografia da Pax Britânica, será ao seu final prenunciador de guerras pelo controle de matérias primas e energia, fundamentais ao estilo de desenvolvimento que havia conquistado corações e mentes das chamadas sociedades modernas.

Se a idéia de desenvolvimento na biologia, como vimos, é própria a cada ser vivo e, portanto, interna, no sentido sócio-econômico-cultural, ao contrário, implicava necessariamente a dimensão espacial posto que vem de fora, era externa, ao ser que haveria de ser des-envolvido. F. Ratzel como bom zoólogo dos fins do século XIX que era, se encarregará de fazer essa ponte assimilando o Estado a um ser vivo. Ratzel vai fundamentar-se em Darwin, cujas teorias se tornaram referência obrigatória como parâmetro de cientificidade, para estabelecer uma nova lei da evolução, não de um ser vivo qualquer, mas dos Estados. Ratzel sistematizará argumentos tomados no campo das ciências naturais, naturalizando as necessidades da nascente indústria alemã, e já pujante pelo seu caráter centralizado pelo Estado, e que carecia de um espaço vital para o seu desenvolvimento.

Apesar de zoólogo, Ratzel ficará para a História como um dos principais teóricos da Geografia pelo fato de ter formulado, com o que à época se considerava científico, novas formas de apropriação do espaço por parte do Estado. É a primeira sistematização teórica sobre a relação Território-Estado que, conforme veremos adiante, já vinha sendo praticada desde o século XVI. O Estado-Nação dispunha, agora, de uma teoria geográfica para explicar o seu desenvolvimento. Uma teoria como essa encontra na Alemanha um terreno extremamente fértil para sua difusão, não só por corresponder ao expansionismo da indústria alemã mas, também, pelo fato de se prestar para afirmar o nacionalismo do Primeiro Reich iniciado com Bismarck. É sabido como a partir de meados do século XIX, o nacionalismo se recobre do caráter de uma verdadeira religião moderna. Com Ratzel o caráter político do espaço está fundamentado na natureza, e, por isso, pode ser lido como livre da subjetividade dos homens, como prega o bom positivismo. As guerras são, portanto, fenômenos naturais, fruto da evolução natural dos Estados em busca de seu espaço vital, isto é, das matérias e energias necessárias ao seu pleno desenvolvimento. **O espaço vital pode ser entendido aqui como aquele espaço necessário para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do Estado Nacional.** Essa interpretação talvez nos abra uma importante brecha para entendermos a nova

configuração do conceito de Desenvolvimento Sustentável que hoje vem sendo posta em debate, conforme veremos mais adiante.

São esses fundamentos, que começam a ser questionados a partir das décadas de 60 e 70, que nos inspiram neste ensaio sobre Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. Para tentar elucidar tal relação procuraremos, num primeiro momento, demonstrar o caráter eminentemente político inerente ao estudo do espaço, através das categorias de território e comunidade política e, particularmente no caso da Geografia, suas íntimas relações com a instituição do Estado Nacional. Tal reflexão se torna essencial, do nosso ponto de vista, na medida que o Estado Territorial Moderno, e a Ordem de Westfallia (século XVII) que consagra os direitos de soberania, não só contribuiu para instituir a Geografia como saber como esta contribuiu para instituí-lo.

Em seguida procuraremos dar conta dos diferentes vetores que põem em xeque os fundamentos da ordem societária, para o que a questão ambiental se constitui num elemento-chave para a sua compreensão. Sustentaremos nesse capítulo a tese de que se constrói nesse momento uma tentativa de estabelecimento de uma nova "comunidade imaginada", de uma nova comunidade de destino, não mais fundada no Estado-Nação e, sim, no Planeta Terra. Daí, a nosso ver, a questão ambiental se constitui num atrator de diferentes vetores e que subjacente a essa nebulosa se ensaia uma nova organização societária.

Adiante passaremos a analisar as condições de possibilidade de afirmação do chamado Desenvolvimento Sustentável no contexto de reorganização societária em curso. À guisa não de conclusão, mas sim de tentar qualificar o debate, procuraremos apontar alguns caminhos que, talvez, possam ajudar a compreender os desdobramentos futuros dessa ordem societária e das suas contradições para superar esses dois flagelos intimamente interligados, quais sejam, a injustiça social e a dilapidação dos recursos naturais do planeta.

II- GEOGRAFIA E POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DO MUNDO MODERNO

Há um verdadeiro consenso de que vivemos uma crise de valores/paradigmas que vão muito além de uma crise econômica. Aliás, a própria percepção de que a crise que vivemos vai além de uma crise econômica é, em si mesma, reveladora da crise de paradigmas, haja vista ser essa percepção econômica que comandava os esquemas explicativos, seja numa perspectiva liberal, seja numa certa perspectiva marxista⁴.

⁴ Aqui é importante desideologizar o debate em torno do marxismo cujos detratores procuram assimilar as abordagens que se fazem com base nele de economicistas. A

Entre os geógrafos David Harvey nos brindou, com o seu excelente *A Condição Pós-Moderna* (Harvey, 1992), com uma fina análise de como, a partir do Renascimento, começa a se instituir um novo "magma de significações", de construção de sentidos, que comandará o chamado Mundo Moderno e Contemporâneo. As concepções de Espaço e Tempo, de Homem e Natureza que, a partir de então, começam a se tornar hegemônicas são exatamente as que hoje encontram dificuldades para dar conta do mundo. Daí a crise de referências instituintes, já que o instituído é parte do problema e não da sua superação.

No bojo dessa tradição Ocidental as categorias de Tempo e, com ela a História, foram objeto de acuradas análises e a categoria de Espaço e, com ela a Geografia, tratado como categoria menor. Coube a E. Soja destacar esse lado do pensamento ocidental com uma aguda crítica do historicismo, sem cair nas armadilhas dessa mesma tradição de dicotomizar Espaço e Tempo. Tanto é assim que a sua crítica ao historicismo não resvala para um espacismo, isto é, para uma valorização do Espaço destituído de historicidade. Esta, talvez, seja a principal contribuição da sua obra *Geografias Pós-Modernas* (Soja, 1993).

Um dos aspectos mais instigantes dessa crise é a própria reorganização da divisão do trabalho científico que, por sua vez, se manifesta através das preocupações, cada vez maiores, com abordagens integrativas, inter-trans-multi-ou-a-disciplinares. É que quando recortamos um objeto de estudo, demarcando um território do real, o que estamos criando são as pré-condições para uma apropriação da realidade. É como se fôssemos proprietários exclusivos daquela faixa de terreno do real, quase sempre sem o dizer. Toda ciência se constituiu dessa forma, procurando criar uma linguagem que, ao mesmo tempo que é constituída, conforma a comunidade que a cria. Esse código de linguagem, o conjunto de conceitos e teorias criados por um campo específico de conhecimentos, mantém uma relação tensa e contraditória com a realidade externa, tanto aos outros campos científicos propriamente ditos, como com os outros campos constitutivos do real-social de onde emana e que, em última instância, o criou. Toda comunidade científica ocupa um espaço da re-presentação do real, tal como uma tribo que ocupa um determinado território e constrói uma linguagem própria, um sistema próprio de criação de sentidos que, a princípio, está interdito aos estranhos, sejam eles cientistas de outros campos ou, mais ainda, aos não-cientistas.

Esse modo de conceber o real e de instituir campos/comunidades específicas de conhecimento, característico do mundo Moderno e Contemporâneo, vem sendo abalado nas suas certezas. A dicotomia Sujeito-

Escola de Frankfurt, o Marxismo Analítico norte-americano e diferentes marxistas ingleses como E. Thompson, Perry Anderson e Eric Hobsbawm são bons exemplos de abordagens marxistas não-economicistas.

Objeto, um dos seus pilares, foi posta em suspenso ali mesmo onde parecia ter um ancoradouro seguro, isto é, na Física, onde cada vez mais se acredita que o sujeito cognoscente, o pesquisador, interfere no objeto e, destaque-se, não somente pelas ideologias que porventura o pesquisador possua. Enfim, é como se estivéssemos entrando numa era onde não podemos falar de um objeto sem que explicitemos de qual ponto de vista, de que lugar, ele está sendo analisado.

Destaquemos ainda que a constituição de uma comunidade científica, e no interior dela de diversas comunidades específicas, faz parte de um processo de organização societária, onde se definem os lugares de cada segmento, grupo ou classe social. Na instituição do "magma de significações imaginárias" da chamada sociedade Moderna, a comunidade científica é investida de uma autoridade que faz com que a fala dos seus membros *con-sagre* a realidade, isto é, tenha um poder instituinte muito maior do que outras falas. Estamos, pois, muito longe de um certo tipo de perspectivismo, que nivela todas as falas, todos os pontos de vista, como se todos eles tivessem o mesmo poder de instituir o que é e o que não é o real, como se estivéssemos num espaço-tempo isomórfico.

Como o Espaço e o Tempo não são variáveis exógenas ao fazer histórico e geográfico, daí decorre que os lugares não estão dados a priori, mas sim construídos/instituídos no terreno movediço das lutas sociais, que são também lutas por atribuição de sentidos⁵. Pierre Bourdieu, em quem nos apoiamos nessa tese, é um desses pensadores bem típicos do momento que vivemos, de transgressões dos territórios soberanos do conhecimento, pois muito contribuiu para a reflexão da Geografia, até mesmo quando diz que a sociologia é uma espécie de "topologia social"⁶.

⁵ Aqui é preciso romper com uma certa tradição leninista que põe o acento da constituição das classes sociais ao nível do "lugar que o indivíduo ocupa no processo de produção". Esta formulação tem permitido uma leitura fortemente economicista da conformação das classes sociais. Concordando em parte com Lenin, gostaríamos de reter essa metáfora do LUGAR que ele usa indicando, no entanto, que esse lugar que os indivíduos ocupam na ordem social não é dado a priori e sim tecido nas próprias relações sociais que instituem os lugares. Sendo assim o termo forte na expressão lutas de classes não é CLASSES e sim LUTAS. No entanto, esse deslocamento implica abandonar, também, qualquer perspectiva racionalista do comportamento das classes, posto que sobre as Lutas não é possível estabelecer-se leis gerais, na medida que nelas está inscrito o contingente, as estratégias e táticas não conhecidas, a priori, pelas partes envolvidas. O privilégio dado à classe permite que se faça, na verdade, uma classificação, aquilo que Pierre Bourdieu chamou de classe no papel, com comportamentos racionalizados que, no fundo, autoriza práticas políticas de forte conteúdo dogmático.

⁶ Poder-se-ia replicar que Pierre Bourdieu não tem em mente o espaço geográfico quando usa essa imagem de "topologia social". Concedamos. Mas quem, com certeza absoluta, diria o que é o espaço geográfico num momento como esse em que as categorias de Espaço, Tempo, Homem e Natureza estão sendo repensadas o que, no mínimo, exige de cada um de nós repensar os seus lugares e o lugar do seu objeto de estudo na nova geografia do conhecimento, isto é, no novo mapa de significações que ora está sendo gestado?

As reflexões acima expostas sobre a natureza sócio-histórica do conhecimento se faz necessária na medida que uma análise geográfico-política não deve escamotear o próprio sentido político que a tornou historicamente possível. Chega mesmo a ser surpreendente que os geógrafos deixem de lado o fato extremamente pleno de significações, qual seja, de que a palavra geógrafo tenha sido criada em 1537, assim como palavras tão caras ao léxico geográfico, tais como, **Território** e **Região**, por exemplo, sejam dos séculos XV e XVI. Sabemos que as palavras, como signos que são, procuram dar sentido, isto é, criar significados e, assim, é extremamente relevante que as consideremos na sua historicidade (Wittgenstein).

É preciso que reconheçamos que os homens não se relacionam entre si e com a natureza diretamente, como pretende um certo tipo de empirismo de inspiração positivista. Como já indicara Karl Yung, o homem é um animal simbólico e, nesse sentido, suas relações entre si e com a natureza são mediadas pelos significados que cria e que comandam suas práticas. Não há, como vimos, apropriação material que não seja, ao mesmo tempo, simbólica, posto que só se apropria daquilo que tem/faz sentido, insistimos. E a criação de sentidos constitui-se no cerne das comunidades humanas, nos seus *ethos* específicos, de onde provém as suas dimensões éticas. Daí podermos trabalhar com a idéia de que geógrafo, geografia, território e região, por serem palavras/práticas inventadas no contexto do Renascimento são, ao mesmo tempo, instituintes do magma de significações que faz parte da organização societária que a partir daquele momento se põe em curso.

Como se pode depreender do exposto, a Geografia não é instituída pelos geógrafos e sim por uma determinada sociedade, num contexto histórico-geográfico específico, ao instituir-se enquanto tal. O mesmo, evidentemente, pode ser dito da constituição de outros campos/comunidades científicas. Não queremos com isso dizer que a constituição de uma determinada comunidade científica, de um determinado campo de conhecimento, não tenha uma determinada autonomia face as condições de sua criação. O que queremos ressaltar é, sobretudo, esse vínculo, quase nunca explicitado, entre a constituição de um campo/comunidade científico e a realidade social que o institui e que ao fazê-lo, institui-se enquanto sociedade ao dar sentido às suas criações. Nesse sentido, podemos afirmar que a sociedade européia, no Renascimento, se reorganizava e, nesse processo de reorganização societário, a dimensão espacial se inscreveu no cerne de seu magma de significações.

O saber geográfico é, desse modo, instituído e instituinte do chamado mundo Moderno e Contemporâneo. Mais surpreendente ainda é o fato de não considerarmos que Geografia significa, rigorosamente do ponto de vista etimológico, **grafar a terra**. Era disso que se tratava na passagem da Idade

Média para a Idade Moderna, no Renascimento, de constituir novas **marcas na terra**, de constituir os limites das novas comunidades de destino humanos, de delimitar os espaços, isto é, de constituir territórios.

Tudo isso pareceu natural e só muito recentemente, com a crise porque estamos passando, é que podemos nos dar conta da historicidade dessas configurações sócio-geográficas. Acreditamos que estamos imersos hoje numa nova tensão de territorialidades e, se é correta a formulação de E. Soja, que toda sociedade ao instituir-se institui, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, sua configuração geográfica, estamos imersos num processo análogo àquele do Renascimento. *Vivia-se, e vive-se, uma tensão de territorialidades, o que nos leva à necessidade de dessubstancializar, desnaturalizar, o conceito de território e percebermos que subjacente a ele há uma territorialidade instituindo-se, quer dizer, há um processo de territorialização.* Como a sociedade da Idade Média, como a de hoje, era uma sociedade hierarquizada, assimétrica, heterônoma, isso nos remete à questão de que os diferentes segmentos dessa sociedade não participam da mesma forma desses processos instituintes.

A palavra geógrafo, como vimos, aparece pela primeira vez em língua francesa e portuguesa em 1537 (Dainville, 1964 e Cunha, 1982) e designa, do século XVI ao XVIII, aqueles que constroem mapas e, às vezes, os comentam. São os chamados geógrafos do Rei. É ainda Dainville quem nos informa que *"juntamente com eles, também outros que desenham mapas ou constroem plantas são chamados geógrafos. Os engenheiros militares que são chamados engenheiros e Geógrafos Ordinários do Rei (...) Engenheiro-geógrafo é também a qualificação dos topógrafos civis que sob a direção de Cassini trabalham a Carta Geral do Reino. Também geógrafos são chamados os agrimensores que constroem os mapas cadastrais do domínio das zonas de caça do Rei"*.

Como se vê a Geografia se acha intimamente ligada à reorganização societária posta em curso pela Monarquia e faz parte daquilo que Max Weber (Weber, 1974) viria denominar de um segmento burocrático racionalizante que é instituinte do Estado Territorial Moderno. É nesse momento, e a partir dessas necessidades políticas, que uma série de problemas técnicos se apresentam.

A re-presentação da terra, por exemplo, é revolucionada pelo mercador Gustav Krammer, e que consagrou a Projeção Mercator, o que por si só indica, as implicações da Burguesia Mercantil nesse processo de instituição societária. É também de 1537 a palavra Geometria (Cunha, 1982) e, também, desse período a revolução na Perspectiva com sua pretensão matemático-objetivista de re-presentar o real não subjetivamente, assim se passa a dizer, como se fazia com as imagens da Idade Média, onde um castelo ou um Senhor eram re-presentados com tamanhos desproporcionalmente maiores.

matematicamente falando, do que as choupanas dos seus servos. Todas essas formas de re-presentation do espaço fazem parte do processo de sua apropriação material, dão sentido a uma nova forma de apropriação do espaço a partir da perspectiva, rigorosamente falando, do ponto de vista de seus sujeitos instituintes, a saber, da Monarquia e da Burguesia Mercantil.

Tratava-se, sobretudo, da definição dos limites espaciais do poder do Estado sob o controle das Monarquias que os centralizava. O mosaico geográfico de feudos começa, através das alianças (casamentos) políticas ou das guerras, a ser reconfigurado, reconfigurando o mapa político da Europa. A contigüidade geográfica coloca-se como uma condição essencial para que os Reis, além de reinarem, governassem. Era uma das primeiras condições de governabilidade nas condições de comunicações e transportes da época. Maquiavel, em *O Príncipe*, foi o primeiro grande pensador moderno a dar conta dessa problemática. Sua visão pragmática do poder chega a ser chocante, sobretudo quando tomada a partir dos parâmetros dos filósofos políticos do século XVIII, como Hobbes, Locke ou Montesquieu.

Não foi tranqüilo esse processo de constituição dos Estados Territoriais Modernos, até porque eram multifacetadas, local e regionalmente, as fontes de poder. Sua centralização no Príncipe, para usarmos a expressão política de Maquiavel, ou no soberano, para usarmos a expressão cara a Bodin, considerado por muitos como o teórico da soberania, foi uma verdadeira obra de engenharia política que ganhou facetas específicas nos diferentes Estados que se desenhavam, mas que culminou tendo um saldo líquido caracterizado por um poder centralizado, fruto do que poderíamos chamar de um pacto de elites, para usarmos uma expressão dos cientistas sociais brasileiros, que reconhecia no Estado o soberano, isto é, a legitimidade para a comandar os seus destinos e esse seu deve ser entendido, também, como indicativo do domínio de um determinado território de que se apropriou.

O estabelecimento de sistemas unificados de pesos e medidas, incluindo entre esses a moeda, mexia com as práticas culturais mais fundas dos diferentes povos e comunidades que constituíam-se em miríades no interior das fronteiras das diferentes formações estatais. A própria língua com que se escreviam as normas e os sistemas de pesos e medidas permitia àqueles que as dominasse passassem a ter um maior poder (Raffestin, 1980). Não foram poucas as revoltas camponesas, às "jacqueries", contra os impostos e taxações que o pacto entre as elites reconhecia como legítimo, a ponto da palavra imposto ter sido subjetivamente incorporada como natural. Várias formações culturais desapareceram sob a ação unificadora executada a partir do Estado sem o que o mercantilismo não teria se expandido. Visto por esse ângulo, não foi o colonialismo simplesmente que destruiu diferentes povos e culturas pelo mundo

afora. Na verdade a anulação das diferenças estava inscrita no próprio processo de formação dos Estados Territoriais Modernos e o colonialismo foi simplesmente o desdobramento dessa forma pelos espaços não-europeus.

Rosa Luxemburgo (Luxemburgo, 1974), certa vez, afirmou que se se perguntasse a um camponês da Idade Média o que era economia, ele daria de ombros sem saber o significado dessa expressão e continuaria a produzir, distribuir, circular, consumir e pagar seus tributos, isto é, fazer tudo aquilo que os economistas estudam, sem que soubesse, no entanto, o que era a economia. Ela nos diz ainda que a economia só se constitui como um saber específico a partir do momento que os homens, socialmente, perderam o controle da economia. Quando os homens passaram a levar a sua produção ao mercado e o reconhecimento desse às suas pretensões começaram a escapar às determinações de todos e de cada um. Creio que o mesmo tenha acontecido com o espaço. O Renascimento marca o início de uma nova forma de organização societária em que, com a centralização do poder político nas Monarquias Centralizadas, o poder local e os homens no seu espaço de vida cotidiano, os servos/camponeses em primeiro lugar, mas, também, um bom número de Senhores, e, nesses casos a questão regional ganha relevância, perdem o poder de determinar a sua organização espacial. É dessa forma que podemos melhor perceber que o processo de reorganização societária que emerge a partir do Renascimento foi, concomitantemente, um processo de reorganização espacial em que o geógrafo é, não só, um protagonista dessa reorganização, como, também, ele mesmo, parte do processo de reorganização societária enquanto uma comunidade específica que, naquele contexto, ganha sentido.

ESTADO TERRITORIAL MODERNO E ESTADO NACIONAL: a geografia política do desenvolvimento do mundo contemporâneo

Desgraçadamente para pensar o Estado tomou-se o que era o resultado de uma resolução específica de uma situação específica como um modelo destituído de historicidade, e isto, sem dúvida, está por trás desse *imbroglio* teórico em que nos encontramos. Maquiavel já havia nos alertado que a glória na política se faz nas circunstâncias do aqui e agora e não segundo sistemas doutrinários, muito embora possamos dizer que se faz, também, impregnada pelo "espírito da época", para ficarmos com a expressão de Hegel.

O Tratado de Westfália, no século XVII, veio consagrar não um direito inter-nacional, como se costuma dizer, mas sim um direito inter-estatal e, com ele, o princípio de soberania do Estado Territorial Moderno, e que está

subjacente ao direito internacional em crise na atualidade. Registre-se o fato que mesmo os Exércitos até o século XIX eram constituídos basicamente por mercenários de diferentes nacionalidades, como nos informa Thonson, o que indica que foram constituídos para garantir a integridade físico territorial dos Estados e não das nações. Eram Exércitos estatais que, nos *fronts*, defendiam as fronteiras territoriais e não Exércitos Nacionais. Afinal, os Estados com suas configurações territoriais de poder, exatamente por isso, se constituíram em invólucros espaciais de onde emanaram tensões e conflitos, identidade de contrários, constitutivas, sobretudo após o século XIX, dos chamados Estados Nacionais.

Os diferentes pactos que ensejaram a constituição dos diferentes Estados Territoriais Modernos, e o pacto de Westfália estabelecido entre eles, se fizeram antes da configuração daquilo que no século XIX viria a ser chamado de sociedade civil e que emerge a partir da Ilustração, para alguns Iluminismo, e, sobretudo, a partir dos eventos revolucionários na Inglaterra (Cromwell-1688), França (1789), Estados Unidos (1776), no Manifesto Comunista (1848) e na Comuna de Paris (1871).

A idéia de que os homens são iguais perante a lei fez ruir as teias de reprodução social das sociedades medievais, fundadas em relações e lealdades pessoais, da supremacia da escala local, do espaço vivido. As relações mercantis, que não cessavam de se imiscuir nos interstícios das sociedades sobretudo européias, pressupõem determinados valores, regras e normas, entre as quais a **igualdade de direitos** entre as partes contratantes, portanto, direitos **universais** e, conseqüentemente, **impessoais**.

A Burguesia Mercantil que, desde a Idade Média, teve que lutar para ter o direito de ir e vir e de livre comércio, por exemplo, foi, sem dúvida, protagonista central dessa revolução nos valores e no direito. É exatamente o reconhecimento dessas lutas empreendidas pelos **communards**, isto é, pelos habitantes dos burgos, das **comunas**, sobretudo os comerciantes, que levou a que Marx e Engels escrevessem o Manifesto Comunista em 1848, onde procuram se apropriar daquela herança dos **communards**, por liberdade e justiça que, acreditavam eles, a Burguesia não estava mais em condições de protagonizar em face da sua nova condição de classe dominante e, portanto, mais interessada no instituído, numa correlação de forças que lhe era favorável, do que no processo instituinte de novos direitos.

A Revolução Industrial trouxe consigo uma profunda Revolução Geográfica. O êxodo rural era mais do que um simples deslocamento espacial da população e, sim, a expressão de um profundo processo de transformação das relações sociais, posto que se tratava de proletarização dos antigos camponeses. A livre mobilidade do trabalhador, já havia percebido Adam Smith,

era fundamental para a plena acumulação do capital. Se o capital é, como o entende Marx, não simplesmente dinheiro, mas sim uma relação social que permite que o dinheiro se valorize através do trabalho assalariado, de fato, a livre mobilidade do capital pressupõe a livre mobilidade do trabalhador e, assim, a destruição de toda forma de organização social fundada no apego à terra, em vínculos estáveis do homem com a natureza, tal como, por exemplo, sob o feudalismo, onde o servo estava preso à terra (era servo da gleba). Retornaremos a esse tema mais adiante. Por enquanto retenhamos o significado, verdadeiramente desestabilizador, da idéia de igualdade dos homens, tecidas ao longo da História pela Burguesia, no contexto das cidades industriais européias do século XIX. É como se novos atores entrassem na cena política reivindicando direitos, outros direitos. É nesse contexto conturbado, tornado ainda mais complexo pelas migrações internacionais intensas, que a Burguesia, temendo a onda revolucionária das chamadas "classes perigosas", dará uma resposta **nacionalista** ao movimento operário que desfraldava bandeiras **internacionalistas**.

Deste modo, a redução da jornada de trabalho, o direito de livre associação aos trabalhadores, as leis restritivas ao trabalho do menor e da mulher, o direito de voto aos trabalhadores constitui parte de toda uma gama de direitos sociais, civis e individuais que serão mais ou menos implantados de acordo com a correlação de forças no interior das fronteiras de cada Estado. Pode-se, deste modo, dizer que o Estado **Territorial Moderno** só se transformou em Estado **Nacional** no século XIX, exatamente na medida que o Estado incorporou demandas da sociedade civil que, àquela época, teve entre as camadas proletárias um protagonista central.

Essa passagem do Estado **Territorial Moderno** para o que viria ficar consagrado como Estado **Nacional**, é importante frisar, se fez através da mediação das políticas sociais num processo onde o nível de organização e mobilização social e política, sobretudo das camadas proletárias, adquiriu um grande vigor ao longo do século XIX. Assinale-se que no início do século XIX o aparelho estatal não dispunha de sistemas educacionais ou de saúde que estivessem voltados à grande massa de trabalhadores⁷.

É desse modo que podemos entender a emergência de sistemas ideacionais fundados na idéia de Nação, do qual as ideologias nacionalistas são

⁷ Como demonstrou Michel Foucault, as instituições hospitalares estavam, até o século XIX, voltadas para garantir uma boa morte, tal como na Idade Média, e não para garantir a sobrevivência do doente, como vai passar a se dar com o advento do capitalismo e sua necessidade de reprodução da força de trabalho, que, por sua vez, vai ensejar todo um tipo de medicina, do qual a alopatia, com todas as suas implicações, é uma boa expressão.

apenas uma parte. Assim como a vaga de trabalhadores que se transferiram do campo para a cidade não assimilava espontaneamente a idéia de que deveriam vender a sua força de trabalho, o que para eles tinha o mesmo sentido que um logaritmo amarelo, tampouco partilhavam uma mesma comunidade de destino nacional. Mazzini, um ideólogo contemporâneo do nascimento do Estado italiano, chegou a declarar “*acabamos de criar a Italia, precisamos, agora, criar os italianos*” (Hobsbawn, 1988). Só para que tenhamos uma idéia mais precisa desse importante processo, lembremos, com Eric Hobsbawn, que à época da unificação da Itália, somente 2.5% das pessoas que habitavam o território do Estado italiano falavam italiano.

A disciplinarização dessa massa de trabalhadores, para ficarmos com a expressão de M. Foucault, para que viesse a se constituir uma nova comunidade de destino, uma nova comunidade imaginada, foi o resultado de tensas lutas de classes onde, ao mesmo tempo, que identidades de classes foram produzidas, constituíram-se, também, identidades de contrários, entre elas, indiscutivelmente, o Estado Nacional. Desse modo, o Estado Nacional mais do que uma comunidade homogênea, como querem os estatocratas e os nacionalistas, é um todo contraditoriamente estruturado.

O que se pode depreender da análise precedente é que, pouco a pouco, o poder soberano foi se deslocando do Estado para a sociedade civil, ou melhor, à medida que a sociedade civil foi se desenvolvendo, seu papel instituinte foi ganhando relevo. É como se o conceito de soberania fosse se deslocando do Estado para a sociedade civil (“*Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido*”).

O século XX, sobretudo nas suas primeiras duas décadas, via essas tendências ganharem reforço. De um lado (1) pelas iniciativas de Henry Ford que, com suas linhas de montagem serializadas, vislumbrou uma perspectiva do que mais tarde viria a ser conhecido como sociedade de consumo de massa. O Fordismo tinha um pé no aumento da produtividade e outro em políticas de controle social capazes de induzir o consumo⁸. Podemos imaginar como com os novos meios de comunicação que viriam, sobretudo, a partir dos anos 30, com o rádio e, com a massificação da televisão, a partir dos anos 50, os princípios fordistas se generalizariam. Por outro lado (2), a Revolução de 1917, na Rússia com a constituição da URSS, também teve um grande impacto expressando na Geografia Política dos Estados conflitos que estavam, na verdade, no cerne e no interior de cada um deles. O espectro da Revolução estava, agora, isto é, a partir de 1917, expresso na própria cartografia da geopolítica mundial. Não devemos

⁸ David Harvey, por exemplo, nos lembra que H. Ford enviava assistentes sociais às casas de seus operários para investigarem se não estava havendo um consumo “desvirtuado”, como o de álcool por parte desses operários.

estranhar, portanto, que a questão social passe, cada vez mais, a ser tratada como *Raison d'État*.

A crise de 1929, prenunciada pela longa greve dos mineiros de carvão na Inglaterra em 1926, viria reforçar essa ligação do Estado com a questão social, pelo descrédito do liberalismo com sua política do *laissez faire, laissez passer*. Não devemos, portanto, nos surpreender com o epíteto de nacional socialistas com que se recobrem os nazismos e facismos⁹. A questão nacional era, sobretudo, uma questão social, ou, em outras palavras, foi a questão social que tornou nacional o Estado. O papel do Estado ganha contornos mais sólidos na condução e regularização da economia, seja numa vertente totalitária, seja numa vertente mais democrática, esta sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial.

As formulações teóricas de Lord Keynes se transformam em um verdadeiro manual na gestão da coisa pública. Keynes pode ser compreendido como um teórico pragmático e como um homem das circunstâncias em que se achava a correlação de forças políticas no Primeiro Mundo, particularmente na Inglaterra, após a crise dos anos 20/30. Considerava, por exemplo, a força do movimento sindical como um dado de realidade e funcional à dinâmica da reprodução do capitalismo, na medida que o movimento sindical garantiria a demanda existente, cabendo ao Estado, manipulando a moeda e a taxa de juros, e através de políticas públicas, ao mesmo tempo que criava infra-estrutura, gerava demanda nova através de políticas de emprego e seguridade social.

Assim o Fordismo ganhava, com o keynesianismo, contornos mais efetivos onde, mais uma vez, o Estado se fortalecia na medida que incorporava demandas sociais. O Estado Nacional passa, assim, a ser mais do que nunca, uma comunidade de destino para grande parte dos povos, particularmente na Europa e Estados Unidos. A social democracia europeia abandona definitivamente qualquer pretensão internacionalista e se consagra como parte de um novo pacto de regulação social de caráter nacional, o *Welfare State*.

Fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, pode-se dizer, acompanhando as teses de Paul Mattick, um pensador belga inspirado em Rosa Luxemburgo, que a URSS punha em prática, nas suas circunstâncias, o *Welfare State*, pois, segundo ele, o que fazia diferir a social-democracia dos bolcheviques era a forma de tomada do poder, mas não a forma de exercê-lo. A ausência de uma burguesia forte nos países do leste europeu, associado, como nos ensina Lucio Colletti em seu excelente livro *Ultrapassando o Marxismo*, à falta de

⁹ Talvez aqui caiba lembrar que o símbolo do facismo era um feixe de gravetos amarrado por um laço externo e que procurava indicar que a união faz a força. A imagem é reveladora, posto que o que garante que os gravetos se mantenham unidos é algo externo, o que indica que se esse laço fosse cortado a união seria desfeita. Não se trata, portanto, de uma unidade orgânica, interna, mas sim, de uma unidade mecanicamente mantida.

tradições democráticas, aquelas a que fizemos alusão quando nos referimos às tradições das lutas da burguesia mercantil nas cidades da Idade Média na Europa Ocidental, os *communards*, fez com que as demandas sociais ficassem à margem do processo institucional e rebentassem em processos revolucionários. No entanto, mesmo os países do Leste Europeu, sob o controle dos Partidos Comunistas, abandonaram, também, suas pretensões internacionalistas e se dedicaram a políticas públicas de caráter desenvolvimentistas, produzindo à sua moda o seu Keynes, Kallecky, afirmando o caráter nacional. Já antes da Segunda Guerra Mundial, Josef Stálin, havia consagrado a tese do "socialismo em um só país".

Fora dessas experiências, o então chamado Terceiro Mundo via, sobretudo após 1945, desabar o antigo sistema colonialista, através do que ficou conhecido como descolonização, com diversas experiências de Revoluções Nacional Libertadoras. Aí, também, a ausência de burguesias fortes ou de uma sociedade civil constituída levou a que os Estados assumissem um papel central de políticas desenvolvimentistas, com maior ou menor sucesso. Aqui, nesses casos, o caráter nacional dos Estados se deu menos pelo vigor da sociedade civil e dos movimentos populares, sobretudo das camadas proletárias, em grande parte responsáveis pela relativa equidade social nos países europeus, do que pelo contraste com os antigos colonizadores. Aqui a afirmação do caráter nacional foi, sobretudo, anti-colonial. Nesses casos na expressão Estado Nacional o termo forte é o Estado mais do que o Nacional. No caso específico da América Latina, onde os processos de independência nacional se deram ao longo do século XIX, antes que na África e na Ásia, a política do Estado assimilou, mais do que em qualquer outro lugar, a dimensão desenvolvimentista, com forte influência do estamento militar o que, por si só indica a fragilidade da sociedade civil, por cima e por baixo, para comandar o processo de afirmação do caráter nacional.

O quadro internacional que emerge do após guerra, em 1945, pode, assim, ser caracterizado como o do apogeu do Estado Nacional, com as diferentes nuances que este assumiu nas diferentes formações sociais. O capitalismo conheceu, com base no Estado Nacional, seu mais longo período de crescimento de toda a História, em meio a um mundo marcado pela bipolaridade geopolítica da Guerra Fria.

O interessante a observar é que esse período marcou, também, uma enorme expansão do comércio mundial e, como nos aponta Thonsom, paralelo a um enorme crescimento econômico no interior dos diferentes Estados Nacionais.

A bipolaridade ideológica que conformou a ordem internacional pós-segunda guerra muito contribuiu para estreitar e consolidar aquele vínculo por nós salientado entre o Estado e o Nacional, através da questão social posta na

agenda política pela sociedade civil organizada.

Na Europa Ocidental os Partidos Comunistas, que haviam sido postos na clandestinidade durante a vigência do Nazi-Facismo, desempenharam um papel ativo na chamada luta de resistência. Com a derrota alemã e a queda do Nazi-Facismo, os comunistas voltavam à cena política não só fortalecidos pelo papel que desempenharam, como também pela afirmação da URSS como potência militar, apesar das perdas significativas de homens e mulheres em idade de trabalho, cerca de 22 milhões de mortos, e de destruição de uma importante infra-estrutura. É nesse contexto que se pode entender a consolidação de todo um conjunto de políticas públicas e de seguridade social que tinha o claro objetivo de afastar o "perigo vermelho", de que o famoso Plano Marshall é um exemplo. O *Welfare State* deve muito à ordem internacional bipolarizada da Guerra Fria.

Já no chamado Terceiro Mundo, a emergência de novos Estados, sobretudo na África e na Ásia, o vínculo entre o Estado e o Nacional, não foi mediado pela questão social, como vimos, a não ser enquanto ideologia. É que tanto nesses continentes, como na América Latina, a bipolaridade foi instrumentalizada pelas elites dominantes que souberam capturar o Estado para seus fins desenvolvimentistas. A miséria de seus povos era apresentada como um solo fértil onde podia germinar ideologias subversivas, como em famoso pronunciamento feito por Juscelino Kubitschek, o mais desenvolvimentista dos presidentes brasileiros.

É nesse contexto, por exemplo, que a sociologia e a geografia pautam o debate em torno da questão Desenvolvimento-Subdesenvolvimento. Como o subdesenvolvimento era visto como um aquém do desenvolvimento, era nos parâmetros desse, isto é, no modelo industrializante forjado na Europa e nos Estados Unidos, que se buscava redimir esses Estados.

É importante salientar que a chamada esquerda partilhava, à sua moda, esses mesmos valores, já que o progresso das forças produtivas, além de fazer parte dos seus valores básicos, permitiria, acreditavam, com a industrialização, a superação do latifúndio e do atraso agrário-agrícola, além de possibilitar a formação de um proletariado que, este sim, afirmavam, estaria em condições de conduzir a Revolução no futuro. Além disso, sabemos, a política externa da URSS, da qual fazia parte os diferentes Partidos Comunistas nacionais, estava condicionada à sua Reconstrução Nacional, retirando o apoio às tentativas revolucionárias que pudessem implicar em comprometimento desse objetivo traçado pela URSS. O filme 1900, de Bertolucci, mostra claramente essa orientação, assim como a derrota revolucionária na Grécia é uma expressão dessa política e, mesmo as vitórias das Revoluções na China e em Cuba, não contaram, de início, com o apoio dos Partidos Comunistas de orientação soviética. Fidel Castro, por exemplo, filho de família latifundiária em Cuba, chegou a

declarar que foi em Jean-Jacques Rousseau, filósofo que não fazia parte do ideário comunista, que encontrou suas inspirações revolucionárias. No caso chinês orientava-se no sentido de manter a aliança com Chian-Kay-Check que, numa política de aliança nacional, havia expulsado o invasor japonês da China. As alianças com as Burguesias Nacionais era a orientação básica dos diferentes Partidos Comunistas. A construção de Brasília, símbolo maior do desenvolvimentismo à brasileira, é emblemática dessa aliança, sendo Oscar Niemeyer, membro do Partido Comunista, um dos seus próceres¹⁰.

É o desenvolvimento, nesses casos, o amálgama da questão nacional e não a questão social, como na Europa Ocidental e Oriental. O Estado foi, assim, capturado para as políticas desenvolvimentistas, não passando a questão social de um simulacro populista, regido pela lógica do favor, personalizada nos sistemas clientelísticos e no fisiologismo, e não do direito que, pressupõe, como vimos, que todos sejam iguais perante a lei, um dos fundamentos das revoluções burguesas.

No caso do Estados Nacionais do chamado Primeiro Mundo, é preciso destacar, a idéia de progresso-desenvolvimento cumpriu um papel importante na medida que seria através dela que as demandas sociais clamadas pelos "de baixo" (Florestan Fernandes), através da sociedade civil organizada, seriam atendidas. O caso mais emblemático dessa situação seria a Alemanha de Bismark, onde as políticas sociais instituídas pelo Estado tinha o claro objetivo de aplacar o crescimento do Partido Operário Social Democrata que teve entre seus fundadores Karl Marx e Frederich Engels.

Esquemáticamente poderíamos dizer que no Primeiro Mundo a problemática do Estado Nacional foi equacionada na seguinte fórmula: Sociedade Civil Organizada > Demandas Sociais > Políticas Sociais > Desenvolvimento > Estado. Nos chamados Países do Terceiro Mundo, particularmente na América Latina, esquemáticamente a fórmula seria: Estado > Desenvolvimento > Políticas Desenvolvimentistas > Demandas Sociais Difusas > Sociedade Civil Restrita/Populismo¹¹.

A década de setenta viria conhecer os limites do crescimento do modelo chamado, pelos teóricos da Escola da Regulação, de Fordismo, ao que acrescentamos, de Keynesiano. Robert Castel chama a esse modelo de Sociedade Salarial. Aqui gostaríamos apenas de indicar que o modelo Keynesiano-Fordista ou Sociedade Salarial, por implicar a apropriação por parte do Estado de uma fração cada vez mais significativa do excedente social,

¹⁰ Sobre esse assunto ler o excelente livro A Capital da Geopolítica de José William Vesentini.

¹¹ Aqui o símbolo > estaria indicando maior que, mais importante que .

da mais valia social, para fins de políticas públicas, de criação de infra-estrutura e de seguridade social, tinha como condição de existência um aumento de produtividade ascendente. Na medida que esse aumento de produtividade começasse a estagnar, diminuindo a massa de mais valia social¹² e, assim, a capacidade de poupança e dos investimentos, a rigidez do pacto de regulação viria a exigir uma remodelação do papel do Estado, particularmente das políticas públicas de caráter social, o que, por sua vez, como vimos, implicava num determinado tipo de relações com a sociedade civil e com os movimentos sociais que compunham o pacto de regulação fordista-keynesiano. Estava aberto, pois, o caminho para o questionamento do papel do Estado Nacional e, como era a partir dele que toda uma ordem internacional havia sido gestada, dessa própria ordem internacional.

Com isso as formas de apropriação do espaço, as territorialidades, consagradas ao longo de um penoso processo de construção de identidades de contrários do que, talvez, o Estado-Nação tenha sido o produto mais acabado, entram em crise. Os limites do crescimento estavam, pois, demarcados e tudo indica que não pelo esgotamento dos recursos naturais. Mas isso é o que veremos a seguir.

III- DO DESENVOLVIMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Eu tive um sonho
Que estava certo dia
Num congresso mundial
Discutindo economia
Argumentava em favor de mais trabalho
Mais empenho, mais esforço, mais controle, mais valia
Falei de pólos industriais, de energia
Demonstrei de mil maneiras
Como que um país crescia
E me hati pela pujança econômica
Baseada na tônica da tecnologia
Apresentei estatísticas e gráficos
Demonstrando os maléficos*

¹² Os limites deste trabalho não me permitem avançar nas razões desse fenômeno. Gostaríamos, todavia, de registrar que diferentes e antagônicas abordagens o reconhecem como indicam as formulações "lei tendencial de queda da taxa de lucro", de inspiração marxista ou "produtividade marginal decrescente do capital", de inspiração ricardiana e mesmo usada pelos neoclássicos.

*Efeitos da teoria**Principalmente a do lazer, do descanso**Da ampliação do espaço cultural, da poesia**Disse por fim para todos os presentes**Que um país só vai para frente**Se trabalhar todo dia**Estava certo de que tudo que eu dizia**Representava a verdade pra todo mundo que ouvia**Foi quando um velho levantou-se da cadeira**E saiu assoviando uma triste melodia**Que parecia um prelúdio bachiano**Um frevo pernambucano, um choro do Pixinguinha...**E no salão todas as bocas sorriram**Todos os olhos me olharam,**Todos os homens saíram**Um por um-um por um-um por um-um por um**Fiquei ali naquele salão vazio**De repente senti frio**Reparei que estava nu**Me despertei assustado e ainda tonto**Me levantei e fui de pronto**Pra calçada ver o céu azul**E os operários e escolares que passavam**Davam risada e gritavam**Viva o índio do Xingu**Viva o índio do Xingu*

Viva o índio do Xingu

"Um Sonho", Gilberto Gi

III-1. Do Desenvolvimento...

Vimos como o Progresso-Desenvolvimento passou a se constituir num dos pilares do chamado Mundo Moderno e, também, como o Estado Nacional se tornou a sua forma geográfica política por excelência. Vejamos agora, ainda que de maneira sucinta, como esse desenvolvimento se organizava sócio-espacialmente em meio a esse magma de significações.

A idéia de que havia valores universalmente válidos para toda a humanidade, com certeza, contribuiu para conformar o que se chamou de Modernidade. A superação das limitações locais e de que não haviam obstáculos

naturais para o homem estavam subjacentes a esse projeto, que começa a ganhar contornos mais definidos com a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX.

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna é a história, também, da passagem de uma sociedade baseada na exploração da terra, para uma em que a técnica, portanto, uma das expressões da criação humana, faz a sua própria história. Todo o debate, por exemplo, entre os economistas fisiocratas, Quesnay e outros, e os chamados economistas clássicos, Adam Smith, D. Ricardo e K. Marx, por exemplo, se deu em torno de qual era o fundamento do valor, a natureza e a agricultura, para os primeiros, e o trabalho e a indústria, para os últimos.

É interessante observar que o trabalho, antes do Renascimento, era uma categoria menor, desqualificada. Não é difícil vermos aqui uma herança do platonismo, para quem só as idéias eram perfeitas e o mundo do fazer, à sua época o dos escravos, um mundo onde não se era livre. Livre eram aqueles que estavam fora do mundo do trabalho. Estamos, pois, na Modernidade: diante de uma profunda revolução espiritual onde a categoria trabalho começa a ganhar contornos positivos, de libertação do homem.

Ainda na Idade Média os Senhores viviam não do trabalho, mas sim da Renda, que lhes era paga pelos Servos, e o *Otium*, era cultivado pela Nobreza. Coube, mais uma vez, à Burguesia um papel fundamental na mudança de valores pois, marginalizada no contexto da Idade Média, dependia de suas próprias iniciativas mundanas para se afirmar. Negar o ócio, *Nec + Otium*, era o fundamento de quem vivia de Negócios. Dessa forma o trabalho, e não o ócio, se afirma como categoria positiva na Modernidade. Não é difícil vermos aqui o nexos estrutural da consolidação das relações capital-trabalho que, mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, viria se constituir nos fundamentos das relações sociais modernas. Ao mesmo tempo, o sentido da produção de riquezas se desloca da terra, de um meio de produção imóvel e limitado, para o dinheiro, um símbolo e, portanto, plástico-maleável, móvel e ilimitado. Por exemplo, na Idade Média a riqueza do Senhor provinha do trabalho do Servo e era entesourada sob a forma de castelos, igrejas suntuosas e obras de arte, naquilo que os economistas mais tarde chamariam consumo improdutivo, já que o excedente, a renda, não retornava ao processo produtivo visando a reprodução ampliada, a acumulação. Sendo assim, a exploração do trabalhador e da natureza encontravam fortes limites. Nesse contexto, a famosa lei populacional de Malthus fazia sentido, já que a produção de alimentos, por exemplo, não conseguia acompanhar o crescimento da população e a fome e a guerra se encarregavam de restabelecer o equilíbrio "natural", isto é, daquela ordem social. Com a negação do ócio, com o trabalho e o dinheiro, este como símbolo maior, o homem poderia alçar vôo, se libertar das limitações naturais e sobrenaturais.

Foi necessário, portanto, expulsar os deuses que habitavam este mundo e, com a dessacralização da natureza, manipulá-la para, com a ajuda da ciência, submetê-la aos desígnios do homem moderno. A natureza passa a ser uma fonte de recursos e o homem o centro do universo, já que o Todo-Poderoso havia sido alçado aos céus. Agora, livre das credências e misticismos religiosos, os homens tudo-podem, isto é, são os Todo-Poderosos. A liberdade de criação humana não se restringe, agora, somente ao Mundo das Idéias, à Arte e à Filosofia ou mesmo à Religião, e desce à terra através da ciência transformada em técnica produtiva. A natureza passará a ser minuciosamente, acreditava-se, dissecada e, descobertas suas leis gerais, universais, identificados seus elementos indivisíveis, o átomo, a molécula e o indivíduo, estaria aberto o caminho para a sua dominação. O Racionalismo vê a Razão em todo lado, nada acontece por acaso, se diz popularmente, e se tudo na Physis tem uma causa, apesar das advertências do empirista Hume, desvendando-a cientificamente estamos autorizados a submetê-la.

A produção de riquezas não tem limites no interior dessa ordem imaginária Moderna. Não estamos pois diante de um jogo de soma zero, onde para um ganhar o outro tem que perder. Agora, na Modernidade, a capacidade técnico-científica de dominar a natureza permite uma produção ilimitada de riquezas onde todos podem ganhar. A isso chama-se DESENVOLVIMENTO.

Mesmo a crítica de Karl Marx ao capitalismo, não é uma crítica ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx é, rigorosamente falando, um clássico da Modernidade, tal como Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mills, para ficarmos somente entre os que vão ser conhecidos como economistas. Talvez o que tenha estragado a festa foi o fato de Marx, mesmo partilhando os valores básicos da Modernidade, ter procurado demonstrar que não havia uma única via para o Desenvolvimento. Segundo Marx, somente se a ciência e a técnica fossem arrancadas das mãos da Burguesia pelo Proletariado, elas poderiam estar a serviço da humanidade e não dos interesses privados dos lucros para os donos dos meios de produção, incluindo a própria ciência e a técnica, que ele, à época, já percebia como cada vez mais implicadas na produção de mais valia, como, com uma finíssima antevisão, expõe nos *Grundrisse*. Marx ao abraçar a Teoria do Valor Trabalho, na esteira de Adam Smith e David Ricardo, afirmava uma ética do trabalho e, por extensão, atribuía um valor moral superior aos trabalhadores. No entanto, como vimos, a Burguesia já o tinha feito, à sua maneira, ao negar o ócio, também, afirmando uma ética do trabalho. Na modernidade, portanto, por cima e por baixo, é o trabalho o fundamento do processo transformação da natureza, do que viria ser chamado processo de desenvolvimento.

Talvez aqui encontremos o ancoradouro seguro para aquela afirmação

de Walker, acompanhada por Bertha Becker, de que o Estado Nacional é uma resolução contextualizada entre o particular e o universal. Dizemos isso porque, como salientamos no capítulo anterior, ao internacionalismo proletário a Burguesia respondeu com políticas sociais nos marcos do Estado Nacional. O Estado Nacional era, assim, o cenário, socialmente construído, da busca do caráter universal do progresso humano, do desenvolvimento das forças produtivas, sendo esse ideário partilhado tanto pelas correntes liberais, como marxistas. Essa é, portanto, uma idéia-força da Modernidade e é em torno dela que se dá a regra do jogo.

A geografia do desenvolvimento capitalista se moverá contraditoriamente entre essa tensão permanente do caráter universal e os limites/possibilidades abertos pela forma Estado-Nação. No dizer de David Harvey *"a tensão entre a fixidez (e, portanto, estabilidade) que a regulação do Estado impõe e o movimento fluido do capital permanece um problema crucial para a organização social e política do capitalismo. Essa dificuldade é modificada pela própria maneira como o próprio Estado é disciplinado por forças internas (nas quais baseia o seu poder) e por forças externas - competição na economia mundial, taxas de câmbio, movimento de capital, migração, ou, às vezes, intervenções políticas diretas de potências superiores. Por conseguinte, a relação entre o desenvolvimento capitalista e o Estado tem de ser vista como mutuamente determinante, e não unidirecional. Em última análise, o poder do Estado não pode ser mais nem menos estável do que permite a economia política da modernidade capitalista"* (Harvey, 1992: 105).

Foi através do modo de produção capitalista que o imaginário da Modernidade adquiriu, de início, sentido prático. Há uma dimensão geográfica desse modo de organização social que é fundamental para darmos conta da geografia política, que ora se encontra em crise. É que através dele duas dissociações básicas são instituídas. De um lado (1) entre produção e consumo, tanto em termos espaciais como sociais, e (2) entre o homem e a natureza.

Nas sociedades que antecederam o capitalismo, ou que ao seu lado conviveram, a produção se dá visando o consumo direto do produtor, o que equivale dizer que, nesses casos, é o valor de uso que comanda o que vai ser produzido. Isso implica uma determinada escala geográfica para a vida, qual seja, a escala local, a do espaço vivido por uma determinada comunidade humana. Já no capitalismo produz-se uma desvinculação, geográfica e social, entre o que vai ser produzido e o consumo, posto que o que comanda o processo de produção é o mercado, isto é, o valor de troca e o que se visa é o lucro. Isso implica uma divisão do trabalho levada ao paroxismo e que cada produtor de mercadoria, por sua vez, só a posteriori, saberá qual o reconhecimento que a sociedade

emprestará, através do mecanismo dos preços, ao seu produto. Sendo assim, a mediação social é feita pelo mercado, escapando ao controle de todos e de cada um.

Assim, novas escalas se inscrevem na vida de todos e de cada um, hierarquizando a organização social do espaço. Já não é mais o espaço vivido capaz de determinar o que vai ser feito nele mesmo. Le Lannou já havia salientado que não é mais a sazonalidade, as estações do ano, que define o que vai ser produzido, como, de certa forma o era antes do capitalismo, mas sim as demandas do mercado. Isso implica uma outra relação com a natureza, onde em vez de se partir dela como condição de produção da vida, ao contrário, se parte das determinações de mercado para depois "corrigi-la"¹³. Assim são "corrigidos" os terrenos áridos e semi-áridos com a irrigação; os terrenos pantanosos com drenagens; os rios são retificados; os insetos e pragas exterminados; os terrenos terraplanados refazendo-se a natureza, não por criação estética, mas segundo as determinações do mercado, na perspectiva da acumulação do capital. Creio ser este ponto crucial na perspectiva de se analisar as perspectivas do que se convencionou chamar desenvolvimento sustentável.

Além disso, a divisão territorial do trabalho, expressão geográfica da

¹³ Só para ilustrar esse tipo de raciocínio recorramos ao verdadeiro consenso que existe entre os cientistas a respeito dos solos da Amazônia. Ele é tido como pobre, apesar de sempre se advertir que a enorme biomassa que sobre ele se desenvolve é uma ilusão de fertilidade. Com um outro olhar poder-se-ia dizer que os solos da Amazônia não são ricos ou pobres, mas simplesmente compatíveis com a floresta. Todavia admitir-se tal raciocínio é, de certa forma considerar o ecossistema amazônico a partir de si mesmo e, indiretamente, validar as práticas culturais das populações que, de alguma forma, têm suas vidas ligadas à floresta. No entanto, as análises científicas produziram um verdadeiro consenso em que aquele ecossistema é visto a partir de um olhar externo, numa perspectiva de derrubada da floresta, para se levar ao desenvolvimento. Assim, o conflito que se estabelece entre os diferentes usos dos recursos naturais amazônicos é concomitante com outro conflito, de concepções científicas contraditórias, tendo, de um lado, uma concepção que valoriza as relações solo-floresta-clima de modo integrado e, outra, que vê o solo separado da floresta e, dessa forma, de antemão, retira a floresta do solo e que, no fundo, já antecipa o desmatamento. Registre-se, aqui, que não estamos recusando o conhecimento dos solos amazônicos produzidos por esse enfoque científico, e que nos chamam a atenção para os processos de lixiviação/laterização e das baixas proporções de cálcio, potássio e sódio desses mesmos solos. Só queremos mostrar que essa não é a única explicação possível do problema em questão. O horizonte A, que constitui em qualquer classificação de solos aquele onde está presente a matéria orgânica decomposta, não é considerado, por essa análise, como parte dos solos e, sim da floresta. Estamos diante de um verdadeiro contorcionismo das análises que, de certa forma, negam os próprios fundamentos teóricos e conceituais utilizados em outros contextos. Afinal existe algum horizonte A de algum solo que tenha matéria orgânica em que esta não seja derivada da biomassa que sobre ele se desenvolve? Como não é possível outra resposta que não seja a que reconheça isso é de se estranhar que somente no caso da Amazônia os solos lateríticos não sejam assim considerados.

divisão técnico-social do trabalho, engendra um determinado modo de inserção no mercado de cada região que, como nos recomendam os economistas desde Ricardo, deve se pautar na identificação das chamadas "vantagens comparativas". Assim uma determinada região não deve partir de suas demandas próprias de consumo, da sua própria cultura nem, como vimos, das suas condições naturais. Assim, o próprio conceito de "vantagem comparativa" é, por sua própria natureza, descontextualizante, privilegiando escalas outras que não a local ou regional. Foi em busca das vantagens comparativas que os melhores solos da África, Ásia e América Latina foram destinados não a produzir o que suas populações miseráveis demandavam, mas sim produtos para a exportação. Assim exporta-se energia sob a forma de alimentos dos chamados países pobres para os países ricos.

A outra dimensão espacial relevante, para darmos conta do processo de desenvolvimento sob o capitalismo, é a separação entre o homem e a natureza. Sabemos que o advento do capitalismo teve na cidade sua forma geográfica mais acabada. Nela, necessariamente, o dinheiro se inscreve como mediação social fundamental. Em todos os países que se desenvolveram capitalisticamente, o êxodo rural foi um fenômeno característico. A expulsão dos camponeses, ao mesmo tempo que os proletarizava nas cidades, transforma a terra em mercadoria e, portanto, sujeita às determinações da valorização de capital. Seu preço, por exemplo, sofre as injunções da chamada Renda Diferencial por Localização ou da chamada Lei de von Thünen. Assim, por exemplo, seu preço é maior quanto mais próximo dos grandes mercados tornando, nesses lugares, economicamente impraticáveis aquelas atividades que demandam maiores extensões de terra. A pecuária de corte, sobretudo nos países que dispõem de grandes extensões de terra como, por exemplo, o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina, mostram claramente essas determinações, ficando localizadas mais afastadas dos principais mercados. No caso do Brasil, por exemplo, a racionalidade econômica do capital transformou boa parte da Amazônia em pasto para o gado. Não podia ser maior a contradição entre racionalidade econômica e uma racionalidade, chamemos assim, eco-sociológica.

Uma última questão deve ser considerada na análise da geografia política que emana do desenvolvimento sob o modo de produção capitalista. É que a lógica da economia é a lógica da guerra por outros meios, parafraseando Clausewitz. Seus valores básicos são a competição, a concorrência, a luta por conquista do mercado ou por acesso às matérias primas e energia. As empresas devem ter estratégias e táticas e mobilizar sua base logística para a consecução de seus fins. A hierarquia no interior das firmas lembram as hierarquias das instituições militares e são marcadas pela relação de mando e obediência. Muitas vezes, ao se acenar a existência de um Exército Industrial de Reserva, se ocultou

a idéia de que há um Exército Industrial na Ativa. Aqui o não consentimento do trabalhador desse fundamento da relação de poder hierarquizado no interior da firma tem um preço caro: a demissão. É de Henry Ford a máxima de que na sua fábrica “uns são pagos para fazer e outros são pagos para pensar”. Sabemos que o debate a respeito da democracia não atinge o interior das firmas, instituições que, apesar de todas as suas implicações sociais cada vez maiores, são consideradas de direito privado. Sabemos o quanto de disciplinarização dos corpos, para usarmos a expressão de Foucault, ou de produção capitalística da subjetividade, conforme diz Felix Guatarri, foi necessária para que assimilássemos como natural que um homem possa dispensar o trabalho de outro homem, em nome da produtividade ou da “organização científica do trabalho” (Taylor).

Compelidos pela guerra da concorrência é fundamental, tal como na guerra pura, que em cada unidade de produção capitalista se saiba manipular o tempo e, através dele, organizar os espaços. Remetemos aqui o leitor para os trabalhos de David Harvey e Michel Foucault que exploraram bem essas questões. Retenhamos aqui um dos principais recursos que os capitalistas manipulam, qual seja, o aumento da produtividade.

A produtividade é um conceito que pressupõe a idéia de um tempo uniforme, posto que, inscrita no mecanismo da concorrência, pressupõe parâmetros de comparação. Afinal, uma produtividade é melhor (e maior) se se produz mais mercadorias numa mesma unidade de tempo, em relação a um outro parametrado nas mesmas bases, caso contrário a busca de uma melhor (e maior) produtividade é sem sentido. Portanto, para que a produtividade se inscreva como um valor instituinte fundamental é necessário que uma determinada concepção de tempo, **retilíneo, uniforme e linear** tenha ganho a hegemonia no interior da sociedade. E, conseqüentemente, que outras concepções de tempo (e espaço) sejam desqualificadas. É só no interior desse magma de significações imaginárias que ganha sentido falar-se de sociedades adiantadas ou atrasadas. Como se vê o etnocentrismo deitou raízes mais fundas do que pode imaginar a nossa vã...geografia.

Para efetivar a produção é preciso mobilizar matéria e energia, inclusive a humana e intelectual. Quase sempre se atribui à técnica a responsabilidade maior pelo aumento da produtividade. Ora, a técnica não se desenvolve num vazio sócio-histórico-cultural. Ao contrário. Nos Estados Unidos no século XIX, por exemplo, se denominava a máquina como “saving labour”, isto é, aquilo que poupa trabalho, conforme nos informa Ernest Mandel (1980). Isso nos indica a verdadeira função política da máquina, ou melhor, do “saving labour” naquele contexto sócio-geográfico. Sabemos, ainda, que a maquinofatura, como técnica, se impôs sobre a manufatura fundamentalmente porque esta era,

sobretudo, feita com a mão (manu+fatura). E isso porque fazer com a mão implicava que o trabalhador é quem detinha o controle do tempo, podendo fazer “corpo mole” (a expressão lembra Foucault). E não só era feita com a mão, como, também, implicava um saber que o próprio trabalhador dominava importante parcela do conhecimento requerido no processo de trabalho. Com a maquinofatura, o saber está materializado na máquina que, sob o controle do seu dono, é quem determina o tempo. Assim o trabalhador fica reduzido à mão...de obra e, também, a força de trabalho. Deste modo, a produtividade é tanto maior, quanto maior o controle que o capital dispõe para impor o seu ritmo ao processo de trabalho. Portanto, a técnica se inscreve no cerne das relações sociais de poder, não podendo ser encarada como um **Deus Ex Machina**, como uma instância separada do contexto sócio-histórico que a cria. Não é fortuito, portanto, que a Primeira Revolução Industrial, que instituiu a maquinofatura, tenha tido a resistência do Movimento Luddista, que quebrava as máquinas que lhes retiravam o poder e o emprego. Que a Segunda Revolução Industrial, seguida pelo Taylorismo, também tenha encontrado grande resistência entre os trabalhadores, como nos informa H. Braverman. Sendo assim, toda Revolução Tecnológica é, também, parte de um processo de revolução nas relações sociais de poder. Salientemos que a Revolução Tecnológica não é causa ou conseqüência da revolução nas relações sociais e sim parte constitutiva das próprias relações sociais e de poder¹⁴.

Acrescentemos que, embora não se possa sequer imaginar uma sociedade sem técnicas, é preciso que admitamos que nem toda sociedade mantém a mesma relação com elas. A sociedade Moderna, que se institui inicialmente com o capitalismo, é a primeira sociedade a colocar a técnica no centro do seu devir. A própria idéia de que o homem faz o seu próprio destino, que pode reinventar a História,¹⁵ é parte dessa crença de que a tecnologia é que transforma a sociedade. O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro (RIBEIRO, 1991) assim aborda

¹⁴ Aqui somos inclinados a concordar com Cornelius Castoriadis, quando chama a atenção em seu A Instituição Imaginária da Sociedade, que a lógica identitário-conjuntista, tão característica do pensamento ocidental, opera disjunções lógicas para, em seguida, estabelecer relações de causalidade. Foi assim que se separou Espírito de Matéria para, depois, se estabelecer relações de determinação do primeiro termo sobre o segundo, o Idealismo, ou do segundo sobre o primeiro, o materialismo. O mesmo se faz separando as relações sociais das revoluções tecnológicas e, depois, estabelecendo relações de causalidade numa ou noutra direção. Marcelo José Lopes de Souza demonstrou exemplarmente as implicações desse tipo de abordagem na Geografia ao fazer suas objeções à Espaciologia.

¹⁵ A própria idéia de Revolução que, diga-se, de passagem, não foi inventada pelos marxistas, apesar de muitos deles assim acreditarem, é parte dessa crença antropocêntrica, que vê o Homem não só como centro do mundo, mas também como

a questão:

"Destaquemos também a geração de uma crença de que o futuro será melhor do que o presente e o passado através de uma série de melhoramentos e inovações que os homens serão capazes de inventar. Se o presente constitui algum tipo de estágio melhorado com relação ao passado é uma questão complexa que necessita ser examinada de maneira sistemática e histórica, abrangendo diversas dimensões da vida social. Contudo, há pouca dúvida de que, num domínio como o tecnológico, uma série de aperfeiçoamentos vem ocorrendo com o passar do tempo. Talvez este seja um dos principais motivos por que a crença na redenção da humanidade, via aperfeiçoamento tecnológico, é a espinha dorsal do desenvolvimento enquanto utopia e ideologia".

E o domínio tecnológico, como vimos um dos principais recursos na luta por conquista de maior produtividade/mercado, tem parâmetros próprios de comparação ao instituir um tempo retilíneo, uniforme e linear que se quer universal.

O aumento da produtividade, via desenvolvimento tecnológico, mobilizava cada vez mais (e por isso se diz melhor) matéria e energia. Como não existe trabalho sem energia, como nos ensinam os físicos, a paulatina substituição do trabalhador enquanto força de trabalho, implica o domínio de certas formas de energia que permitam ao capital pleno controle para manter a produção continuamente. A energia eólica, por exemplo, foi inicialmente descartada, posto que os ventos não são contínuos e uniformes. Tudo isso implica um consumo produtivo cada vez maior de matéria e, como tempo é dinheiro, que os insumos estejam à disposição a tempo e a hora. Toda uma organização do espaço tem de se mostrar funcional a essa dinâmica, tanto no interior, como no espaço externo às unidades produtivas. Renato Ortiz (Ortiz, 1992) fez uma brilhante análise dessa transformação do espaço e do tempo na França ao longo do século XIX em seu livro apropriadamente chamado **Cultura e Modernidade**.

Nesse contexto, é possível identificar o papel que coube ao Estado: criação das condições gerais de produção, isto é, aquelas que tornam possível a interligação técnica entre as diversas unidades particulares de produção (estradas, comunicações, energia, entre outras). Trata-se de organizar o espaço e chamou-se a essas práticas, sobretudo a partir dos anos 30 e após a Segunda Grande Guerra, de Planejamento Urbano e Regional.

Impor um tempo único, o tempo do relógio, é quase sempre, um processo conflitivo não só com relação a outras culturas e povos, como, também,

Poderoso. A dessacralização da natureza é o contraponto necessário dessa concepção, posto que se a natureza continuasse povoada pelos Deuses, como nos haveríamos para dominá-la/Los ?

no interior da própria sociedade capitalista, haja vista que a compressão do espaço e do tempo é sempre maior, porque permanentemente revolucionada. Mobilizar matéria e energia tornou-se, do século XIX até recentemente, fundamental para garantir o desenvolvimento. Não há dúvida que as guerras imperialistas eram guerras pelo controle de matéria e energia, mais do que de mercados propriamente ditos. E aqui é destituído de sentido distinguir se era uma lógica estatal militar ou uma lógica econômica que comandou essas guerras. Em primeiro lugar porque a lógica econômica capitalista, como destacamos, é, também, uma lógica de guerra. Em segundo lugar porque coube ao Estado prover as condições gerais de produção o que implicava garantir o suprimento de matéria e energia com segurança, enfim o seu espaço vital. Como a vida é uma condição primeira para que se exista, seja como indivíduo, seja como sociedade, o Estado deve se encarregar de prover as suas condições, o seu espaço vital. É uma questão de vida ou morte estando, pois, justificadas como Razão de Estado as intervenções, inclusive, ou, sobretudo, militares que, em seu nome, se fizeram. Como a demanda por matéria e energia era sempre crescente, o espaço vital mudava com as circunstâncias. Não é sustentável, nesse contexto, o desenvolvimento que não disponha do espaço vital com seus recursos em termos de matéria e energia¹⁶.

II-2 ... ao Desenvolvimento Sustentável

*Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena Parabolicamará
E, volta do mundo, camará
E, mundo dá volta, camará
Antes longe era distante
Perto só quando dava*

¹⁶ Apesar das pontuações e matizações históricas, antropológicas, sociológicas, filosóficas, geográficas e políticas que fizemos, o leitor poderá ser levado a ver um certo primado do econômico. Sobre isso remeto às observações de Rosa Luxemburgo sobre o caráter histórico da emergência da economia e os comentários acerca das relações entre sociedade e técnica acima mencionadas. Talvez caiba lembrar que K. Marx faz agudas críticas ao economicismo reinante no debate filosófico-político de sua época, se não bastasse a lembrança de que o sub-título de sua principal obra, O Capital, é exatamente Contribuição à Crítica da Economia Política. Registremos ainda que Marx no final de sua vida declarou que não era marxista, numa clara recusa ao reducionismo econômico que alguns que diziam seguir suas idéias faziam de suas formulações.

Quando muito ali defronte
 E o horizonte acabava
 Hoje lá atrás dos montes dendê casa camará
 000E, volta do mundo, camará
 E, mundo dá volta, camará
 De jangada leva uma eternidade
 De saveiro leva uma encarnação
 De avião o tempo de uma saudade
 Pela onda luminosa
 Leva o tempo de um raio
 Tempo que levava Rosa
 Pra aprumar o balaio
 Quando sentia que o balaio ia escorregar
 E, volta do mundo, camará
 E, mundo dá volta, camará
 Esse tempo nunca passa
 Não é de ontem nem de hoje
 Mora no som da cabaça
 Nem está preso nem foge
 No instante que tange o berimbau
 meu camará
 E, volta do mundo, camará
 E, mundo dá volta, camará
 Esse tempo não tem rédea
 Vem nas asas do vento
 O momento da tragédia
 Chico Ferreira e Bento
 Só souberam na hora do destino apresentar
 E, volta do mundo, camará
 E, mundo dá volta, camará

“Parabolicamará” de Gilberto Gil

A idéia de desenvolvimento, enquanto utopia/ideologia integrativa da Modernidade, parece sofrer um forte abalo, sobretudo após os anos sessenta/setenta. Cada vez mais se fala em crise da Modernidade, de Pós-Modernismo, de Sociedade Pós-Industrial, de Fim da História. “The dream is over”.

A Razão que, na Modernidade, libertaria a humanidade passa, a partir de então, cada vez mais a ser vista como autoritária.

“Se o pensamento utópico tem sido considerado, em toda a Modernidade e desde o humanismo Renascentista, como um exercício de liberdade do

espírito, na Pós-Modernidade aparece como um recurso autoritário para impor orientações sobre a sociedade”.

assim se expressa Hopenhayn (Hopenhayn, 1988). Se é plausível a hipótese, e sustentamos que seja, que toda sociedade institui um magma de significações imaginárias que dá sentido (e coesão) aos seres humanos que o inventa, em circunstâncias históricas determinadas, é coerente admitir-se que, com a crise da idéia de Progresso-Desenvolvimento em torno da qual se construiu o projeto da Modernidade, nos encontramos num momento de reorganização societária, de instituição de novos valores, normas e regras de convivência social.

Na idéia central de Progresso-Desenvolvimento, o Tempo era a variável ativa, onde o homem se torna livre das limitações locais, naturais e místico-religiosas, e o Espaço o lugar da necessidade (*espaço vital*). Não resta dúvida que o projeto Iluminista da Modernidade via na ciência e na técnica essa dimensão libertadora dos homens. Vimos como mesmo a crítica marxista estava imbuída desses valores básicos. Aqui, também, a História e o Tempo aparecem como categorias centrais. Todos, liberais e marxistas, apostavam que não havia saída fora do crescimento-desenvolvimento das forças produtivas. Nessa verdadeira identidade de contrários, o futuro radioso da humanidade estaria em algum ponto do tempo, do futuro. Para os marxistas, abreviado pela Revolução; para os social-democratas, paulatinamente, através das Reformas; para os liberais, pela educação, que garantiria a igualdade de oportunidades. Note-se, *en passant*, a força da idéia de igualdade subjacente a todas essas concepções.

A partir dos anos sessenta/setenta cada vez mais aparece um discurso que nega a idéia de um modelo universal de desenvolvimento para toda a humanidade. Que põe acento não mais na (des)igualdade social, como o discurso dos marxistas, mas na diferença. O relativismo cultural ganha cada vez mais expressão. E o Espaço é o lugar por excelência da diferença. Se o Tempo (futuro) era o lugar da *u-topia*, o Espaço, pela sua própria natureza, era o topos, o que é, e não o *vir-a-ser*. Cada lugar deve acentuar sua especificidade, como cada vez mais se fala entre os urbanistas, por exemplo (Machado, 1995). Se, na Modernidade, os homens eram iguais, e sabemos que perante a lei porque esta, por seu caráter racional, garantiria o fundamento de igualdade universal do gênero humano, com Hayek a desigualdade é alçada à condição de fundamento do progresso humano, com o Neoliberalismo ou Neoconservadorismo.

Se antes se buscava a lei geral, a Ordem que estava subjacente ao caos (que era sempre aparente), agora se acentua o contingente, o acaso, o efêmero, a desordem. Ora, o racionalismo tinha exatamente na busca da razão das coisas a legitimidade para nelas intervir, controlar. Quando se acentua o caos, a desordem, o contingente reconhece-se que há mais na Physis do que Ordem e que, portanto, nos achamos imersos no paradigma da complexidade

(Morin), onde a razão controladora deve reconhecer os seus limites.

Ora, se a ciência e a técnica, exatamente por serem portadoras do conhecimento racional, estava autorizada a construir o futuro, é possível reconhecermos diante desses novos valores o porquê de se falar no fim das utopias. E, com o fim da utopia, a ciência e a técnica fundadas no paradigma da Ordem (para o Progresso) começam a ser questionadas. Se Engels, na Modernidade, já havia desqualificado Saint-Simon por seu Socialismo Utópico, em nome de um Socialismo Científico, agora é a própria idéia de uma igualdade cientificamente embasada que é questionada, com Hayek (Anderson, 1995)¹⁷.

O Estado, como guardião do desenvolvimento, começa a ver abalada a sua legitimidade, tanto pelo seu caráter regulador no interesse de todos, como pelo seu caráter de referência de uma comunidade de destino, nacional. No lugar da centralidade do poder que esteve, como vimos, na base da constituição dos Estados Territoriais Modernos, se fala cada vez mais de descentralização, de comunidades locais, do lugar. Ao mesmo tempo se fala de Planetarização, Globalização, Mundialização, de Capitalismo Mundial Integrado. Tudo está a indicar que nos encontramos imersos numa enorme tensão de territorialidades e, como não existe territorialidade sem processos e sujeitos que as institui, torna-se necessário que tentemos identificar alguns desses vetores instituintes que estão em curso.

Registremos, antes de passarmos à identificação desses vetores, que em meio a essa crise de utopias totalizantes e universalistas, que dois sistemas ideacionais (Ribeiro, 1991) ganham relevo. Um é o Ambientalismo, de onde emerge o conceito de Desenvolvimento Sustentável, e que mais de perto nos interessará aqui e, o outro, o Neoconservadorismo ou Neoliberalismo que nos interessará não em si mesmo, mas na medida que se constitui como ideologia hegemônica e que se coloca, portanto, como referência necessária para discutirmos as condições de possibilidade do Desenvolvimento Sustentável.

O Ambientalismo aparece como a única perspectiva de ideologia/ utopia integrativa portadora de futuro, em meio a uma enorme fragmentação. O "slogan" agir localmente, pensar globalmente, professado pelos ambientalistas,

¹⁷ Decreta-se o fim das revoluções (e da História) tão voluntariosamente como antes a proclamavam os revolucionários como se alguém (ou alguns) fosse (m) capaz (es) de fazê-la ou contê-la. Afirmamos que Revoluções não se fazem ou são evitadas, elas acontecem sempre no bojo de uma miríade de demandas historicamente situadas imersas em sistemas que não as contemplam, em circunstâncias extremamente singulares. Não confundir das nossas revolucionário como aqueles que se inserem nesse fluxo de demandas e insatisfações e galgam postos de comando nesses momentos singulares e, a partir daí, se arvoram em proprietários da "linha justa". Isso, faz parte da lógica do vencedor que, mais do que vencer, é preciso convencer os outros das suas qualidades para legitimar-se.

tenta dar conta dessa dialética global/local. O Neoconservadorismo ou Neoliberalismo, por seu lado, centra seus postulados na crítica do Estado, no livre mercado, na afirmação do indivíduo e na desigualdade social (Hayek).

A idéia de Progresso-Desenvolvimento, que havia enfeixado em torno de si um pacto entre desiguais, e a partir do qual a supressão das diferenças estava autorizada, posto que se acreditava universal, ao mesmo tempo se afirmara, como vimos, por comportar a promessa de uma igualdade, ainda que futura, para todos. Assinalemos, por ora, que a idéia de Desenvolvimento Sustentável opera um deslocamento da idéia de Desenvolvimento das relações dos homens entre si (Contrato Social) para a relação Homem-Natureza (Contrato Natural, diria Michel Serres).

A análise precedente nos autoriza, neste momento, a circunscrever o que estamos chamando crise da organização societária aos marcos da relação entre Desenvolvimento Sustentável e Geografia Política. Privilegiaremos o que estamos chamando de tensão de territorialidades. Sustentamos que a crise da organização societária em que ora nos achamos imersos é, também, a crise das territorialidades instituídas e dos seus sujeitos instituintes. O Estado Moderno que se tornou Nacional depois de ter sido simplesmente Territorial, foi a forma geográfica por excelência dessa territorialidade em crise. Vimos que a idéia de Progresso-Desenvolvimento se constituiu na mola propulsora do Estado Nacional, enquanto identidade de contrários, um pacto tecido através de acordos e lutas entre desiguais. A crise deve ser entendida, portanto, como crise de reprodução desse modelo. E quando falamos de crise de reprodução queremos registrar que, para nós, ela não comporta disjunções simplistas como entre condições materiais/objetivas e condições espirituais/subjetivas.

A idéia de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo, tenta recuperar o Desenvolvimento como categoria capaz de integrar os desiguais (e os diferentes?) em torno de um futuro comum. Isso demonstra em si mesmo que pode haver mais continuidade do que ruptura de paradigmas no processo em curso. Indicaria, por outro lado, que o Desenvolvimento, além de uma idéia, mostra dificuldades de reprodução fora dela. Daí o Sustentável. Devemos buscar compreender a emergência dessa idéia, em termos analíticos, nas tensões/lutas por atribuir sentido à vida social inscritas no seio de uma organização societária que já não se sustenta. E aqui é preciso que nos movamos numa temporalidade mais concreta do que aquela indicada como crise da Modernidade, de um espaço-tempo civilizatório e, assim, que mergulhemos num espaço-tempo de uma enorme complexidade, que é o histórico-geográfico, do aqui e do agora, onde o vir-a-ser está sendo concretamente decidido. Não foi por outra razão que antes associamos o advento civilizatório da Modernidade à sua condição histórico-geográfica inicial europeia-capitalista. Dissemos, *en passant*, que o excedente

social nas sociedades que antecederam o capitalismo na Europa, não eram reintroduzidos no processo de produção (consumo improdutivo). Já a Modernidade Capitalista (e aqui já associa as duas espaço-temporalidades, a civilizatória e a histórico-geográfica) se move através dessa mobilização do excedente social para fins de acumulação produtiva, de reprodução ampliada. Dissemos, então, com Harvey, que essa era uma tensão permanente entre o Estado (estabilidade) e a fluidez do capital (instável). Esse é o ponto de partida, portanto, para entendermos a atual crise de reprodução, enquanto crise de reprodução ampliada, sustentável do atual modelo de organização societária e, conseqüentemente, dos sujeitos sociais que o instituíram.

A crise atual ganha relevância na medida que ela se desdobra após o mais longo período de crescimento econômico da História do capitalismo¹⁸. Nesse período, também, a forma geográfico-política Estado Nacional viveu seu apogeu, o que pode ser apreciado não só pelo número de novos Estados Nacionais que surgiu desde a criação da Organização das Nações Unidas, como pelas funções que o Estado, a partir da revolução na administração pública efetuada através do Keynesianismo, passou a protagonizar. Um dos pilares desse Estado reside naquilo que Robert Castel chamou de Sociedade Salarial que

“foi uma formação social que se impôs progressivamente nos anos de crescimento e cujo ponto culminante pode ser localizado em meados dos anos 70, antes do que chamamos “crise”. Poderíamos caracterizar a sociedade salarial como a associação entre trabalho e proteção, quer dizer, através da sociedade salarial, a condição dos trabalhadores deixou para trás essa espécie de vulnerabilidade de massa que era há muitos séculos e o assalariamento tornou-se um status.

Isto quer dizer que o assalariado não significa apenas receber um salário, uma retribuição monetária, mas um certo número de garantias e de direitos, essencialmente o direito ao trabalho e à proteção social.

“(...)Tomemos como exemplo o fato de se ter um seguro para os tempos de velhice. Isto quer dizer que alguém que trabalhou e que contribuiu terá o direito a uma aposentadoria.

Não se trata de um patrimônio privado que se carrega no bolso, que se pode negociar. Trata-se de uma propriedade cuja posse passa por um sistema de regulações e direitos complicado, fundado e garantido por lei, e que é um deslocamento importante com relação à concepção privada de patrimônio.

¹⁸ E, insistimos, que ao tomarmos o econômico como referência não o fazemos por atribuímos a ele qualquer papel fundante ou determinante da História, mas simplesmente pela constatação que esse modelo de organização societária, capitalista, se mede a próprio por cânones econômicos, sobretudo.

Por isso houve uma oposição cerrada por parte dos partidários do patrimônio privado e dos liberais, porque há alguma coisa que ultrapassa o liberalismo, que ultrapassa o mercado, sem cair no socialismo. Uma espécie de via intermediária que se impôs lentamente, através de muito conflito”.

Recorremos a Robert Castel porque a sua caracterização de Sociedade Salarial se põe a partir de uma perspectiva social democrata que foi forjada no interior do movimento sindical europeu e norte-americano e nos permite melhor contextualizar o que outros autores chamam de Fordismo, uma revolução nas técnicas produtivas e de gestão que emergiu no domínio privado, e outros de Keynesianismo, uma revolução nas técnicas de gestão do Estado. Sendo assim Sociedade Salarial (Sindicatos), Fordismo (Empresa) e Keynesianismo (Estado) são conceitos que recobrem práticas sociais que se pressupõem e estão intimamente interligadas. Desse verdadeiro pacto emergiu o que outros viriam chamar Sociedade de Consumo de Massas com uma forte demanda de matéria-prima e energia, sendo essa uma das razões, entre outras, do enorme crescimento do comércio internacional desde a Segunda Grande Guerra. Enfatize-se, mais uma vez com o apoio de Thonson, que esse grande crescimento do comércio internacional esteve intimamente relacionado a um enorme crescimento no comércio interno aos Estados Nacionais. Esse modelo se caracterizava exatamente pela incorporação de um número cada vez maior de contingentes populacionais e, mesmo o Brasil, país caracterizado como de Fordismo Periférico, pôde ver o seu número de pobres passar de 41,4% em 1960 para 24,3% em 1980, proporção que volta a aumentar para os patamares de 1960, em finais da década de 80, quando atinge 39,3%, década em que esse modelo no Brasil começa a ser desmontado (Ribeiro, 1994: 269).

Esse verdadeiro regime de Capitalismo Administrado não abole, todavia, a concorrência e os mecanismos clássicos que são postos em movimento pelos diferentes sujeitos sociais. A enorme concentração e centralização do capital no pós-guerra, todavia, ensejará um conteúdo novo ao tradicional recurso do aperfeiçoamento tecnológico que, sob o regime concorrencial, tendia “a ser de magnitude limitada e curta duração, especialmente em virtude da concorrência empresarial descontrolada” (Soja, 1993: 202). Este autor, apoiado em Ernest Mandel, tem procurado salientar o caráter necessariamente desigual e combinado, espacial e setorialmente, do desenvolvimento capitalista. Ele nos chama a atenção que uma das principais formas de obtenção de superlucros no pós guerra e que, portanto, já emerge no interior do modelo em tela, se dá pela revolução tecnológica desigual entre os setores e ramos, mais do que pelo desenvolvimento desigual entre as regiões no interior de um mesmo país e entre os países que, embora não seja suprimida, deixa de ser dominante a partir dos

anos 60. É através dessa revolução tecnológica que a busca de superlucros virá provocar uma verdadeira revolução na paisagem geográfica, pondo em xeque as territorialidades herdadas.

Destaquemos aqui que essa revolução nas formas de percepção/apropriação do espaço emerge de um dos pilares do modelo Fordista-Keynesiano-Salarial de Massa, que foi a revolução nos meios de comunicação e transportes, em grande parte derivadas de tecnologias de guerra. No primeiro caso, destacamos a Mídia Eletrônica e as Telecomunicações, ou comunicação à distância, expressão que melhor revela as suas implicações políticas e espaciais. Agora, e cada vez mais, não é o espaço vivido no corpo a corpo da vida cotidiana a única ou a principal forma de socialização dos indivíduos. O sentimento difuso de que se é membro de uma comunidade de destino que, como vimos tinha o Estado Territorial como centro ou, como diria Foucault, como invólucro espacial, começa a ser deslocado do Estado para as empresas. As técnicas de marketing e de publicidade permitirão que, para além da produção em massa de mercadorias, se direcione a fabricação do desejo de consumir segundo gostos conscientemente manipulados para fins mercantis. Através da mídia eletrônica, sobretudo, mas também do marketing e da publicidade, a ética do trabalho começa a ser substituída pela (est)ética do consumo. Torna-se, a partir de então, possível instrumentalizar a diferença. A paisagem geográfica, aquilo que poderíamos chamar de paisagem real, deixa, de ser o principal estímulo ao inconsciente na formação da personalidade e das identidades coletivas, que passa a sofrer a influência, cada vez maior das paisagens virtuais das telas eletrônicas. A comunicação à distância, telecomunicação, põe na casa de cada um um *musée imaginaire*, onde os quatro cantos do mundo aparecem todo dia lado a lado, segundo uma determinada leitura. Aqui, talvez, resida uma das principais dificuldades dos movimentos de oposição que, mesmo reconhecendo o papel cada vez mais relevante da cultura e do simbólico, não dispõem do controle dos meios de comunicação. "O meio é a mensagem" como disse certa vez Marshall McLuhan a respeito da aldeia global.

A desconstrução das territorialidades herdadas se processa numa profunda crise dos sistemas de representação, inclusive de representação política, como veremos mais adiante, onde os meios de comunicação de massa jogam um papel cada vez mais relevante. Desde o famoso debate entre Kennedy e Nixon, que a estetização da política substitui cada vez mais a ética. Relembremos que ética tem a ver com ethos, enquanto conjunto de valores que conformam a identidade, o sentido de pertencimento, de uma determinada comunidade humana, a partir dos seus valores, contraditoriamente ou não, comuns. O governo de Ronald Reagan chegou a ser caracterizado como facismo brando, numa correta alusão e reconhecimento ao papel precursor do nazi-facismo na estetização da

política. Chegou também, como nos diz David Harvey, a ser chamado de "presidente teflon", numa alusão ao fato de, apesar dos escândalos que envolveu seu governo, nenhuma das acusações pegar. Reagan, Berlusconi e Collor tendem-se tornar fenômenos cada vez mais comuns.

Há uma dimensão geográfica extremamente relevante dessa revolução recente dos meios de comunicação e que está subjacente a uma profunda revolução nas técnicas de gestão empresarial e que diz respeito ao **controle remoto** que, como sabemos, deriva de tecnologias militares. A dispersão geográfica dos estabelecimentos privados exige uma centralização ao nível do controle gerencial, usando, inclusive, redes telemáticas. Produz-se, assim, um deslocamento entre o lugar concreto de vida das pessoas e o exercício do poder, o que levou Manuel Castells e Mollenkopf a afirmarem que, cada vez mais "*as pessoas moram em lugares, o poder se rege por fluxos*".

A revolução nos meios de comunicação à distância, tornada possível com a eletrônica, muda, também, o perfil dos custos de produção que, agora, não é somente relacionado ao aumento de produtividade no interior da indústria, pois cada vez maiores são os investimentos necessários ligados diretamente à circulação material (transportes)/simbólicas (comunicação) das mercadorias. Assim, não é mais a fábrica como lugar mas, o espaço como um todo, que se inscreve na lógica mercantil. E o espaço não só no sentido de que aumentam as relações entre os lugares, regiões e países (espaço relacional), mas também o domínio e controle das ondas de transmissão (espaço extra-terrestre, magnético), além da superfície terrestre (espaço geográfico tradicional).

Com essas transformações na organização espacial observamos, concomitantemente, uma reorganização na estrutura de classes no interior mesmo das próprias camadas assalariadas, com um número cada vez maior de pessoas ligadas à "fabricação capitalística da subjetividade", segundo a rica formulação de Felix Guatari (Guatari, 1982). Toda uma gama de publicitários, psicólogos, desenhistas industriais, artistas passa a viver freneticamente do campo da criação simbólica, intimamente ligada a uma camada de executivos, gerentes, administradores, corretores, auditores, contadores, advogados, financistas cuja comunidade imaginada (Hobsbawn, 1988) é o mundo, o planeta¹⁹.

Acrescente-se que o movimento operário se vê diante de enormes dificuldades com esse deslocamento do locus das lutas de classes da fábrica

¹⁹ A própria Arte fica, assim, implicada na produção de mercadorias. A produção de eventos culturais mostra a que ponto vai a substituição da ética pela estética como, por exemplo, num evento como o Carlton Dance, onde é pouco provável que aqueles que praticam a dança façam do uso do cigarro Carlton, ou qualquer outro, a sua prática cotidiana. Acrescente-se, ainda, que o evento cultural, como o próprio nome indica, implica a Arte como espetáculo, isto é, algo a ser consumido como espectador e, portanto, produzindo-se uma disjunção radical da Arte como ação cultural espontânea.

para o espaço total. Se a diferença sempre foi um atributo essencial do espaço o que temos, nesse processo de reorganização societária em curso, é uma luta por sua instrumentalização mercantilizada.

Paralelamente, assistimos a uma verdadeira revolução nos meios de transportes acentuando a tendência, estrutural no capitalismo, de suprimir o espaço através do tempo. A velocidade ganha, inclusive, a dimensão de categoria filosófica (Virilio). Junto com a modernização de portos, aeroportos e estradas e dos veículos (aviões supersônicos, trens de alta velocidade, caminhões e navios de especialização flexível) vemos, também, uma revolução nas técnicas de gestão. Os *containers* são, hoje, a nova dimensão, mundializada, da unificação do sistema de pesos e medidas da época da constituição dos Estados Territoriais Modernos. Cada unidade privada de produção deve se adaptar a esses padrões para poder se inserir no mercado, preparando cada volume, cada embalagem, visando o melhor aproveitamento do volume do *container*. Nos portos (e aeroportos, como vimos no governo Reagan, com a greve dos controladores de voo) trava-se uma luta tensa e intensa com o movimento sindical, tal como assistimos à época da passagem da manufatura para a maquinofatura (luddismo) e do taylorismo.

Nessa revolução gerencial a dimensão espacial torna-se relevante, pois altera-se a base logística com a velocidade proporcionada pelo controle eletrônico de barra e o sistema *just in time*, por exemplo. Como diria Milton Santos os fluxos ganham proeminência sobre os fixos. Nesse sentido, a terceirização nas suas diferentes formas, *leasing* e *franchising*, ao mesmo tempo que permite descentralizar geograficamente as unidades produtivas, exige uma maior dedicação ao controle das redes que se montam, sob diferentes formas como, por exemplo, o controle de qualidade (ISO 9000). Assim, a dispersão geográfica da produção/comercialização coloca o controle à distância, **controle remoto**, como um atributo de poder essencial.

Se o modelo anterior teve, além de uma revolução no domínio da "organização científica do trabalho" no interior das unidades privadas de produção (o Fordismo/Taylorismo), uma revolução nas técnicas de gestão das condições gerais de produção, portanto, do Estado (o Keynesianismo) o atual modelo, chamado por muitos de flexível, se dá, sobretudo, no domínio privado colocando o debate sobre o papel do Estado como uma das questões chave. O Estado que, por sua própria natureza, tende a consagrar o instituído e, portanto, a estabilidade, entra em crise. Estima-se que de 60 a 70% das trocas internacionais, por exemplo, escapam ao controle do Estado, e também do mercado, pois se dão no interior das firmas, que jogam com as diferenças de legislação tributária e fiscal (segundo o Professor de Economia da UNICAMP José Carlos Miranda em palestra proferida no VII Encontro Sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina em Junho de 1995). A própria existência de

paraísos fiscais, como as Bahamas e as Ilhas Cayman, por exemplo, são indícios de novas territorialidades, onde o deslocamento do poder da esfera pública, na sua dimensão estatal, fica subsumida pelo poder privado.

Acrescente-se que o Estado tem se mostrado incapaz de acompanhar a dinâmica desse capitalismo mundial integrado, sobretudo no que diz respeito ao mais globalizado dos mercados, que é o financeiro. Desde o início dos anos setenta que os Acordos de Bretton Woods, que regulou o sistema internacional desde o fim da Segunda Guerra, entrou em crise. A desvinculação da moeda do lastro-ouro, ou mesmo do dólar que, de certa forma se ancorava na economia da maior potência mundial, e a instituição das taxas cambiais flutuantes, deu origem ao que hoje se chama capital fictício, que apresenta um mercado financeiro que movimenta um volume de recursos equivalente a dezenove vezes o PIB mundial (a Bolsa de Valores de Londres movimenta por dia o equivalente ao PIB brasileiro). Esse volume dá conta que a maior parte do fluxo financeiro que opera nos dias que correm está em mãos privadas, retirando do Estado uma das suas funções essenciais, que era a de controlar o volume e o fluxo de moeda.

Aqui, mais uma vez, as redes telemáticas também jogam o seu papel, permitindo que o mercado financeiro funcione as 24 horas do dia, ininterruptamente. As taxas de juros, por exemplo, um dos mecanismos mais importantes nas políticas estatais de corte Keynesiano têm, agora, muitas vezes, o efeito contrário ao pretendido pelos governantes, pois o aumento nas taxas de juros, por exemplo, para conter a inflação, pode se tornar um atrativo para o capital financeiro internacionalizado. O chamado "hot money" parece escapar a qualquer mecanismo regulador. Já na década de setenta analistas norte-americanos falavam de "latino-americanização do Estado norte-americano", referindo-se às dificuldades do próprio governo da maior potência imperial, os Estados Unidos, encetar uma política de emprego face à dinâmica cada vez mais autônoma das empresas daquele país nos seus investimentos, com esse novo regime de acumulação flexível.

A crise fiscal e tributária do Estado torna-se, ainda, mais acentuada pela verdadeira guerra das regiões e localidades por emprego e renda (Harvey e Soja), ao procurarem atrair investimentos à custa, quase sempre, de renúncias fiscais. Calcula-se, por exemplo, que o governo do Estado do Rio de Janeiro deixará de recolher cerca de 850 milhões de dólares americanos em três anos, caso se confirme a previsão de um faturamento por parte da Volkswagen de 1,5 bilhões de dólares anualmente. E isso para que a Volkswagen efetue um investimento de 250 milhões de dólares no mesmo período.

Não devemos estranhar, portanto, diante desse quadro que o Estado que, pelo menos no chamado Primeiro Mundo, como vimos, se tornou nacional através das demandas da sociedade civil, comece a sentir os efeitos daquilo que

Castells e Mollenkopff (Castells e Mollenkopff, s/d) caracterizaram como a desvinculação que o modelo de acumulação flexível apresenta diante da "place based society". E, nesse contexto, o Planejamento Estratégico, tão característico do modelo fordista Keynesiano, torna-se inexecutável e, com ele, outra das funções tradicionais do Estado.

Essa revolução nos meios de transportes, de comunicação e na gestão privada permitiu a mundialização do mercado e, transferindo plantas industriais para lugares e regiões com menor tradição de luta sindical, tanto no interior de um mesmo país, como entre os países, obter lucros adicionais explorando novas dimensões locacionais. Eduard Soja captou essa dimensão quando afirma que "a especialização flexível na produção, nas relações trabalhistas e na localização das atividades tem o efeito de desinrejeitar as estruturas hierárquicas mais antigas e criar, pelo menos, a aparência de uma ordem significativa diferente de responsabilidade e controle" (Soja, 1993: 207). Castells e Mollenkopff chamaram a atenção para a fuga por parte desses capitais do controle de sociedades territorialmente baseadas - "place based society" - nesse novo modelo flexível.

Como vimos, o modelo de acumulação flexível teve na micro eletrônica uma técnica capaz de instituir novos padrões de relações sociais, novas formas de alocação de recursos e pessoas. Contou para isso, também, com uma revolução nos materiais (fibra ótica, novos tipos de plástico mais duráveis e resistentes, biotecnologia, novas ligas metálicas, entre outros) revolucionando o mercado e a geografia político-econômica das matérias primas. Para evitar a visão tão arraigada que a tecnologia é que promove a atual reorganização societária lembremos que ela é parte constitutiva das relações sociais de poder. E o caso da revolução tecnológica em curso, sob o regime de acumulação flexível, demonstra-o, mais uma vez, ao promover uma maior liberdade locacional do capital que, através do controle à distância e das terceirizações, por exemplo, redesenham o espaço como um todo.

Se a revolução maquinofatureira permitiu um deslocamento do controle do processo produtivo de quem opera (operário) para a (quem controla) máquina; o taylorismo foi antes de tudo um controle minucioso do corpo do trabalhador e o fordismo, com suas linhas de montagem, uma reorganização no espaço interno da fábrica, sendo todos, portanto, revoluções técnico-políticas que têm por locus o espaço interno da fábrica, o modelo de acumulação flexível, como vimos, torna possível uma maior fluidez do capital no espaço como um todo.

O modelo de acumulação flexível tornou praticamente inviável o Welfare State, fragilizando dois dos pilares em que este estava assentado: o Estado e o Movimento Sindical. Como já salientamos a fábrica deixou de ser o

locus privilegiado das lutas de classes. A localização flexível infligiu, sem dúvida, uma importante derrota ao movimento sindical. Nesse processo a captura do Estado cumpriu um importante papel, como o demonstram os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que impuseram derrotas políticas ao movimento sindical. Mesmo governos social democratas, como François Mitterrand e Felipe Gonzales, se viram diante de enormes dificuldades para reproduzir o modelo fordista devido, entre outras coisas, à fluidez do capital nesse espaço tornado contraditoriamente flexível. Não só a fábrica deixou de ser o locus privilegiado das lutas sociais, como o Estado Nacional, com suas fronteiras.

Nesse contexto extremamente vantajoso para o capital, velhas sequelas reaparecem, ali mesmo onde pareciam superadas, como o desemprego nos países de capitalismo avançado. O desemprego passou a atingir cifras inimagináveis e a exclusão social tornou-se um fenômeno generalizado, inclusive no Primeiro Mundo. Fala-se abertamente nos Estados Unidos num cenário provável de brasilinização, expressão cunhada para designar a disparidade entre ricos e pobres, que tende a aumentar. Cada vez mais os cientistas sociais norte-americanos falam, também, de dualização social, indicando, com esse conceito, a formação de dois estratos sociais que, mesmo habitando o mesmo espaço social, não estão integrados, como se fossem sociedades de dupla velocidade. É como se a categoria de Exército Industrial de Reserva, durante muito tempo utilizada nas análises marxistas, se mostrasse caduca, posto que segmentos cada vez maiores da sociedade são, simplesmente, excluídos e têm poucas ou nenhuma possibilidade de virem a ser incorporados à dinâmica da acumulação.

IV - A GEOGRAFIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel do movimento ambientalista

Como salientamos acima, o processo de reorganização societária envolve processos instituintes complexos, inclusive, as formas de dividir material/simbolicamente o mundo. As ciências acusam esse processo ao nível da representação, através da necessidade, cada vez mais acentuada, de estabelecer pontes entre os diferentes territórios do conhecimento, até recentemente vivendo sob o signo de objetos específicos e ciosamente preservados como territórios de especialistas soberanos. Esse processo vivido nas ciências se dá no bojo de uma profunda reorganização que, também, está se dando no mundo do trabalho. Cada vez mais se fala que não é possível pensar a Universidade como formação terminal, face à velocidade com que se processam as transformações. Fala-se, inclusive, que se deve ter em mente especializações flexíveis, que permitam aos

formandos se adaptarem à flexibilidade dos mercados de trabalho.

Desde a década de sessenta que há um desemprego qualificado que dá ensejo à criação de novas relações de trabalho como, por exemplo, as entidades chamadas Organizações Não-Governamentais, que operam sob relações de trabalho extremamente flexíveis, instáveis e não regulamentadas, que têm absorvido parte dos desempregados com formação universitária. Em grande parte vivem de projetos periodicamente submetidos aos financiadores e, portanto, tendo que se submeter às suas agendas.

De certa forma, a própria existência dessas Organizações Não-Governamentais indica a própria crise do Estado, que não consegue acompanhar as demandas da sociedade civil que lhe deu o suporte nacional. O caráter instituinte da sociedade civil não encontra no instituído, no Estado, o respaldo às suas demandas. **As Organizações Não-Governamentais, paradoxalmente, revelam, assim, não a força da sociedade civil mas, ao contrário, a sua fragilidade para garantir os compromissos que o Estado Nacional comportava.** Sua definição pelo negativo (Não), mas referenciado no instituído (Governo), dá bem a dimensão dessa contradição e, considerando-se o contexto em que elas emergem, qual seja o Primeiro Mundo, das contradições do chamado pacto fordista-keynesiano-sociedade salarial. E aqui, talvez, se encontre uma boa pista para entendermos essas entidades Não-Governamentais, em particular, as ambientalistas.

Registremos, antes de mais nada, que as Organizações Não-Governamentais recobrem práticas as mais variadas, desde aquelas que atuam alegando razões humanitárias (Cruz Vermelha Internacional, Médicos Sem Fronteiras), no campo dos direitos humanos (Anistia Internacional) ou ligadas à questão ambiental (Greenpeace, World Wildlife Fund, Conservation International, Amigos da Terra). A Comissão Brundtland registra a importância dessas entidades ao afirmar que

“o nosso futuro comum é mais bem assegurado pela descentralização da administração dos recursos, dos quais as comunidades dependem, e dando a essas comunidades a palavra efetiva quanto à decisão de seus desses recursos. Isso também requer promover as iniciativas dos cidadãos, dar mais poder às organizações e fortalecer a democracia local” (Brundtland, 1991).

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é a dimensão espacial, a escala - Internacional, Sem Fronteiras, Mundo-World, Terra - de um lado e, de outro, da escala local, da comunidade, do espaço vivido dos cidadãos o que, por si só, indica que se inscrevem numa ordem que está para além (globalização) e aquém (lugarização/fragmentação) do Estado-Nação. Nesse sentido, não há como deixar de reconhecer que se inscrevem no mesmo fluxo de

vetores instituintes da chamada acumulação flexível que, também, é mundial e local. David Harvey (Harvey, 1993) já havia salientado esse caráter de que a eliminação das barreiras espaciais torna o lugar extremamente importante, pois a sua especificidade pode ser fonte de superlucros, isso do ponto de vista do capital.

Um segundo aspecto, intimamente ligado ao primeiro, é o deslocamento do debate do campo dos direitos sociais que, como vimos, deu o suporte nacional ao Estado, para o campo dos direitos humanos, visto numa perspectiva de direitos universais e que, portanto, transborda os limites de cada Estado Nacional. Aqui é possível identificarmos as marcas do seu espaço de origem, o Primeiro Mundo, onde, em parte, os direitos sociais estavam, de alguma forma, institucionalizados.²⁰ Não vai aqui nenhum juízo de valor quanto ao caráter universal dos direitos humanos mas, simplesmente, uma contextualização histórico-geográfica do terreno onde essas idéias ganham curso. Mesmo no Primeiro Mundo, é preciso sublinhar, os direitos humanos foram sendo instituídos concomitantemente com os direitos sociais através da sociedade civil e, se estes direitos ficaram circunscritos aos limites dos diferentes Estados Nacionais, devemos remontar, como fizemos acima, ao contexto do século XIX, onde ao internacionalismo propugnado pelos movimentos populares, se respondeu através de um pacto nacional e com o nacionalismo. Enquanto na Alemanha, por exemplo, no final do século XIX e início do XX, eram instituídos direitos individuais e coletivos, empresas alemães, no Congo, cortavam as mãos dos trabalhadores negros que não atingissem o volume de produção esperado que, por sua vez, devia ser tanto maior, quanto maior o desenvolvimento tecnológico na Europa.

No contexto atual mundializado da acumulação flexível, os direitos humanos, em si mesmos historicamente inseparáveis dos direitos sociais, acabam sendo objeto de conflitos significativos envolvendo o direito de soberania, o que reforça o argumento acima.

Do ponto de vista da sociedade civil, do local e do comunitário, e não do capital, essa é, sem dúvida, uma das brechas que se abre no interior desse processo de mundialização, haja vista as dificuldades com que se defrontam os governos, sobretudo o dos Estados do chamado Terceiro Mundo, onde, via de regra, nem o direitos humanos, nem os direitos sociais são contemplados. As denúncias feitas internacionalmente de violência aos menores, ou mesmo

²⁰ Isso nos faz lembrar as reflexões de Alexis Tocqueville a respeito do acentuado valor dado à liberdade na Revolução Norte-Americana, que emerge num contexto de relativa igualdade social, o Norte do futuro Estados Unidos, e o radical sentido de igualdade expresso na Revolução Francesa e no contexto europeu, por sua vez, marcado por uma profunda injustiça social.

assassinatos de lideranças sindicais, do que o caso Chicó Mendes foi o mais expressivo, dão conta de um novo cenário de construção de direitos na contramão da globalização. A contradição a ser superada é se caberá ao Estado cumprir o papel que acabou por exercer no contexto europeu e norte americano, de garantir esses direitos ou se, ao contrário, o caráter de Não-Governo prevalecerá, como, de certa forma, a própria natureza das Organizações Não Governamentais sugere. A julgar pela valorização das escalas mundial e local, que vem conformando o processo de mundialização da acumulação flexível, através dos sujeitos sociais que o instituiu, entre eles as organizações Não-Governamentais e, particularmente o movimento ambientalista, o segundo cenário, do Não-Governo, se delinea como o mais provável. Eis o desafio em que se encontra a sociedade civil, fonte do instituinte.

Um terceiro aspecto que deve ser devidamente considerado, mesmo que aqui somente indicado, é o de que essas Organizações Não-Governamentais apontam para uma nova comunidade de destino internacional, mundial, planetária. E, ao fazê-lo nessa escala, se movem num vazio de representação política mediado pela sociedade civil, até porque, como salientamos, a ordem jurídica que vigora além fronteira é, sobretudo, inter-estatal, mais do que internacional. Relembramos que foi a sociedade civil que tornou Nacional o Estado, ao incorporar exatamente suas demandas sociais. No entanto, são as razões de Estado (Territorial), as geopolíticas, que estão subjacentes às relações de poder na esfera além-fronteiras. É preciso que reconheçamos que o Poder Público se afirmou na medida que se afirmou um espaço público no interior dos Estados Territoriais Nacionais. No plano do além-fronteiras dos Estados, o direito internacional foi instituído através da Razão de Estado, sem que houvesse um espaço público internacional, expresso por uma sociedade civil nessa mesma mescla organizada. Aqui eram as relações de poder de modo explícito que comandavam. É de Clausewitz a máxima de que a diplomacia é a continuação da guerra por outros meios. É preciso que não esqueçamos que a dominação colonial só muito recentemente foi banida, restando ainda alguns resquícios da sua presença, no mapa do planeta. Todavia, se a ordem colonial foi sendo pouco a pouco extinta, é preciso reconhecer que esse desmonte em parte se deveu à própria Guerra Fria que a substituiu e, de certa forma, contribuiu para desmontá-la. O fim da Guerra Fria, que hoje assistimos com a *débauche* dos regimes do Leste Europeu, ainda não foi capaz de ensejar uma ordem internacional com referências claras, sobretudo após a tentativa frustrada do Estado Norte Americano ocupar o vazio de poder deixado pela bipolaridade da Guerra Fria, como ficou claro na chamada Guerra do Golfo e, ainda, nos impasses na Bósnia, por exemplo.

É possível admitir-se que, através das Organizações Não-

Governamentais, se esboça a construção de uma sociedade civil, para além das fronteiras nacionais, como, de certa forma, apontam Leis e Viola, no caso do movimento pacifista que, embora não seja, ou não tenha sido, capaz de definir a política de segurança européia, sem dúvida, acabou por impor significativas limitações àqueles por ela responsáveis (Leis e Viola, 1992). Tudo parece apontar, mais uma vez, para o modo como os diferentes sujeitos sociais, inclusive, as Organizações Não-Governamentais, vêem o papel do Estado e, conseqüentemente, dos governos, na reorganização societária em curso. Obviamente que o epíteto de Não-Governamental é bastante incômodo para essas instituições, até porque é preciso, também aqui, que sejam propositivas pois, caso contrário, o Estado acaba por ser capturado para interesses que negam muitos dos valores que professam o que, de certa forma, pode ampliar o espaço de manobra das próprias Organizações Não-Governamentais, a sua necessidade, porém sob um sério risco de perda de legitimidade. Afinal a desregulamentação do Estado acaba por abrir espaço para entidades Não-Governamentais.

Não é difícil percebermos as dificuldades com que se defrontam os sujeitos sociais que construíram suas identidades coletivas de modo territorializado local, regional e nacionalmente, diante da fluidez do capital, nesse novo padrão de acumulação flexível. Como grande parte do seu poder instituinte estava referenciado nos marcos do Estado Nacional, a crise porque passa o Estado Nacional é, também, uma crise que os atinge. Deste modo, esses movimentos se vêem diante de uma enorme crise de representação política que, por sua vez, abre espaço para novas formas de mediação política. Os Partidos Políticos, por exemplo, que, por sua própria natureza têm como alvo o poder de governo, do Estado, se vêem atingidos de roldão pela crise daquilo que alvejam, isto é, o Estado. Esse problema é mais grave, sobretudo, para aqueles partidos políticos que emanam dos movimentos sociais e que, portanto, estão mais próximo da sociedade civil. E aqui, talvez, seja conveniente distinguir as lógicas diferenciadas que emanam da sociedade civil, posto que no interior dela muitas vezes está embutido a lógica do mercado. E fazemos essa indicação, não por qualquer juízo de valor com relação ao mercado como mediador social, mas porque a sociedade civil não pode ser reduzida a uma única dimensão, qualquer que seja ela. Ela é fonte instituinte de normas, valores e regras, mesmo que em, determinadas circunstâncias histórico-geográficas, possam ser tomadas como a-rationais e até irracionais, sobre isso, portanto, devemos reconhecer que não se deve atribuir dimensões únicas e exclusivas, como muitas vezes transparece ao se reconhecer na racionalidade econômica, uma espécie de *Deus Ex Machina*, como parece indicar a lógica do mercado. Sendo assim, é possível que determinados Partidos Políticos, que professam uma ideologia próxima ao mercado, se sintam mais à vontade, em determinados momentos, a uma

perspectiva que desregulamente o Estado, reduzindo-o a dimensões mínimas às suas necessidades. E aqui não é difícil identificarmos as práticas neoconservadoras dos partidos liberais.

As chamadas Organizações Não-Governamentais carecem da representatividade política daqueles movimentos sociais local, regional e nacionalmente territorializados, de que falamos acima. Elas não têm mandato de representação delegado por quem quer que seja, independentemente das causas que as motivam que podem ser, e muitas vezes são, tão legítimas como as daqueles movimentos. A questão que estamos pontuando é a da representatividade política, dos vínculos que se estabelecem entre as demandas da sociedade civil e aqueles que se colocam como seus porta-vozes, de um lado, e seus interlocutores, de outro. E, nesse ponto, é importante salientar uma outra dimensão territorializada da política, que deriva exatamente do fato de que se tenha voz, que se possa falar que, por sua vez, pressupõe que se tenha interlocutores que ouçam, num espaço em que haja identidade, mesmo que de contrários. O Estado Nacional cumpriu, de alguma forma, esse papel de identidade de contrários, de espaço de interlocução, como já salientamos.

Isso indica uma diferença significativa, por exemplo, da lógica do capital²¹, que implica a mais ampla mobilidade e, com isso, uma permanente reorganização sócio-espacial que, no atual padrão de acumulação flexível, valoriza o local e o mundial, e que causa tanta turbulência às territorialidades herdadas, sobretudo aquelas ancoradas no Estado-Nação. Esse aspecto é extremamente relevante na medida que organizações supranacionais, como o Banco Mundial, o Grupo dos Sete (G-7), a Comunidade Econômica Européia ou instituições ligadas à ONU, como a UNESCO ou o PNUD e PNUMA, vêm recorrendo às Organizações Não-Governamentais para falar em nome da

²¹ Queremos aqui indicar que não se deve fazer, como se vem fazendo, uma assimilação de mercado e capitalismo. O mercado antecedeu o capitalismo e continuou existindo mesmo em sociedades, como a soviética, que pretendeu suprimir o capitalismo. Queremos apontar que o mercado e o campesinato como instituições/relações sociais têm demonstrado uma enorme capacidade de se transformarem e sobreviverem nos interstícios das mais diferentes formas de organização societárias (modos de produção). Sendo assim, o mercado ou o campesinato, por si mesmos, não definem um modo de produção ou uma forma de organização societária. Sendo assim, é possível imaginar-se uma sociedade que seja mediada pelo, ou incorpore, o mercado, sem que ela seja necessariamente capitalista. Talvez aqui também seja necessário derrubar os muros das clivagens ideológicas que até agora comandaram nossos esquemas mentais. Nesse caso o pensamento de esquerda ao insistir em assimilar o mercado ao capitalismo contribui mais para afirmar seus adversários do que para buscar novas alternativas que permitam incorporar sob novas bases seus temas essenciais, tais como a justiça social, num contexto, ao que tudo indica, onde tende a aumentar sua razão de ser, com a profunda exclusão social que a reorganização societária em curso, sob o controle de novas formas capitalísticas, está produzindo.

sociedade civil contribuindo, muitas vezes, para aprofundar a crise de representação e até de legitimidade, por exemplo, de partidos políticos e sindicatos, para ficarmos somente com dois exemplos de dois tipos de instituição que têm estado fortemente territorializadas no Estado Nacional.

Se se pensa, como na perspectiva de Leis e Viola, no esboço de uma sociedade civil supranacional, as Organizações Não-Governamentais deverão não somente ser mais propositivas com relação ao papel do Estado, como indicamos acima, como, também, com os movimentos territorializados local, regional e nacionalmente, através dos quais a sociedade civil vem exercendo seu papel instituinte. Os conflitos de perspectivas no bojo do movimento das Organizações Não-Governamentais já são suficientemente numerosos para indicar que a questão passa pelas novas relações entre sociedade civil, mercado e Estado. O comprometimento de diversas Organizações Não-Governamentais²² dos Estados Unidos com a **Iniciativa Para as Américas** do Governo Bush foi peremptoriamente rejeitado pelo Encontro de Las Leñas, que envolveu Organizações Não-Governamentais latino-americanas e caribenhas na Argentina, que lhe contrapôs a **Iniciativa de los Pueblos**. O *affair* da chamada Guerra do Atum, onde diversas Organizações Não-Governamentais ambientalistas norte-americanas pressionaram o governo de Bill Clinton a boicotar a compra de atum do México, porque matavam os delfins durante a sua pesca, encontrou forte resistência entre os pescadores mexicanos. Estes, por sua vez, contaram com o apoio do Greenpeace e, juntos, propugnaram por apoio material e técnico àqueles pescadores, para que efetuassem o seu trabalho contemplando desse modo, ao mesmo tempo, tanto a preocupação ecológica, como a social.

O movimento ambientalista emerge, nesse cenário, com um papel ímpar. Ao contrário de outros movimentos sociais, o movimento ambientalista não tem uma identidade classista, de gênero, religiosa ou étnica. No plano geográfico invoca o global e o planetário e, também, o local e o comunitário. É através dele que, mesmo na crise de utopias/ideologias totalizantes, que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi sendo desenhado, ele mesmo uma utopia/ideologia totalizante. Talvez se pudesse dizer que ele é o mais desterritorializado dos novos movimentos sociais, não fosse ele portador de uma territorialidade nova, planetária. Mesmo que não haja uma relação de causalidade entre esse caráter planetário das Organizações Não-Governamentais e o processo de globalização em curso, é importante assinalar que ele é, no mínimo, paralelo à afirmação de um capital financeiro mundializado, fortemente privatizado, das chamadas corporações transnacionais e do cada vez mais influente mercado do

²² Se insisto em escrever Organizações Não-Governamentais por extenso e não ONGs ou NGOs se deve ao reconhecimento desse poder mágico das siglas e símbolos de, ao mesmo tempo que indicam, ocultarem o seu próprio caráter.

narcotráfico que, também, operam por sobre e sob o Estado Nacional.

A instrumentalização da questão ambiental por esses outros vetores instituintes de novas territorialidades indicam, todavia, que a planetarização e globalização não só caminham juntas, como são instituídas por caminhos, no mínimo, contraditórios.

O caráter Não-Governamental tem sido assumido por grande parte das entidades que constituem o movimento ambientalista. Os argumentos de caráter técnico-científico têm sido largamente utilizados por esse movimento, indicando que seus militantes em grande parte têm formação universitária e/ou mantém fortes vínculos com cientistas que, dessa forma, fazem parte desse movimento. No interior desse movimento a busca de formulações inter-multi-trans-a-disciplinares tem insistido numa crítica a atual divisão do trabalho científico, extremamente fragmentada pelo cartesianismo. Deste modo, é possível trabalharmos com a tese que o movimento ambientalista é um dos principais vetores instituintes desse processo de reorganização societária em curso, também por essa via já que, como vimos, a divisão do trabalho científico é parte do processo de apropriação simbólica. Estamos aqui, também, diante de novas divisões dos territórios do conhecimento, de recortes de espaços epistêmicos.

A emergência do movimento ambientalista, de um ponto de vista histórico, está relacionada, de um lado, ao contexto muito específico da ordem internacional que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, polarizada ideologicamente pela Guerra Fria.

A escalada armamentista, incorporando o nuclear, deu um novo contorno à geografia do poder internacional. As duas superpotências desse mundo bipolarizado fizeram com que o espectro da morte rondasse a humanidade. As lutas de classes surgidas no interior da sociedade capitalista passaram a assumir uma conformação geográfica no chamado conflito Leste-Oeste. O desenvolvimento de tecnologias de destruição, como os mísseis nucleares de curto, médio e longo alcance, recontextualizaram o papel das Forças Armadas que, até então, tinham a prerrogativa de defender a soberania, as fronteiras do Estado Nacional. Possuir o domínio da tecnologia nuclear passou a ser condição para o exercício dessa soberania, tendo sido essa a razão que, na década de 50, por exemplo, se criou o Conselho Nacional de Pesquisas no Brasil, por inspiração militar.

Fazer política, nesse contexto, era se mover num espaço de reduzidas alternativas obrigando, quase sempre, a alinhamentos automáticos ou semi-automáticos a uma das duas superpotências. A posição geográfica da Europa, nesse contexto, se afigurava como *sui generis*. De um lado, pôde efetuar sua reconstrução no após guerra livre dos gastos militares, assumindo, então, os Estados Unidos o papel de guardião militar do auto-proclamado "Mundo Livre".

O espectro do comunismo pôde, ao mesmo tempo, ser afastado pela implantação do Welfare State, isto é, por um modelo marcado pela integração das classes trabalhadoras.

A Pax Americana, por outro lado, reduzia significativamente o papel dos Estados europeus que, no entanto, viam se estabelecer em seus territórios arsenais militares nuclearizados, que os tornavam alvos preferenciais em um possível conflito militar.

O chamado Complexo Industrial-Militar trazia, por sua vez, em seu bojo o pacto Fordista-Keynesiano-Sociedade Salarial, posto que assegurava o emprego de importantes segmentos de trabalhadores e fortalecia os laços do Estado com as grandes empresas e, ao mesmo tempo, com os sindicatos. O historiador inglês E. Thompson chegou a cunhar o conceito de **Modo de Produção Exterminista** para caracterizar essa situação (Thompson, 1982). Tudo parecia indicar uma situação estável e duradoura, se olhada dessa perspectiva e, mais uma vez, será do interior da sociedade civil que veremos brotar novas perspectivas, através de amplas mobilizações de massa e, também, de atitudes individuais contra o militarismo.

É do movimento pacifista que o movimento ambientalista retira suas energias. É do movimento pacifista que emerge uma determinada posição ideológica, que aponta que nem o capitalismo, nem o socialismo poderiam indicar um futuro promissor para a humanidade, posto que ambas as alternativas, por estarem fundadas em tecnologias de destruição nuclearizadas, não seriam alternativas para a vida. No contexto da Guerra Fria uma posição como essa não deixava de ser vista com desconfiança, por qualquer um dos lados em confronto e, na melhor das hipóteses, era vista como ingênua. No entanto, o envolvimento cada vez maior das tropas norte-americanas no Vietnã, com as profundas baixas sofridas por suas tropas, fez com que o movimento pacifista ganhasse contornos de massa nos Estados Unidos e, também, galvanizasse enormes simpatias não só nesse país, como na Europa. Não é de se estranhar que tenha sido exatamente na Alemanha, Estado que viu sua própria territorialidade redesenhada durante a Guerra Fria pelo Muro de Berlim, que o movimento pacifista-ambientalista tenha se afirmado de modo mais significativo. A Real Politik alemã se constituía num cenário altamente favorável para a expressão desse movimento.

O desdobramento do movimento pacifista em movimento ambientalista se deveu, sobretudo, ao fato de esse ter sido uma espécie de atrator de uma série de transformações que vinham sendo gestadas, como as já indicadas, e que transcendiam o quadro político que se configurou com a Guerra Fria. Escapando de uma apropriação do tipo Capitalismo ou Socialismo, Leste ou Oeste, Estados Unidos ou União Soviética e Burguesia ou Proletariado, como costumavam ser semantizados os conflitos naqueles marcos, novos sujeitos

sociais emergiram, entre eles o movimento ambientalista.

A crítica à corrida armamentista e da afirmação do poder militar foi sendo, pouco a pouco, acrescida do caráter irracional dos investimentos militares, em meio a tanta miséria e de tanto desperdício, em virtude do consumismo desenfreado estimulado pelos meios de comunicação. A ecologia chegou a ser vista como uma espécie de ciência subversiva, sobretudo por sua denúncia de desperdício de recursos naturais em virtude do consumismo que, como vimos, era um dos sustentáculos do modelo Fordista-Keynesiano-Sociedade Salarial.

É possível identificarmos, entre os protagonistas dessas críticas, muitos dos que ficaram alijados dos processos integrativos que caracterizavam esse modelo, desempregados qualificados, com formação universitária e que, de fora dos processos produtivos, faziam a crítica à irracionalidade, portanto, parametrados em critérios de alguma racionalidade, dos gastos militares e do consumismo.

O movimento ambientalista se mostrará extremamente hábil em manejar novas formas de se expressar politicamente, através dos meios de comunicação à distância. Falando em nome da humanidade e do planeta contribui, como nenhum outro movimento, para a conformação de uma nova comunidade de destino, para uma nova territorialidade, não mais calcada no Estado Nacional. A revolução tecnológica em curso, aquela mesma que reconfigurou as relações de trabalho e contribuiu para o ensejo do movimento ambientalista, propiciou, também, novas possibilidades de convergências de forças políticas e sociais diferenciadas, posto que colocava, de um lado, aqueles setores intimamente ligados ao modelo fordista, de produção de massa, com base na siderurgia, no petróleo e na indústria automobilística, entre outros e, de outro lado, as indústrias ligadas aos novos materiais, à micro-eletrônica e à biotecnologia, instituintes do modelo de acumulação flexível. Alvin Tofler captou bem essa tensão, tanto em *O Choque do Futuro* (1970), como em *A Terceira Onda* (1980) e *Powershift* (1990).

É possível vislumbrarmos, nesses setores e ramos que desencadearam a acumulação flexível, forte identificação com a chamada questão ambiental.

A questão ambiental permitiu, pelo menos a princípio, uma aproximação da esquerda não-ortodoxa, a chamada Nova Esquerda, daí passar a ser olhada com certa desconfiança, e ser vista como radical, posto que questionava o próprio desenvolvimento e progresso das forças produtivas que, como vimos, se constituía no conceito integrador, tanto das ortodoxias liberais, como marxistas. Nessa aproximação de setores da chamada Nova Esquerda com o movimento ambientalista, a questão social, patrimônio histórico das lutas da chamada esquerda (Bobbio), foram incorporados à crítica ecológica, aliada a uma aguda incorporação crítica das relações de poder inscritas nesse modelo

produtivista, entendidas como inerentemente hierárquicas, heterônomas e militaristas. Como se tratava de uma esquerda não alinhada com a URSS, identificava esse modelo produtivista nas duas vertentes em que estava constituída a bipolaridade no contexto da Guerra Fria. A dimensão internacionalista é retomada aqui numa perspectiva planetária.

Por outro lado, num segundo momento, observou-se aproximações com setores empresariais que emergiam dessa revolução tecnológica como portadores de tecnologias não-poluentes, de indústrias "limpas" ou que manipulam menos matérias primas e energia. Pouco a pouco a questão ambiental passou a ser referida sobretudo ao que diz respeito à relação sociedade-natureza, graças, particularmente, à ênfase dada na mídia às questões relativas à destruição de espécies, à Camada de Ozônio, ao Efeito Estufa, em síntese a problemas que põem em risco a sobrevivência do planeta. A questão ambiental passa, assim, a se deslocar para um nível pragmático, de encontrar tecnologias alternativas e, deste modo, a assimilar uma das características do magma de significações imaginárias da sociedade moderna, isto é, a crença na capacidade redentora da técnica. A década de oitenta e, sobretudo, a aproximação da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, viria, ainda, produzir outras convergências impensáveis nos marcos em que se dava o debate nas décadas de sessenta e setenta. Em torno da questão ambiental, reduzida à relação sociedade-natureza e descartando a questão social, começou-se a produzir um verdadeiro consenso e, muitas empresas tradicionalmente ligadas ao velho modelo produtivista-consumista, começam a criar projetos de proteção à natureza²³.

Deste modo se abre um significativo mercado de trabalho para certos setores ambientalistas. Destaquemos, ainda, que cada vez maiores verbas se mostram disponíveis para seminários, colóquios, congressos e pesquisas que tornam a adesão a certos valores ecológicos, cada vez mais prováveis. Desta forma certos "paradigmas" encontram um terreno mais que favorável para se afirmarem.

²³ A Shell, por exemplo, empresa ligada ao setor de petróleo e que, portanto, contribui para o aumento do CO₂ na atmosfera, começa a desenvolver projetos de preservação de florestas tropicais, apoiando entidades ambientalistas. O capital financeiro e empresas do ramo de seguros descobrem que podem financiar, através de cartões "politicamente corretos", iniciativas de preservação do planeta, evidentemente ao preço de que as entidades que apóiam deixem o "radicalismo" e percam o senso crítico diante do caráter necessariamente excludente do chamado modelo produtivista-consumista. Aliás, o lado consumista desse modelo, deve-se registrar, se resume aos 2/3 das sociedades do Primeiro Mundo e ao 1/3 da população do chamado Terceiro Mundo. Registre-se que a população norte-americana, correspondendo a 6% da população mundial, consome 24% da energia total anual consumida por toda a humanidade. Isso indicaria que se se pretendesse expandir para toda a humanidade o atual "american way of life" isso só seria possível para aproximadamente 1/4 da humanidade, mantido o atual modelo energético.

Assim se afirma essa nova comunidade de destino, a Terra, como o habitat do "nosso futuro comum". A radicalidade atribuída em princípio à subversiva "questão ecológica" começa a mudar de tom, recorrendo-se ao velho conceito integrador constitutivo da Modernidade, que é o de Desenvolvimento, numa convergência em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Nas palavras de Stephan Schmidheiny, o principal Conselheiro para Negócios e Indústria do Secretário Geral da UNCED-92 e Presidente do Business Council for Sustainable Development (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável)

"Até poucos anos atrás, a proteção ambiental era basicamente um conceito defensivo (...) [que] estava destinado a chocar-se com a cultura dos negócios baseada em incentivos e empreendimentos. É lógico que ambientalistas e indústrias tornaram-se oponentes. Recentemente, entretanto, cada grupo tem começado a aprender com o outro. (...) O processo de aprendizado mútuo empreendido por ambientalistas e empresários está conduzindo a uma compreensão muito importante da situação ecológica do planeta. O resultado tem sido o que considero o maior progresso até o presente momento na interação entre Homem e Natureza: o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Esse conceito pode dar continuidade ao Desenvolvimento econômico-social, para fazer face às necessidades dos que vivem hoje, sem comprometer a capacidade de futuras gerações enfrentarem suas próprias necessidades" (citado por Ribeiro, 1991).

Considerações Finais (mas não conclusivas)

Se o conceito de **espaço vital** se mostrou essencial, à época de F. Ratzel, como que para dar sustentabilidade ao desenvolvimento calcado no Estado Nacional, daí sua ênfase nos vínculos do Estado com o solo, do território com o Estado, num mundo de capitalismo mundial integrado, de mercados transnacionalizados, de fragilização do Estado, de tecnologias geograficamente flexíveis, de relações de trabalho precarizadas, de utilização não mais de matéria e energia intensivas, mas sim de conhecimento-informação intensivos, a sustentabilidade, isto é, a capacidade de re-produção material/simbólica, se desloca da sociedade para a humanidade, da escala nacional para a planetária. Em outras palavras, num capitalismo mundializado o espaço vital necessário para dar sustentabilidade ao sistema não é mais o Estado Nacional. Como as novas tecnologias telemáticas e controle remotos tornam a informação um elemento-chave para a tomada de decisão, o controle direto de matérias primas e energia se faz através de mecanismos mais sutis. O controle dessas tecnologias

tornam-se, evidentemente, alvo de importantes debates e o papel da Forças Armadas, particularmente aquelas dos países que não dispõem dessas tecnologias, sofre uma guinada radical não só por essa razão, como também pelo fim da bipolaridade da Guerra Fria. Novos alinhamentos entre forças políticas, até então impensáveis, tornam-se aqui também não só possíveis, como, cada vez mais, prováveis. Se, como vimos, o Estado Territorial Moderno precedeu o Estado Nacional e, particularmente no Terceiro Mundo, o caráter nacional não adviu da pressão da sociedade civil organizada, tal como no Primeiro Mundo, a nova configuração da geografia política mundial abre a perspectiva de alinhamentos da sociedade civil com setores que, até agora, exerceram atividades essenciais ao Estado Moderno, tal como o da segurança, em não poucos casos usadas contra a débil sociedade civil.²⁴ No entanto, é necessário que se indique que as Forças Armadas desses países, a julgar pela experiência brasileira, encontram-se ainda marcadas fortemente pelo lado conservador, que tanto caracterizam a cultura das elites, pois continuam ainda com uma ideologia nacionalista mais ligada aos interesses do Estado, que aos interesses da sociedade civil. Não é à toa que continuam com desconfiança diante de movimentos sociais, como o indígena, dos seringueiros ou mesmo o das mulheres ou de meninos e meninas de rua, que, na ausência de direitos básicos de cidadania no país recorrem, com frequência, às denúncias internacionais, como forma de conquistar seus direitos. O interessante a se registrar nessa questão é que não há como, nesse mundo informatizado e internacionalizado, se fechar nesses casos e se abrir somente o mercado. Como vimos, o mercado, até mesmo para florescer, traz em seu bojo essa idéia, altamente perturbadora, de igualdade, do livre jogo, inclusive, do jogo político. A democracia, como se vê, se inscreve como um tema da ordem

²⁴ O caso do Brasil é, nesse sentido, extremamente interessante, posto que, dada a conformação cultural das nossas elites, liberais para fora e conservadoras para dentro, o processo de integração à economia mundial, pressionado pela reorganização societária em curso no cenário internacional, e até aqui conduzido por cima e para cima tão bem por nossas elites, tende a uma exclusão social ainda mais intensa que aquela forjada pelo antigo padrão, que deixou uma herança social trágica, expressa, por exemplo, numa concentração de renda inigualável no mundo, e que aponta, deste modo, ou para uma sociedade com um profundo apartheid social, ou integrando-se nesse processo internacional ao mesmo tempo que integre as demandas da sociedade civil, para um outro projeto nacional, aberto e com justiça social. No limite são os dois cenários que se abrem à sociedade brasileira.

²⁵ Marx conseguiu captar bem essa dimensão em O Capital ao elogiar/criticar Aristóteles que, segundo ele, teria captado a dimensão lógica da teoria do valor mas, ainda segundo Marx, não a teria formulado explicitamente posto que estaria condicionado pelos limites de uma sociedade escravocrata e que, portanto, ainda não capaz de pensar o trabalho como igual. Diz ele que a teoria do valor trabalho só pode se afirmar numa sociedade onde a idéia de igualdade do trabalho tenha assumido a dimensão da consciência popular. Esse foi um papel que, na realidade europeia cumpriram as Revoluções Burguesas.

nacional, num mundo marcado pela mundialização.²⁵

Estamos, pois, diante de uma clara tensão de territorialidades, nesse processo de re-organização societária em curso, no qual a questão ambiental, isto é, a relação sociedade-natureza, cumpre um papel instituinte. No cerne dele o debate sobre o conteúdo do Desenvolvimento se mostra revelador dos sujeitos instituintes de uma nova ordem. Se antes o conceito de Desenvolvimento envolvia uma identidade de contrários que garantiria, ainda que no futuro, uma igualdade, no mínimo de oportunidades, no conceito de Desenvolvimento Sustentável essa idéia é deslocada para um outro futuro, não mais de igualdade, mas sim com a promessa de que as gerações futuras não estejam impedidas simplesmente de viver, posto que esse conceito propugna hoje por um uso "mais racional" dos recursos naturais, de modo a não esgotá-los e, assim, permitir a vida futura no planeta. Visto por esse ângulo o conceito de Desenvolvimento Sustentável tenta capturar a idéia de Desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade do atual sistema de relações sociais, não oferecendo outra saída fora dos seus marcos. Observamos, deste modo, um rebaixamento do debate, pois se antes o que estava em jogo era a qualidade do Desenvolvimento, em termos de justiça social, agora o que se oferece como perspectiva é a possibilidade de se continuar vivendo, desde que não se questione o sentido das instituições sociais que dão sentido à vida. Relembremos, para que não se empobreça o debate, que subjacente à idéia de desenvolvimento está, também, a idéia de natureza como fonte de recursos, como algo a ser dominado, como meio para se atingir um fim, portanto, uma visão instrumental, como já salientamos. O antropocentrismo, outro valor instituinte da Modernidade, permanece²⁶. Se é o mercado, no sentido que lhe confere a sociedade capitalista, e, nas condições atuais de hegemonia

Esse seria um dos impasses do capitalismo no Terceiro Mundo e uma das razões da enorme injustiça social que aí reina, e que põe por terra uma das máximas de um dos pais do Neoliberalismo, Hayek, que vê na desigualdade social um fator de progresso. A experiência do Terceiro Mundo não autoriza tal generalização.

²⁶ Gostaríamos aqui de indicar uma possibilidade de rompermos com um raciocínio de caráter maniqueísta que opõe antropocentrismo e humanismo, ou que entende todo humanismo como necessariamente antropocêntrico. É que o Antropocentrismo foi tecido, a partir do Renascimento juntamente com a dessacralização da Natureza e elevando o Homem ao lugar de Deus, no centro do mundo. Sobretudo entre os marxistas temos observado uma tendência de, com a suas, que fazemos também nossas, preocupações com a justiça social, assimilá-las a uma preocupação abstrata com o Homem e daí a uma defesa do antropocentrismo. Ora, a História do capitalismo nos autoriza a emitir um juízo de que o Antropocentrismo não necessariamente conduz à justiça social. Pode, ao contrário, por processos complexos, levar a uma associação dos segmentos sociais subalternizados à dimensão de natureza e, assim, justificar a reprodução de uma ordem social fundada na desigualdade. Talvez o que a questão ambiental esteja a exigir é um raciocínio que consagre um humanismo não-antropocêntrico.

neoliberal, livre das regulações pactuadas através de instâncias públicas, que vai se constituir na instituição de mediação social por excelência, continuaremos tendo o valor de troca e não o de uso, assim como as "vantagens comparativas" e não as necessidades sociais, locais/regionais/nacionais como valores instituintes. Já indicamos as contradições que daí advém para um desenvolvimento que se pretenda sustentável, tanto em termos ecológicos *strictu sensu*, como em termos sociais.

Por outro lado, como foi a questão social que nacionalizou o Estado, através da emergência da sociedade civil como fonte instituinte, resta saber como os movimentos sociais territorializados, que se constituíram no interior dessa sociedade civil, fragilizados, poderão encontrar um interlocutor com quem possam se identificar, pactuar, em suma, uma instância para dirimir os conflitos, essência das práticas democráticas, e que pressupõe uma territorialidade onde essa identidade de contrários possa se dar.

Destaque-se, ainda, que a lógica da empresa, por ser eminentemente econômica, implica uma territorialidade em permanente processo de desterritorialização-reterritorialização, completamente diferente da sociedade civil, que implica outros tipos de inscrição sócio-territorial, fundados não exclusivamente na dimensão econômica²⁷.

Assim como as sociedades sem escrita implicam uma territorialidade fundada no contato corpo a corpo e, portanto, na escala do espaço vivido; a escrita já permite territorialidades mais amplas, como a dos Impérios, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, em particular os eletrônicos, tornam possível uma deslocalização entre o exercício do poder e o lugar onde se vive. Daí termos destacado o caráter das telecomunicações, como comunicação à distância, que torna possível o controle remoto. Por mais que os teóricos da comunicação venham chamando a atenção, a nosso ver com razão, que os meios de comunicação de massa não determinam unidirecionalmente a decodificação da mensagem, é preciso que se enfatize, também, que através deles são pautadas as agendas do debate. Sendo assim, é, de fato, possível que se interprete as mensagens, mas é necessário se afirmar que a mensagem a ser decodificada/interpretada é posta por quem detém os meios para isso.

Sabemos, por outro lado, como esses meios de comunicação de massa são funcionalizados no sentido do consumo de massa. Através deles tem sido

²⁷ Ainda em 1992, o Conselho Nacional dos Seringueiros apontou essa diferença de territorialidade quando propugnou, nas Câmaras Setoriais para a discussão do preço da borracha, que se tomasse como referência do preço desse produto o salário mínimo nacional. Ao que uma multinacional italiana do setor de pneumáticos ameaçou se retirar do Brasil e se instalar na Argentina, caso essa referência fosse institucionalizada. Como os seringueiros não dispõem da mesma mobilidade e flexibilidade dessa empresa, o impasse estava criada através de uma verdadeira chantagem locacional.

possível difundir padrões culturais não só de consumo por empresas que, pelo seu porte, exigem comunicação à distância. E, não há como negar, que o pressuposto dos investimentos em marketing e publicidade é exatamente a possibilidade inscrita nesses próprios meios de se induzir esses padrões culturais. Sendo assim, as identidades coletivas pretéritas tendem a ver o seu ethos permanentemente des-envolvidos, propiciando desterritorializações/reterritorializações heterônomas. Assim uma ética do trabalho, e aqui nos encontramos no cerne de um valor instituinte não de sociedades não ocidentais, mas fundamentalmente ocidentais, se vê erodida por uma (est)ética do consumo.²⁸ O individualismo/narcisismo são os valores que parecem se afirmar, se olhados através da perspectiva hoje hegemônica na reorganização societária em curso. Todas as formas de identidades coletivas tendem a ser vistas de modo desqualificado: o sindicalismo é tido como corporativismo; o regionalismo como tradicionalista; o nacionalismo como xenófobo; os movimentos étnicos como tribais e atrasados; as religiosidades como o passado; o feminismo como sexismo etc... Sem entrar no mérito das diferentes visões e práticas inscritas nesses movimentos, que sabemos não são unívocas, o que observamos é uma tentativa de negação, de desqualificação, das identidades coletivas. No entanto, o que fica em aberto é que territorialidade estará emergindo a partir dessa reconfiguração que restabelece, tal como no liberalismo clássico, o indivíduo como mônada e, pior, o individualismo como valor supremo.

É possível identificarmos no ambientalismo um reforço dessa tendência ao imaginar uma nova territorialidade planetária, ao pensar a humanidade a partir da categoria biológica de espécie. A espécie humana não sai da natureza, como acreditaram os Iluministas. Ao contrário, é a sua própria natureza que lhes dá a possibilidade de reinventar suas instituições, seus valores, em circunstâncias históricas dadas. O ambientalismo está diante do desafio de ir além da dicotomia Natureza-Cultura ou Natureza e História ou ainda, da oposição Ciências Naturais e Ciências Humanas, com que o mundo ocidental vem se pensando até aqui. O fato de os ambientalistas relembrem aos cientistas sociais que o homem não sai da natureza ao instituir seus valores histórico-culturais, não os exime da responsabilidade de incorporar em suas dimensões a complexidade do instituir valores, normas, regras. É diante disso que estamos tratando quando refletimos sobre as relações entre a geografia política e o desenvolvimento. Há mais coisas no ar do que a simples tomada de consciência

²⁸ Não resistimos ao registro da manipulação de valores fundamentais da própria sociedade ocidental por parte desse complexo de midiocrização do mass media como, por exemplo, na propaganda do jeans LEE na década de setenta em que se afirmava que LIBERDADE É Uma Calça LEE Velha e Desbotada O sentido da liberdade foi, rigorosamente, para as calendas gregas.

de que habitamos o mesmo planeta, de que somos membros de uma mesma espécie. No terreno mundano do aqui e do agora, onde o futuro se tece no presente, são vários e contraditórios os interesses em disputa e considerá-los é condição para sabermos quem são os verdadeiros parceiros nessa viagem.

Tendemos a chegar às mesmas conclusões de Christian Topalov quando diz:

"quanto à moral ecológica, ela formula obrigações universais e instaura novos patriotismos: o culto do meu lugarejo e do "global village", que é o planeta, faz passar para o segundo plano o amor do meu país. Daí uma tensão sempre possível entre os porta-vozes do ecologismo e os "interesses nacionais" enunciados pelos Estados, notadamente nos períodos de crise, como o desdobramento dos Pershings na Europa pré-gorbacheviana ou o da Guerra do Golfo.

Essa redefinição das escalas tende, portanto, a reduzir a legitimidade do Estado Nacional como local de formulação de problemas e soluções. Ela constata o deslocamento do poder econômico para as multinacionais, cada vez mais independentes de suas bases territoriais originais. Ela ajusta o deslocamento de competências de gestão até então reservadas aos Estados para entidades supranacionais, as Zonas de Livre Comércio e suas instituições. O emagrecimento do Estado Nação é, de fato, considerado geralmente pelo ecologismo como um objetivo salutar.

Do mesmo jeito, o terreno da ação coletiva desloca-se. A tensão democrática no seio de sistemas regulados por Planos opunha grupos ou movimentos de cidadãos a um "partner" duvidoso, mas que parecia claramente identificável: uma "tecno-estrutura" potente, unificando os interesses de burocracias públicas, grandes grupos financeiros ou profissionais de ciência. Mas o discurso, então legítimo, do interesse geral e a coincidência do território das reivindicações com o de instituições representativas se ofereciam a uma tomada de ação coletiva. Tudo isso muda com a ruína dos sistemas de regulação estatal, as relações de força tendendo, doravante, a instaurar-se diretamente com forças intocáveis e num quadro jurídico incerto.

Além disso, uma das principais formas da racionalização planificadora tinha sido a definição dos direitos sociais que, ao longo do século XX, se inseriram, pouco a pouco, nas legislações e jurisprudências. Tais direitos - aos quais correspondiam, bem entendido, deveres - só podiam se instaurar no quadro do Estado-Nação, pois eles implicavam a criação de instâncias responsáveis por sua atuação. A passagem da linguagem dos direitos sociais a dos direitos do homem, outro aspecto da mudança de escala em questão, tem por consequência desqualificar as instituições

estatais nacionais como responsáveis por seu "respeito". O direito de ingerência nos negócios internos das nações, em nome do interesse superior da humanidade, torna-se um dever eticamente fundado. A administração Busch soube tirar disso as conseqüências, à sua maneira, na luta contra o tráfico de drogas no Panamá ou contra o "ladrão de Bagdá", poluidor além de tudo. No entanto, as mais estimáveis das organizações não governamentais não dispõem dos mesmos meios para impor os direitos do meio ambiente. Greenpeace perdeu um homem, assassinado por agentes do governo francês que gozam hoje de uma aposentadoria tranqüila. Compreende-se as esperanças que os defensores do meio ambiente podem colocar em instâncias éticas, judiciárias ou políticas internacionais das quais esperam que digam o direito e zelem por sua aplicação.

O que está, aqui, em debate é a capacidade do ecologismo construir os instrumentos de sua colocação em prática, os direitos equivalentes funcionais do que eram as burocracias e os direitos sociais nacionais para o paradigma antigo. Desse ponto de vista, um Schumacher e suas cooperativas pertencem ao último século XIX, enquanto o Clube de Roma se contenta em chamá-lo à tomada de consciência da humanidade. Se o ecologismo não chega a produzir outras respostas, é somente a restauração da liberdade do mercado que terá sido finalmente legitimada" (Topalov, 1992).

Havíamos salientado no curso deste ensaio que a categoria de soberania teve historicamente uma dupla dimensão, fundamental na configuração das territorialidades que ora estão em crise: de um lado como fonte legítima de poder que foi sendo deslocada do Estado para a Sociedade Civil à medida que as sociedades se democratizavam; de outro, a soberania dizia respeito, também, aos limites territoriais, geográficos, do exercício desse poder. O que está em jogo na aparência nos dias que correm é a dimensão geográfico-territorial. O que está subjacente é uma reorganização das fontes de poder que, na territorialidade planetária que se enseja, tem como protagonistas mais visíveis o capital financeiro, as grandes corporações transnacionais e o narcotráfico.

Como os ambientalistas lançaram a metáfora de que vivemos numa mesma nave, talvez coubesse lembrar que os grandes navios petroleiros, mesmo quando têm seus cascos perfurados, não afundam exatamente porque são compartimentados internamente, o que lhes permite chegar a salvo a algum porto. Caso não tivessem esses compartimentos, todo o seu óleo vazaria e o navio afundaria. Quem sabe o planeta tivesse um só comando político, uma só territorialidade, e não múltiplas como os estancos Estados Nações de hoje, ele já teria afundado? Fica, portanto, a sugestão de que o Estado Nacional pode ainda vir a cumprir um papel importante na sobrevivência do planeta e da

humanidade, respeitadas as diferenças e incorporando a justiça social como um valor fundamental da espécie humana²⁹.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, Ricardo (1992) "Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão". São Paulo Ed. Hucitec.
- Allegretti, Mary Helena (1987) "Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica", IEA, Curitiba.
- Anderson, Anthony et alii (1994) "O Destino da Floresta: Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia", Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- Anderson, Pierre (1978) "Linhagens do Estado Absolutista". Ed. Afrontamento, Porto, Portugal.
- (1995) in "O PósNeoliberalismo". Sader, E. (org). Rio de Janeiro.
- Arendt, Hanna (1982) A Condição Humana.
- Aristóteles (1974) "Aristóteles", Coleção Os Pensadores, Vol. II, São Paulo, Abril Cultural.
- Barros, Glimedes Rego (1981) "A Presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915) Senado Federal, Brasília.
- Becker, Bertha (1992) "A Geografia e o Resgate da Geopolítica". Rev. Brasileira de Geografia, Ano 50, Tomo 2. FIBGE.
- et alii (1993) "Gestão do Território e (Des)Integração Competitiva do Brasil. Projeto O Novo Mapa da Economia Brasileira: Desafios do Planejamento Regional", Rio de Janeiro. Mimeo.
- (s/d) "Repensando a Questão Ambiental no Brasil a Partir da Geopolítica", Rio de Janeiro, Mimeo.
- Benchimol, Samuel (1977) "Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois", Ed. Gov. do Amazonas, Manaus.
- Boff, Leonardo (1980) "Deus e o Diabo no Inferno Verde: Quatro Meses de Convivência com as CEBs do Acre", Ed. Vozes, Petrópolis.
- Bourdieu, Pierre (1992) "O Poder Simbólico", Ed. Difel. São Paulo.
- Brundtland, Gro (1991) "O Nosso Futuro Comum". Rio de Janeiro. FGV.
- Castells, Manuel e Mollenkopf, J.H. (s/d) "Is New York a Dual City? In: Dual City: Restructuring New York". Mimeo.
- Castel, Robert (1995) "Crise nas Proteções Sociais". Entrevista publicada na

²⁹ Como bem nos lembrou o geógrafo Milton Santos, em recente entrevista a Jô Soares, a geografia é uma forma de filosofia.

- Folha de São Paulo em 26/02/1995.
- Castro, Ferreira de (1972) "A Selva", Ed. Verbo, São Paulo.
- Cavalcanti, F. C. Silva (1983) "O Processo de Ocupação Recente de Terras do Acre", Dissertação de Mestrado NAEA/UFGA, Belém.
- Costa, Craveiro (1973) "A Conquista do Deserto Ocidental". Ed. Nacional, São Paulo.
- Chauí, Marilena (1982) *Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Claval, Paul (1979) "Espaço e Poder". Zahar editores, Rio de Janeiro.
- Cunha. (1982) *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Cunha, Euclides (1967) "À Margem da História". Ed. Lello Brasileiro, São Paulo.
- Cunha, Lucia Helena de O. (1988) "Reservas Extrativistas: Estudos Preliminares" - Relatório Apresentado à Secretaria de Ação Cultural/Min. da Cultura. IEA, Curitiba.
- Castoriadis, Cornelius (1982) *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- Colletti, Lucio (1982) "Ultrapassando o Marxismo". Rio de Janeiro, Paz e Terra. Rio de Janeiro.
- Cointe, Paul le (1906) "Exploitation et Culture des Aches e Caoutchouc en Amazonic". Societé de Géographie Commerciale". Paris.
- Duarte, Élio Garcia (1987) "Conflitos Pela Terra no Acre: A Resistência dos Seringueiros de Xapuri", Série Estudos Básica/UFAC. Rio Branco.
- Drucker, P.F. (1993) "As Novas Realidades". Ed. Pioneira. São Paulo.
- Dupuy, Jean-Pierre (1990) "Ordres e Désordres. Enquête sur un nouveau Paradigme". Paris, Seuil.
- (1982) "Contribuição à Crítica da Ecologia Política. Rio de Janeiro." Ed. UFRJ.
- Evers, Tilman (1984) "Identidade: A Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". In *Novos Estudos CEBRAP*, Vol 2, nº 4, São Paulo.
- Filocreão, A.S. Monteiro (1992) "Extrativismo e Capitalismo". Dissertação de Mestrado UFPB. Campina Grande.
- Foucault, Michel (1978) "Microfísica do Poder". Ed. Graal, Rio de Janeiro.
- Fernandes, Josué () "Festa de São Sebastião (Xapuri)". Ed. Galvez, Rio Branco.
- Goycochêa, Castilhos (1973) "O Espírito Militar na Questão Acreana: Plácido de Castro" Rio de Janeiro.
- George, Pierre (1973) "A Ação Humana". São Paulo, Difel.
- Giddens, A. (1991) "As Consequências da Modernidade". Ed. Unesp. São

- Paulo.
- Gryzbowsky, Cândido (1987) "Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo". Ed. Vozes, Petrópolis.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto (1989) "Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente". São Paulo, Contexto.
- (1985) "Os Limites d' Os Limites do Crescimento" Dissertação de Mestrado. Deptº de Geografia UFRJ.
- (1984) "Paixão da Terra: Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia". Rio de Janeiro, Rocco/Socii.
- (1994) "Por Uma Geografia Política da Questão Ambiental". Rio de Janeiro, mimeo.
- (1994) "Da Cidade Estado à Cidade Mundo: Alguma Coisa está Fora da Ordem... Da Nova Ordem Mundial". Rio de Janeiro, UFRJ. Mimeo.
- (1995) "Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável" UFRJ, Mimeo. Rio de Janeiro.
- Gramsci, Antonio (1974) "A Questão Meridional". Revista TEMAS. São Paulo
- Guatarri, Felix (1883) "Microplítica: Cartografias do Desejo". São Paulo.
- (1987) "La Nueva Dimensión del Trabajo". Jornal El País, Madrid, Espanha.
- Guerra, Antonio Teixeira (1995) "Textos Geográficos". Ed. Bertrand, Rio de Janeiro.
- Gutiérrez, Carlos Rojas (1992) "O Programa Nacional de Solidaridade: fatos e idéias em torno de um esforço". In *Comercio Exterior*, v.42. México. Transcrito na Revista Estudos Avançados, V.6, n. 16. São Paulo. Edusp.
- Haesbaert, Rogério C. (1993) "O Processo de Des-territorialização e a Produção de Redes. Territórios Aglomerados". III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. AGB/CNPq/UFRJ. Rio de Janeiro.
- Hardmann, F. Foot (1991) "O Trem Fantasma: A Modernidade na Selva". Cia das Letras São Paulo.
- Hopenhayn, M. (1988) "El Debate Postmoderno y la Dimensión Cultural del Desarrollo". In Fernando Calderón (org.) *Imágenes Desconocidas. La Modernidad en la Encrucijada Postmoderna*. Buenos Asires, Clacso.
- Harvey, David (1992) "A Condição Pós Moderna". Rio de Janeiro, Loyola.
- Hobsbaw, Eric (1991) "Nações e Nacionalismo desde 1780". Rio de Janeiro Paz e Terra.
- Kautsky, Karl (1968) "A Questão Agrária". Ed. Laemmert. Rio de Janeiro.
- Kosik, Karel (1982) "A Dialética do Concreto". Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Kurz, Robert (1993) "O Colapso da Modernização". São Paulo. Cia da Letras.

- Lacoste, Yves (1989) "A Geografia Serve Antes de Mais Para Fazer a Guerra". Papyrus, Campinas.
- Lévy, Jacques (s/d) "Ainda Existe Realmente Necessidade do Território ?" *Espaces Temps* 51-52.
- Lefort, Claude (1982) "A Invenção Democrática". Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Lima, Claudio de A. (1970) "Coronel de Barranco". Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Lima, Esperidião de Queiroz (1966) "11 Anos na Amazônia 1904-1915". Ed. Gov. do Estado do Amazonas, Manaus.
- Lima, Mario José (1986) "Capital e Pequena Produção" *Série Estudos Básicos/UFAC*, Rio Branco.
- (1994) "Capitalismo e Extrativismo". Tese de Doutorado em Economia, UNICAMP, Campinas.
- Loreto, Osvaldo di (1989) "Onde Começa a Delinquência ?" In *Revista Tempo e Presença*, nº 240, ano 11. Rio de Janeiro, CEDI.
- Loureiro, Antonio (1981) "A Gazeta do Purus". Imprensa Oficial, Manaus.
- Luxemburgo, Rosa (1974) "Introdução à Economia Política". Ed. Martins Fontes, Rio de Janeiro.
- Machado, Lia (1995) "Sociedade Urbana, Inovação Tecnológica e a Nova Geopolítica". In *Cadernos do LAGET* nº 5. Rio de Janeiro, UFRJ.
- Mandel, Ernest (1980) "Tratado de Economia Marxista". 4 vols. Ed. Bertrand, Lisboa.
- (1984) "Capitalismo Tardio". Abril Cultural, São Paulo.
- Martinello, Pedro (1988) "A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e Suas Consequências Para o Vale Amazônico". *Série Estudos Básicos UFAC*, Rio Branco.
- Meadows, Donald et alii (1978) "Os Limites do Crescimento". Cultrix, Rio de Janeiro.
- Maricato, Ermínia (1994) "Reforma Urbana: Limites e Possibilidades de uma Trajetória Incompleta". In *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*.
- Meira, Alfredo Arantes (1984) "A Revogação da Lei do Monopólio Estatal da Borracha: Suas Consequências Políticas, Sociais, Econômicas e Ecológicas Para a Amazônia" *Dissertação de Mestrado UFSC*, Florianópolis.
- Meira, Sylvio (1973) "A Epopéia do Acre". Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- Medeiros, Leonilde Sérvalo (1982) "A Questão da Reforma Agrária no Brasil: 1955-1964". *Dissertação de Mestrado USP*, São Paulo.
- Marx, Karl (1974) "O Capital", Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (1978) "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In: Marx, Karl - O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- (1974) "Grundrisses". 2 vols. Fondo de Cultura, México.
- e Engels, F. (1975) "O Manifesto Comunista".
- Morcira, Ruy (1980) "A Geografia Serva Para Desvendar Máscaras Sociais". In *Rev: Encontros Com A Civilização Brasileira*, nº 16. Rio de Janeiro.
- Morin, Edgar (s/d) "O Método". Mira-Sintra. Publicações Europa-América, vols. I, II e III.
- Mourão, Nilson Moura Leite (1988) "A Política Educativa das CEBs no Estado do Acre: Popular e Transformadora ou Clerical Conservadora". *Dissertação de Mestrado PUC*, São Paulo.
- Mumford, Lewis (1979) "A Cidade na História". 2 vols. Brasília, Editora UnB.
- Nunes, Juraci Regina Pacheco (1991) "Modernização da Agricultura: Pecuarização e Mudanças: o caso do Alto Purus". Ed. Tico-Tico, Rio Branco.
- Oliveira, Luis Antonio P. O. (1982) "O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro: a Periferias de Rio Branco". *Dissertação de Mestrado UFMG*, Belo Horizonte.
- Paula, Elder Andrade (1991) "Seringueiros e Sindicatos". *Dissertação de Mestrado CPDA/UFRJ Itaguaí*.
- Pinto, Nelson P.A. (1980) "A Política da Borracha no Brasil: A Falência da Borracha Vegetal". HUCITEC, São Paulo.
- Omaha, Kemiche (1989) "O Poder da Triade". Ed. Global, Porto Alegre.
- Ortiz, Renato (1992) "Cultura e Modernidade". Ed. Brasiliense, São Paulo.
- Platão (1973) "Textos Escolhidos". *Coleção Os Pensadores*, vol I. São Paulo, Abril Cultural.
- Prigogine, Illia e Stengers, Isabelle (1991) "A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência". Brasília, Ed. UnB.
- Raffestin, Claude (1993) "Por Uma Geografia do Poder". São Paulo, Ática.
- Reis, Artur Cesar (1953) "O Seringal e o Seringueiro". Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro.
- Rolnik, Raquel (1994) "Planejamento Urbano nos Anos 90: Novas Perspectivas para Velhos Temas". In *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*.
- Romano, Jorge (1986) "Identidade e Política: Representações e Construção da Identidade Política do Campesinato". In *Relações de Trabalho e Relações de Poder: Mudanças e Permanências*. Fortaleza.
- Sack, Robert David (1986) "Human Territoriality: Its Theory and History". Cambridge e outros, Cambridge University Press.
- Santana, Marcílio (1988) "Os Imperadores do Acre: Uma Análise da Recente

- Expansão Capitalista na Amazônia". Dissertação de Mestrado UnB, Brasília.
- Santos, Milton (1979) "O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbanas Países Subdesenvolvidos". Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- (1990) "Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo". São Paulo.
- (1994) "Espaço, Ciência, Técnica". São Paulo, Hucitec.
- Santos, Roberto (1984) "História Econômica da Amazônia".
- Sabóia, João (1994) "Tendências do Mercado de Trabalho Metropolitano: Des(assalariamento) da Mão de Obra e Precarização das Relações de Trabalho". In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana.
- Sassen, Saskia (1993) "A Cidade Global". In Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo, Hucitec/ANPUR.
- Silva, Adalberto Ferreira da (1986) "Ocupação Recente das Terras do Acre (Transferência de Capitais e Disputa pela Terra)". Ed. Gov. do Estado do Acre, Rio Branco.
- Silva, Marilene Corrêa (1989) "O Paiz do Amazonas". Dissertação de Mestrado PUC, São Paulo
- Souza, Marcio (1982) "Galvez, O Imperador do Acre". Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- (1987) "A Expressão Amazonense" Do Colonialismo ao Neocolonialismo". Ed. Alfa-Omega, São Paulo.
- Soja, Eduard (1993) "Geografias Pós Modernas". Ática, São Paulo.
- Sodré, Muniz. "A Máquina de Narciso".
- Souza, Marcelo José Lopes de (1993) "Miseropolização" e "Clima de Guerra Civil": sobre o agravamento e as condições de superação da questão Urbana" na metrópole do Rio de Janeiro. In Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro.
- (1994) "O Narcotráfico no Rio de Janeiro, sua Territorialidade e a Dialética Entre "Ordem" e "Desordem". Mimeo, Rio de Janeiro.
- (1986) "Espaciologia: Uma Objeção". Revista Terra Livre. São Paulo
- Silva, Luis Antonio Machado da (1994) "Violência e Sociabilidade: Tendências na Atual Conjuntura Urbana no Brasil". In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana.
- Pirenne, Henry (1969) "A Cidade na Idade Média".
- Preteceille, Edmond (1994) "Cidades Globais e Segmentação Social". In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Ribeiro, Gustavo Lins (1991). "Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. Revista de Antropologia, " n° 34, pp. 59-101.
- Ribeiro, Luis Cesar Queiroz e Santos Jr., Orlando Alves dos (1994) "O Futuro das Cidades Brasileiras na Crise". In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Teixeira, Carlos Corrêa (1980) "O Aviamento e o Barracão na Sociedade do Seringal". Dissertação de Mestrado USP, São Paulo.
- Tocantins, Leandro (1979) "Formação Histórica do Acre", 3 vols. INL/MEC/ Governo do Estado do Acre/Ed. Conquista, Rio de Janeiro.
- (1968) "Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido". Ed. Record, Rio de Janeiro.
- () "Amazônia: Natureza, Homem e Tempo".
- Thompson, E. (1982) "Exterminismo e Guerra Fria". São Paulo.
- Thonsom, J.E. e Krasner, S.D. (1990) "Global Transaction and the Consolidation of Sovereignty".
- Topalov, Christian (1992) "De la Planification à la L'Écologie. Naissance d'un Nouveau Paradigme de la Action sur la Ville et l'habitat". In A la Croisée des Chemins. Montreal.
- Vascellos, Carlos (1922) "Deserdados, Romance da Amazônia". Livraria Leite Ribeiro Rio de Janeiro.
- Veiga, José Eli (1993) "A Insustentável Utopia do Desenvolvimento". In Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo, Hucitec/ ANPUR.
- Veríssimo, José (1970) "Estudos Amazônicos". UFPA, Belém.
- Vesentini, José William (1985) "A Capital da Geopolítica". Ática, São Paulo.
- Virilio, Paul (1982) Guerra Pura. Ed. Brasiliense. São Paulo.
- (1988) El Residuo del Tiempo. El País. Madrid. Espanha.
- Waggley, Charles (1977) "Uma Comunidade Amazônica": Estudos sobre os Trópicos". Ed. Nacional, São Paulo.
- Walker, R.B.J. e Mendlowitz, S.H. (s/d) "Soberania, Identidade, Comunidade: Reflexões Sobre os Horizontes da Prática Política Contemporânea. Mimeo.
- Weber, Max (1970) "Economia e Sociedade". Forense. Rio de Janeiro.
- Zaluar, Alba (1989) "Criminalidade e Pobreza". In Revista Tempo e Presença, n° 240. Ano. Rio de Janeiro, CEDI.
- (1994) "Condomínio do Diabo". Rio de Janeiro, Ed. Revan- Ed. UFRJ.
- Zanoni, Mary Helena Allegretti (1979) "Os Seringueiros: Estudo de Caso em um Seringal Nativo". Dissertação de Mestrado UnB, Brasília.

RESUMO

O artigo em questão desenvolve uma análise da construção-reconstrução da ordem do Estado e da sociedade, passando por interfases e áreas do conhecimento como a Política e a Filosofia, encontrando aí a complexidade e a polissemia que caracterizam o espaço social.

Da idéia de desenvolvimento sustentado avalia a lógica moderna de apropriação do espaço e as inovações retóricas que sutilmente modificam a construção do espaço, demonstrando, desta forma, uma Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável e o papel do movimentos ambientalistas.

Numa perspectiva plural, objetiva compreender as novas transformações derivadas das ações estratégicas em contrapor moderno (mitificação da técnica) e arcaico, discurso do desenvolvimento às novas tecnologias e serviços e sua gama de significações. Com isso é possível desvendar certos mistérios e enovelamentos que são colocados modernamente pelos poderes públicos para propor o desenvolvimento.

ABSTRACT

Political Geography and Sustainable Development

The present article analyses the construction and the (re)construction of State and society's order, from the point of view of politics and philosophy and looking into the complexity and the many meanings that characterizes the social space.

The idea of sustainable development assess the modern logic of spatial ownership and the rhetoric innovation that subtly modify spatial construction, demonstrating in this way a Political Geography of Sustainable Development and the role of environmental movements. Its objective is to understand the new transformations derived from strategic actions that oppose the modern and archaic, a development discourse to the new technologies and services and all its meanings. Through this analysis it is possible to disclose some mysteries that are put by the public power to propose the development.

Palavras-chaves: Geografia Política - desenvolvimento sustentável - Estado moderno - movimento ambientalista

Key-words: sustainable development - Political Geography - modern State - environmental movement

ESPAÇO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: RELEITURAS DO TERRITÓRIO

Arlete Moysés Rodrigues¹

É importante destacar, de início, como a Geografia tem tratado a questão do meio ambiente. Considerando que o objeto principal de análise da Geografia é a organização do espaço, isto é, a diversidade sócio-espacial dos territórios, (re)produzidos pelos homens em sociedade, na qual o meio físico é condição e também produto Neil Smith afirma que:

"A menos que o espaço seja conceituado como realidade completamente separada da natureza, a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza" (Smith, 1988: 109).

De modo geral, desde as suas origens como ciência, no período moderno, a análise, na geografia, enfatiza as relações da sociedade com a natureza, tendo como premissa inicial a supremacia do homem sobre o meio, na medida mesmo em que o homem é "superior" e criado à imagem e semelhança de Deus.

Embora tenha-se gasto muita tinta para debater o ideário geopolítico e as idéias do determinismo e possibilismo geográfico, penso que uma questão intrigante sobre o determinismo/possibilismo geográfico é como os diversos autores puderam considerar o meio físico determinando comportamentos sociais se ao mesmo tempo consideravam o homem superior à natureza? Trata-se da negação da própria afirmação do iluminismo, do ideal do desenvolvimento e da crença científica na razão.

Da mesma forma, a atual crise ambiental parece ser também a negação da própria afirmação da ciência e da tecnologia como domínio sobre a natureza, na medida em que o acelerado desenvolvimento científico/tecnológico acelera também o uso destrutivo das condições naturais pretéritas. Cria, além disso, espaços segregados como o acúmulo de resíduos que não pode destruir e/ou até pelo contrário são altamente destruidores da vida.

Ao mesmo tempo a propriedade do saber científico, do conhecimento da natureza tenta ser preservada (apropriada monopolisticamente) através da Lei das Patentes. Cabe destacar que a "vida" não é uma invenção humana e que imitar a natureza é uma descoberta. É esta "descoberta", que é social e

¹ Profª. Dra. Depto. de Sociologia. IFCH-UNICAMP

cumulativa, que buscam os setores dos países dominantes monopolizar como conhecimento. Cabe destacar que a monopolização desse conhecimento é essencial para a sobrevivência do próprio capitalismo. Uma forma de preservar para o futuro o domínio de um tipo de mercado Mesmo que não se saiba, ainda, para que serve esta “descoberta”.

Debater estas questões podem ajudar a compreender como o espaço tem sido considerado o “alibi” para problemas decorrentes da produção social. Ao mesmo tempo, não se têm analisado as questões do ideário que se (re)constrõem cotidianamente de modo, ao mesmo tempo, fragmentado e globalizado. E que uma “nova” espacialidade se constitui com o desenvolvimento científico/tecnológico. Uma nova forma de apropriação privada do conhecimento social cuja dimensão espacial/territorial precisa ser compreendida.

Dito de outro forma, a “culpa” por ausência de um tipo de desenvolvimento foi atribuída as características da natureza (clima tropical, solos pobres etc.), sem questionamentos sobre o desenvolvimento entendido como progresso. A “culpa” pela possível falta de alimentos foi atribuída ao crescimento populacional e daí a necessidade de controle como propõem os (neo)malthusianos, sem analisar a distribuição da propriedade das terras produtivas e da concentração da riqueza e do poder.

No momento atual, a “culpa” pela destruição ambiental está sendo atribuída aos pobres e aos países ditos subdesenvolvidos, sem analisar as formas de produção do modo industrial de produzir mercadorias² e sem analisar onde e como se promove a destruição/poluição ambiental. Sem analisar, principalmente, como estes “problemas” podem e devem ser relacionados ao mercado.

Projeta-se uma “nova” territorialidade com implicações sócio-espaciais com a “lei das patentes”, que indicam outras formas de domínio políticos/espaciais. O ideário do “bem comum”, da solidariedade com as gerações futuras, guardadas em bancos de germoplasma ou especificadas no “conceito” de desenvolvimento sustentável, podem camuflar a compreensão de que há novas formas de dominação sob o manto da “solidariedade com as gerações futuras” e com o guardar o conhecimento do “bem comum” - na forma de propriedade do conhecimento para o futuro. Mas, mais do que isso, podem obscurecer que se trata, na verdade, do mercado ocultado pelo ideário do bem comum, da solidariedade com as gerações futuras.

Parece, na verdade, uma nova forma de ‘imperialismo’, o do império do saber científico, tecnológico, que permitirá aos que já dominam um determinado conhecimento “registrar” e manter o domínio, o império sobre a

² Utilizo o termo modo industrial de produzir mercadorias, porque caracteriza melhor a forma dominante de produção, presente tanto no mundo capitalista como no socialista.

natureza no “banco de dados”, não importando o limite dos Estados-Nações ou dos ecossistemas. Procuram ocultar, no discurso, tanto a nova característica do domínio territorial/espacial como a produção social do conhecimento e o “pousio” visando um mercado futuro.

É importante salientar que não se vive sem ocupar espaço e cada corpo não ocupa o mesmo espaço ao mesmo tempo. Parece óbvio que dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo, no entanto, esta questão só se torna relevante neste findar do século XX, quando a problemática ambiental ganha visibilidade pública e política, quando a destruição/poluição atinge a globalidade do globo terrestre e quando novas “questões” redimensionam (re)leituras do território.

Como a maioria destas questões está camuflada no debate científico sobre a globalização econômica, rompendo as fronteiras nacionais, temos que repensar o significado da tecnologia e da propriedade futura, definindo as possibilidades territoriais e a ocupação dos “espaços” não como “corpo” físico mas como delimitação de propriedades - como papel - que garantem mercados estabelecendo barreiras contra a socialização do saber.

Portanto, a categoria - espaço -, analisada sob o ponto de vista da problemática ambiental é indispensável e fundamental, pois é preciso pensar as formas de intervenção no continente que diminuam os impactos ambientais tão desastrosos para a *sociedade sustentável* e ao mesmo tempo conscientizar os cidadãos sobre a problemática sócio-ambiental. E neste sentido é preciso compreender as diferenças de significado das propostas de *desenvolvimento ou sociedade sustentável*.

Metodologicamente é fundamental abordar o *espaço* não separado do *tempo*, pois ambas as categorias são inseparáveis e constitutivas da sociedade.

Evidentemente esta não é uma questão fácil para aqueles formados com as idéias de Kant, que propôs a separação das ciências: “Geografia” e “História”. E assim, de certo modo, a separação do *tempo do espaço* e a *sociedade do seu meio*. A influência do pensamento kantiano, na Geografia, fez com que separássemos, nos nossos trabalhos, o tempo do espaço e a sociedade da natureza. Separamos, nas pesquisas, o que é inseparável na realidade.

Uma tarefa atual é analisar, nos processos de (re)produção da natureza e da sociedade, o *tempo e o espaço* (e não o tempo ou o espaço) levando em conta que o tempo geológico ou da formação dos ecossistemas é diferente do tempo social. Ron L. Eicher faz uma comparação apropriada para compreender a diversidade do tempo geológico do da organização da sociedade.

³ Podemos verificar as diferenças quando comparamos os documentos da CNUMAD -Agenda 21 - com os tratados das ONGs e Movimentos Sociais do Fórum Global/Rio 92.

Comparando o tempo geológico de 4,5 bilhões de anos - ou seja, o tempo estimado da formação do planeta até hoje - com um ano, teríamos o seguinte: as rochas mais antigas datariam de março; plantas e animais teriam aparecido em novembro; em 15 de dezembro teriam aparecido os primeiros mamíferos, desaparecendo logo depois os dinossauros. Faltando 4 horas para a meia noite teria surgido os primeiros Homo Sapiens e faltando pouco mais de um minuto ocorre a revolução neolítica e a um segundo do "Reveillon" estouram as bombas atômicas (Eicher, 1969). No tempo social apontamos as transformações em séculos. E num único século, a velocidade das transformações são tão extraordinárias que corresponderiam a segundos na dimensão geológica.

Esta dimensão dos diferentes 'tempos' precisa ser incorporada nas análises sobre a natureza e a sociedade e nas propostas de produção e consumo, principalmente neste findar de século XX, onde a velocidade de transformação sócio espacial tem provocado o esgotamento de "reservas" naturais não renováveis e podem transformar a vida em sociedade de forma inimaginável. Como será a vida no século XXI ou XXII sem gasolina para os automóveis?

Esta velocidade de transformação tem-se manifestado também na transformação do conceito de renovabilidade de recursos naturais. Alguns recursos que até recentemente eram considerados "renováveis" como a água, o ar, vegetação e mesmo os solos, sofrem um processo irreversível de esgotamento, poluição, destruição, tornando-se hoje recursos "não renováveis". Ao mesmo tempo, propõem-se que "determinados" recursos e seus processos sejam "catalogados" pela legislação "em direitos intelectuais" de "descoberta" para usos futuros. Prevendo-se "esgotamento" de recursos e destruição da biodiversidade, não se procura alterar as formas de produção de mercadorias mas sim de "guardar" alguns possíveis "recursos para um mercado 'futuro'. A velocidade de transformação no tempo histórico/social tem como contrapartida a "necessidade" de guardar a própria natureza em espaços segregados (os parques, áreas de preservação, e até em bancos de dados. Mas, enquanto isso, a diversidade social está sendo homogeneizada nos processos de globalização dos mercados.

Com a dinâmica e a aceleração da criação destrutiva do processo de produção/consumo, alterou-se a idéia de que os problemas ambientais são locais. Hoje considera-se que os problemas precisam ser analisados como globais. A globalidade precisa ser compreendida não apenas no sentido sócio-econômico mas também, e necessariamente, no que refere à natureza, à biosfera. Muito embora em todo o processo de ocupação da terra o homem (em sociedade) possa ser considerado um predador, será com a revolução industrial que o processo de utilização/destruição da natureza se acelera.

Na segunda metade do século XX, principalmente após 1972 com a

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, descortinou-se problemas ambientais graves. Porém, como bem observa René Passet, o que se evidenciava eram danos profundos mas localizados e específicos que o desenvolvimento inflige à natureza (Passet, 1994). Propôs-se, então, uma série de medidas buscando atenuar os impactos ambientais localizados e localizáveis.

Atualmente, principalmente após a Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, verificou-se que os problemas estão ao nível da biosfera, pois a natureza não tem fronteiras nacionais e nem locais. As chuvas ácidas não ocorrem apenas nas áreas de concentração industrial, mas relacionada às correntes do ar provocam danos em grandes extensões de florestas, em áreas distantes de qualquer fonte direta de poluição. Da mesma forma a destruição da camada de ozônio pela utilização do Clorofluorcarboneto - CFC -, cujos danos aos homens são já bastante debatidos, demonstra que hoje o problema ambiental está relacionado à biosfera. Também o efeito estufa que pode ocasionar mudanças climáticas mostra a dimensão da globalidade da poluição e destruição da natureza.

Problemas globais que precisam ser debatidos na esfera mundo através da Federação dos Estados Nações - ONU -, mas que necessariamente precisam ser referendados pelos mecanismos institucionais dos Estados-Nações. Estes mecanismos institucionais (os seus 'representantes') das nações do chamado Terceiro Mundo sofrem pressões internacionais no interesse dos países do Primeiro Mundo (da classe dominante desses países), sobre os chamados países dependentes.

Retomando a questão inicial, ou seja, como a Geografia tem tratado a problemática ambiental, temos a destacar que como todas as ciências constituídas no século XIX, a Geografia está embuída do ideário iluminista, das idéias de progresso, da crença na fé cega na ciência - ou seja, na sacralização da ciência-, que também diz respeito ao domínio da natureza para servir ao homem -ser superior - (no sentido judaico cristão) e científico (como o único ser sábio na natureza). Com o *tempo* (dada a evolução da ciência e da técnica) parecia que tudo se resolveria no *espaço* e se poderia assim, infinitamente, apropriar-se do meio ambiente físico ou da natureza transformada.

As limitações na escala de análise (temporais e espaciais) da escala global foram obscurecidas pela sacralização da ciência, pela metodologia da prospecção e simulação de resultados. Analisando apenas uma pequena fração da terra ou da sociedade - ou aspectos da sociedade - generalizavam-se os

⁴ Como apontado no final do século XIX por Robert Angus Smith. Veja-se Mackbeen Bill O Fim da Natureza-, 1989.

resultados como se ocorressem na dimensão do real.

É necessário também apontar que a ciência moderna provoca a naturalização da sociedade e a socialização da natureza, pois temos que levar em conta que a ciência moderna:

"Provoca uma ruptura ontológica entre o homem e a natureza, na base da qual outras se constituem, tais como a ruptura entre o sujeito e o objeto, entre o singular e o universal, entre o mental e o material, entre o valor e o fato, entre o privado e o público e, afinal, a própria ruptura entre as ciências naturais e as sociais" (Santos, 1991: 66).

A ruptura, que não "deveria" ter ocorrido na Geografia considerando-se que seu objeto de análise é o espaço, não só ocorreu como também separou a Geografia Física da Geografia Humana, dificultando a análise da globalidade da natureza e da sociedade.

Este é um desafio para nós geógrafos, se pretendemos realizar (re)leituras do território, (re)agrupando nas nossas análises o que a natureza não separou. E para isso é preciso debater - para compreender - quais os métodos de análises corretos para a sociedade e para a natureza. Esta questão é fundamental, pois se a natureza tem leis físico/químicas, a sociedade tem normas de organização societárias⁵. Será correto utilizar o mesmo método de análises para as duas áreas de conhecimento? Ou trata-se da superação do paradigma da ciência moderna para construir a ciência e a sociedade do futuro com a integração social e espacial?

Penso que a globalidade da natureza tem contrastado com a ausência de compreensão desta mesma globalidade. Tem-se analisado a globalidade sócio-econômica, tanto pelos setores denominados de esquerda como de direita, mas a ênfase tem sido a medição da produção de mercadorias.

As análises econômicas tem enfatizado a interdependência mundial e a natureza, quando aparece, corresponde a um aspecto da realidade. Por exemplo, a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos mostra que pelo menos enquanto categorias analíticas e comparativas o mundo sócio-econômico é tido como totalidade. Esta classificação indicava tanto a globalidade - o parâmetro era o mesmo para todas as regiões do mundo -, como a fragmentação, dadas pelas características de cada país. A natureza, o meio físico, nestes estudos, aparecia ora como obstáculo (países tropicais) e ora como fonte de riqueza (países temperados) a ser apropriado pelo homem. Ou, também como consta de várias análises, os países tropicais, por serem

⁵ Mesmo que algumas delas tenham nomes de leis, são normas que não seguem um padrão universal e repetitivo. Um exemplo são as recifes de corais que através dos séculos se reproduzem da mesma forma, enquanto as habitações humanas alteraram-se profundamente desde o homo sapiens.

ricos em recursos naturais, eram também sinônimo de desperdício e da "preguiça" de sua população. Eram, essas análises, ao que tudo indica, uma reedição do determinismo/possibilismo geográfico do mundo antigo e medieval.

Ao mesmo tempo nessas análises globalizantes - e espaciais - a categoria tempo obscurecia a espacial, pois considerava-se que com o tempo as diferenças, e dadas determinadas condições sócio-econômicas, desapareceriam⁶. Incorpora-se, nessas análises, o intercâmbio economicamente desigual relacionado a divisão internacional do trabalho e às formas de exploração de mercados diferenciados.

Mas, estas análises negligenciam, talvez até por falta de compreensão, a análise espacial de forma mais profunda. Pois, ao mesmo tempo em que ocorre a troca economicamente desigual ocorre também o intercâmbio ecologicamente desigual. O termo intercâmbio ecologicamente desigual expressa aspectos importantes que extrapolam as análises sócio-econômicas, pois a dependência econômica não se manifesta apenas na subvalorização do trabalho nos países dependentes (ou subdesenvolvidos) mas também no intercâmbio desigual em relação à produtos não renováveis ou só lentamente renováveis⁷, compreendidos os elementos fertilizantes do solo incorporados em exportações agrícolas e os produtos importados de escasso valor ecológico. Alguns exemplos, extraídos de Joan M. Alier, dão idéia do significado do processo de intercâmbio que extrapola a questão da exploração diferencial do trabalho e da deterioração dos termos de troca:

"Esta es, por exemplo, la historia de la exportación y de gas, y de otros minerales y metal, pero también la del guano y la harina de pescado de Peru.... El guano era conocido como fertilizante desde antes de los Incas... algunos miles (de peruanos) sometidos a servidumbre crediticia extraían excrementos de pájaros para enviarlos a Europa, a un ritmo que em alguns anos llegó al medio millón de toneladas..." (Alier, 1991: 59).

Sobre o petróleo e sua relação com o custo energético e a pobreza do milho importado, assim se expressa o mesmo autor:

"Por ejemplo, la agricultura campesina mexicana es desde el punto de vista de la eficacia energética y de conservación de la biodiversidad del maíz superior a la de los Estados Unidos. Sin embargo, México exporta petróleo e gas barato a los Estados Unidos, que vuelven a México, una parte convertido em maíz de los campos de Kowa, un maíz de importación de un gran custo energético y de débil interés genético" (idem, ibidem).

⁶ Em várias análises é possível verificar tais aspectos. Desde a célebre obra de Yves Lacoste - Os países subdesenvolvidos, como nas obras dos Cepalinos.

⁷ Alier, Joan Martine utiliza a expressão: intercâmbio ecologicamente desigual para demonstrar a complexidade das questões sócio-ambientais (Alier. J.M 1992 e 1991).

Um outro aspecto do intercâmbio ecologicamente desigual é explicitado na transferência de resíduos dos países industrializados para os países pobres. Resíduos em geral tóxicos.

"Entre 1986 Y 1988, 3.176.000 toneladas de basura fueran enviadas desde los países industrializados hacia 15 países del Tercer Mundo" (Navia, s/d).

Outros exemplos podem ser acrescentados, porém penso que a questão fundamental é que a compreensão desse processo permite verificar tanto a questão da deterioração das condições ambientais como a perda da biodiversidade e do intercâmbio de energia, através das trocas internacionais, que precisam ser aprofundadas para que a análise espacial seja mais complexa e quem sabe completa.

Se considerarmos que o intercâmbio que se estabeleceu entre os países do centro do sistema e a periferia, caracteriza-se como *intercâmbio ecologicamente desigual*, será necessário repensar a problemática da dívida externa não apenas como fluxo de capitais (que aliás vão do sul para o norte e não do norte para o sul), mas também pelos recursos naturais que foram carreados do sul para o norte. Assim, a importância de releituras do território tornam-se mais complexas e fundamentais para a Geografia e para os geógrafos.

Um outro elemento a ser considerado, no momento atual, sobre o intercâmbio econômico e ecologicamente desigual, se traduz nos debates e nas pressões para a votação de Lei de Patentes. Trata-se da incorporação de uma nova dimensão do "mercado" que circulará na forma de registro das descobertas científicas, não importando se a potencialidade da natureza (descoberta científica?) esteja localizada ou não no território-nação dos organismos de pesquisa.

Assim, não mais apenas a circulação de mercadorias e/ou do papel de propriedades das terras rurais e urbanas e das unidades edificadas, mas também o conhecimento científico da natureza - para possível uso futuro - circulando como mercadoria. A propriedade do conhecimento para além das fronteiras dos Estados-Nações. Trata-se de uma nova forma de apropriação dos setores dominantes das nações tecnologicamente desenvolvidas sobre as nações periféricas?

Trata-se, na verdade, do mercado para o futuro camuflado pela retórica da cientificidade, da retórica de "guardar" o conhecimento científico para o "bem comum", visando as gerações futuras. E quem pode "zelar" por este conhecimento? Os países do centro do sistema, em especial os Estados Unidos, se consideram os melhores guardiões para o futuro. Trata-se da globalização do mercado atual e futuro. Trata-se da monopolização do conhecimento da natureza independente de onde se localiza - no espaço - esta característica da

"vida" e - do tempo - ecossistêmico de sua formação.

O documento elaborado pelos países latino americanos para a CNUMAD - Rio 92 - "Nossa própria Agenda sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento" explicita que não há, em relação à problemática ambiental, nenhuma nação periférica, o que demonstra que a globalidade da natureza começa a ser compreendida. Aponta que o norte tem uma dívida ecológica com o sul, pois o crescimento e o desenvolvimento do norte ocorreu com base na exploração predatória do Terceiro Mundo, o que indica que amplia-se o conhecimento sobre as formas sociais de apropriação da natureza.

Será, assim, a problemática ambiental que (re)colocará em evidência a necessidade de compreender o espaço - não como fetiche - mas como contradições da produção social do espaço. Recoloca, pois amplia as formas pelas quais as análises, das ciências da sociedade e das ciências da natureza, incorporam a questão do meio ambiente e as formas de apropriação da natureza

A problemática ambiental traz a tona, e é preciso desvendar à partir desta ponta de iceberg, que o ideário do desenvolvimento, mesmo o que é chamado de desenvolvimento sustentável, é compreendido como contínua produção de novas mercadorias, o que é fundamentalmente problemático.

Para se atingir uma meta (a do desenvolvimento) o modelo de desenvolvimento está destruindo as fontes de "recursos", de riquezas. E o desenvolvimento científico tecnológico que parecia tudo resolver, com o tempo, tem provocado uma alteração (e muitas vezes a destruição) em escalas de tempo e de espaço nunca antes pensadas. A retórica do desenvolvimento sustentável não pode impedir de compreender as formas atuais de exploração sócio-espacial.

As contradições estão impressas no espaço deste modo de produção, que produz ao mesmo tempo mercadorias e territórios desejáveis e vendáveis e territórios indesejáveis⁸.

As mercadorias vendáveis e desejáveis são parte integrante do ideário do desenvolvimento e dos ideais simbólicos de todos os cidadãos do mundo unipolar deste final de século, passando pelos objetos e territórios como pelas idéias que são veiculadas no mundo colorido das imagens de TV.

As mercadorias e territórios indesejáveis e vendáveis são muitas e variadas. Utilizo o termo indesejável no sentido de que não foram "planejadas" como mercadorias, muito embora com o tempo - e com o desenvolvimento -

⁸ Território é aqui entendido como espaços/lugares/paisagens com fronteiras demarcadas, mesmo que simbolicamente. Como expressa Berta Becker "o território não é apenas o espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um, sobre uma área precisa. O território é produto "produzido" da prática social e também um produto "consumido" vivido e utilizado como meio, sustentando a prática social (Becker, 1983).

acabem tornando-se mercadorias (como os filtros anti-polução, mecanismos anti-ruídos etc.). São mercadorias que "deterioram" determinados territórios tornando-os indesejáveis para a riqueza e para o poder. Vão desde as que se deslocam no território - alimentos deteriorados, automóveis poluidores - como aqueles fixados no território - casas pobres ou sub-habitação e infra-estrutura precária ou ausência desta, tendo como consequência esgotos e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e saúde precária. Estes "ambientes" são tidos como desvios da meta de desenvolvimento sem que se questione o próprio conceito de desenvolvimento.

A descoberta de que há uma questão ambiental que provém das formas pelas quais a sociedade se relaciona com a natureza, traz em seu bojo, como afirma Eda Tassara, a crise política da razão:

"A crise ambiental é, portanto, uma crise política da razão, que não encontra significações dentro do esquema de representações científicas existentes para o reconhecimento da natureza social do mundo, que foi histórica, técnica e civilizatoriamente produzida. O 'ocidente' está diante do dilema - o universo, o mundo, isto é o representável em sua última instância, mudou de significação. Tornou-se contexto de ambiente" (Tassara, 1992).

A descoberta de que é uma crise política da razão requer dos geógrafos um repensar das questões espaciais - das metáforas espaciais-, pois o ideário do desenvolvimento está em crise. Uma crise que é paradigmática. E que como toda crise tem riscos e oportunidades. Riscos de que tudo permaneça como antes e oportunidade de alterar as formas pelas quais as crises ocorrem. Oportunidade impar, no momento atual, pois como diz Amílcar Herrera é a primeira vez na história da humanidade que esta possui o conhecimento necessário para resolver todos os problemas materiais ligados à base material da vida. Mas os riscos também parecem muito grandes. No debate atual parece predominar o pensamento neoliberal, atribuindo ao mercado a possibilidade de resolver todos os males da humanidade, inclusive a problemática ambiental.

Nas premissas e objetivos, embora não explicitadamente, do "desenvolvimento sustentável" expresso pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento "Nosso Futuro Comum", bem como nos Tratados assinados na CNUMAD - Rio 92, está presente o mercado como o responsável pelo desenvolvimento. O mercado capitalista, como apontamos neste trabalho, está umbilicalmente ligado ao intercâmbio econômica e ecologicamente desigual, portanto, como considerar que este mesmo mercado resolverá os problemas das gerações presentes e das gerações futuras?

Mas, em que pese o predomínio do pensamento neoliberal, os documentos da ONU referem-se e são (ou não) assinados e referendados pelos Es-

tados-Nações, o que implica em reconhecimento do poder do Estado para regulamentar a apropriação e a produção do espaço. Qual é, hoje, o "papel", a "função, a "responsabilidade" do Estado-Nação para, se não resolver, minimizar a problemática ambiental? Poderão os Estados do chamado Terceiro Mundo deixar para o mercado a resolução de problemas criados no âmbito do mesmo mercado?

Dentro deste contexto é necessário proceder (re)leituras do território, onde a natureza não apareça como algo isolado da sociedade, mas pelo contrário, totalmente apropriada e transformada pela sociedade. Esta apropriação diz respeito à várias formas de propriedade territoriais, sejam elas individuais ou estatais. Na globalidade, no espaço das nações podemos exemplificar com a Antártida dividida entre países, assim como os ares e os mares territoriais "pertencem" aos diferentes países. O que nos coloca claramente que, pelo menos na problemática ambiental, o Estado-Nação não pode abrir mão das necessárias regulações e regulamentações das normas de uso do território

De forma geral, a questão ambiental coloca a necessidade de releitura do território, onde é preciso considerar e compreender a complexidade da apropriação, da produção, do consumo, da distribuição, a complexidade ecossistêmica que se estabelecem ao longo do território, das organizações societárias com a natureza.

Trata-se não da socialização da natureza ou da naturalização da sociedade mas da busca de compreensão das interrelações e das especificidades, pois a compreensão será atingida não com a soma das partes, mas com a análise concreta da realidade, com a superação do atual paradigma científico-tecnológico e a construção de novos paradigmas científico, pois :

"a ordem espacial da existência humana provém da produção(social) do espaço, da construção de Geografias Humanas que refletem e configuram o ser no mundo. Similarmente, a ordem temporal se concretiza na construção da história, simultaneamente cercada e cerceadora, numa dialética evolutiva que tem constituído o cerne ontológico do pensamento marxista há mais de 100 anos. Para completar a tríade existencial necessária, a ordem social do ser -no - mundo pode ser vista como algo que gira em torno da constituição da sociedade, da produção e reprodução das relações, das instituições e das práticas sociais. O modo como esse nexos ontológico do espaço-tempo-ser é conceitualmente especificado e recebe um sentido particular na explicação dos eventos e ocorrências concretos é a fonte geradora de todas as teorias sociais sejam elas críticas ou outras. Ela fornece um tema inspirador através do qual se pode examinar a interação entre História, a Geografia e a modernidade" (Soja, 1993: 35).

Penso que o nexos-ontológico espaço-ser-tempo constitui a

(re)descoberta do espaço - uma nova relação da sociedade com a natureza e a possibilidade de construção da metáfora espaço-temporal e para a construção da Geografia, uma necessária e fundamental releitura do território em que se compreenda e defina a ação dos diferentes agentes produtores e consumidores deste território.

A sociedade moderna é a sociedade do descartável, que amontoa-se em grandes lixões, seja o industrial, seja o doméstico, seja o hospitalar, seja o tóxico, onde impera o mau cheiro e grandes possibilidades de contaminação de várias doenças. A sociedade do descartável que "utiliza" a natureza (destruindo-a), produzindo mercadorias que se amontoam, pois não são deterioráveis (são apenas descartáveis). A sociedade descartável também se amontoa em favelas, cortiços, baixos de pontes, onde impera a miséria e a fome. A sociedade é descartada quando, ainda jovem, não consegue alta produtividade no trabalho ou quando não acompanha a velocidade de transformação tecnológica ou quando é "excessiva" para as necessidades de produção.

Fazer a releitura do território, significa compreender a dinâmica desta sociedade moderna (ou pós-moderna?), que transforma-se e transforma a natureza em velocidade impressionante.

Mas também, para além do debate "legislativo" sobre a Lei das Patentes, implica em tentar verificar se não se estabelece uma "nova" territorialidade, uma nova forma de dominação ecologicamente e economicamente desigual

Parece, cada vez mais, não ser apenas o território - físico dos Estados-Nações - Espaço é Poder - ou político/econômico da dominação imperialista - Domínio da Produção Econômica, que delimita o poder, mas sim o "conhecimento" da natureza que pode ser "congelada", guardada num banco de dados (ou de germoplasma). Assim, o território não é mais objeto de luta relacionados aos processos de produção, mas sim ao conhecimento de sua potencialidade, *no vir a ser*.

Evidentemente quando pensamos em "recursos" naturais como o carvão, petróleo ou em outros minerais e vegetais, estes apareciam como objeto de disputa territorial quando já se conhecia suas potencialidades, contudo, o que parece permear o conhecimento da natureza no atual momento da história é a "potencialidade" do futuro, ainda que desconhecida, é o *conhecimento do território, da vida, como reserva de valor* para exploração de determinadas possibilidades de uso de bancos genéticos. Os Bancos de germoplasma, a biotecnologia como reserva de valor (entregue futuramente ou imediatamente ao mercado), como propriedade futura.

Cabe-nos, assim, fazer releituras do território que demonstrem as características da dívida social/ecológica do norte, com o sul, que possibilitem

um conhecimento da dívida advinda da exploração econômica e ecologicamente desigual do passado e a que se remete para o futuro, ou seja, a do conhecimento da produção natural que é aprisionada em dados ou "congeladas" para o futuro comum no mercado de proprietários da mercadoria "conhecimento da natureza".

Penso, também apenas para iniciar o debate, que não é suficiente colocar que o mercado que até o momento não deu conta de resolver os problemas da humanidade não o resolverá no futuro. É preciso compreender que há diferentes matrizes discursivas sobre o território para compreender que o discurso do mercado é desterritorializado ou se remete apenas à territorialização social e não a territorialidade espacial. A matriz discursiva dos Estados-Nações é aqui utilizada no sentido explicitado por Berta Becker que inclusive tem apontado estas questões nas análises das novas relações internacionais e consequentemente em novas características da geopolítica.

Referências Bibliográficas

- ALIER, Joan Martine - 1992 - "Ecologismo de los Pobres". In: Revista Envio n. 125 - Nicaragua.
- BECKER, Berta - 1983 - "O uso político do Território - Questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo" - UFRJ. Depto. de Geociências. Rio de Janeiro.
- COMISSIÓN de Desarrollo Y Medio Ambiente de America Latina Y el Caribe - 1990. "Nuestra Própria Agenda sobre Desarrollo Y Meio Ambiente".
- EICHER, R.L 1969 - "O Tempo Geológico" - Editora Edgar Blucher - USP.
- JEREMY, Legget - 1989 - "20 preguntas sobre las negociaciones del clima" - Greenpeace.
- LACOSTE, Yves - 1966 - "Os países subdesenvolvidos" - Difusão Editorial
- MacKBEEN, Bill - 1990 - "O fim da natureza" - Editora Nova Fronteira.
- NAVIA, José M. Borrero - s/data - "Direito ambiental - o direito a um ambiente vivível". (mimeo)
- PASSET, René - 1994 - "A co-gestão do Desenvolvimento Econômico e da biosfera" - In: Caderno de Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPR - n. 1.
- RODRIGUES, Arlete Moysés - "A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço : Uma nova relação sociedade-natureza?"
- SANTOS, Boaventura - 1991 - "Uma Introdução à Ciência pós moderna" - Editora Graal.
- SMITH, Neil - 1988 - "O Desenvolvimento Desigual" - Bertrand Brasil.
- SOJA, E. - 1993 - "Geografias Pós Modernas" - Ed. Jorge Zahar.
- TASSARA, Eda 1992 - "A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação" - in Revista Espaço & Debates, nº 35.

RESUMO

O artigo trata, à partir da (da metáfora espaço temporal e do nexa ontológico espaço-ser-tempo) organização do espacial e da diversidade dos territórios, o modo como a Geografia vem discutindo a problemática do meio ambiente. Das dimensões tempo e espaço, como entidades em constante relação e intrincadas, avalia a necessidade de incorporação delas às análises sobre a natureza e à sociedade. Analisa a globalidade econômica como indutora da dinâmica de aceleração da destruição da natureza e de seus recursos. Para isso é preciso enfrentar o desafio de realizar (re)leituras do território (re)agrupando as análises o que a natureza não separou.

O autor revela ainda que, com a problemática ambiental, é colocada em evidência o espaço enquanto contradição da produção social do espaço, onde estão o ideário do desenvolvimento e suas recentes aquisições: o desenvolvimento sustentável e o avanço tecnológico. Este fato induz uma busca de compreensão das interrelações e das especificidades - do espaço e do território - para a superação do atual paradigma científico e tecnológico.

ABSTRACT

Space, environment and development

The article, starting from the temporal spatial metaphor and from the ontological link space - being - time, deals with spatial organization and territorial diversity in the way Geography has been discussing the environment. From time and space dimensions, considered as institutions in constant and intricate relationships, it is evaluated the necessity of their incorporation to the nature and society analysis. It also analyses the economic globality as an instigator of acceleration's dynamic of nature and its resources destructions. It is necessary to face the challenge of making a (re)reading of the territory, (re)grouping the analysis that nature has not separated. The author still reveals that, based on the environmental aspect, the space is evidenced as a contradiction of the social production of space, due to the idea of development and its recent acquisitions: sustainable development and technological advances. This fact induces a search for the understanding of the interrelationships and specificities - of space and territory - for the overcome of the present scientific and technological paradigm.

Palavras-chaves: espaço - meio ambiente - desenvolvimento - território

Key-words: environment - territory - sustainable development - time/space

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: MITO OU REALIDADE?*

*Alexander Sergio Evaso***
*Clayton Bittencourt Jr.***
*Márcio Abondanza Vitiello***
*Silvia Maria Nogueira***
*Wagner Costa Ribeiro****

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito que vem sendo amplamente utilizado pelos mais diversos segmentos da sociedade civil internacional. Muitos interesses ancoram-se neste conceito objetivando conquistar recursos financeiros para implementar projetos ambientais. Ao vermos empresários, políticos, ambientalistas e trabalhadores empregando a expressão Desenvolvimento Sustentável nos questionamos como um conceito pode servir a grupos tão antagônicos. Sendo assim, objetivamos discutir crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, premissas do Desenvolvimento Sustentável, à luz da seguinte questão: a quem serve o discurso do Desenvolvimento Sustentável?

Inicialmente, veremos os conceitos de crescimento e desenvolvimento. O conceito de crescimento econômico foi a matriz do chamado desenvolvimento econômico, como veremos. Já o desenvolvimento será trabalhado de duas maneiras: quantitativamente e qualitativamente. Além dessas visões, acrescentaremos a componente ambiental discutindo a sustentabilidade diante de uma economia de mercado calcada numa divisão internacional e territorial do trabalho (DITT).

* Este artigo foi desenvolvido no Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia (DG) da USP. Inúmeras reuniões ocorreram, na forma de seminários, para que chegássemos a este produto. Nosso objetivo inicial era o de estudar temas ambientais. O amadurecimento das discussões levou-nos à redação deste texto. Nas etapas preliminares do trabalho, contamos com a colaboração dos colegas Angélica Ferreira Pires, Luiz Alves Brígido Maia e Sibebe Ezaki, também alunos do DG. Por fim, nossos agradecimentos às sugestões e críticas do Grupo de Trabalho Espaço-Tempo-Cultura, da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção São Paulo, coordenado pelo professor Armando Correa da Silva.

** Alunos de graduação do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

*** Professor do Departamento de Geografia da USP.

Crescimento e Desenvolvimento

O entendimento sobre o que é crescimento é consensual entre as correntes conservadoras (neo-liberais e neo-malthusianos¹) e as vertentes marxistas. Entretanto, surgem controvérsias a respeito do destino dos resultados do crescimento. A esse destino dá-se o nome de desenvolvimento. Os destinos são muitos, o que nos permite dizer que há um número equivalente de discernimentos sobre a idéia de desenvolvimento.

O crescimento diz respeito à renda global (SINGER, 1983: 76), baseando-se na expansão produtiva dos vários subconjuntos econômicos (FURTADO, 1986: 91). Um maior ou menor crescimento é definido por novas tecnologias e produção de novas necessidades ou, simplesmente, pela localização de novas unidades produtivas. Segundo a *American Economic Association* e a *Royal Economic Society* (1973: 170), o crescimento depende de uma interação cada vez maior entre produtores, consumidores e investidores de setores interdependentes da economia. Em suma, o crescimento não indica quaisquer mudanças nas relações sociais de produção (HERCULANO, 1992: 23), e sequer, necessariamente, na combinação de fatores no setor produtivo (FURTADO, 1986: 91).

Já para o desenvolvimento, é necessário termos em mente que este não se dá por igual na superfície terrestre (SMITH, 1988: 212); isso porque o capital é espacialmente concentrado e móvel. Esse fato propicia ao capital seu realocamento, dirigindo-se sempre às áreas que oferecem altas taxas de lucro, conseqüentes da implementação de políticas regionais e locais de desenvolvimento. Entretanto, tais políticas podem abrigar componentes perversas, podendo inclusive permitir a transferência exagerada de lucros, no advento da instalação de unidades produtivas de transnacionais. Resulta, desses mecanismos políticos e econômicos, aquilo que é chamado de desenvolvimento desigual.

Distinguimos dois entendimentos sobre desenvolvimento: um quantitativo e outro qualitativo. A visão quantitativa apregoa uma evolução das nações, ou seja, todas um dia serão desenvolvidas, tendo como paradigmas os EUA e a Europa Ocidental (HERCULANO, 1992: 23). Esse entendimento não contempla a existência de trocas desiguais, permitindo grande desenvoltura dos países centrais na articulação das relações econômicas internacionais (LIPIETZ,

¹ Os neo-liberais são aqueles que atuam no sentido de estabelecer uma economia de mercado, livre da intervenção estatal. Para eles, o Estado não deve contemplar os aspectos sociais, diferente, portanto, do Welfare State (Estado do bem-estar social), dos sociais democratas. Os neo-malthusianos retomam o princípio malthusiano da escassez, pregando o controle populacional como solução para uma eventual insuficiência de recursos naturais.

1988: 78). O desenvolvimento quantitativo tem raízes ricardianas, e é apregoadado pelos zeristas², neo-malthusianos e neo-liberais. Este desenvolvimento é produto das inversões de capital resultantes da poupança, concebível mediante uma renda que permita isso (SINGER, 1983: 144). Sem poupança, não há capital, portanto, não há desenvolvimento.

Para suprir a falta de poupança, deve-se elevar a renda per capita (CMMAD, 1991: 53) e buscar otimizar a economia pela lógica das vantagens comparativas (conforme SINGER, 1983: 147 e LIPIETZ, 1988: 82). A elevação da renda per capita pode ser feita de três formas: pelo controle populacional, por investimentos dos países ricos nos pobres, ou pela combinação das duas. O controle populacional é justificado em função da queda da renda per capita, mesmo em anos de crescimento em países de rápido incremento demográfico. Há, contudo, quem discorde do aumento da renda per capita por meio de políticas demográficas, a exemplo de SACHS (1993: 35), ao afirmar que elas não substituem as políticas de desenvolvimento. Entretanto, sugere como solução os investimentos estrangeiros, para quebrar o "circulo vicioso da pobreza" (SACHS, 1993: 36 e 45), que passaria a exercer o papel que foi atribuído à poupança.

A otimização da economia partiria da especialização dos países no seu setor produtivo mais competitivo em relação ao mercado internacional, ou seja, no setor em que poderia obter as maiores vantagens (ou as menores desvantagens).

Contudo, em nenhum momento o desenvolvimento quantitativo tem uma explicação aceitável quanto à baixa renda, e, portanto, baixa poupança. Por maior que seja o crescimento, a concentração de renda não permite que todos poupem, o que significa que haverão poucos poupadores. O entendimento quantitativo abarca a falta de poupança e outros problemas como anomalias, passíveis de controle, através de políticas de ajuste (HERCULANO, 1992: 27).

Opõe-se a esse entendimento o desenvolvimento qualitativo. Este reconhece o desenvolvimento desigual, atribuindo aos agentes históricos o papel modificador da estrutura em voga. O desenvolvimento, para os teóricos desta linha, é sinônimo de qualidade de vida, ou seja, o maior nível de democratização dos frutos do crescimento define uma maior autenticidade do desenvolvimento (HERCULANO, 1992: 23).

O entendimento qualitativo propõe que o desenvolvimento advenha de uma melhor distribuição de renda, conseqüentemente da dotação da população de capacidade de consumo. É, em suma, socializar os benefícios gerados pelo crescimento. Nesta corrente, o conceito de desenvolvimento "(...) traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do traba-

² A corrente dos zeristas será abordada adiante.

lho social”, ou seja, “(...) se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa.” Tal estrutura “(...) sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente” (FURTADO, 1986: 90).

A polêmica em torno do conceito de desenvolvimento ganhou novo traçado, a partir do surgimento da expressão Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Sustentável: um histórico

A associação entre desenvolvimento e meio ambiente é anterior à Conferência de Estocolmo, realizada em 1972. Os presságios de uma nova concepção são esboçados no encontro preparatório de Founex, em 1971, onde iniciou-se uma reflexão a respeito das implicações de um modelo de desenvolvimento, baseado exclusivamente no crescimento econômico, na problemática ambiental.

Conforme assinala RIBEIRO (1992:52), o objetivo maior da Conferência de Estocolmo era conter a poluição nas suas várias formas. De modo geral, duas foram as teses discutidas durante o evento: de um lado, os zeristas, representados pelos países desenvolvidos, que defendiam a contenção do crescimento econômico frente à provável esgotabilidade dos recursos naturais que o ritmo de exploração da natureza poderia causar (mantidas as projeções de crescimento do PIB mundial), isto é, propunham o crescimento zero para os países dependentes, congelando-os no estágio em que se encontravam; de outro, os desenvolvimentistas, cujos adeptos eram em sua maioria países do chamado Terceiro Mundo, reivindicando o desenvolvimento, mesmo que este trouxesse consigo a poluição. Vale enfatizar que ambas as correntes reforçam o modelo de desenvolvimento instalado, pois os zeristas não previam a estagnação do crescimento das atividades econômicas nos países desenvolvidos.

Ainda no contexto de Estocolmo, em 1973, Maurice STRONG introduz o conceito de codesenvolvimento, inicialmente utilizado para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento em áreas rurais dos países subdesenvolvidos, sensível à problemática ambiental. No ano seguinte, Ignacy SACHS reelabora o conceito, estendendo-o às áreas urbanas e, num segundo momento, designando também:

“(...) um enfoque de planejamento de estratégias plurais (*'ecosystem, culture and site-specific'*) de adequação entre crescimento econômico e gestão racional do meio ambiente” (VIEIRA, 1992: 20).

A Declaração de Cocoyoc de 1974 e o Relatório *Que Faire*, de 1975, atualizam os princípios dessa abordagem, utilizando outras denominações - “um outro desenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentado” - em função:

“(...) das conotações ideológicas supostamente menos radicais e mais coerentes com uma fase de experimentação com a idéia de uma nova ordem econômica internacional” (VIEIRA, 1992: 21).

A década de 70 é marcada pela conscientização progressiva dos limites e da vulnerabilidade da base dos recursos naturais. Entra em voga alertar para o esgotamento dos recursos não renováveis. A abordagem do Desenvolvimento Sustentável toma forma.

A consolidação do conceito de Desenvolvimento Sustentável na comunidade internacional virá com o Relatório Brundtland, de 1987, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) ao longo de cinco anos. Neste relatório o Desenvolvimento Sustentável é definido como:

“(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987: 46).

A partir daí, várias serão as interpretações de tal expressão, que seguirão interesses diversos, assumindo inúmeras facetas. Passados vinte anos desde Estocolmo, o crescimento econômico manteve o mesmo padrão. O abismo que separa Norte e Sul ficou maior ainda. As desigualdades foram intensificadas, assim como a miséria, a dívida externa dos países ditos em desenvolvimento e a poluição. Ampliam-se também os registros de desastres ambientais.

O modelo de desenvolvimento adotado, reforçado pelo conceito de Desenvolvimento Sustentável, contempla a concepção de ambiente da sociedade moderna ocidental capitalista, que o encara como exterioridade ao ser humano, como fonte de recursos à disposição do desenvolvimento (RIBEIRO, 1991: 29). Essa idéia norteou o evento e os encontros preparatórios da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada em 1992, no Rio de Janeiro³. Nesta reunião o enfoque maior foi dado a questões de interesse dos países ricos (concepção eco-capitalista), que se expressaram na Convenção sobre as Mudanças Climáticas, na viabilidade de tecnologias não poluidoras e na discussão de biodiversidade/biotecnologia. Essa última se traduziu no discurso da preservação da vida, em que os ambientes naturais significariam um estoque genético para pesquisas em biotecnologia, revelando a incorporação por parte do capitalismo da reprodução da vida na sua reprodução ampliada (RIBEIRO, 1992: 56).

Por outro lado, um dos grandes méritos da CNUMAD foi o de permitir a participação da sociedade civil, via Organizações Não-Governamentais

³ Foram quatro os encontros preparatórios (Prepcon): Nairobi, em agosto de 1990; Genebra, em março/abril de 1991 e agosto/setembro do mesmo ano e Nova York, em março/abril de 1992.

(ONG's), durante o evento, embora enquanto observadoras. Concomitante à CNUMAD, realizava-se o Fórum Global, reunindo uma série de movimentos civis que discutiam a problemática ambiental e que tinham como proposta intervir nas resoluções da CNUMAD.

Além das Convenções sobre Mudanças Climáticas e da Biodiversidade e das Declarações do Rio e sobre Florestas, tivemos como resultado da CNUMAD o documento intitulado Agenda 21. Nele consta um programa de ação em forma de recomendações, a fim de se atingir o Desenvolvimento Sustentável, que deveria ser implementado pelos países signatários. Para alguns, tal programa não passa de um enunciado de boas intenções, dada a não obrigatoriedade de sua efetivação.

Frente a esse panorama, questiona-se a aplicabilidade do Desenvolvimento Sustentável.

Sustentabilidade: mito ou realidade?

Neste item, vamos discutir a viabilidade do Desenvolvimento Sustentável como conceito e como processo. O Desenvolvimento Sustentável surge na busca de novos paradigmas para o entendimento de um mundo "ameaçado" pela exaustão dos recursos e pela necessidade de dar continuidade ao crescimento, aliado a um novo desafio: a preservação ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável aparece nos discursos ambientalistas com variados sentidos, de acordo com a corrente teórica que dele se apropria, podendo referir-se a um movimento social em direção à manutenção da diversidade dos modos de reprodução da vida; à integridade ecológica, ou mesmo à justiça e à igualdade entre os povos, sendo portanto, um processo revolucionário. Porém, há uma visão oposta de Desenvolvimento Sustentável, que remete ao âmbito estritamente econômico, concebendo-o como sinônimo de crescimento sustentável. Neste tipo de concepção, o Desenvolvimento Sustentável refere-se à redução da pobreza e controle populacional como pré-requisitos para a proteção ambiental e desenvolvimento. A pobreza aparece como fenômeno desvinculado do capitalismo, não sendo vista como sua consequência.

Afirmar simplesmente o crescimento econômico e a sua sustentação sem relevar que o processo intrínseco ao crescimento é desigual, nos moldes que o modelo hegemônico instalou, é desconsiderar a realidade do avanço das novas formas de reprodução do capital e as suas consequências, como o desemprego estrutural e da pobreza, identificadas apenas como fator de degradação ambiental. Nesta ótica, o Desenvolvimento Sustentável:

"(...) é entendido dentro de 'um marco tradicional da teoria econômica' e concebido como sinônimo de 'crescimento sustentável', uma vez que

crescimento sustentável é uma contradição em termos. 'Sustentabilidade' é um termo do vocabulário ecológico e diz respeito à tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias (...) Os ecossistemas são tanto mais estáveis quanto mais complexos e diversos, e sua permanência é função deste equilíbrio dinâmico. 'Sustentabilidade' nos remete às noções de estabilidade e de ciclos. Crescimento (...) é, em termos histórico-capitalistas, expansão, uniformidade, homogeneidade, desigualdade" (HERCULANO, 1992: 25).

A fusão teórica de desenvolvimento e sustentabilidade aglutina campos opostos, e até antagônicos. Conforme OLIVEIRA (1992), esta fusão:

"É o estabelecimento de uma contradição que se tenta superar na forma de apropriação do termo 'desenvolvimento sustentável'. Percebe-se que nas bases do uso destes conceitos está a visão adaptativa, a qual procura entender o desenvolvimento como caminho ao encontro de uma situação de equilíbrio. Não há novidades, mas uma atribuição de conteúdo evolutivo-adaptativo ao desenvolvimento." (1992: 17)

Assim, o discurso do Desenvolvimento Sustentável ora serve para tentar resgatar a funcionalidade do sistema capitalista, ratificando-o (eco-capitalistas); ora para questionar sua estrutura, propondo sua substituição (eco-socialistas). Aos eco-capitalistas a expansão econômica é necessária, e pode estar em harmonia com a proteção ambiental. As soluções perpassariam por três esferas: aprimoramento tecnológico, controle populacional e ajuda financeira aos países pobres. A ideologia veiculada pelos eco-capitalistas é a da:

"(...) redução da pobreza assegurando a oferta de recursos através de um sistema econômico mundial de cooperação integrada, onde a estratégia é a expansão do mercado e do lucro, sem cogitar mudanças na estrutura da produção-consumo, muito menos na ética do comportamento humano" (HERCULANO, 1992: 27).

Seria, desta forma, garantido o crescimento econômico, à luz do processo de globalização financeira, e a manutenção da atual DITT. No âmbito do pensamento eco-capitalista, surgem algumas propostas que admitem uma reformulação no conceito de Desenvolvimento Sustentável:

"(...) consolidando um processo de desenvolvimento baseado em outro tipo de crescimento e orientado por outra visão do ideal de sociedade, que contemplaria outra relação com o meio ambiente. (...) A sustentabilidade se aplicaria em diversas dimensões reformuladas: a social; a econômica; a ecológica; a cultural; a espacial" (SACHS, 1993:25).

Os eco-socialistas, por sua vez, denunciam as causas da degradação ambiental e da pobreza como sendo consequências do modo de produção

capitalista, e de seus mecanismos excludentes: o sistema de mercado, a globalização perversa e o consumismo alienante. Portanto, a pobreza não seria a causa da degradação ambiental como querem fazer crer os eco-capitalistas. Esta inversão dos agentes causadores dos desequilíbrios ambientais é empregada para se justificar a continuidade do modelo gerador de desigualdades, bem como a expansão do mercado e do lucro. Para esta corrente:

“(...) a noção de Desenvolvimento Sustentável na verdade significa uma nova ética do comportamento humano e a recuperação do primado dos interesses sociais coletivos” (HERCULANO, 1992: 27).

O que se quer é uma nova estrutura, onde todos os cidadãos possam ser atendidos em suas demandas, independente do seu poder aquisitivo, apregoam os eco-socialistas. Porém, como nos alerta BERMANN (1992):

“(...) é impossível qualquer mudança do padrão de desenvolvimento sem profundas transformações nas relações sociais que estruturam a base político-econômica da dominação social e as relações entre classes, povos e Estados-Nação” (1992: 40).

As visões antagônicas que acabamos de expor indicam a complexidade de fatores que se pode empregar para definir e implementar o Desenvolvimento Sustentável. Diante disso, algumas questões nos parecem pertinentes: como alcançar um processo contínuo e global de Desenvolvimento Sustentável que não esgote os recursos naturais, satisfazendo as atuais demandas do processo produtivo, considerando-se inclusive a atual DITT? Uma vez que o processo de crescimento abarca um desenvolvimento desigual, a continuidade de tal modelo, apenas reformulado, promoveria a exclusão de que classes sociais e a inserção de que camadas no mercado de consumo? O Desenvolvimento Sustentável seria um mito insustentável do final deste século?

As possibilidades de sustentabilidade ambiental, aliadas ao processo de desenvolvimento de um país envolvem tais questões, que passaremos a tratar, sem, contudo, pretender esgotá-las.

Assim como os recursos, também os riscos ambientais são divididos desigualmente no mundo. Deste quadro de interdependência existente num sistema de extraordinário avanço tecnológico e elevados custos de reprodução do capital, subordinados a sucessivos estágios de acumulação:

“(...) estão incorporadas as leis do desenvolvimento desigual e combinado, pressupondo o metabolismo estabelecido pelo capitalismo em sua relação com o meio ambiente que por sua vez pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de produção que necessita destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria (...). Os compromissos ambientais da DITT não podem ser entendidos separadamente das diretrizes gerais do sistema, ou seja, ela incorpora compromissos que são “desiguais e combinados”

(WALDMAN, 1992: 19-20).

Frente à hegemonia do discurso eco-capitalista em relação ao Desenvolvimento Sustentável, que reduz as discussões ao âmbito da economia, surge como alternativa a tentativa de tornar eficientes as críticas a este reducionismo teórico. HERCULANO expõe sua posição, argumentando que o Desenvolvimento Sustentável teria razão de ser se fosse dirigido:

“(...) em benefício de uma visão mais totalizante e social, resgatando a humanidade de sua alienação consumista (...). Isto será possível no âmbito das teorias socialistas que não encaram o Desenvolvimento Sustentável como revolução ambiental e, denunciam o liberalismo, que naturaliza a desigualdade social, onde as medidas de proteção ambiental servem antes de tudo, às novas formas de lucro” (HERCULANO, 1992: 28).

Por sua vez, CARVALHO (1994), afirma que:

“O desafio posto parece ser o de mergulhar na trama das relações sociedade e meio ambiente, contribuindo para a construção de novos entendimentos e práticas democráticas, que possam reforçar a luta contra a exclusão e ao mesmo tempo questionar o atual estilo de vida. Assim, a luta pela integração dos excluídos nunca será a luta pela universalização dos valores de uma sociedade injusta e ambientalmente degradada; mas a luta pela radicalização da democracia nas relações com os bens ambientais”. (1994: 3).

Cabe, portanto, distinguir o conceito de Desenvolvimento Sustentável de sua função alienante e justificadora de desigualdades de outra que se ampara em premissas para a reprodução da vida bastante distintas. Desenvolvimento Sustentável poderia ser, então, o resultado de uma mudança no modo da espécie humana se relacionar com o ambiente, onde a ética não seria apenas entendida numa lógica instrumental, como desponta no pensamento eco-capitalista, mas sim, embasada em preceitos que ponderassem as temporalidades alteras à própria espécie humana, e, porque não, também as internas à nossa própria espécie. Mas, parece que estamos distantes disso...

Referências Bibliográficas

- AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION/ROYAL ECONOMIC SOCIETY. Panorama da Moderna Teoria Econômica, vol. 2: Crescimento e Desenvolvimento. São Paulo, Atlas, 1973.
- BERMANN, C.. Limites e Perspectivas para um Desenvolvimento Sustentável. In: Tempo e Presença; nº 261. São Paulo, CEDI, 1992.
- CARVALHO, I. "É possível Fazer Educação Ambiental Num País com Fome?" In: Encarte Especial 'Debates'. Revista Educador Ambiental, número III. São Paulo, 1994.
- CMMAD (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, FGV, 1991.
- FURTADO, C.. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Nacional, 1986.
- HERCULANO, S. C.. Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, M. (org.). Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- LIPIETZ, A.. O capital e seu espaço; (trad. Manuel Seabra). São Paulo, Nobel, 1988.
- OLIVEIRA, R. S.. Ética e desenvolvimento sustentável. In: Tempo e Presença, nº 261. São Paulo, CEDI, 1992.
- RIBEIRO, W. C.. Meio Ambiente: o Natural e o Produzido. In: Revista do Departamento de Geografia, nº5. São Paulo, FFLCH/USP, 1991.
- _____. Por dentro da Rio-92. In: SALES, W. (org.). Ecos da Rio-92: Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento em Questão. Fortaleza, AGB, 1992.
- SACHS, I.. Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente; (trad. Magda Lopes). São Paulo, Nobel/Fundap, 1993.
- SINGER, P.. Aprender Economia. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SMITH, N.. Desenvolvimento Desigual; (trad. Eduardo de Almeida Navarro). Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.
- VIEIRA, P. F.. Problemática Ambiental e Ciências Sociais no Brasil (1980 - 1990). In: MAIMON, D. (coord.). Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, APED, 1992.
- WALDMANN, M.. Ecologia e lutas sociais no Brasil. São Paulo, Contexto, 1992.

RESUMO

"O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". Assim foi que este conceito, elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento e apresentado em 1987 no relatório *Nosso Futuro Comum*, passaria a ter ampla divulgação e se tornaria uma expressão de uso corrente. Tendo como princípio conciliar crescimento e conservação ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável, por sua vaguidade, passou a servir a interesses diversos. De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (capitalismo *soft*), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso, promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional. Por esta razão, entendemos que a discussão sobre este tema não se esgotou, sendo necessário um debate ainda maior, que procure não apenas resgatar as múltiplas definições embutidas nesse conceito, como também entender a quem elas se prestam. Sendo assim, abordaremos o desenvolvimento sustentável discutindo as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento.

ABSTRACT

Sustainable Development: Myth or Reality?

"Sustainable development is the one which attends the present necessities without committing the future generations to attend their own necessities". This is how this concept, elaborated by the World Commission of Environment and Development and presented in 1987 on the *Our Common Future* report, would reach widespread, becoming a current expression. Conciliating economic increase and environmental conservation as principle, the concept of sustainable development, considering its vagueness, became suitable to many interests. From a new ethic of human behaviour, through the proposition of an environmental revolution and finally considered as an adjustment mechanism of the capitalist society (the so called "soft" capitalism) sustainable development became a powerful discourse, incorporated by international organizations, enterprisers and politicians, reflecting on the worldwide society. For this reason, we understand that the discussion of this subject is not exhausted, making necessary a larger debate, which searches not only a recovering of the many definitions inlaid in the concept, but also answers about whose interests each of them correspond. In this sense, we will broach sustainable development discussing the rudiments of sustainability and development.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável - crescimento econômico - meio ambiente.

Key-words: sustainable development, economic increase, environment.

POLÍTICA URBANA NO BRASIL, ENSAIO DE UM BALANÇO E DE PERSPECTIVAS

*Fany Davidovich**

Um balanço da política urbana no Brasil, com vistas à identificação de perspectivas e de possíveis intervenções, implica, certamente, seu entendimento como um processo que tem se atrelado a determinadas condições históricas e da dinâmica social. A abrangência e complexidade do tema, a quantidade de variáveis que envolve, os limites assumidos para o texto, impõem a seleção de alguns pontos e um determinado nível de generalização. Neste sentido, um balanço da política urbana, que pode remeter aos primórdios da colonização no País, vai cingir-se ao período atual, momento de abertura política, mas de crise do Estado, do planejamento e de instituições, bem como de contornos ainda imprecisos no campo econômico e social.

A proposta dessa apresentação compreende alguns tópicos: a partir da temática da pobreza, assinalam-se leituras diferenciadas que têm pontuado a discussão de diversos ângulos da política urbana no País, finalizando com perspectivas que podem ser cogitadas.

1. Colocações em torno da temática da pobreza

Essa temática serve de eixo à discussão de questões, que serão abordadas num segundo tópico. Primeiro, cabe considerar que a pobreza se tornou um fenômeno majoritariamente metropolitano, apresentando, deste modo, considerável dimensão política: não por acaso, converteu-se em causa disputada por diferentes interesses, desde a igreja e movimentos sociais, até o governo e o Banco Mundial. Mas, além disso, essa temática tem levado ao encadeamento de questões pertinentes à política urbana no Brasil, mobilizando diferentes posturas políticas e ideológicas, através de correntes conservadoras, neoprogressistas e o movimento nacional da reforma urbana (in Ribeiro, 1994).

* Geógrafa, Membro do Laboratório de Gestão do Território (Laget-UFRJ/IBGE).
OBS: Trabalho destinado à participação na Mesa Redonda "Balanço E Perspectivas Da Política Urbana Brasileira" - 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos - AGB - 17 a 22 de Julho/94, Curitiba (PR).

O problema da pobreza vem se constituindo em pedra de toque da questão social e de políticas sociais, particularmente em países do Terceiro Mundo ou da Semiperiferia. Seu perfil tem envolvido mudanças quantitativas e qualitativas: no Brasil, a proporção de pobres declinou ligeiramente de 34% em 1981 para 30% em 1990 (Rocha, 1994); mas a pobreza enfrenta perdas de conquistas sociais alcançadas em décadas anteriores. A despeito da insuficiência do processo distributivo, houve acesso à renda, à moradia, ao saneamento básico, e inequívocos progressos na integração e mobilidade social, que não eliminaram condições de desigualdades sociais.

A mudança no perfil da pobreza implica, assim, mudanças de foco: em vez da ênfase nas desigualdades sociais, a tônica recai no problema da Exclusão Social, atribuída, geralmente, à crise fiscal e financeira do Estado, à perda de proteção social, à restrição do mercado de trabalho, ao declínio de cerca de 8% na renda per capita, entre 1980 e 1992. As diferentes posturas políticas e ideológicas têm, assim, uma causa comum: Inclusão Social versus Exclusão Social. Embora com enfoques distintos, são colocados em pauta problemas do formato do Estado, da descentralização, do município e da metrópole, além dos percalços da privatização e da gestão de recursos públicos.

Em posturas conservadoras, a tônica sobre a pobreza tem um endereço certo: a crítica do Estado. Ressaltando a sua ineficiência no trato das chamadas “distorções sociais” e a falência na capacidade de redistribuição e de regulação social, essas correntes defendem o “desmonte” do Estado ou a reforma do Estado. Preconizam, assim, um sistema dual para a prestação de serviços sociais: privatização, taxas e preços de mercado, visando ao lucro, no atendimento a classes abastadas, o que representaria uma via para equacionar a crise fiscal; e compromisso do gasto público com setores carentes da população. Preconizam, também, programas emergenciais de assistência social e de criação de emprego; a política de descentralização e o nível local são assumidos como base mais eficiente para a produção de serviços sociais e controle da despesa pública, mediante diferentes formas de financiamento e de processos alternativos de produção.

Posturas chamadas de neoprogressistas representam, em grande parte, uma reação à impossibilidade atual de aplicação da agenda da reforma urbana. Consideram, assim, criticamente as posturas conservadoras que atribuem a crise à incapacidade do Estado, sem levar em conta as dificuldades dos quadros institucionais, da organização do trabalho, de relações internacionais, entre outros; e sem levar em conta as raízes estruturais da miséria. As críticas são também dirigidas à discriminação social implícita na idéia de um Estado apenas para os pobres, como fator de inibição para a conquista de valores da cidadania. Essas posturas progressistas reiteram o papel do Estado na provisão de serviços

sociais, privilegiando a modernização nos da saúde e educação. Em vez da privatização, preconiza-se a adoção de modernos padrões de gestão, de cunho empresarial, como as parcerias entre o público e o privado e outras representações da sociedade. A descentralização é assumida como via efetiva para uma gestão democrática no nível local, capaz de envolver a participação de movimentos populares, os organizados, em especial, nos diferentes setores da política pública.

Em síntese, prevalece a idéia de uma política de natureza focalizada e compensatória, o que confronta com a agenda redistributivista e universalista do Movimento Nacional da Reforma Urbana, atualmente Fórum Brasileiro de Reforma Urbana, em face da incapacidade de investimentos sociais que o Estado tem exibido.

2. Pontos de discussão

Num segundo tópico, pretende-se apresentar leituras diferenciadas que as colocações acima permitem distinguir.

1. A questão da Descentralização suscitou diversas críticas, levantadas por alguns dos componentes da mesa redonda; veja-se, como exemplo, as que se referiram à municipalização da tal política, assumida como mascaramento de uma descentralização efetiva, já que seria mera extensão do governo central, através da delegação de atribuições a prefeituras sem a contrapartida institucional, de autonomia e de poder.

Mas é possível considerar, também, a crítica ao caráter mecânico e aleatório da descentralização, ao não levar em conta a heterogeneidade social, cultural e econômica do território nacional, um dos motivos que teria dificultado o estabelecimento de critérios para articular a descentralização de recursos e de poder. Vale citar, de imediato, a defasagem do Nordeste quanto ao nível de instrução da população economicamente ativa (entre 25 e 65 anos); registra-se, nessa região, o analfabetismo mais elevado do País, de 37%, e lenta progressão no incremento da escolaridade, já que o avanço de um ano representa um tempo de 5 a 10 anos (Lavinias, 1994).

Alude-se, também, que pequenos municípios se viram relativamente mais favorecidos pela receita federal com o princípio federativo que a constituição de 1988 assumiu para o direcionamento de competências fiscais. Viram-se, deste modo, menos beneficiadas as grandes concentrações urbanas, onde se encontram os problemas sociais de maior gravidade. Em 1991, os percentuais mais elevados de transferência da Receita Federal para a Receita Municipal contemplaram o Norte (51%) e o Nordeste (56%) (Dain, 1994). Mas a pobreza

no conjunto das regiões metropolitanas do País passou de 26,4% do total (1981) para 29% (1990); enquanto os indigentes aumentaram de 17% para 20,6% (Rocha, 1994). Manifestam-se, deste modo, preocupações com o futuro das grandes metrópoles, quando se leva em conta que o Rio de Janeiro e São Paulo concentram mais de 50% do total de pobres metropolitanos. Dados estatísticos revelam diminuição relativa do crescimento populacional e desconcentração da indústria e de outras atividades. Uma primeira leitura leva a questionar a viabilidade da metrópole como suporte para requisitos de novos padrões de produtividade e de competitividade, reclamados pela abertura do País à globalização, já que a dimensão da crise econômica e as tensões sociais seriam disfuncionais para o crescimento da economia.

Considera-se, assim, que a descentralização vem, antes de tudo, ao encontro de determinados objetivos do capital e do mercado, podendo acenar, também, para interesses do capital flexível, que não depende tanto do custo favorável da força de trabalho para a sua localização concreta, mas muito mais do ambiente social, cultural e profissional, adequado a suas operações.

Mas, esta é uma colocação que admite um outro "olhar": a metrópole constitui um "locus" privilegiado de nexos com a globalização - basta aludir ao complexo de telecomunicações que sedia a Embratel e o Teleporto no Rio de Janeiro e a Transdata, em São Paulo: veja-se, nesta última, o papel do World Trade Center, para só citar uns poucos aspectos: a metrópole é igualmente "locus" preferencial para a presença de serviços produtivos e de um terciário avançado; cabe, também, assinalar o papel que representa para a implementação de grandes obras públicas, orientadas principalmente para a circulação e recuperação ambiental - são exemplos a Linha Vermelha e o projeto da Linha Amarela ao Rio de Janeiro, bem como os planos de despoluição da Baía da Guanabara, com financiamentos externos¹; em São Paulo, a complementação do anel rodoviário, o túnel sob o rio Pinheiros, o programa do Complexo Viário Ayrton Senna. Vale, ainda, considerar a metrópole como escala para grandes progressos na área cultural e como sede de decisões econômicas e financeiras, principalmente em São Paulo.

Contudo, fazem-se latentes os riscos de uma "desordem despolitizada", como foi comentado na mesa redonda, em tudo diferente da idéia do caos renovador, a que se referia Gramsci, e que pode conduzir ao retorno do regime autoritário. Mas, por outro lado, cabe reconhecer que a metrópole é o laboratório, por excelência, de novas práticas sociais e de novas subjetividades, que fazem multiplicar relações de poder e a "diversidade sócio-espacial" (Santos, 1994).

¹ Recursos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do capital japonês.

É preciso, ainda, considerar que na agenda da política urbana que o Banco Mundial elaborou para os anos 90, visando particularmente os países do Terceiro Mundo, a grande concentração urbana voltou a ser assumida como motor do crescimento econômico e não mais como expressão de patologia urbana. Concebe, deste modo, uma convivência com a pobreza, admitida como problema a ser enfrentado, mas é sublinhada a sua natureza estrutural.

- O município constitui, também, uma base para diferentes leituras enquanto expressão do nível local. Argumentação corrente alude ao legado de sua tradicional exposição a pressões clientelistas e a interesses hegemônicos, particularmente do setor imobiliário; sabe-se, também, da interferência de projetos e de empreendimentos que procedem da esfera estadual, nacional e até internacional e que podem influir na desestabilização de planejamentos locais. Tem sido, aliás, interesse de governos municipais atrair investimentos de fora, mediante incentivos, isenções, concessões especiais, etc². Mas também devem ser consideradas as diversas formas de concentração espacial que tornam difícil a compreensão do município como entidade isolada³.

- Esses são alguns dos fatores que influem no ceticismo com que se encaram as possibilidades de efetivação da Lei Orgânica e do Plano Diretor. Acrescem as analogias que se apontam com o planejamento centralizado, a partir de compromissos com a ordenação territorial que, via de regra, têm favorecido o setor imobiliário; alude-se, ainda, aos termos vagos e imprecisos que lhes foram conferidos pela carta constitucional, especialmente no tocante à função social da propriedade. Por sua vez, a trama de mediações estabelecida, também, na Constituição, tem representado um entrave à agilização do Plano Diretor; assim, o combate direto à especulação imobiliária torna-se obstaculizado por dois motivos, pelo menos: a necessária articulação do plano com o governo municipal através a intermediação da lei orgânica dificulta, por vezes, as operações devido, em grande parte, à falta de conformidade entre os respectivos termos ou conceitos; dadas as atribuições genéricas de que se ressente o plano diretor, cumpre recorrer a medidas complementares para sua aplicação, o que, via de regra, não ocorre em tempo hábil. Note-se que esta foi uma das lutas da administração petista em São Paulo; a libertação de cânones do urbanismo tradicional visou a efetiva incorporação da "cidade real" (70% da área total da capital) no Plano Diretor que, afinal, até 1992 não havia sido aprovado pela Câmara Municipal.

² Veja-se o empenho da prefeitura de Osasco (RMSO) junto à Câmara Municipal para aprovar a instalação da Wal-Mart, grande empreendimento comercial americano, que vai implicar em mudanças no zoneamento urbano (julho, 1994).

³ Ver, entre outros, trabalhos de Davidovich a respeito.

Mas também essa questão faz jús a uma outra leitura.

Pesquisa realizada por técnicos do IPPUR (coordenação de Queiroz Ribeiro) nos 50 municípios urbanos mais importantes do País, revela que teses do Movimento da Reforma Urbana foram incorporadas tanto no plano diretor, como na lei orgânica, consubstanciando-se na inclusão do IPTU e do solo criado, da desapropriação por títulos da dívida pública, de penalidades sobre solo não edificado, subutilizado e não utilizado, entre outros. Ou seja, a pesquisa constatou que já existe uma difusão do ideário reformista, relacionado à gestão democrática da cidade, à difusão de proposições participativas e redistributivas. Ressaltou, também, o papel de Conselhos Populares como interface entre o governo municipal e a população, função nem sempre explícita na orgânica, tornada, porém, mais clara no plano diretor / A pesquisa colocou, portanto, em termos positivos a viabilidade deste plano como peça de um planejamento politizado, sem representar, porém, uma panacéia para todos os problemas da cidade; significa dizer que está aberto à participação de interlocutores diversos, e a pactos territoriais entre diferentes segmentos da sociedade, bem como a induzir uma distribuição mais equitativa de custos e benefícios da urbanização. Acresce ainda que é em governos chamados de progressistas que o plano diretor pode ser um elemento de superação da dicotomia entre o técnico e o político, a partir da inserção de pesquisadores e técnicos nas administrações municipais. Tornasse, deste modo, possível eliminar a confusão que tende a se estabelecer entre plano diretor, planejamento de governo e outros instrumentos de gestão, ponto de vista que foi sustentado na mesa redonda. Mas não se pode negar que o plano em si mesmo não se constitui em instrumento capaz de exercer um controle efetivo sobre os interesses imobiliários, que ainda se mantém protegidos por indenizações monetárias.

Retomando a questão do município como ponto de discussão (a inserção do tema Plano Diretor, embora pertinente, representa um parêntese) outros aspectos devem ser apontados. Vale aludir ao imperativo de considerar a diversidade geográfica dos municípios brasileiros, mesmo naquele elenco estipulado pela carta constitucional. Importa, assim, levar em conta a diferenciação daqueles que alcançaram êxitos, evidenciando potencialidades do executivo municipal e prováveis mudanças na composição dos gastos que, com o aumento das receitas municipais, não estariam sendo canalizados apenas para o setor burocrático.

Vários exemplos podem ser citados, mas para não estender demasiado o assunto, basta mencionar iniciativas de baixo custo levadas a efeito em Maringá (PR), Matão (SP), Brasília (DF), entre outros, ou a aplicação de padrões de qualidade total a serviços da prefeitura em Salvador (BA), ou ainda a privatização de determinados serviços públicos em Nova Friburgo (RJ). Serão,

porém, mais privilegiadas as experiências de governos petistas que representaram uma inovação no quadro urbano brasileiro; pela primeira vez, no País, tiveram lugar em metrópoles e em grandes cidades: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Goiânia, Santos, Ribeirão Preto, Vitória e ainda outras, como Pelotas e Angra dos Reis, sem falar do empreendimento frustrado de Fortaleza.

Nessa leitura, vão ser primeiro apontadas dificuldades enfrentadas por tais administrações, para em seguida tratar dos êxitos conquistados. Generalizando, vale deter-se apenas: nas dificuldades de concretizar o projeto de gestão participativa com o concurso de camadas populares e de diferentes agentes da cidade; e nas dificuldades de natureza tributária, referentes à aplicação do IPTU progressivo e de taxas ou alíquotas diferenciadas por área, concebidos como instrumentos de combate à valorização especulativa de terrenos vazios.

Quanto à participação popular prevalecem como principais obstáculos aqueles que decorrem da falta de preparo e de aprendizado específico para a prática da discussão e de negociações com outros elementos da sociedade; ou aqueles que derivam da carga de penosas estratégias de sobrevivência cotidiana ou ainda da acomodação a longo período de autoritarismo. O aval da Constituição para este fim, facultado por plebiscitos, audiências públicas, emendas a leis, etc., não se fez ainda recurso de utilização freqüente. Por sua vez, a multiplicação de conselhos populares, apresentados como instrumento complementar do governo para objetivos de democracia direta, nem sempre se mostraram eficazes, quando não perturbadores da administração.

Os movimentos sociais urbanos, cuja atuação nos anos 80 foi de grande relevância para a mudança da face autoritária do Estado, não tem mais mostrado igual mobilização no presente, mesmo os que são organizados; ganhando canais de institucionalização, como federações, centrais, confederações, passam, não raro a ser afetados pela burocratização. Cabe, ainda, considerar o papel catalisador de mobilização social que as organizações não governamentais vem desempenhando no presente. Movimentos populares caracterizam-se, sobretudo, pelas reivindicações de cunho pontual (creche, transporte, moradia, postos de saúde), desvinculando-se de uma percepção política globalizada da cidade; uma vez atendida a solicitação, opera-se o esmorecimento da mobilização, também exposta à cooptação de políticos e ao controle do crime organizado.

Vale, portanto, afirmar que, de modo geral, as camadas populares não tiveram capacidade de acompanhar e de ajustar-se, no devido tempo, à vitória do PT, o que exigiria um salto qualitativo para credenciá-las a participar da gestão da cidade. Discussões e negociações em torno de problemas urbanos ficaram restritos a representações limitadas da sociedade local, induzindo, freqüentemente, a consensos artificiais.

Mas, essas dificuldades não impediram o avanço das administrações petistas em áreas de interesse coletivo. Como exemplo, cabe mencionar a experiência do orçamento participativo em Pelotas (RS) e principalmente em Porto Alegre (RS), que trouxe flexibilidade ao governo municipal para direcionar e alterar a alocação de despesas. A prefeitura logrou recuperar a capacidade de investir e congregou sindicatos e outras associações em torno deste projeto, que se constituiu, assim, em um eixo de luta política.

A municipalização da saúde em Santos (SP) também se viu coroada de êxito, passando, em quatro anos, a contar com o dobro da parcela pertinente no orçamento municipal e com a participação popular no Conselho Municipal de Saúde. Este setor também foi bem sucedido em administrações não petistas, como em Bauri (SP) e Cambé (PR).

Não se pode deixar de lado o êxito de movimentos sociais organizados, em São Paulo, nas áreas da saúde e, principalmente, da habitação; nessa última, foi conseguida articulação com os governos estadual e federal e obtenção de recursos públicos para o desenvolvimento de programas de moradia popular no município da capital. Uma ação social conjunta e vigorosa resultou num salto qualitativo, como foi o da formação de um Fundo Nacional para a Moradia Popular, que encampou adesões em todo País. Esse processo envolveu interlocução com setores populares, estímulo ao mutirão e à autogestão, assessoria técnica especializada e atuação da Secretaria de Habitação do município, que não poupou esforços para a formação de um estoque de terras desapropriadas. Transparece, assim, o quanto a questão da moradia tem se constituído, no País, em eixo de politização e de identidade urbana, ao longo do tempo.

No tocante ao problema tributário, pode-se apontar, também, realizações positivas, a despeito de um grau maior de liberdade usufruído hoje por grandes empresas imobiliárias, que fragmentam e modelam a cidade com circuitos fechados de consumo, representados por "shopping centers", bairros e condomínios exclusivos, ruas com policiamentos particulares, e assim por diante. Contudo, em Vitória (ES) e sobretudo em Porto Alegre, a aplicação do IPTU progressivo permitiu a formação de fundos municipais de financiamento para a implementação de obras da prefeitura e, ao que consta, a cidade clandestina pôde ser incorporada à administração. Por sua vez, o controle do uso do solo urbano, que constitui instrumento fundamental para a regulação fundiária não foi conseguido em São Paulo, mas sim no Recife (PE) desde 1992, bem como em Santos, Santo André (RMSP) e, mais recentemente, em Angra dos Reis (RJ).

Empreendimentos bem sucedidos não se esgotam nesses exemplos. Muitos outros poderiam ter avançado, não foram os entraves que se apresentaram. É válido aludir à falta de experiência dos governos de cunho popular para

enfrentar um ambiente regido por normas e regras capitalistas e o legado de práticas clientelistas, de empreguismo, de corrupção. Mas faz-se necessário considerar os impasses de natureza política à aplicação de leis, capazes de permitir um controle sobre processos especulativos que têm presidido a produção da cidade. Constituições estaduais e municipais dispõem de um instrumental urbanístico e tributário que, uma vez aplicado, pode contribuir para a construção de uma cidade mais justa. São forças conservadoras, interesses imobiliários, o legislativo e instituições jurídicas que têm atrasado processos de regulamentação; também o quesito constitucional da "utilização sucessiva", que interpreta a desapropriação por títulos da dívida pública, implica a passagem por várias mediações, podendo prolongar indefinidamente as operações, a que se acrescenta a necessidade de aprovação pelo Senado. Talvez mais do que qualquer outro, o governo petista em São Paulo enfrentou resistências para a aprovação de projetos de regularização fundiária de favelas, que já haviam recebido aval do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Órgãos públicos locais impediram a aprovação do IPTU progressivo, limitado a aumentos graduais para investimento no transporte coletivo.

Nesse contexto, tornam-se certamente relativizadas as propostas de cidadania, de solidariedade e de sociedade civil, que tem permeado o discurso de diferentes correntes político ideológicas, ainda que, cada vez mais, encontrem repercussão em diferentes áreas da sociedade.

No presente, parece válido admitir que prevalece a situação de "cidadão regulamentado" (dos Santos, 1992) ou a de cidadão (Bitoun, 1991), paripassu a uma "cultura cívica predatória", que abriga tanto o sistema de concessão de privilégios pelo setor público, como as subculturas e as sociabilidades perversas do crime, da contravenção, da máfia do ferro velho, e assim por diante (Ribeiro, 1994). Vale colocar em questão até que ponto a efetiva cidadania, hoje, no Brasil, representa um privilégio de poucos. Por sua vez, campanhas em nome da solidariedade social também alcançam parcelas limitadas da sociedade, não encontrando aderência em grande parte da população. Quanto à sociedade civil, admite-se que só encontra representatividade legítima quanto relacionada a um interlocutor forte, ou seja, um Estado forte e capaz. Não é preciso insistir sobre o quanto a inflação tem minado a governabilidade no País, ao suprimir o poder do Estado sobre a moeda, o quanto tem prevalecido o "imeditismo" em ações do governo e da sociedade, condições que afetam possibilidades de planejar novos rumos de modernização.

3. A propósito de perspectivas

O tópico final remete a perspectivas da política urbana no Brasil,

incluídas na agenda da mesa redonda em pauta.

Na abalizada opinião da E. Maricato (1994), a reforma urbana enfrenta uma correlação de forças desfavorável, não podendo ser cogitada sem a reforma tributária e a reforma administrativa. Evitando prolongar o assunto, que mereceria um enfoque específico, cabe contudo ressaltar as dificuldades de financiamento público, disputado tanto pela política social como pela política econômica, dificuldades essas agravadas pelo gargalo das bases contributivas e pelo esgarçamento dos laços de coesão social.

Segundo a economista S. Dain (1994), especialista na questão tributária, faz-se imprescindível “rever o perfil das transferências dos fundos de participação, integrando outras modalidades de transferência às disponibilidades da receita estadual e municipal”. A partir daí, devem ser estabelecidos critérios para uma política de redistribuição que levem em conta tamanho da população, disponibilidade de infra-estrutura urbana e outros aspectos; tornar-se-ia deste modo possível uma transferência mais realista da receita da União, capaz de favorecer metrópoles e suas periferias, redutos da pobreza.

Quanto à reforma administrativa, parece suficiente aludir ao imperativo de uma efetiva política de gerenciamento urbano, capaz de sustentar uma proposta de integração de competências, ou seja, capaz de superar o caráter estanque e setorial que tem predominado na administração pública, com os “feudos” constituídos por secretarias e empresas públicas. Uma das críticas à gestão petista em São Paulo foi, precisamente, a de privilegiar segmentos populares organizados, reproduzindo, de certo modo, padres de segmentação na cidade, que remetem ao corporativismo, à exclusão, principalmente de pobres não organizados, e a formas de apropriação do público pelo privado, ainda que com inversão de prioridades. A priorização de recursos públicos à periferia metropolitana, sem dúvida premente na maioria dos casos, não deixa de ter uma implicação setorial; assim, importaria, ao menos, uma compatibilização com outras soluções menos onerosas, como a do adensamento da ocupação em áreas vazias ou subutilizadas da cidade central, o que exige cadastros territoriais completos e atualizados⁴.

Tal enfoque leva a considerar possibilidades de um trabalho de reengenharia na administração pública, capaz de assegurar efetiva flexibilidade de ação e uma descentralização do orçamento que favoreça as reais necessidades urbanas. Na Secretaria de Saúde, por exemplo, os recursos seriam prioritariamente endereçados segundo a importância de hospitais ou de postos médicos para a população e não de maneira burocraticamente agregada.

A concepção de recortes territoriais no espaço intraurbano, como via

⁴ A prefeitura do Rio de Janeiro tem planos para este fim, sucedendo a cogitações que já tiveram lugar em São Paulo, e que envolveram um mapeamento específico da cidade.

de descentralização administrativa, tem sido sustentada por diversos governos municipais; embora nem sempre concretizados, esses recortes podem ser assumidos como passos de um processo que, a médio ou a longo prazo, torne viável um grau relativo de autonomia da gestão pública, inclusive com o concurso de representações populares. Em Porto Alegre, por exemplo, a questão do orçamento participativo somente se efetivou mediante a articulação da prefeitura com um fórum de representantes de 16 microrregiões em que foi dividida a cidade. Em ordem semelhante de idéias, pode ser incluída a proposta do candidato do PT ao governo do Estado do Rio de Janeiro, quanto a uma divisão regional dessa unidade da federação, que deverá contar com orçamentos autônomos e com a coordenação das decisões gerais por um Conselho de Desenvolvimento Regional, formado com ampla participação da sociedade estadual; tais objetivos implicam, certamente, uma reestruturação do sistema de cidades do estado, até aqui submetido à intensa polarização da metrópole carioca.

Vale, enfim, considerar que começa a difundir-se a idéia de uma administração movida pelo princípio da sinergia, no sentido de promover a maximização do esforço conjunto entre os diferentes segmentos da sociedade, visando a políticas públicas para o bem coletivo.

Tais proposições não independem da necessidade de uma política em nível nacional, capaz de definir subsídios, tarifas, recursos para transporte, habitação, etc e políticas de renda. Ou seja, a reforma urbana deve ser ancorada na ação de um Estado forte e instrumentalizado para atender a requisitos de política pública, demandados por uma sociedade que vive majoritariamente em cidades e vilas.

Vale, contudo, considerar que experiências políticas de outros países salientam que a metrópole comporta um projeto participativo em tudo diferente do que ocorre em nível do município; pela dimensão e densidade de sua escala espacial, pela complexa rede de atores que envolve, a região metropolitana chama a si papel relevante no debate de políticas de emprego e de economia urbana, de transportes e de infra-estrutura, bem como no de natureza ambiental. Ou seja - e esta é, sem dúvida, uma das dificuldades para a gestão metropolitana - nela têm lugar questões que são consideradas atribuições de uma política nacional.

Colocam-se, a um tempo, em questão, necessidades de formulação de um projeto nacional, até aqui constantemente protelado, e o aparelhamento do País para inserir-se no contexto contemporâneo de globalização. O Brasil tem mostrado potencialidade comprovada em saldos positivos no processo de modernização, bem como na produtividade e na competitividade, encampadas por empresas privadas e algumas estatais, pelo complexo agroindustrial, e por outras atividades. A curto prazo, desafio difícil reporta-se ao de uma ação con-

certada e simultânea em várias frentes: garantia de produção, de emprego, de salário e de educação. Residiram aí meios de instrumentalizar a população para a prática democrática e de superar o clientelismo, o populismo, a cooptação, que tem sido comportamentos tradicionais nas relações entre população, Estado e grupos hegemônicos da sociedade. Por outro lado, a perspectiva de integração competitiva, crucial no contexto de globalização, implica políticas de qualificação da força de trabalho e uma ação decisiva do Estado para aquisição e produção de tecnologia, bem como para a adequação de instituições a novas demandas sociais.

Impõem-se, assim, a definição de competências entre as diversas esferas de governo; o nível local pode adquirir particular relevância, na medida que assuma determinado grau de autonomia, capacidade de captação e de geração de recursos para sustentar a economia urbana, e gestão participativa, elementos que devem caminhar juntos. Releva observar o papel que empresários locais vêm assumindo no empenho pela instalação de polos tecnológicos, principalmente em cidades do Sudeste e do Sul. Veja-se, também, o papel da universidade neste particular: o "trem científico" visa a difusão do saber sobre gestão empresarial e da informatização no interior do estado de São Paulo.

Este é, sem dúvida, um processo lento, árduo e descontínuo. Parece, contudo, irreversível a conquista de pontos positivos nesse tumultuado processo de transição democrática no País. Não há como negar a transparência da gravidade das questões urbanas e a dos esforços destinados ao interesse coletivo da cidade, que diversos governos municipais têm trazido à tona. Não há, também, como negar a importância de um ativo mercado de idéias, constituído por diferentes forums de debate político, onde participam universidades, organizações não-governamentais, setor público, representações profissionais, sindicatos, diversas associações, que exercem pressão para agilizar decisões sobre problemas urbanos e nacionais.

Devem ainda ser ressaltadas as mudanças em curso nas relações entre Estado e sociedade, através de consórcios, concessões, "joint-ventures", mas principalmente de parcerias, em nível nacional e internacional. Difundem-se, assim, práticas de operações casadas, concessões de terrenos em troca da produção de casas populares e de escolas em áreas carentes, relaxamento relativo de regras rígidas na construção civil e assim por diante. Por sua vez, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos propõe parceria com o governo brasileiro no Sistema de Vigilância da Amazônia, nas obras da hidrovía Tietê-Paraná e no gasoduto Brasil - Bolívia.

Reconhece-se que é, por vezes, dolorosa a indicação de prioridades e de clientelas; a Lei Federal do Desenvolvimento Urbano, que enfrenta negociações difíceis, pode constituir instrumento importante de diretrizes de política

urbana para o País, como um todo.

Recentemente, o atual ministro da Fazenda, R. Ricupero, declarou que o Brasil é um país onde o velho resiste e o novo tem dificuldade de nascer, um país onde pactos sociais se mostram renitentes, quando se trata do interesse coletivo.

Para terminar, pedimos, por empréstimo, as palavras do poeta: "navegar é preciso.... e tudo vale a pena, quando a alma não é pequena..."

Referências Bibliográficas

- Bitoun, J. - Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. *Boletim de Geografia Teórica*, vol. 21, n. 42. Ageteo - Rio Claro (SP), 1991, p. 39 - 46.
- Dain, S. - Dilemas do estado diante da nova ordem econômica e social. Seminário Governabilidade e Pobreza. Iuperj/Universidade de Toronto. Rio de Janeiro, 29 de junho - 1 de julho, 1994, pp. 39.
- Davidovich, F. - Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Espaço & Debates*, n. 13. Edição especial. São Paulo, 1984. P. 12 - 29.
- - Redutos de classe média, uma tendência da urbanização brasileira. In *Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*, Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, maio 1991, p. 291 - 298.
- - Poder local e município, algumas considerações. *Revista de Administração Pública*. Vol. 27 - n. 1. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, jun/maio 1993, p. 5 - 14.
- Deak, C. - Preliminares para uma política urbana. *Espaço & Debates*, n. 24. São Paulo, 1988, p. 7 - 13.
- Fase - Democratizando a gestão da cidade. *Proposta* n. 54. Rio de Janeiro, 1992, pp. 52.
- - Plano Diretor, instrumento de reforma urbana. Grazia de Guazia (org.), Rio de Janeiro, 1991, pp. 97.
- IBASE/Clube de Engenharia - Ação pelo Emprego e o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1994, pp. 42.
- La Croix, L. M. e Oliveira, E. X. de - Áreas industriais, uma contribuição à reengenharia do SEN. Texto para discussão. DEGEO/DGC/IBGE. Rio de Janeiro, maio 1994, pp. 32.
- Lavinas, L. - Polos regionais de desenvolvimento: algumas condições para seu sucesso: IV Fórum Nacional do INAE, BNDES, Rio de Janeiro, abril 1994, pp. 23.
- Maricato, E. - Reforma urbana: limites e possibilidades, uma trajetória in-

completa. In Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana, org. L. C. de Queiroz e O. A. dos Santos Júnior. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1994, p. 309-321.

Randolph, R. et alii - Solidariedade e Gestão Territorial: indagações sobre a atuação das organizações não governamentais no Brasil. in Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, maio 1991. p. 77 - 88.

Ribeiro, L. C. de Queiroz - Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana, org. L. C. Queiroz Ribeiro e O. A. dos Santos Júnior. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1994, p. 261 - 289.

Rocha, S. - Governabilidade e pobreza, o desafio dos números. Seminário Governabilidade e Pobreza. IUPERJ/ Universidade de Toronto. Rio de Janeiro, 29 junho - 1 julho 1994, p. 34.

Santos, W. G. dos - Fronteiras do estado mínimo. Indicações sobre o híbrido institucional brasileiro. In IV Fórum Nacional. Instituto de Altos Estudos, Rio de Janeiro: novembro 1991, p. 65 (mimeo).

Santos, M. Conferência. V Congresso Brasileiro de Geógrafos, AGB. Curitiba, julho 1994.

Seminário Estatuto da Cidade - Palestras e Debates. Curitiba, outubro 1992, p. 104.

Smolka, M. O. - Políticas urbanas, população e meio ambiente. IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, s/d. mimeo. p. 34.

----- - Velhas novidades na agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 1990. Rio de Janeiro, 1994, mimeo, p. 11.

World Bank - Urban Policy and economic development: an agenda for the 1990's. World Bank Policy Paper, Washington D. C., 1991.

RESUMO

Centrando-se no período atual, momento de abertura política, mas de crise do Estado, do planejamento e de instituições, bem como de contornos ainda imprecisos no campo econômico e social, a autora elabora um balanço da política urbana no Brasil. Na sua construção destacam-se alguns tópicos: a partir da temática da pobreza, assinalam-se leituras diferenciadas que têm pontuado a discussão de diversos ângulos da política urbana no País, entre eles a da descentralização, do município e da efetivação da Lei Orgânica e do Plano Diretor, finalizando com a apresentação de algumas perspectivas da política urbana no Brasil.

ABSTRACT

**Urban Policy in Brazil,
a rehearse of a balance and perspectives**

With a view on the present time, that is to be understood as a period of political freedom but of a State crisis that goes from territorial planning to institutions and social and economical indefinitions, the author offers a rehearse on the urban policy in Brazil. It emphasizes, focussing on poverty, the many different interpretations given to the subject under the urban policy in the country, among there are the municipal decentralization and the accomplishment of the Organic Law and the Director Plan. The author also presents a perspectives of the urban policy in Brazil.

Palavras-chaves: política urbana - Estado - reforma urbana - administração pública

Key-words: urban policy - State - urban reform - public administration

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA FRONTEIRA: A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA REVISITADA¹

Sérgio Martins²

A realização deste evento tem deixado claro que a proposição de uma mesa que vise a discutir a violência no campo é, desgraçadamente, fundamental quando se fala em debater a realidade agrária brasileira, porque não é possível pensá-la sem ao menos esbarrar nas formas com que a violência se põe. As exposições foram se sucedendo, e com elas os relatos contundentes sobre a violência no campo, compondo o cenário tétrico, como demonstrou a Prof. Palheta, que caracteriza a realidade agrária deste país, marcada pela violência explícita, aberta, que nos choca e nos deixa a todos indignados quando chega, se chega, a nós, sobretudo através de uma estetização imposta pela grande imprensa. Não é por acaso que a maior parte dos expositores utilizou, fartamente, termos como desagregação e dismantelamento de sociedades camponesas, desvastamento de matas e florestas, privatização, no mais das vezes brutal, de terras secularmente ocupadas, sendo que, como acabamos de ouvir na mesa anterior a esta, estamos entrando numa das últimas fronteiras disto tudo, que é a privatização voraz de conhecimentos coletiva e secularmente engendrados, acumulados e transmitidos.

Diante desse quadro nada alentador, a minha abordagem em relação à violência no campo se iniciará com algumas menções à violência em geral, que se desdobra tanto nos campos como nas cidades, principalmente no que concerne à essa violência aberta que, terrivelmente, vem se naturalizando, sobretudo nas cidades. A partir daí, me reportarei às formas de violência com as quais me deparei no percurso de minha pesquisa de mestrado, aqui no Departamento de Geografia, quando tive a oportunidade de estudar uma área de fronteira e colonização produzida no Centro-Oeste a partir da migração de colonos gaúchos no início dos anos 70. Com isso, procuro revisitar os processos intrínsecos à chamada acumulação primitiva que foram analisados originalmente

¹ Texto elaborado por ocasião da participação na mesa "Violência no campo", realizada no CICLO DE DEBATES SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA promovido pela Comissão de Assuntos Agrários da AGB-DEN.

² Geógrafo, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Geografia Humana e doutorando em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo.

por Karl Marx e que foram postos, em certa medida, na penumbra nas análises marxistas.

Assim sendo, quando nos dispomos a falar sobre violência rapidamente nos ocorrem aquelas formas de violência que se desdobram nas vastas periferias das metrópoles, ou então em longínquas áreas rurais do não menos vasto território deste país, naqueles espaços que José de Souza Martins definiu como os "da travessia inacabada, onde se aglomeram migrantes temporários e permanentes, populações bloqueadas no tempo e no espaço da porta de entrada no mundo moderno, refugos malqueridos da agricultura tradicional e rejeitos temidos da grande indústria e da cidade"³. Refiro-me às formas de violência caracterizadas pelo brutalismo físico, onde a atrocidade é uma das marcas distintivas, onde a face cruel da sociedade se manifesta nua e crua.

Falo, portanto, de inúmeras formas de violência, como, por exemplo, daquelas que envolveram crimes onde "crianças foram assassinadas por furtarem melancias", ou das que levaram a que "um negro mal vestido [fosse] morto com um tiro na cabeça por estar 'em atitude suspeita', mudando de fila no interior de um banco"⁴, entre outros crimes violentos ocorridos na cidade de São Paulo nos anos 80, relatados por Maria Victória Benevides, e que são tão atuais. Basta abrirmos os jornais ou ligarmos a televisão que outros relatos se sucederão em profusão.

Falo também da violência perpetrada pelos "esquadrões da morte", aqueles organismos extra-legais, nutridos pela ideologia da segurança nacional, no mais das vezes indistintos da própria violência institucionalizada através dos organismos legais incumbidos da repressão política, e que ressurgiram, como tem denunciado e constantemente demonstrado Hélio Bicudo, nos chamados "justiceiros", isto é, nos que "contam com o respaldo da própria polícia, que deixa a essas organizações aquilo que poderíamos chamar de 'serviço sujo'"⁵, o da "limpeza" da sociedade daqueles que são considerados incômodos, os tornados periféricos, evidentemente não mais os que "tinham idéias vermelhas", mas os maltrapilhos, adultos e velhos, sobretudo crianças, que perambulam pelas ruas e são tratadas como farrapos humanos, transformando-se em alvo predileto de bandidos, traficantes, policiais inescrupulosos, derramando o vermelho do sangue de seus pequenos corpos nas praças e ruas das grandes cidades.

Falo das práticas de linchamentos, que como demonstrou José de Souza Martins, "denunciam a perda de legitimidade das instituições públicas, através do aparecimento de uma legitimidade alternativa, que escapa das regras

do direito e da razão."⁶. Falo, enfim, dessas formas de violência pelas quais uma parcela nada desprezível da população que é explorada pelos patrões, espoliada pelos donos dos casebres ou barracos onde moram, esbulhada pelos donos de supermercados, ludibriada pelos políticos tradicionais, que encontra um desserviço de saúde pública onde reproduz-se, em escala ampliada, hospitais com cenas mais aterradoras e horripilantes que as de um país em guerra, das formas de violência, como ia falando, que essa população encontra para proclamar a sua insatisfação contra todas as violências que lhes são perpetradas, ou seja, assim como nos linchamentos, uma segunda violência vem se opondo à primeira, senão vejamos: em São Paulo foram registrados no início dos anos 80 trezentos homicídios por ano. Em 1992, essa cifra, divulgada pela própria Polícia Militar, pulou para mais de 1200, segundo Hélio Bicudo, sendo que "nesse total não estão computados os 111 mortos no massacre do Carandiru e todos aqueles que não constam dos registros do IML, porque foram assassinados e enterrados nas cercanias da periferia da cidade. [...] em 1993, a Polícia de São Paulo matou um homem a cada 6 horas, um recorde mundial de violência."⁷. Em 1992, não foram poucas as vezes que louvaram, de maneira cúmplice ou explícita, o massacre bárbaro e covarde ocorrido no Carandiru em nome da mesma "limpeza" da sociedade, travestida no jargão "bandido tem que morrer". Não estou me referindo apenas àquelas figuras sinistras que acabaram de se reeleger, mas também e principalmente ao vasto apoio que esse tipo de conduta vem obtendo. Estou me referindo à legitimidade que vários segmentos sociais vem conferindo à uma espécie de "linchamento institucionalizado", lastreado no mesmo julgamento moral, definitivo, sem apelo e recurso, configurado na expressão "bandido tem que morrer", que fundamenta o linchamento de extração rural.

Todas essas formas de violência adquirem alguma projeção pública. São ampla e exhaustivamente divulgadas, discutidas, manipuladas, tomadas como objeto sociológico, enfim, alguns casos mais e outros menos, mas no conjunto encontram eco. Crítico, repulsivo, ou de apoio, esse eco persiste ou se dissipa de acordo com a gravidade e a intensidade com que, nos últimos tempos, vem se dando uma verdadeira avalanche de atrocidades, que nos deixa a todos perplexos, ao mesmo tempo em que revela a longa e grave crise deste país.

Quando se fala de violência no campo, tema desta mesa, logo nos ocorrem os casos de conflitos sangrentos, não raro resultantes em mortes, que, por sinal, não são poucas. "No período de 1985 a 1990, [...] houve um total de 3374 conflitos pela terra, o que significa uma média anual de 562 [...]: de modo similar, houve 563 assassinatos no período, o que perfaz uma média de 94 mortes

³ José de Souza MARTINS. Linchamentos: a vida por um fio, p.22.

⁴ Maria Victória BENEVIDES. No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana, p.71.

⁵ Hélio BICUDO. A "mão armada" da classe dominante, p.8.

⁶ José de Souza MARTINS. op. cit., p.22.

⁷ Hélio BICUDO, Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem, p.41.

por ano."⁸ Seria de se esperar que tal disseminação da violência no campo repercutisse nas cidades com idêntico eco ao alcançado pela violência que nelas grassa. Isso, porém, não ocorre. Temos aqui um exemplo, acerca de um caso dos mais graves, a ser relatado, que envolve múltiplos assassinatos cometidos com requintes de crueldade por jagunços a soldo de um fazendeiro-empresário contra uma família de camponeses no estado do Amapá⁹. Os crimes, ocorridos no começo deste ano de 1994, apesar de terem tido repercussão local, muito mais por força da mobilização dos descendentes dos vitimados que encontraram respaldo nas redes de solidariedade locais, não foram sequer registrados na imprensa de âmbito nacional, em que pese o empenho dos descendentes em fazer ouvir suas vozes, de dor, de desespero, de desalento, mas também de indignação, com as iniquidades dos poderes públicos locais.

Seria de se estranhar, então, o pesado silêncio que se faz presente nas cidades quando se fala de violência no campo? Ou o fato de nelas chegar de maneira torcida e invertida, senão nos fatos, especialmente nos conteúdos que muitas vezes carregam? Um caso exemplar é o do assassinato de Chico Mendes, rápida e habilmente trabalhado como um embate restrito à preservação dos seringais e da floresta. Isso seria de se espantar?

Não. Porque os conflitos que se desdobram nos chãos deste país, no mais das vezes embebidos em toda sorte de violência, envolvem, na maioria dos casos, uma luta muito intensa e literalmente encarniçada pela terra, pelas concepções e práticas concernentes ao uso da terra. Como já se disse aqui, este é o coração do problema.

Não vou me estender muito no que não tratarei aqui, mas um breve percurso na literatura a respeito dos conflitos no campo mais fortemente marcados pela violência é capaz de revelar que ela se pôs, partindo do Estado, porque tratou-se de movimentos de trabalhadores rurais (entendidos aqui na acepção mais ampla do termo) onde a virtualidade da inversão da ordem constituída e mantida pelo Estado, definida e demarcada pela propriedade privada capitalista, pôs-se no horizonte desses movimentos. Em verdade, foi posta pelo próprio Estado, porque no universo da maioria desses movimentos isso não estava dado de antemão. É o Estado, pelo embate que trava com esses movimentos, que trata de despartar-lhes o "demônio" da política.

Foram muito lembrados aqui, e são exemplares a esse respeito, os movimentos messiânicos, de Canudos, no sertão baiano, que se desdobrou no

⁸ José Vicente Tavares dos SANTOS, *Violência no campo: o dilaceramento da cidadania*, p.6.

⁹ Por desgraça, as pessoas trucidadas eram filhos e netos de antepassados já alcançados, no mesmo lugar, pela violência no final do século passado. Cf. Iraci Gomes V. PALHETA, *Violência no campo: a barbárie extermina vidas e sonhos de família camponesa no Amapá*, p.3/4.

final do século passado sob a figura de Antônio Conselheiro, e o da região do Contestado, na divisa entre Santa Catarina e Paraná, que tomou corpo na primeira década deste século. Como bem demonstrou a Prof. Zilda, foram acoimados de rebeliões monárquicas, que invocavam a restauração ante a República recém-instaurada, sendo, porém, que para a população camponesa que estava envolvida em tais movimentos não passava, no seu universo de reflexão, sequer que a República havia sido proclamada. Em ambos os casos, estudados e documentados pelos sociólogos, foram impostas pesadas e sucessivas derrotas às forças armadas do Estado, até serem destruídos e esmagados. No entanto, o interessante a reter aqui é que, embebidos no mundo mítico e religioso, os movimentos propugnavam uma inversão da ordem que os oprimia, e que identificavam como oriunda da cidade¹⁰.

Dessas primeiras tentativas de libertação do jugo e da opressão, dessas primeiras formas de manifestação política, até as chamadas ligas camponesas nos anos 50, até à expressão que ganharam as lutas já organizadas sindicalmente, até às chamadas lutas em torno dos preços dos produtos que envolvem os camponeses tornados produtores simples de mercadorias¹¹, o caminho do despertar político do campo tem sido calçado com muitos cadáveres. Por que?

Parece-me que sempre que as lutas no campo alcançam, de algum modo, os nexos fundamentais da "civilização" do capital, mesmo que avaliados segundo critérios morais, o poder do Estado volta-se com incrível violência contra o que elas proclamam. Há um autor, cuja obra nós, aqui do Laboratório de Geografia Urbana, estamos estudando desde algum tempo, que fez uma distinção entre a violência latente e a violência aberta. Disse ele o seguinte:

"O poder pode se contentar com a violência latente. Ele prefere não usar suas capacidades de intervenção brutal. Guardá-las em reserva faz parte da estratégia, pensada há muito tempo por Maquiavel. Os regimes que usavam a todo propósito a repressão policial e militar não atingiam o conceito da política absoluta. Segundo este conceito, a força apenas deve intervir para esmagar o adversário, definitivamente; até lá, a intervenção parcial e a ameaça podem valorizar o adversário, isto é, como interlocutor."¹²

É isso que o Estado não suporta, isto é, que a contestação que vem de baixo, que se constrói questionando a realidade existente, tida e mantida por

¹⁰ José de Souza MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, passim.

¹¹ A este respeito conferir José Vicente Tavares dos SANTOS et al. *Agroindústrias e lutas sociais (a complexidade das lutas sociais em torno do valor do produto)*.

¹² Henri LEFEBVRE, *La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production*, p.177-78, ênfase minha.

cima, pelo alto, pelo poder político que se autonomizou no Estado, ponha-se como interlocutora. Isso tem ficado sempre claro quando embatem-se concepções e práticas distintas sobre a terra. Nesses momentos, o Estado tratou de aniquilá-las, como também de emoldurá-las no plano das relações fundamentais do mundo da mercadoria, das quais é o grande garantidor.

É importante dizer que não é apenas com relação às formas camponesas de ocupar e usar a terra que a violência do Estado se volta. Embora a terra ocupe um lugar central na questão agrária, é contra todas as formas de pensar e conceber as condições de existência que sejam dissonantes ou virtualmente questionadoras daquelas que fundamentam a essencialidade do mundo existente que o Estado age, seja através da violência aberta, aquela que nos choca, deixando-nos acolhidos, mas também indignados, seja pela via da violência latente, aquela violência velada, que passa despercebida porque se naturalizou.

Quero lembrar que a linha de atuação imprimida pelo Estado brasileiro, com relação à realidade agrária, sobretudo a partir de meados do decênio de 1960, teve como um dos objetivos a cumprir o de produzir um efeito minante nas formas de resistência engendradas pela luta política de trabalhadores rurais (através das ligas camponesas e dos sindicatos rurais) contra a crescente expropriação e concentração da terra que se alastrava pelo país desde os anos quarenta e cinquenta, bem como contra as diferentes formas de exploração do trabalho que se instituíam. O crucial é que, sob diferentes formas, as populações rurais, ao se insurgirem contra a expropriação das suas terras, demonstram uma concepção de terra, de trabalho, e de liberdade, diversa das que fundam os laços políticos que constituem o Estado. De acordo com a particularidade pertinente a cada caso, dá-se o questionamento e/ou desafio às formas de trabalho e propriedade reconhecidas pelas estruturas sociais e políticas do capitalismo. O Estado se dirige contra a propriedade privada da terra onde a legitimidade passa pelo trabalho, familiar, camponês, e não pelo documento que atesta a sua compra. Essa concepção da terra, como condição da liberdade pelo trabalho, onde a mediação do dinheiro não se põe como presença definidora, opõe-se à noção de liberdade da terra e do trabalho para o capital contida na legalidade do direito jurídico.

A politização dos conflitos travados no campo brasileiro quase sempre tem implicado, sobretudo através das estratégias de ocupação de terras, numa oposição aos princípios dessa legalidade. É por isso que o Estado brasileiro, principalmente após o golpe militar de 1964, veio a dar um tratamento à questão agrária com o intuito de esvaziá-la do potencial político que carregava em suas entranhas, reduzindo-a à dimensão de problema econômico e policial. Nesse quadro, emoldurado indissociadamente do crescimento econômico, a

modernização do campo ocupa lugar privilegiado. Através dela, aparentemente, procurava-se promover uma "empresarialização" no campo. Não obstante, sem romper com a irracionalidade que a renda territorial capitalista representa para a própria acumulação, apresentou-se como sucedâneo imediato e institucional do combate às concepções de propriedade dissonantes da que é consagrada e reconhecida pelos desígnios da acumulação capitalista.

O esvaziamento político dos conflitos deveria ser cumprido, entre outras medidas "mais pragmáticas"¹³, pelo entrelaçamento dependente dos chamados produtores familiares ao mercado, pondo-os como nunca em presença da generalidade das relações abstratas presididas por um padrão de acumulação comandado em termos do capital financeiro, "da dimensão 'demoníaca' do sistema [onde] a categoria de 'captação do sobretrabalho' é mais decisiva do que a de 'extorsão do sobretrabalho'¹⁴, transformando-os em produtores simples de mercadorias. É através dessa mediação que as parcelas de trabalho contidas em suas mercadorias são envolvidas nas tramas reprodutivas do capital, possibilitando, ademais, a interceptação da renda fundiária. Integrando o mundo da mercadoria, o reino do capital, estes produtores gozam formalmente de uma liberdade, da liberdade de trocar produtos não produzidos para eles mesmos, generalizando e reduzindo os diferentes trabalhos concretos, a diversidade de tempos que os envolve.

Essa integração desintegradora do mundo camponês não deixa de ser uma forma de violência, onde a pressão sobrepôs-se à repressão. Henri Lefebvre, cujas preocupações sobre a realidade agrária de seu país levaram seu pensamento a um longo e rico percurso onde a construção de um conhecimento teórico sobre a produção do espaço ocupa um lugar de destaque, ao se debruçar sobre o Estado moderno afirmou que "o Estado tem por função - entre outras - a de arrancar os camponeses da economia dita natural, fazendo-os entrar no mundo da mercadoria"¹⁵.

É a isto que a modernização do campo também veio. E este aspecto dos mais importantes passa despercebido, ou então não desperta o interesse dos pesquisadores. Alguns deles preferem falar da conformação de complexos

¹³ Veja-se, por exemplo, as práticas de violência empreendidas por jagunços e policiais militares, muitas vezes a soldo de um mesmo patrão, proprietário de terras e de capital, nas suas "operações de limpeza" em terras ocupadas por posseiros e reclamadas por meros detentores de obscuros títulos de propriedade. Em muitos municípios brasileiros em que esse embate tem se exacerbado, não é raro dizer-se que o cemitério cresce mais rapidamente do que a cidade.

¹⁴ Kostas VERGOPOULOS, O capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo, p.75.

¹⁵ Henri LEFEBVRE, De l'Etat, v.3, Le mode de production étatique, p.103.

agroindustriais, que, apesar da sua relevância, não se dá no ar. A imposição de atividades produtivas resultantes de um encadeamento de capitais, compondo cadeias produtivas centradas em produtos como soja, cana-de-açúcar, laranja, entre outros que vieram a conformar os chamados complexos agroindustriais, tem um território bem determinado, comportando espaços concretos particulares, diferenciados.

Nesse sentido, não há "desterritorialização" alguma, pois as formas de violência intrínsecas à imposição e reprodução do que em termos marxistas se denomina de mundo da mercadoria têm essa implicação, ou seja, a da desagregação lenta ou brutal de relações sociais que produziram espaços concretos não comprometidas com a sua reprodução.

Na pesquisa que desenvolvi procurei discutir os processos que levaram à formação de um universo pioneiro no Mato Grosso do Sul, no início dos anos 70, bem como as contradições encerradas na reprodução das relações sociais de produção que ali foram instauradas. Pois bem, nessa pesquisa deparei-me, com o rompimento de relações camponesas não apenas no sul do país.

A emergência de tal universo pioneiro anunciou-se com a chegada de famílias inteiras de extração rural, predominantemente do Rio Grande do Sul, no início dos anos 70. Ao lidar com os pioneiros pude constatar que muitos deles vieram de uma existência camponesa no sul do país onde a produção direta dos meios de vida impunha e mantinha a produção de mercadorias num nível tênue, fazendo com que o estabelecimento de relações não fosse definido pelo predomínio da mediação do dinheiro. Contudo, tal reprodução camponesa foi sendo crescentemente redefinida à medida em que foi sendo roída e deslocada para o mundo da mercadoria. A monetarização das relações de produção não-capitalistas possibilitou a sua captura pelas tramas reprodutivas do capital. Tal deslizamento da reprodução social para o mercado, transformando-os em produtores simples de mercadorias, levou a que os colonos gaúchos tivessem sua reprodução camponesa definida pelos nexos da acumulação capitalista que se dava às suas costas, num plano em que a autonomia passava claramente para a determinação social do mundo da mercadoria, para além do entendimento possibilitado pela ilusão de que o colono é patrão de si mesmo.

O importante a salientar é que o Estado tornou produtivo um determinado espaço ao comprometer a reprodução de relações de produção específicas com a acumulação capitalista, ou seja, relações de produção não-capitalistas, ainda que indiretamente, passaram a se "resolver" no mundo da mercadoria.

Outra coisa é a imposição dessas relações numa área de fronteira. O frescor de sua ocupação pelos pioneiros gaúchos possibilitou-me presenciar relatos preciosos, no sentido de que as falas dos que viveram as transformações

do lugar denunciavam as redefinições no modo de ver, no modo de pensar e de conceber a existência que lhes foram impostas no curso desse processo. Contudo, elas me foram propiciadas não apenas pelos que para ali foram, *mas também pelos que ali já se encontravam*, uma vez que os pioneiros não foram os primeiros a ali chegar.

Portanto, não se trata aqui, quando se fala de fronteira, de "espaços vazios" que foram livremente ocupados pelos pioneiros. Há uma miríade de denominações acerca das regiões de fronteira (com as quais me defrontei) que, sub-repticiamente, propõe um entendimento segundo o qual quando o capital se encontra nos umbrais de sua expansão territorial o que se encontra à sua frente são "vazios demográficos". Tais denominações, nada incomuns, são incrustadas por uma visão na qual a fronteira compõe-se de novos recursos, fatores, ou condições, divisadas para alimentar a máquina capitalista. Deliberada ou inadvertidamente, essas denominações vêm de concepções que não reconhecem a humanidade dos que já ocupavam tais territórios. Assim, a fronteira é tida como agrícola, como "fronteira de recursos naturais", onde há "grande disponibilidade de terras devolutas", enfim, é designada como econômica sem que se dê a devida atenção ao que isso significa.

O que interessa ressaltar aqui é que o universo pioneiro coloca-se num plano em que a modernização irrompe num espaço designado como fronteira, ou seja, espaço concreto prescrito pelo Estado como objeto para a consecução de estratégias que objetivam a modernização do campo. Nesse sentido, há uma produção do espaço pelo Estado.

Refiro-me ao conceito de produção desenvolvido por Karl Marx e levado às últimas conseqüências por Henri Lefebvre. Tomá-lo apenas pelo viés da produção material como fez o marxismo vulgar é insuficiente para tal discussão, uma vez que ele implica não apenas em produção de mercadorias, mas em produção de relações sociais¹⁶.

Porém, o Estado moderno, operando no sentido de garantir a reprodução das relações sociais constitutivas e fundamentais da sociedade existente, intervindo para arrancar os camponeses da economia dita natural, fazendo-os entrar no mundo da mercadoria, não apenas produz relações de produção essenciais à reprodução ampliada do capital. O Estado age também no sentido de impedir que a produção de relações sociais de outra natureza se estabeleçam ou prevaleçam.

É por isso que a formulação das estratégias do Estado encontra-se amparada numa lógica unilateral, que confere caráter desviante ao que não se encontra em conformidade com os padrões identitários e definidores das relações

¹⁶ Em Henri Lefebvre tal discussão aparece mais claramente na obra *La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production*.

sociais abstratas e impessoais do capitalismo. É a partir dessa lógica que o Estado concebe e atua, enunciando, através da formulação das políticas que dispõem e prescrevem sobre espaços concretos definidos, que as condições de existência devem ser as que são adequadas às tramas reprodutivas do capital.

É justamente nesse plano, ou seja, da reprodução da vida subsumida no mundo da mercadoria, que a meu ver devem ser buscadas as referências constitutivas da fronteira, de sua imposição como fronteira econômica, ou seja, onde as relações sociais de produção somente podem se expressar através de *Coisas*, onde as condições da vida social apresentam-se incorporadas ao desenvolvimento do capital, à valorização de seu valor, crescendo-o, e opondo-se aos sujeitos ao dominá-los como força que lhes é estranha. Os pioneiros não são necessariamente os primeiros a chegar, mas são os que estão incumbidos de tornar concreta a lógica estatista que preside a concepção da fronteira.

É na fronteira que se torna mais evidente como o Estado, na sua busca de imputar uma lógica às realidades concretas, de conferir coesão e coerência absolutas à vida social, considera os atributos do espaço concreto apenas com relação à modernização concebida, realizando uma abstração das práticas sociais que produziram espaços concretos pré-existentes, na medida em que são tidas como irracionalidades, isto é, as práticas que não correspondem às exigências de reprodução do mundo da mercadoria são concebidas como aberrações, desvios, incoerências¹⁷. Na fronteira, é como se eles não existissem, fossem abstraídos, apagados e silenciados pela lógica estatista que se debruça sobre o espaço. A colonização, a constituição concreta de espaços concebidos, é destinada aos que correspondem ao cumprimento das estratégias formuladas, aos que virtualmente não põem em risco a renda territorial capitalista, aos tornados pioneiros, inseridos no mundo da mercadoria, eles também vítimas de um processo que não lhes pertence.

Por conta disso, ao se fazer concreta através da colonização, tal produção estatista do espaço embate-se, antes de mais nada, com as "exterioridades". É por esse motivo que a expansão de universos pioneiros, através de frentes exaustivamente detalhadas por Jean Roche, Léo Waibel, Pierre Monbeig, entre outros, não deixou de se fazer sem conflitos, sem rupturas, uma vez que se conflagram distintas concepções e práticas sobre o espaço.

Em verdade, a história das marchas pioneiras neste país tem revelado que elas se deparam com novas terras para o capital, mas que nem por isso são desabitadas. Esse ombreamento conflitivo ocorre porque os universos pioneiros

¹⁷ "É evidente que para a ideologia totalizadora tudo o que é outro, diferente, exterior, excepcional, desviante, tem apenas existência transitória. É a grande lógica totalizadora, que exige não apenas a submissão geral ao Um, mas, sobretudo, a assimilação geral de todos os elementos às categorias constitutivas do Um." (Kostas VERGOPOULOS, op. cit., p.137, ênfases do autor).

se chocam com concepções de mundo diferentes das que lhe são fundantes. Por isso, o processo de colonização anuncia-se preliminarmente pelo estabelecimento da propriedade privada capitalista da terra onde ela não existia com força, levando a uma complexificação da troca, fazendo com que se instale o mundo da mercadoria. O universo pioneiro encontra-se, desde o início, imbricadamente articulado à reprodução social capitalista.

Na área de fronteira que estudei, a chegada dos pioneiros gaúchos significou o momento do alvorecer da História no lugar, pressagiando a redefinição das condições para o desenvolvimento das potencialidades humanas que sua irrupção efetivamente implicou. Tratou-se de uma ruptura anunciada. De fora e do alto, ela se concretizou com e pelo mundo pioneiro, dando-se a conhecer pela superposição à realidades precedentes, pela antagonização e consagração à obsolescência do que se encontrava em dissonância com os seus atributos. Como força avassaladora, portadora das relações exigidas pelos requisitos atuais da reprodução social, procurou fazer tábula rasa da história concreta do lugar, levando-a de roldão, imputando uma atualização e redefinição a toda vida social através da produção do espaço.

Mas é assim, também, que os colonos gaúchos, ao migrarem para a fronteira, entram na História. Feitos pioneiros, foram utilizados como meio na "fundação" da propriedade privada capitalista da terra (onde ela não se fazia presente) pelos que a têm como finalidade. Comprando as terras para garantir a reprodução da família camponesa pelo trabalho concreto tornado abstrato, os colonos foram objeto de um processo de "valorização" das terras que não deixou de implicar na "desvalorização" dos próprios colonos, uma vez que ali um conjunto de mecanismos e táticas operou e foi empregado no intuito de levar uma boa parte dos colonos tornados pioneiros à uma "expulsão branca".

É nesse sentido que me parece oportuno tentar ampliar a noção de acumulação primitiva. As interpretações episódicas da História só podem ver na acumulação primitiva, nos processos que a caracterizam, um momento inicial, genético, do capitalismo, que se interrompe quando este se instala através da expropriação dos que são tidos como dissonantes. O próprio Karl Marx afirmou que tal acumulação "é considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista"¹⁸. Ao deter-se com maior acuidade à chamada acumulação primitiva de capital, Karl Marx fala dos horrores intrínsecos à radicalização do processo de dissociação dos trabalhadores de seus meios de produção para afirmar que a expropriação foi "inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade"¹⁹. A partir daí, faz inúmeras remissões à Inglaterra²⁰, à

¹⁸ Karl MARX, *O Capital: crítica da economia política*, p.830.

¹⁹ *Ibid.*, p.830.

²⁰ "A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história dessa expropriação assume coloridos

Escócia e à Irlanda, incursionando em toda a "série de rapinas, horrores e tormentos do povo, que acompanham as expropriações violentas do último terço do século XV aos fins do século XVIII"²¹. Não são poucos os casos nos quais se refere à "limpeza da sociedade" que, como vimos, ainda nos fins do século XX é esgrimida em favor da ordem instituída e definida nos limites da propriedade privada capitalista²². A culminação de todo o processo, alcançada "por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura"²³, pode ser lida, segundo Marx, pela "nova alma social" que entrou no corpo das Coisas.

Marx refere-se, assim, à redefinição das condições sociais e históricas de existência exigida pelo capital. Há um equívoco, a meu ver, em Henri Lefebvre quando enxerga um certo economicismo nesta parte da obra de Karl Marx²⁴, pois se trata, em verdade, do deslocamento, não raro brutal, da reprodução social para o mundo da mercadoria, tanto, e principalmente, pela instauração de relações especificamente capitalistas, fundadas no trabalho assalariado, quanto pelo atrelamento das relações não-capitalistas às tramas reprodutivas do capital²⁵.

A expropriação camponesa, embora em ampla e assustadora escala não apenas na Inglaterra, não significava que a dissolução das relações sociais através das quais se dava a reprodução camponesa (e que evidentemente não se encontravam organizadas e estruturadas em consonância com as exigências da História que irrompia com o capitalismo) resultasse no banimento dos camponeses. O próprio Marx ironizava os pesquisadores ingleses que, a maneira de Deus interrogando Caím a respeito do irmão Abel, não se davam conta de que "essa classe camponesa reaparece constantemente, embora mais reduzida e em pior situação"²⁶, uma vez

diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes. Encontramos sua forma clássica na Inglaterra, que, por isso, nos servirá de exemplo." (Ibid., p.831).

²¹ Ibid., p.844.

²² "O último grande processo de expropriação dos camponeses é finalmente a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos. Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram nessa 'limpeza'. [...] Mas a 'limpeza das propriedades', no seu verdadeiro sentido, vamos encontrar mesmo na região dileta da literatura novelesca moderna, a Escócia serrana. A operação lá se destaca pelo caráter sistemático, pela magnitude da escala em que se executa de um só golpe (na Irlanda, houve proprietários que demoliram várias aldeias ao mesmo tempo; na Escócia, houve casos de áreas do tamanho de ducados alemães), e finalmente pela forma peculiar da propriedade que é usurpada." (Ibid., p.845).

²³ Ibid., p.854.

²⁴ Henri LEFEBVRE, De l'Etat, v.3, Le mode de production étatique, p.88.

²⁵ "Antes, a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias-primas transformam-se agora em mercadorias [...]." (Karl MARX, op. cit., p.865).

que as relações camponesas foram absorvidas, redefinidas e recriadas em favor da reprodução capitalista. Portanto, a essencialidade do que Marx tratou sob a designação de acumulação primitiva não é apenas genético do capitalismo. As condições e o sentido de produção da História não apenas estavam, assim, sendo postos em outro plano, como também passariam a ser constantemente asseguradas pelo poder do Estado para garantir a sua reprodução, a sua reiteração.

Nesse sentido, Kostas Vergopoulos trouxe uma valiosa contribuição no sentido de entender a relação da chamada acumulação primitiva com o poder. Para este autor a acumulação primitiva é a "referência às exterioridades" de toda espécie. Se, num primeiro momento, é "contra os camponeses revoltados, os vagabundos, mendigos, preguiçosos, loucos, garotos, prostitutas, delinquentes e saltadores; em resumo, contra um 'exército de decaídos' da sociedade feudal, que o poder do capital afirma-se inicialmente. [...] os decaídos e revoltados (a 'corja não proletarizada', segundo Michel Foucault) existem e se desenvolvem sempre. É o sistema que engendra seus próprios resíduos sociais e que se esforça, em seguida, para neutralizá-los, recuperá-los ou mesmo liquidá-los."²⁷

Os vitimados, porém, não são objeto, ou não são apenas objeto e objetivo das estratégias estatistas. Resgatar o ponto de vista da vítima, segundo José de Souza Martins, impõe trabalhar com perspectivas que dificilmente são entrevistas, porque o processo social e histórico comporta compreensões múltiplas, multilaterais, demoradas e imprevistas. O "outro", o "residual", os "incoerentes", "aberrantes" e errantes, proclamam-se como sujeitos negando e questionando o "nosso" mundo, o mundo que pensa e pesa sobre eles. Deixo aqui, para terminar, um testemunho disso.

A denominação de Chapadão dos Gaúchos, que foi dada inicialmente pelos sul-mato-grossenses quando os colonos gaúchos começaram a chegar, não se tratava senão de uma referência ao chapadão "deles". Quero dizer que os vitimados pela produção estratégica de tal espaço, os objetos das estratégias estatistas, proclamavam-se, aí, negando e questionando o mundo que vinha de fora. Numa das conversas que tive com um senhor sul-mato-grossense, que há muitos anos conhecia aquele lugar, ele referiu-se aos gaúchos como andorinhas, "que chegavam devagarzinho: sentava um, depois sentava outro...". Os gaúchos, metaforizados como andorinhas, corresponde menos à condição de migrantes que à de quem efetiva a sua propriedade de acordo com o princípio da propriedade privada, ainda que não necessariamente capitalista. Várias andorinhas, cada qual tendo o seu ninho num local preciso, precisado, em nítida oposição com a concepção de terras que não precisavam de cerca.

²⁶ Ibid., p.866.

²⁷ Kostas VERGOPOULOS, op. cit., p.46.

Referências Bibliográficas

- BENEVIDES, Maria Victória. No fio da navalha: o debate sobre a violência urbana. In: Temas IMESC, São Paulo, v.2, nº2, Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, dez. 1985.
- BICUDO, Hélio. A "mão armada" da classe dominante. In: Travessia: revista do migrante. São Paulo, ano II, nº4, Centro de Estudos Migratórios, maio/ago. 1989.
- _____. Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem, São Paulo, Moderna, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. La survie du capitalisme: la re-production des rapports de production, Paris, Anthropos, 1973.
- _____. De l'Etat, tome III: le mode de production étatique, Paris, Union Générale d'Éditions, 1977.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil (as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político), Petrópolis, Vozes, 1981.
- _____. Linchamentos: a vida por um fio. In: Travessia: revista do migrante, São Paulo, ano II, nº4, Centro de Estudos Migratórios, maio/ago. 1989.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política, livro I, 2v., 12ª ed., São Paulo, Bertrand Brasil, 1989.
- PALHETA, Iraci Gomes de Vasconcelos. Violência no campo: a barbárie extermina vidas e sonhos de família camponesa no Amapá. In: Informa: órgão informativo da Associação dos Geógrafos Brasileiros/seção São Paulo, São Paulo, nº54, out. 1994.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. In: Reforma Agrária: revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v.22, nº1, jan/abr. 1992.
- VERGOPOULOS, Kostas. O capitalismo disforme: o caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo, 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

RESUMO

Este trabalho refere-se à violência que se estabelece na realidade agrária brasileira e sua relação com a atuação do Estado na reprodução social. Nesse sentido, examina-se a produção estatista do espaço numa região de fronteira e colonização sob o prisma privilegiado dos processos inerentes à acumulação primitiva.

RÉSUMÉ

La Production de l'Espace dans la Frontière: l'accumulation Primitive
Revue

Cet article discute la violence qui se établit dans la campagne brésilienne et sa relation avec l'action de l'Etat dans la reproduction sociale. En ce sens, se examine la production étatique de l'espace dans une région de frontière et colonisation sur la perspective de les processus inhérente à la accumulation primitive.

Palavras-chaves: Estado; fronteira; colonização; poder; violência.

Mots clef. État; frontière; colonisation; pouvoir; violence.

OS DILEMAS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL¹

Zilda Márcia Gricoli Iokoi²

A constituição do Estado nacional e a República foram tecidas com a manutenção de privilégios, como a ausência de um corpo social capaz do reconhecimento das diferenças, definindo-se a permanência ou a perpetuação das chamadas elites agrárias que se constituíram também como grupos dirigentes urbanos. Creio que esse é um ponto central para que possamos refletir sobre a longa duração histórica que faz com que o projeto colonial português de certa forma ainda esteja de pé, e como ele não é mais o do século XVI.

Trata-se de um projeto de concentração e exclusão, de privilégio e patrimonialismo, do salve-se quem puder. E quem puder faz acordos e alianças para defender as suas questões pontuais. Creio, então, que esse é um ponto importante nessa discussão sobre a realidade agrária brasileira. Gostaria de ressaltar esses processos de exclusão como momentos de confronto entre os grupos sociais e as dificuldades de organização e manutenção, tanto do projeto vencedor, quanto dos projetos que estiveram em disputa ou em discussão, e não se configuraram vencedores. A historiografia tem tratado de recuperar as memórias plurais, apagadas pelo discurso vencedor que ocultou as várias lutas. Creio que esse é um momento importante inclusive para se re-pensar sobre os equívocos, bem como sobre as tentativas de homogeneização que envolvem os dirigentes políticos nacionais, e como, nas franjas desse processo, os vários irredutíveis se apresentam demonstrando o contrário.

Uma questão que me parece muito importante, tratada por José de Souza Martins³, está colocada na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Eu não sei se posso concordar totalmente que todo o projeto abolicionista se fez sem uma interface de confronto e conflito com as rebeliões escravas. É

¹ Texto elaborado para a mesa-redonda "A realidade agrária brasileira no entendimento do mundo atual: impasses políticos e perspectivas", que abriu o CICLO DE DEBATES SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA promovido, em outubro de 1994, pela Comissão de Assuntos Agrários da AGB-DEN.

² Prof. Dra. do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

evidente que elas não tiveram uma emergência, uma tessitura que permitisse a formulação de um projeto que se autonomizasse e pudesse ser vencedor, mas ocorreram enfrentamentos - especialmente dos grupos urbanos - sobre as questões que estavam sendo colocadas já no século XVIII e depois no século XIX, que levam as elites a pensarem um projeto de emancipação que não só excluísse a existência da memória da escravidão, mas que apagasse a visibilidade do negro. Deste modo, as elites criaram todo um tecido para a introdução das formas remuneradas do trabalho imigrante, mas nos mesmos padrões e nas mesmas estruturas da compulsão escrava propriamente dita. Ignorou-se inclusive a existência de escravos de ganhos, que já trabalhavam como empregados para seu sustento e o do senhor. É interessante perceber que a parceria, o arrendamento e a meiação, submetiam o conjunto da família camponesa e não os indivíduos portadores da força de trabalho.

Uma questão importante a pensar é que foram vários os projetos emancipacionistas. Não foi apenas o que venceu. Existiu grande polêmica no século XIX sobre "o que fazer com os negros?". Afinal de contas, os escravos não podiam mais serem compulsoriamente mantidos na estrutura do trabalho; era preciso uma reatualização, porque as fontes fornecedoras estavam bloqueadas; a tentativa de ainda estender um pouco mais a forma e a função da escravidão foi feita com todo um jogo do mercado interno, já experimentado no século XVIII quando, do Nordeste, deslocam-se para a região das minas, e depois para a região da produção cafeeira grandes contingentes de negros escravos. Deste modo, o tema já estava sendo debatido pelas elites.

Três propostas foram apresentadas no Parlamento. Uma era regeneradora, isto é, pensava-se num processo de educação para civilizar os libertos. Essa era a proposta que agregava a menor quantidade de parlamentares e de intelectuais, que insistiam na necessidade de aproveitamento dos escravos na sociedade nova, dos direitos, para que eles pudessem, então, graças à educação, serem úteis e civilizados. Uma outra proposta era a de excluir inteiramente esse grupo, baseada nas teses da eugenia⁴. A idéia seria a de iniciar um processo de "deslocamento dos negros para um determinado lugar desse país", e deixá-los absolutamente "guetados" numa certa região, para introduzir o branco europeu nas mesmas estruturas de trabalho do ex-escravo, para que ele pudesse ser, ao mesmo tempo, fonte de modernização, atualização, e produtividade, na moderna economia agroexportadora. A questão da produtividade era colocada, já naquele momento, como uma questão importante, pois a discussão sobre o fim da escravidão se fazia pela negação do escravo enquanto um trabalhador produtivo. Os escravos eram tidos como indolentes, sem produtividade adequada aos

⁴ MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. Onda negra, medo branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.

novos tempos e mercados; uma outra proposta era a que defendia o processo da miscigenação, que mais tarde iria ser discutido pela vertente sociológica de Gilberto Freyre⁵.

Esse embate entre as próprias elites permite visualizar duas questões muito interessantes. De um lado, a existência de um temor da libertação como uma possibilidade de o negro entrar na sociedade dos direitos. Os brancos temiam que a memória da escravidão e da compulsão, do passado de todos os anos de violência no tronco, da desagregação de famílias, do uso sexual dos escravos, não pudesse ser esquecido, e se tornasse um entrave à sociedade dos direitos, porque eles teriam a memória dessa violência para se interpor contra as elites. Daí a tese do medo branco muito definida e configurada nos debates parlamentares e na imprensa; nas cartas; nos relatórios dos próprios fazendeiros, de que não podiam aceitar a possibilidade de uma interlocução, em igualdade, com esse grupo social. Quer dizer, estava claro, na discussão, que não se tratava de configurar uma transição que reafirmasse a possibilidade dos direitos. O que se tinha em mente era uma articulação interessante entre os possuidores de terras, ou os assim chamados de proprietários, do que fazer com toda essa escravaria que teria, nesse passado de lutas, perdas a cobrar das elites dominantes.

A outra questão que me parece muito importante ainda nesse momento, é que toda a articulação feita em torno da transição do Império para a República foi uma articulação que transformou o público em privado. Havia toda uma ingerência dessas elites dominantes, no sentido de fazer uso privado das esferas públicas através de articulações muito claras. O poder regional continua nas mãos dos grupos regionais, ou seja, a velha estrutura municipalista se reafirmava com o estabelecimento ou manutenção das oligarquias onde elas estivessem e com o poder que tinham, e o centro político, o Estado, articulando-se num jogo de favorecimento e privilegiamento para, exatamente, se constituir como centro político. Então, a instância organizativa da cafeicultura, definindo o poder nacional, não se fez contrariamente aos grupos regionais que estavam estabelecidos⁶. Houve até uma legislação nessa direção, a chamada política dos governadores (1898), articulada por Campos Sales, para manter exatamente essa ordem estabelecida entre o arcaico da política regional e o moderno da política do Estado nacional. Estes dois níveis passaram a se articular em cooperação, e em aliança estratégica na manutenção de um Estado que se constituiu

⁵ FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.

⁶ Ver FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 2v. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1979; SAES, Décio. O Estado burguês no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986; VIOTTI, Emília. Da monarquia à república. São Paulo, Grijalbo, 1979; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Lutas sociais na América Latina. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.

com a privatização da produção, da arrecadação, e do direito, e não com a legitimação de uma sociedade que escondia o tema dos direitos: A socialização dos prejuízos já estava na reforma de Campos Sales, em 1898. Ela foi explicitada com clareza, definida legalmente, e imposta para o conjunto da população exatamente para manter a hegemonia e o domínio desses grupos, definindo que os recursos públicos estariam muito mais vinculados à manutenção dessa hegemonia e desse poder.

O que os militares fizeram em 1964 foi um golpe que tem uma tradição histórica, tem uma lógica nessa tradição histórica. Penso que os militares em 1964 foram muito hábeis, porque modernizaram o país na sua interface com a mundialidade que já estava colocada, pois o nacionalismo populista era, naquele momento, uma excrescência de um passado morto que não tinha possibilidade de manutenção na economia mundializada após a Segunda Guerra Mundial.

Outra questão que me parece muito importante, é a interface entre o urbano e o rural. Não há, na História brasileira, uma distinção e uma separação entre estes dois níveis da vida social. Desde o início, com a manutenção da economia monocultura de exportação, a inter-relação rural e urbano é definida no urbano sobre o rural, e este nível vive exatamente os dilemas de um projeto de modernização que se assenta nas estruturas coloniais e latifundiárias. Não houve rompimento entre esses dois grupos, e sim uma acomodação. Emília Viotti, num trabalho muito interessante, relata que, se os cafeicultores tivessem conseguido mudar o sistema de representações, e aberto um pouco mais a possibilidade de penetração desses grupos novos na estrutura do Parlamento propriamente dito, sequer teria sido discutida a República, porque a Monarquia não era um impedimento para esses grupos⁷. Era o fechamento da possibilidade de representação do setor novo, que cresceu economicamente a partir do início até o final do século XIX, e que não tinha acesso às definições políticas sobre a imigração subvencionada, sobre a necessidade de uma rede ferroviária que atendesse aos interesses de cada proprietário, onde cada bitola da ferrovia deveria chegar na fazenda de cada proprietário para promover o escoamento de sua produção, etc. Era por essas questões que eles precisavam do Estado, para fazer toda uma política de beneficiamento desses interesses privados que iriam sair das reservas do fundo público.

Até a reação monárquica, que tanto foi enfatizada pelos primeiros governos republicanos, foi forjada. Não havia de fato uma reação monárquica anti-republicana que desse conta de levar à frente um projeto de restauração adequado e consistente. A reação monárquica serviu de elemento de articulação das duas repressões sobre o campesinato no início da República, os episódios

⁷ VIOTTI, Emília, op. cit.

que envolvem Canudos e o Contestado. Atacados como reações monárquicas, intitulados como reações monárquicas, a população aí envolvida foi simplesmente morta, liquidada⁸.

Então, para a questão agrária, criou-se uma forma de repressão absoluta desde o começo do século. Para a questão urbana, existiam mediações que passavam por discussões e aplicações de leis, e solidariedades que se teciam nesse processo. O movimento operário do começo do século foi bastante reprimido, especialmente o movimento anarco-sindicalista, que representa uma parcela pequena do movimento operário, mas essa repressão passou por mediações e articulações urbanas que impediram um massacre absoluto, como ocorreu com a população camponesa.

De um lado, uma força fundamental e importante na manutenção da estrutura do domínio e na do direito à propriedade. Mesmo a lei de terras sequer foi regulamentada ou aplicada na sua integralidade. O Estado definia que as terras devolutas seriam aquelas que sobrassem depois que os "homens bons" se apresentassem para dizer quais seriam as suas áreas de posse em regime de concessão governamental, e como isso não se deu de forma clara pelo país inteiro, mas apenas na região nova, houve uma indefinição sobre as terras que continua até hoje sem solução. Há problemas que são muito interessantes. Os proprietários de terra reclamam sobre os seus direitos de propriedade, e esses direitos são bastante questionáveis. Quando os camponeses reclamam sobre os seus direitos de domínio, eles são imediatamente questionados. Há inúmeros exemplos de processos de dupla mão, no que se refere à própria questão do direito sobre a posse, ou sobre o domínio, etc.

Uma coisa que me parece muito importante, um pouco para questionar essa tragédia, ou seja, os assassinatos rurais de índios, posseiros e mediadores, é que na reversão desse processo nós não poderíamos ter expectativas de que as elites, elas mesmas, encontrassem alternativas para a sobrevivência dos de baixo⁹. A História tem mostrado que as elites rearranjam as suas formas de dominação e continuam agudizando-as até o limite. Eu não tenho nenhuma expectativa de que o vice-presidente Marco Maciel faça alguma coisa distinta do que já fez até agora, não devido ao cargo que agora ocupa, mas porque faz parte desse grupo de oligarcas que são modernos e arcaicos ao mesmo tempo, como

⁸ Ver PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Brasiliense, 1974; MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969; MONTEIRO, Douglas. Os errantes do novo século. São Paulo, Brasiliense, 1976.

⁹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos sociais no campo - Relatório da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 1992; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo - Brasil/Peru. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 1990.

Martins chama a atenção. O questionamento do que está sendo posto só pode ser exercido se nós tivermos de fato os de baixo, como diz o Florestan Fernandes, numa luta que pode não ter conseqüências definidas no curto prazo, mas que são fundamentais para a reversão dessa violência da exclusão e da dominação.

Desse modo, gostaria de refletir sobre alguns momentos que me parecem importantes na história do Brasil, para percebermos um pouco essa perspectiva. Eu discordo inteiramente que as classes subalternas, especialmente os camponeses, não tenham possibilidade de vir à cena pública exigir seus direitos. Eles têm vindo, e de uma forma muito radical em determinados momentos, e têm sido freados, de certa forma, pelos mediadores. Se você pensar como, em diferentes momentos, a população camponesa armou os seus processos de enfrentamento, por conta de suas necessidades específicas, pontuais, localizadas, que não se generalizam imediatamente, mas como ela armou todo esse seu processo de luta, é difícil perceber que a questão agrária se coloca enquanto tal, porque a população rural se levanta em luta, e trabalha no sentido de fazer valer alguns dos direitos que envolvem a sua sobrevivência.

Então, o que tem acontecido ao longo deste século XX no que se refere às lutas da população rural? Tomando os dois momentos mais importantes dessas lutas, Canudos e Contestado, penso ser possível realizar uma interlocução, quando eles se colocam, já que o centro da luta não é o que está estabelecido. São ações, articulações e movimentos que nascem da própria experiência cultural e de vida dessas populações, que cruzam as religiosidades populares, camponesas, com a questão da necessidade de ocupação de uma área. Elas aparecem na cena pública como questões políticas. Imediatamente o Estado as classifica politicamente.

Canudos é uma reação monárquica que vai interpor-se contra a República recém-instalada? Oras, não passava, no universo de reflexão daqueles sujeitos, qualquer relação com o poder tal como concebido pelas elites dominantes. A história de Antônio Conselheiro chegar ao governador Luís Vianna para pedir dinheiro para construir a capela de Monte Santo, e ser cobrado de pagamento da bula dos impostos, promove uma reação interessante. A República é o poder que exige que se pague impostos. Antônio Conselheiro considera a República como o cão! Dom Sebastião voltaria e iria fazer acabar com essa brincadeira! Rasga a bula dos impostos. Foi Luís Vianna que fez a ação de Conselheiro, em Monte Santo, virar uma ação política de natureza nacional. Em primeiro lugar, o governador, para atrair dinheiro do governo federal, acusa essa população de monarquista, e depois, como não dá conta de reverter a ofensiva desse grupo, que ocupa uma terra abandonada no sertão, para construir a chamada comunidade santa, baseada na Utopia do Thomás Mórus, tenta justifi-

car seu fracasso e violência. Para os canudenses, o sentido religioso não está submetido às instâncias institucionais da Igreja. Procuram resolver ali, naquele lugar, naquele espaço, as necessidades desse grupo, que num primeiro momento, em procissão, como andarrilhos, se fixam numa outra dimensão, simbólica, em busca do reino encantado, e não da política nacional, ou da realidade do Estado nacional. Para eles não estava em questão as articulações com a República, que se criara pela ação dos partidos, eleições, direitos. Isso não passava pelo universo da vida dessas pessoas, e não passa ainda para uma quantidade enorme de pessoas que estão espalhadas por esse país, não apenas no espaço rural, mas também nos espaços urbanos.

José Murilo de Carvalho¹⁰ fez um estudo muito interessante sobre a frase do Aristides Lobo: "o povo assistiu bestializado à proclamação da República." Ele diz que o povo não assistiu bestializado. Trata-se de uma população urbana que se interpôs contra a norma de privatização do espaço público republicano, e que briga quando se vê impedida de usar os quiosques, as tendas, ou a rua, quando as casas forem invadidas, quando suas mulheres tiverem que tomar vacina... Quer dizer que a questão política passa por um outro caminho, que não é o do Estado, porque o Estado não representa nada para essa população no sentido de que ela possa visibilizar nele uma interlocução, uma necessidade, ou uma possibilidade de enfrentamento. As populações periféricas também. O que o Estado representa para essa massa dos excluídos? No que o Estado os representa? Como os apóia? Eles não têm educação, saúde, emprego, moradia, possibilidade de atendimento de forma nenhuma. A questão política passa por outros caminhos. Os caminhos que estão fora da modernidade institucional. Isso é uma dificuldade. Isso é um problema.

Quando essa população - retomando Canudos e Contestado - é atacada, vive-se uma interferência política, e se arma um processo repressor sobre ela, vitimando-a pela ação de um Estado que não tinha nenhuma relação com as necessidades do cotidiano, e com aquilo que elas representavam. Então ela vai ser vítima. Por isso, Euclides da Cunha fez seu mea culpa não só em *Os Sertões*, mas depois, quando ele escreve *À margem da História*, dizendo que a República matou esses coitados, idiotizados pelo poder que os destrói e os desqualifica para manifestar sua força. Em Canudos existia toda uma articulação de sobrevivência "autogestionária", se quisermos usar um termo dessa natureza, que vai ser impedido de realização por parte do Estado.

E qual a memória¹¹ que sobra?

¹⁰ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; CHALHOUB, Sidnei. *Lar, trabalho e botequim*. São Paulo, Brasiliense, 1989; Idem. *Visões da liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

¹¹ BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. *História: cativa da memória?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.

Não sobra memória de Canudos, de uma interlocução política que enfrentou a República. Sobra a memória dos bárbaros, coitados, que precisavam de reformas sociais, e que não tiveram nada a enfrentar ali. Eles foram vítimas de um processo. Vítimas ativas. Morreram todos em combate. Mas essa memória esfacelada oculta as possibilidades do repensar as lutas. Em cada episódio, o que faz a classe dominante? Ela mata a memória e constrói uma história, do seu ponto de vista, sobre a rebeldia e a insurreição popular, desqualificando como rebeldia e enfrentamento, e criando a trajetória do seu ponto de vista. As memórias plurais das lutas desaparecem, e ao desaparecerem não permitem a constituição de uma História que faça confronto com a versão dominante, que combata a versão dominante. E a esquerda incorpora essa história. Não a das memórias plurais, mas a história linear que vem do projeto de dominação vencedor, sem pensar quais foram as interlocuções, as pequenas vitórias, as reações desses grupos sociais sobre o projeto de dominação.

O que acontece então? A cada momento nós reinauguramos em nossa História o mito da fundação. A cada momento o mito da fundação está de pé. O passado não existe, é daqui para frente: o recomeço. Qual é a consequência fundamental do eterno recriar do mito da fundação? O salvacionismo. Se o mito da fundação tem que ser reinventado a cada momento, se as pequenas vitórias, se os embates, não se põem ao longo da história como possibilidade de construção, não só das memórias plurais, mas de uma História que incorpore esses tecidos, o mito da fundação exige, sempre, a postura salvacionista daquele que o reinaugura.

É por isso que a República aparece como o novo que desagrega todo o passado colonial e toda a estrutura do Império, articulada, ainda, com o Estado português, mas se nós formos pensar concretamente a fase final do Império, no Segundo Reinado, ela é absolutamente mais liberal do que foi a República, pois as grandes reformas estão colocadas naquele período histórico.

Deste modo não se pode dizer que a Abolição se deu por uma ação efetiva das elites. Ela se deu pela ação das elites intelectuais, mas também porque houve um impacto de muitas lutas: assassinatos de proprietários; guardas-negras no Rio de Janeiro; populações emergentes atacando as propriedades, roubando o senhor; fugas; fortalecimento do Quilombo Jabaquara em Santos, por exemplo; ou ainda, como diz num depoimento uma escrava presa, "todo mundo rouba o senhor, primeiro o passarinho, depois o escravo, e depois os outros..."

Como essas lutas se engendraram? Pela constituição de um projeto abolicionista que fresse a Abolição. Se coloca um pé no freio da emancipação dos escravos, devido aos interesses das elites que queriam esticar o máximo possível a manutenção da escravaria sob seu controle. Tratava-se de um capital

que não poderia ser perdido. Houve um impacto de lutas positivas que são apagadas para não estimular mais conflitos e desse modo ocultam-se as memórias. Com a Lei Áurea, os escravos foram fazer sete dias de festas no Rio de Janeiro em homenagem à princesa Isabel, mas também a todos os que morreram na luta contra o poder branco. Houve gratidão à redentora?

Sim e não. Sim, porque, de fato, o que houve naquele momento foi expressão de uma possibilidade de acabar com a condição jurídica de ser escravo. Não, porque vinha também a comemoração de vitórias e lutas que se deram por caminhos difíceis, não radical, coordenado, mas que se realizou no enfrentamento. Se se fizer a leitura de que as elites são o sujeito exclusivo dessa História, e não se analisar o ponto de vista do vencido, perde-se a dialética e o nível teleológico atinge a História.

Outra questão que me parece importante, é a de como ressurgem a questão de Canudos e Contestado. Maria Isaura Pereira de Queiroz, quando faz o seu estudo sobre o messianismo, incorpora, de fato, o potencial de rebeldia que existia nessas articulações e faz um belíssimo trabalho de recuperação de inúmeras lutas, de inúmeras naturezas, mas insiste que essas lutas têm um caráter pré-político, porque elas não conseguem ser generalizadas a nível de um projeto nacional, nem mediadas pelas instâncias modernas, partidárias. Depois, na década de 60, Canudos ressurgem como a nossa revolução maoísta. No texto do Edmundo Moniz, A guerra social de Canudos, Antônio Conselheiro e os demais dirigentes organizaram a revolução socialista. Nesse tipo de recuperação, Moniz impõe o presente ao passado e, de forma modelar, procura aprisioná-lo à lógica de sua necessidade política. Cria-se uma falsa memória para instrumentalizar a história. O resultado sempre é muito perigoso¹².

Deste modo, recriar a cada momento o mito da fundação é uma coisa perversa, pois nega as possibilidades dos enfrentamentos e das lutas. É perverso porque faz a esquerda e a direita criarem o começo de tudo. Então, a República reinaugura a modernidade, a Revolução de 30 reinaugura a possibilidade do desenvolvimento industrial, o Estado Novo vai rearranjar tudo, isto é, mata tudo o que houve antes, e depois temos ainda a redemocratização; 1964; a Nova República; e a Novíssima República. Quer dizer, tudo começa do zero, e assim as noções da longa duração e as estruturas perversas que continuam não têm possibilidade de serem explicitadas, de serem discutidas e debatidas, e isso produz enganos, porque se eu não tenho a recuperação das permanências, e em que nível de permanência essas questões se põem, não se pode fazer de conta que nada aconteceu. Isso faz parte da necessária articulação dos projetos de dominação e dos projetos da resistência.

¹² LE GOFF, Jacques. O tempo das catedrais. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Antônio Cândido¹³ tem uma frase lindíssima: "É preciso buscar a radicalidade do pensamento conservador". Ele faz o exercício no século XIX para mostrar como, na transição da escravidão para as formas outras de contratação do trabalho, existia uma radicalidade que se perdeu, porque na mediação o conservadorismo impediu a própria radicalidade que estava no pensamento conservador, ou seja, a incorporação dos escravos no processo de organização do trabalho.

Uma questão que me parece também bastante interessante, é que a população urbana não consegue atacar claramente a problemática dos direitos. A população urbana está muito mais matizada por todos os vícios da nossa História vinculados ao favoritismo, aos privilégios, e ao corporativismo estreito. Quem tem atacado mais dura e fortemente a questão dos direitos são os camponeses. Porque tocam no coração do problema. A questão da propriedade é fundamental, mas não é a propriedade enquanto uma possibilidade de título que a legitime, mas o domínio monopolista sobre a terra por parte não só das velhas oligarquias, mas do empresariado moderno, que se articula na mesma direção, porque ambos utilizam os seus privilégios, os incentivos fiscais, a relação direta com o Estado, o favor pessoal, enfim, ambos usam essa mesma estratégia, que tem sido combatida e revelada pela luta do campesinato, independente de ter conseguido pôr em cena uma proposta de reforma agrária mais ou menos consensual.

Quero dizer, então, que existem dificuldades enormes, porque para cada uma das possibilidades, os projetos devem ser distintos, mas os mediadores não conseguem trabalhar com essas diferenças, pois têm um viés e um vício teórico de ler homogeneamente realidades que são muito diferenciadas.

Creio que um exemplo do que está acontecendo nessa direção pode ser analisado no cotidiano da população negra, remanescente de quilombos. Estamos estudando as comunidades negras no vale do Ribeira. Até a década de 80, ninguém tinha notícia da existência delas. A partir daí, essas comunidades emergem, porque os ambientalistas, na iminência do perigo da construção de barragens no Ribeira, encontram essas comunidades, alimentando uma discussão sobre a problemática das barragens. Esses mediadores estão preocupados com a construção das barragens. A população, entretanto, manifesta-se mais claramente contra as reservas extrativistas que lhes tirou a extração do palmito, a possibilidade de plantar, a possibilidade da sobrevida naquela área, do que quanto às barragens. Eles falam da reserva extrativista e os mediadores colocam em suas falas o problema das barragens que estão sendo projetadas desde a década de 1950 para o médio Ribeira.

¹³ MELLO e SOUZA, Antônio Cândido. Discursos sobre a cidade. São Paulo, Brasiliense, 1992.

Lourdes de Fátima Carril¹⁴, que estuda as comunidades de Pilões, Sapatu e Ivaporanduva, dizia: "como nós vamos fazer uma história do que não foi?" Porque as barragens não foram construídas. Como é que eles se organizam por causa de uma barragem que não existe? Os mediadores, que são os ambientalistas (SOS Mata Atlântica, Movimento dos Atingidos por Barragens, entre outros), querem que essas populações negras, que vivem desde o século XIX na região, lutem contra a construção da barragem. Mas é o projeto dos ambientalistas de transformar toda aquela área em reserva ecológica que mais atrapalhou a vida daquela população, uma vez que lhes impuseram a fome, proibindo-os de plantar na área. Entretanto, aliaram-se ao grupo dos atingidos por barragens e lutaram contra o governo e os interesses dos empresários. Enquanto isso ocorria, não se podia mais tirar o palmito. Quando lhes perguntáramos sobre a proibição, respondiam: "Não sabemos, mas agora isso aqui é reserva, e assim não se pode colher." Conforme iam falando, contando a história, percebia-se que o discurso dos ambientalistas promovia uma dupla significação na vida da população. O processo de lutas, que não tem relação direta com os problemas sentidos no nível imediato pelas comunidades, e aqueles colocados por seus aliados, que os impedia de prosseguir sua sobrevida em nome da proteção ambiental.

Não é só na ação que os problemas aparecem, mas também na recuperação dessa multiplicidade de memórias. Eles não se diziam remanescentes de quilombos, nem sabiam que eram remanescentes de quilombos até que o tema foi introduzido na cena pelos mediadores. Existem uns quatro ou cinco velhos que lembram da escravidão. Esse tema não estava sendo discutido. Foram os mediadores que introduziram a idéia de que aquela terra era remanescente de quilombo, e que eles poderiam entrar na justiça para sua preservação exatamente porque o artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal define titulação às terras remanescentes de quilombos, e desse modo a comprovação e a organização passam a ser urgentes. Do outro lado, por ser terra de negro, considerada sem dono, o Grupo Votorantim pressiona o Governo Estadual para iniciar imediatamente a construção da barragem. Os moradores de Sapatu, Ivaporanduva e Pilões, debatem-se entre esses fogos.

Creio que para podermos fazer a crítica das mediações temos que fazer um esforço de recuperação da trajetória dessas lutas, dos impasses dessas lutas, das memórias plurais que essas lutas guardam, para verificar o seu resultado nos embates com o Estado. Algumas dessas lutas conseguiram colocar em pauta questões que foram mediadas, circunscritas, parcialmente pensadas, demonstrando ser essa população possuidora da condição de sujeito. Outras, en-

¹⁴ CARRIL, Lourdes de Fátima. Terras de negros no vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1995.

tretanto, firmaram-se no limite do pacto das elites, cuja estratégia é a manutenção da estrutura do que está colocado em termos de arranjo de forças, impedindo que alguma coisa nova possa vir a acontecer. Deste modo, os mediadores, especialmente os intelectuais, que têm a pretensão de criar a sociedade para serem seus agentes políticos e culturais poderosos, preferem o jogo do grupo que está no poder, contra os que estão submetidos às poderosas forças de exploração.

Retomando os dois projetos que estavam em disputa em 1994, nas eleições presidenciais, considero que ambos cometeram o mesmo equívoco de reinaugurar o mito da fundação. O PT negou a memória das lutas constitutivas do próprio PT, na medida em que afirmou e reafirmou que nenhuma delas produziu mudanças. As diretas-já não serviram para nada; o impeachment não resolveu a corrupção; a CPI não foi suficiente, cabendo assim, salvacionistamente, agora ao PT, resolver o problema geral do país. Não cola, não dá certo, ninguém se identifica, isto é, não dá para entrar nessa articulação negando a ação do outro. Se eu não me vejo, eu não vou! Não tem nada a ver comigo! E se tudo o que eu fiz não serviu para nada, então, até logo e passe bem! Não é por aí. Esse é um problema, pois na perspectiva do que está do outro lado, o que se tem? Tem-se uma trajetória intelectual que está na obra do Fernando Henrique Cardoso, e que não é nova. Para ele, a sociedade que vem da escravidão não tem condições de propor um projeto de modernização. As elites têm demonstrado que sua ação provocou graves derrotas às lutas populares, para não mudar o país. Tudo o que se avançou foi por conta dos movimentos sociais, que conseguiram se expressar mais ou menos radicalmente, e, deste modo, ampliaram algumas questões envolvendo os direitos sociais. Acho que aí está o ponto. O que está na obra de Fernando Henrique Cardoso é fruto desse modo de ser intelectual na periferia. Os parâmetros de comparação são colonialistas, desqualificadores e motivados pela vergonha de ser terceiro mundo. Os intelectuais se pensam como centro, como primeiro mundo. A dimensão desse grupo de intelectuais que também pensa o mundo como subalterno, que desqualifica as lutas porque também não as conhece, ou se as conhece não quer qualificá-las, se justifica pelo imaginário sobre o que ocorre no exterior. O tema mais claramente identificável é o da avaliação sobre o sistema público de ensino contra o sistema privado nos Estados Unidos. Perde-se os fundamentos históricos e analisa-se os resultados.

Então, essa questão do mito da fundação e o salvacionismo são estratégias da dominação que sobrevivem com essa longa História, onde são ignoradas as singularidades radicais pela homogeneização do todo.

Desse modo, algumas das questões são muito importantes. Essa população negra que vive no vale do Ribeira revela, no dizer de Dona Antônia, o

seguinte: "Antes a gente sabia tudo! Sabia fazer o sabão de cinzas, sabia fazer o guisado pro menino, sabia fazer o mingau, sabia plantar. Era uma alegria! Agora, ninguém faz nada! Deixa a terra pra se empregar fora, abandona o trabalho, não ensina os meninos, tudo fica perdido e abandonado. Hoje ninguém trabalha, só quer ganhar dinheiro." É uma outra dimensão do trabalho. É uma dimensão do trabalho que não foi partido, que tem uma integralidade com a cultura. E essa senhora, que tem noventa anos, diz: "Agora é tudo um bando de vagabundo, porque fica atrás do dinheiro e não faz nada!"¹⁵

Esse discurso mostra coisas muito importantes para pensarmos. Há uma memória do trabalho humano, criativo, construtivo, integralizado na cultura e na vida, que vai se perdendo com a chegada do estranho, como diz José de Souza Martins, e que vai criando outras possibilidades e formas que são mais desagregadoras. Essa mulher, quando reclama, evidentemente tem um conflito com os filhos que já estão no trabalho parcelar, e ela os quer para poder cuidar daquele pedaço de terra, das crianças, e não deixar todos saírem fora. "No meu tempo não precisava mandar criança pra escola. A gente ensinava aqui mesmo. Agora manda pra escola e elas não aprendem nada!". Tem um padrão de crítica e uma necessidade de recuperar essa identidade que está se perdendo, porque a perda é do todo. É o estranhamento total.

Noutro lugar, muito distante do vale do Ribeira, no Acre, quando observava a forma da produção de um camponês, eu não sabia muito bem o que estava acontecendo, um emaranhado de plantas misturadas, e queria entender porque se plantava daquela maneira. Seu Antônio não conseguia entender minha pergunta. Eu insistia: porque se planta dessa maneira? Um dia, ele começou a falar da chuva, foi aí que pude que aquele modo de plantar criou a agricultura de sombra naquela área¹⁶. São conhecimentos, são intervenções, que precisam ser reconstituídos na História. Não será possível acabar com o discurso da civilização X barbárie se não for recuperado o conhecimento das populações camponesas ou tradicionais, qual o significado desse múltiplos saberes para o homem moderno, e como a pluralidade enriquece o modo de vida de todos.

A face do Estado brasileiro é a da composição das elites. A violência que se arma nesse processo de articulação, onde o poder pessoal, o não cumprimento das leis, e a transformação do público em privado, são componentes estratégicos fundamentais, se impõe para a nação. Se recuperarmos a constituição da urbanização no Rio de Janeiro, quando a população negra foi empurrada para o morro, num processo articulado com a polícia e com os proprietários

¹⁵ CARRIL, Lourdes de Fátima, op. cit.

¹⁶ Perguntei a seu Antônio: Porque se planta assim? Ele respondia que era assim mesmo. Quando choveu ele disse: a senhora sabe que a chuva aqui é ácida? Por isso aproveita-se a sombra das castanheiras nativas para plantar embaixo frutas, feijões de vara e hortaliças. (Pesquisa de campo).

portugueses, para fazer acordo de ocupação espacial - "Tu fica ali, no morro, e aqui no bolequim eu não te prendo, se acontecer alguma briga eu escondo..." - entenderemos o que ocorre hoje. O tecido foi tramado assim. A própria constituição da cidade do Rio de Janeiro no período republicano é fruto desse processo de inter-relação entre a polícia, o bandido e o proprietário, que hoje aparece com a clareza no contrabando de armas e no narcotráfico, onde as autoridades estão também presentes. Como é que as elites vão responder a isso se elas são parte desse processo, se elas são parte substantiva da montagem desse processo? Não tem sido a população miserável, que essa é vítima, a criadora desse esquema que em geral atua com as regras dos outros grupos sociais estabelecidos pela ação da classe dominante. Assim, é preciso ter um pouco o cuidado na recuperação dessas lutas, para que se possa encontrar o fio condutor da história, cujas rupturas são tênues. A população perde essa memória, porque migra de um lado para outro e vai perdendo os seus elos. É preciso um conhecimento que reponha a ação em cena para uma discussão, até para se dizer qual a possibilidade de dessas elites de fazer alguma coisa, se forem pressionadas a isso.

Ainda nesse processo da longa duração, penso que outro tema muito importante para pensarmos, é o da conciliação. A conciliação foi tecida ao longo da década de 50 do século XIX, exatamente porque a imigração, o fim do tráfico de escravos e a lei de terras, articulavam novos interesses, que foram definidos no campo teórico e na ação política. É só estudar Justiniano José da Rocha, em "Ação, reação e transação", e entender como se tece a problemática da conciliação. Ela é feita pelo alto, é para excluir os que estão incomodando. Aí faz-se o arranjo político, onde a vitória é da conservação, e não da transformação. Liberais, mas não tanto! Como podemos chamá-los de liberais, se nem o direito está constituído para todos? Atualmente tem-se enfatizado que só no nível econômico eles são conservadores. Acho que são conservadores também no nível político. Os empresários não querem que se faça a história das empresas e das suas famílias. Não é para ser feita, uma vez que essa história é altamente reveladora de todas das tramas, articulações e dos jogos de interesses.

Deste modo, define-se que o grande problema está mesmo nas mediações, e está na possibilidade de entendimento dessa trajetória que deliberadamente tira de cena, os pobres, os negros, os camponeses, os índios, etc. Hoje é majoritário o pensamento que aposta num processo de transformação que venha de cima. Não estou de acordo. Para mim, se não houver um grande impacto de baixo, que pode passar pelos linchamentos, pelo massacre no meio da rua, que pode ser feito pela ação violenta dos camponeses, as rupturas vão sendo controladas pelas elites. É por isso que a TV Globo tem procurado mostrar os conflitos destacando seu aspecto moral. Acusa o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de estar ocupando terras nas áreas mais valorizadas. Porque não

vão lá para o norte onde o preço da terra é mais baixo? Afirmam os comentaristas. Está armado o terreno para uma intervenção no MST. Está armado pela rede Globo. Por mais críticas que se possa fazer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que, de fato, introduziu um discurso de fora para dentro nas comunidades camponesas, e que desagrega essas memórias plurais, eles têm uma coordenação nacional e um nível de articulação como nunca foi visto na História desse país. E os proprietários estão preocupadíssimos. Daí o discurso de encaminhá-los para terras menos valorizadas. É um discurso que tem anos de repetição e aceitação pública. As pessoas dizem: "porque esses Sem Terra não vão pra uma terrinha mais vagabunda? Aqui não! Aqui é área da agroindústria, moderna." Está posto o que vem em seguida.

É preciso também pensar um pouco no limite dessa ação, e em qual o peso que ela tem no enfrentamento. As elites buscam culpados para justificar sua violência porque, mesmo tendo cometido uma série de equívocos, ela vive os enfrentamentos dos de baixo. E isso é velho. Não havia movimento monárquico que abalasse as estruturas da República recém-instalada. Os comunistas nunca tiveram o peso que o Estado dizia ter. O poder constitui, através da construção do não-fato, as armadilhas fundamentais para uma intervenção cirúrgica nos "cânceres sociais". É preciso ter clareza que esse é um dos elementos da longa duração da nossa História. Outra questão que se coloca para o conjunto dos mediadores e dos intelectuais é o da necessidade de quebrar o discurso hegemônico e trazer à cena essas lutas, e essas críticas aos seus limites, aos seus equívocos, etc. Deste modo estaremos contribuindo também para a reemergência de uma memória de conflito e luta que essa sociedade enfrentou.

As elites acusam as classes subalternas de corporativistas, quando o corporativismo foi criado pelo Estado, como o limite para que as lutas populares da classe trabalhadora no urbano não atingisse a política. Foi o Estado que jogou o trabalhador no corporativismo, e o trabalhador que está ainda dentro dos marcos do corporativismo, está vivendo um momento de ter que construir uma outra lógica. No setor de serviços, o movimento da saúde, o da educação, luta por políticas públicas, mais que por salários, denunciam e põem em cena a perversidade desse processo de desagregação. No setor produtivo, tentam fazer um arranjo que tire o Estado de cena. A tão criticada articulação de Vicentinho¹⁷ com as câmaras setoriais, num processo em que a terceirização estava tomando conta de quebrar a institucionalidade do trabalho, é revelador. Quando Zélia Cardoso de Mello disse que jogaria o movimento sindical a vinte anos atrás, fô de fato o que ela fez, ou seja, caíram por terra todas as conquistas corporativas. E o que sobrou? Acho que hoje a questão da luta corporativa tem que ser entendida em movimento, onde o Estado tenta amarrá-la no corporativismo estreito.

¹⁷ Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

ao passo que os sindicatos têm tentado sair desse limite para atacar os dilemas fundamentais da constituição de uma sociedade para os que não têm direitos.

São essas algumas reflexões que pude fazer sobre o tema da realidade agrária brasileira. São questões que devem ser aprofundadas, uma vez que os limites de uma mesa redonda nos permitem apenas pontuar os problemas. Obrigada!

Referências Bibliográficas

- BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano. História: cativa da memória? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.
- CARRIL, Lourdes de Fátima. Terras de negros no vale do Ribeira: territorialidade e resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1995.
- CARVALHO, José Murilo. Os bestializados. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- CHALHOUB, Sidnei. Lar, trabalho e botequim. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. Visões da liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos sociais no campo - Relatório da Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 1992.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 2v. Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1979.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 20ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Igreja e camponeses: a teologia da libertação e os movimentos sociais no campo - Brasil/Peru. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 1990.
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Lutas sociais na América Latina. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.
- LE GOFF, Jacques. O tempo das catedrais. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MARINHO DE AZEVEDO, Célia Maria. Onda negra, medo branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- MELLO e SOUZA, Antônio Cândido. Discursos sobre a cidade. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- MONIZ, Edmundo. A guerra social de Canudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- MONTEIRO, Douglas. Os errantes do novo século. São Paulo, Brasiliense, 1976.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Brasiliense, 1974.

SAES, Décio. O Estado burguês no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.

VIOTTI, Emília. Da monarquia à república. São Paulo, Grijalbo, 1979.

RESUMO

Este artigo trata do processo de estruturação da concentração fundiária no Brasil e dos impasses históricos de uma sociedade baseada no escravismo, no patrimonialismo e nas relações interpessoais. Destaca-se deste modo as lutas pela reforma agrária e as alternativas produtivas criadas pelos movimentos de assentados e de pequenos agricultores na estruturação do desenvolvimento sustentado, especialmente devido à ausência de política agrária e agrícola para esses grupos.

ABSTRACT

The historical dilemmas of the agrarian question in Brazil

This article deals with the structuration process of the land concentration in Brazil and the historical impasses of a society based on slavery, on patrimonialism and on interpersonal relationships. It emphasizes the struggle for agrarian reform and the productive alternatives created by settlement movements and by small agricultural workers in the structuration of sustainable development, specially due to the absence of the agrarian/agricultural policy for these groups.

Palavras-chaves: Estado, escravismo, terra, movimentos sociais, longa duração histórica.

Key-words: land concentration - slavery - agrarian reform - sustainable development.

REFORMA AGRÁRIA E MODERNIZAÇÃO NO CAMPO

Bernardo Mançano Fernandes¹

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e... por quê. Contudo uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade é a escuridão.

“Era dos Extremos”

Hobsbawm, 1995, p. 562.

1 - Introdução

A questão agrária brasileira tem se transformado nas últimas décadas, apresentando resultados diferentes dos propostos pelos idealizadores da política de desenvolvimento agropecuário implantada pelos governos militares. O modelo de modernização conservadora, predominante desde a década de setenta, encontra-se em crise profunda. Atualmente, o campo brasileiro é o espaço dos conflitos e das contradições, estabelecendo a emergência da construção de novos modelos de desenvolvimento para a agricultura brasileira, que viabilizem a superação desta crise.

Alguns dos fatores da crise deste modelo são, por exemplo: a intensificação da concentração fundiária em contrapartida a não realização do projeto de reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralista; a política de privilégios à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem terra; a extrema violência com que são tratados os

¹ Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente.

conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola etc.

Outros fatores que impulsionaram a modernização conservadora foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural etc.

Os conjuntos de fatores apresentados servem para a reflexão sobre a necessidade de se construir novos modelos de desenvolvimento para a agricultura, com características pluralistas. O atual modelo foi concebido em bases economicistas e tecnicistas, em detrimento das outras dimensões dos processos de transformação. Os novos modelos deverão conceber o processo de modernização em todas as suas dimensões: social, política e econômica.

A negação dessa concepção multidimensional de modernização levou o Brasil a uma realidade insustentável. Hoje somos o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo². Perdemos apenas para o Paraguai. Também consta nos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, que o Brasil é o país de maior nível de desigualdade social do mundo. Outro título nada recomendável que possuímos é o de estar entre os campeões mundiais de analfabetismo. Evidentemente que a concentração de terras possui relação com outras disparidades da sociedade: a concentração da renda, a concentração do mercado etc. Nesta realidade, 30 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza absoluta e a fome é um dos maiores problemas que o Brasil precisa enfrentar.

Para refletir sobre essa realidade, procuramos discutir a política agrária dos governos militares, que determinam o modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira até hoje. Nosso objetivo principal é analisar as propostas de realização de reforma agrária no interior dessas políticas, bem como os planos, programas e projetos de reforma agrária dos governos da Nova República. Nesta reflexão colocamos como questão, que para o avanço da modernização da agricultura em todas as suas dimensões, é essencial a realização da reforma agrária no Brasil. E que é fundamental acompanhar as experiências que estão sendo desenvolvidas em diversos assentamentos rurais em diferentes regiões brasileiras. Estas são ações concretas que poderão subsidiar o debate na criação

² Ver Informe Sobre Desarrollo Humano 1993. Madrid: ONU/PNUD, 1993, p. 35.

de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura.

Neste contexto, apresentamos algumas propostas e experiências recentes para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, especialmente as realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, na perspectiva de absorção e criação de tecnologias apropriadas. Para aprofundarmos essa reflexão, analisamos as propostas de construção de novas experiências desenvolvidas em assentamentos de reforma agrária, para a melhoria das condições de vida da população assentada.

Por fim, procuramos refletir sobre as perspectivas para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, tendo como base algumas das propostas existentes no debate sobre a viabilidade da agricultura familiar e da reforma agrária.

2 - Modernização da agricultura e reforma agrária

"A economia vai bem, mas o povo vai mal"
General Médici

A modernização é um processo multidimensional de transformações nas esferas social, política e econômica³, que se desenvolve por meio de feixes de relações. Portanto, é o jogo das forças políticas envolvidas que pode estreitar ou ampliar os feixes, fazendo com que haja, de acordo com os interesses da força política no poder, a prevalência de uma esfera sobre as outras. Neste sentido, no processo de modernização da agricultura brasileira que teve seu início com o período autoritário de 1964-1985, ocorreu o predomínio da esfera econômica, conforme os interesses políticos de seus executores, sobre a esfera social. A política agrária implantada tomou características extremamente conservadoras.

Desde 1964, a implementação da ideologia da modernização conservadora viabilizou a internacionalização e a aceleração do processo de industrialização no Brasil com reflexos diretos nas questões agrária e agrícola. Esse processo avançou sobre o campo brasileiro, por meio de projetos e subsídios oferecidos pelo governo da ditadura, desenvolvendo a agricultura capitalista, onde o capital industrial e financeiro passou a se ocupar também da agricultura, especialmente com a criação do complexo agroindustrial.⁴

Neste modelo de modernização da agricultura, a reforma agrária foi concebida como uma forma de modificar a estrutura fundiária do País, "ante

³ Bobbio *et alii*, 1986, p. 768 e ss.

⁴ Martine & Beskow, 1987, p. 19-20.

aos anseios de reforma e justiça social de regiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam".⁵

O Estatuto da Terra foi a primeira lei brasileira de reforma agrária. Nasceu no berço da preparação do golpe militar, formulada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES. A ditadura implantada em 1964, foi resultado de um pacto em que participaram diferentes setores da burguesia: industriais, proprietários de terra, banqueiros, classe média, setores do sindicalismo pelego e os militares. Assim que tomaram o poder, os militares apresentaram o seu projeto de reforma agrária ao Congresso Nacional, que foi aprovado por um parlamento conservador, considerando que a maior parte dos políticos progressistas haviam sido cassados pelos militares.⁶

O governo militar jamais faria a reforma agrária. A existência da lei não significou sua realização, mas a garantia de que não seria executada, porque não atendia aos interesses daqueles que a aprovaram. A sua política de desenvolvimento agropecuário privilegiou uma dimensão econômica da modernização do campo, que proporcionou o desenvolvimento da agricultura capitalista. Por outro lado, a agricultura familiar não obteria o mesmo apoio, embora nas últimas décadas tenha sido responsável por mais da metade do valor da produção agropecuária.⁷

No governo Castelo Branco, a estratégia para a modernização se desenvolveu a partir de um planejamento sistemático e linear. No período 1964-66, o Ministério do Planejamento, sob a responsabilidade de Roberto de Oliveira Campos apresentava, conforme o ideário liberal, a sua primeira proposta de reestruturação da política econômica nacional: o Programa de Ação Econômica do Governo - PAEG. Neste documento, a argumentação sobre o setor agrícola refere-se ao seu atraso e a baixa produtividade, o que estaria provocando contínuas crises de abastecimento. Por outro lado, com o avanço do setor industrial, a persistência da disparidade entre os setores poderia comprometer a política de desenvolvimento.⁸

As metas do PAEG, com relação ao setor agrícola, eram as de diminuir as importações agrícolas, aumentar a produção de matérias primas, de alimentos e produtos exportáveis. Alguns dos principais problemas apresentados pelo Programa para a implementação de uma política agrária no campo que visava a modernização eram, entre outros, a desigual distribuição fundiária e a

⁵ MIRAD, 1983, p. 6.

⁶ Martins, 1986, p. 24 e Martins, 1994, p. 69.

⁷ Ver Oliveira, 1991, p. 99-102; FAO/INCRA, 1994, p. 92.

⁸ Gonçalves Neto, 1994, p. 94.

ausência quase absoluta de escolaridade do homem do campo. Neste sentido, o Programa prevê que um projeto de reforma agrária deveria vir acompanhado de uma política agrícola representada por "medidas como: educação, novos esquemas de tributação da terra, organização cooperativa e melhoria do sistema de crédito rural".⁹

No governo Costa e Silva foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED (1968/70). Um dos principais objetivos do Programa era a mudança de tecnologia na agricultura e a modernização do sistema de abastecimento. Dessa forma, previa-se o aumento da produtividade agrícola com a implementação de técnicas e da utilização intensiva de novos insumos.

Para a execução dos objetivos, o Estado criou facilidades na obtenção de financiamentos via o Sistema Nacional de Crédito Rural. No período 1969/70, o número de contratos para financiamentos agrícolas praticamente mais que dobrou, passando de 540.283 para 1.190.592 contratos, enquanto o montante em dinheiro quase triplicou, passando de Cr\$ 2.757.394 para Cr\$ 7.720.053. Assim, foram criadas as condições favoráveis para o estabelecimento da agricultura capitalista e para a especulação com a compra e venda de terras.¹⁰ "O fato de o acesso ao crédito bancário depender da garantia proporcionada pela posse da terra gerou desequilíbrios adicionais; assim, por exemplo, quanto maior a propriedade da terra, maior era a disponibilidade de recursos creditícios. Por sua vez, tais recursos, acompanhados de uma fiscalização mínima, acabaram sendo utilizados para as finalidades as mais diversas - inclusive para a compra de mais terras".¹¹

Segundo Martine & Beskow (1987: 22), esse processo "pseudo-legal" levou ao aumento da grilagem de terras e da expropriação de posseiros e pequenos produtores, sendo esta uma das características da modernização da agricultura no Brasil.

Neste processo intensificava-se a concentração fundiária. Contraditoriamente, com relação a reforma agrária, o PED a considerava como um "processo democrático" necessário para estabelecer melhor organização do meio rural. No entanto, o governo Costa e Silva interveio militarmente no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA criado em 1965, juntamente com o Instituto Nacional de Reforma Agrária - INDA. A razão da intervenção foi o relatório Veloso, preparado a partir da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as denúncias de corrupção, grilagens e vendas de terras a estrangeiros¹². A intervenção era apenas uma fachada para esconder uma estratégia geopolítica, em

⁹ PAEG, p. 106. Apud Gonçalves Neto, op. cit. p. 95.

¹⁰ Martine & Beskow, 1987, p. 23.

¹¹ Ibid. p. 21/2.

¹² Sobre o processo de grilagem, ver pesquisa documentada em Oliveira, 1988, p. 41 e ss.

que empresas nacionais e internacionais se apropriavam de grandes extensões de terras. Esta ação representou o direcionamento da política agrária do Estado, que procurava fortalecer o corte empresarial da agricultura, através de políticas de incentivos fiscais. Nesta época, o governo militar beneficiou vários grandes grupos empresariais que “adquiriram”, nas regiões Centro-Oeste e Norte, imensas áreas de terra para projetos de colonização e projetos agropecuários. Desta forma, os governos militares com sua política agrária praticavam mudanças no campo sem modificar a estrutura fundiária.

Quando o General Emílio Garrastazu Médici assumiu o comando do País, a equipe técnica do Ministério do Planejamento elaborou um novo plano: Metas e Bases para a Ação do Governo (1970/73). As idéias ufanistas de “Brasil Grande” estavam explícitas no plano de metas. Com relação a agricultura, as pretensões eram transformar o campo brasileiro em um grande celeiro para “alimentar o mundo”. Para tanto, objetivava-se a transformação tecnológica e o investimento para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Na execução do plano, o governo militar financiou a expansão da agricultura em “espaços vazios”, como nos cerrados do Centro-Oeste, na Amazônia e no Nordeste. A ocupação desses “espaços vazios” vinha acompanhada com uma política de destruição da agricultura camponesa.¹³

Todavia, também o Plano de Metas do Governo Médici trazia em seus objetivos um projeto de reforma agrária. Na verdade, defendia a implantação efetiva da reforma agrária, especialmente, via projetos de colonização no Centro-Oeste e Norte do País. A colonização foi uma forma recriada pelos militares para administrar os conflitos sociais no campo, devido a não realização da reforma agrária. Neste sentido, os projetos de colonização tinham mais o caráter de contra-reforma agrária.¹⁴

Ainda no Governo Médici foi apresentado o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND (1972-1974). Neste período, o processo de modernização conservadora já se estruturara ao passo que os conflitos fundiários cresciam. A estratégia principal era o desenvolvimento da agricultura capitalista “moderna” em detrimento da agricultura camponesa “atrasada”. Os objetivos do Plano para a política de desenvolvimento agrícola são: “1 - No sistema já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, à comercialização e à transformação tecnológica no setor agrícola; 2 - Na disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos aos seus efeitos sobre a absorção de mão-de-obra; 3 - No Programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão,

¹³ Gonçalves Neto, 1994, p. 99.

¹⁴ Ver Tavares dos Santos, 1993, p. 43 e ss.

a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo”.¹⁵

A questão da reforma agrária não aparece no Plano. E é remetida ao Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), caracterizando, assim, o processo de modernização conservadora.

Com a posse do presidente Ernesto Geisel, em 1974, o Ministério do Planejamento é transformado em Secretaria de Planejamento. Nesse ano foi elaborado o II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975/79). Neste período, com a crise do petróleo e as mudanças que ocorriam na economia mundial, o Plano apresentava como objetivos para o setor agropecuário: a manutenção do crescimento econômico, determinando à agropecuária um novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento. “Trata-se agora de exigir muito mais do setor agropecuário. Aquela novo papel na estratégia significa, de um lado, contribuição mais significativa à expansão do PIB, com menor preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador. Significa, de outro lado, efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados”.¹⁶

Os objetivos expostos procuram afirmar os princípios da modernização conservadora, defendendo estrategicamente o setor agrícola e ao mesmo tempo exigindo desse setor uma resposta para enfrentar a crise econômica que se iniciava. Com relação a reforma agrária, o Plano retoma a questão da colonização, especialmente nas áreas novas das faixas dos 100 km laterais das rodovias federais da Amazônia. O Plano também cita a necessidade de melhor distribuição de terras nas áreas de tensões e no item III, em um parágrafo, refere-se a execução da reforma agrária, num discurso vazio e repetitivo dos planos anteriores.

Durante este período, as ocupações de novas terras eram marcadas pela grilagem e pela violência contra os posseiros, migrantes, peões, sem terra etc. Com o crescimento contínuo dos conflitos sociais no campo, o governo intensifica a militarização da questão agrária. No início de 1980, cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins - GETAT.

Na verdade, em todo esse período, ocorria a destruição da base institucional da reforma agrária. Nesse tempo, o sentido da modernização significou muito mais uma ação político militar, que “foi o processo de centralização política, de fortalecimento do poder Executivo em detrimento do poder Legislativo, de fortalecimento da União em detrimento da Federação, de fortalecimento do

¹⁵ I Plano Nacional de Desenvolvimento. 1971, p. 25.

¹⁶ II Plano Nacional de Desenvolvimento. 1974, p. 41.

poder nacional em detrimento do poder local, de fortalecimento do caráter administrativo do governo em detrimento do seu caráter político, de fortalecimento da burocracia pública em detrimento da ação partidária".¹⁷

No governo do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo foi publicado, em março de 1981, o III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND (1980/1985). Diante da crise econômica que o País enfrentava e o fim do ufanismo de "Brasil Grande", o III PND apresentava como uma de suas principais definições da política de desenvolvimento para o setor agrícola: "conceber ênfase aos alimentos básicos e produtos de exportação, com preferência para as pequenas e médias propriedades."¹⁸ Pela primeira vez, nos PND's, aparece alguma referência às pequenas e médias propriedades. Outro fato novo, é a não referência a nenhuma política de financiamento agrícola. O III PND apresentava-se menos incisivo e mais sugestivo. Inclusive chega a fazer recomendações sobre a utilização dos instrumentos da política econômica e sobre a relação com os trabalhadores, referentes a educação, saúde etc.

Com relação a reforma agrária, o III PND apenas recomendava (sic) "acionar a política fundiária no sentido de premiar o uso intensivo das terras e onerar as propriedades exploradas de modo inadequado ou inexploradas... Será também acelerado o processo de discriminação e regularização fundiária, principalmente nas área de migrações voluntárias".¹⁹

Evidentemente que nos vinte e um anos de ditadura o governo tentou administrar o crescimento dos conflitos fundiários com a realização de projetos de colonização, principalmente na regiões Centro-Oeste e Norte. Estes fatos contribuíram para o surgimento de uma nova realidade no campo brasileiro, especialmente pelas contradições inerentes de sua própria política.

Durante o período em que os militares estiveram no poder, a política agrária implantada, garantiu a apropriação por grandes grupos empresariais de imensas áreas de terras, aumentando o número e a extensão dos latifúndios. Financiou as mudanças na base técnica de produção, proporcionando a territorialização do capital e os limites da modernização da agricultura, com a repressão a toda e qualquer luta de resistência a sua política.

Com o fim do período autoritário a reforma agrária ressurgiu como condição eminente de solução para o crescentes números de conflitos fundiários e da miséria da população excluída. Durante o primeiro governo da Nova República (José Sarney - 1985-89) foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. O projeto foi concebido pela equipe do engenheiro agrônomo José Gomes da Silva²⁰. Contudo, no confronto com as forças políticas conser-

¹⁷ Martins, 1984, p. 48/9.

¹⁸ III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1981, p. 43.

¹⁹ Ibid. p. 44.

²⁰ Gomes da Silva, 1987.

vadoras sofreu profundas mudanças, que acabou por ser inviabilizado. O PNRA tinha como meta assentar 1.400 mil famílias em cinco anos²¹, porém, no período realizou apenas 10% do planejado.²² Na Revisão Constitucional de 1988 o projeto de reforma agrária foi derrotado pela representação da União Democrática Ruralista - UDR.²³

No governo neoliberal de Fernando Collor a reforma agrária sofreu um golpe mortal. Embora durante a campanha o candidato tivesse prometido assentar 500 mil famílias, uma redução brutal com relação ao PNRA, o seu projeto de reforma agrária, denominado Programa da Terra, previa o assentamento de apenas 400 mil famílias no período 1991/94.²⁴ No entanto, os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maior parte, resultados de ações do governo anterior.

Durante o governo Itamar Franco houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos, todavia, em situação mais promissora do que no governo anterior. Nesse período, não surgiu nenhuma proposta de reforma agrária. Apenas a administração dos conflitos e das ocupações de terras com a realização de novos assentamentos. Ainda, neste governo foi sancionada a Lei Agrária número 8629/93, em 25 de fevereiro de 1993, depois de longa tramitação pelo Congresso Nacional. Em julho do mesmo ano foi sancionada a Lei de Rito Sumário²⁵. Desde a derrota na Constituinte de 1988, parlamentares pró-reforma agrária procuravam agilizar a aprovação destes dispositivos, que embora contribuam não viabilizam totalmente a realização da reforma agrária.

O programa do governo Fernando Henrique Cardoso considera a reforma agrária como importante medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema da segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto de reforma agrária a ser implantado servirá apenas como uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura. Suas metas para o programa de assentamentos rurais é de 280 mil famílias no período 1995/98. Outra redução brutal com relação ao PNRA. Mesmo assim, a viabilidade da realização das metas é duvidosa, considerando a aliança política que sustenta o governo e, também, as nomeações realizadas para o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, bem como para a presidência do INCRA.

A condição colocada pelo atual governo, na realização de seu proje-

²¹ Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985, p. 25.

²² Folha de São Paulo, 15/10/1989, p. A7.

²³ Gomes da Silva, 1989.

²⁴ Programa da Terra, 1992, p. 88.

²⁵ Esta Lei regula os procedimentos judiciais para a desapropriação do imóvel, por interesse social, para fins de reforma agrária. (Lei Complementar Nº 76, de 6 de julho de 1993).

to de reforma agrária, dá continuidade aos princípios do modelo de desenvolvimento da agricultura implantado pelos governos militares. Esta posição linear e economicista não reconhece a importância e o potencial da pequena agricultura no processo de produção agrícola. A agricultura familiar ainda é tida como atrasada enquanto o único modelo viável é a agricultura capitalista.

Passados mais de trinta anos do golpe militar e dez do I PNRA, a questão da reforma agrária continua fazendo parte dos debates políticos e acadêmicos. No campo, os conflitos permanecem e tendem a crescer. Nesse período, a agricultura passou pelo processo de modernização econômica e a produção agrícola cresceu de tal forma, que alguns teóricos colocam a reforma agrária apenas como uma política social para resolver problemas localizados, o que não significa um projeto amplo de transformações sócio-econômicas. Um dos principais argumentos dessa corrente teórica é o fato de que a reforma agrária não tem mais significado para aumentar a produção de alimentos. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a produção de grãos passou de 50,9 milhões de toneladas no ano agrícola de 1979/80 para 68,3 milhões no ano de 1992/93²⁶, enquanto a área agrícola passou de 40,1 milhões de hectares para 38,0 milhões. No ano agrícola de 94/95 a estimativa da produção agrícola era de 81,4 milhões de toneladas.²⁷

Assim se coloca a questão agrária dos anos 90, ao concretizar a contradição inerente da visão economicista da política agrária implantada em meados dos anos sessenta. Paralelamente cresceram a produção de alimentos e o número de brasileiros que passam fome, excluídos pelo processo de modernização conservadora.

De acordo com José de Souza Martins, "uma preocupação séria com a questão dos trabalhadores rurais em países como o Brasil, e outros países latino-americanos, deve envolver uma concepção mais dinâmica e efetivamente dialética do processo histórico, que recupere a questão do **desenvolvimento desigual** na sua aceção clássica e não na sua aceção economicista que foi vulgarizada para dar conta do desenvolvimento econômico desigual entre os países ricos e os países pobres. Na concepção mais antiga e mais rica, o desenvolvimento desigual dizia respeito aos descompassos e tempos desiguais que separavam e contrapunham o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social... Nessa perspectiva, os tempos desiguais envolvidos no processo social não estavam separados em espaços diferentes, o que, feito pela mentalidade economicista, destruiu a mentalidade da desigualdade de desenvolvimento no mundo capitalista, substituído-a pela concepção de **desenvolvimento igual**."²⁸

²⁶ Ver FAO/INCRA, 1994, p. 94.

²⁷ Segundo a CONAB. Ver Folha de São Paulo, 20/7/95, p. 1-8.

²⁸ Martins, 1984, p. 76. (Grifos do autor).

Neste contexto e partindo da concepção de que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é desigual e combinado, a agricultura familiar vem sendo acometida por políticas agrárias, que contribuem para com a sua desestruturação. Neste sentido, é preciso superar a visão dualista, em que a agricultura familiar é colocada como atrasada e a agricultura capitalista como moderna. A história da questão agrária brasileira mostra que os trabalhadores do campo jamais tiveram acesso à terra. As políticas agrárias sempre privilegiaram o latifúndio e a agricultura capitalista. Assim, a luta pela terra e a luta pela reforma agrária permanecem como condições de enfrentamento e de resistência a um modelo único de desenvolvimento da agricultura.

3 - As experiências recentes dos assentamentos de reforma agrária: construindo tecnologias socialmente apropriadas

Por que diabo vocês usam no campo uma tal quantidade de trabalho humano? Será que a técnica de vocês, que sabe dominar com facilidade a chuva e a estiagem, é impotente para mecanizar o trabalho agrícola e assim liberar as pessoas para as tarefas mais qualificadas?

"A viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa"
Chayanov, 1991, p. 19

Apesar de no Brasil ainda não ter se efetivado um projeto de reforma agrária, até outubro de 1994 foram realizados 1.123 assentamentos, que ocupam uma área de 7.269.669 ha, onde estão assentadas 139.223 famílias (Ver quadro). Esses assentamentos são resultados de diversos projetos de colonização, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, e de projetos localizados para atender as pressões dos movimentos sociais que ocuparam estas terras.

Em setembro de 1979, das ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no município de Sarandi - RS, e do acampamento de milhares de famílias na Encruzilhada do Natalino, no município de Ronda Alta-RS, e posteriormente das diversas outras ocupações nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, nascia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Este tem sido o principal movimento social na luta pela terra e na luta pela reforma agrária no

Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil - 1994*

Região/UF	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (Ha)
Norte**	181	54.217	3.811.205
AC	3	1.104	326.500
AM	10	5.847	461.514
AP	13	1.696	254.277
PA	57	21.624	1.259.216
RO	33	13.324	720.080
RR	03	5.016	463.300
TO	62	5.606	326.318
Nordeste	425	40.600	1.965.835
AL	11	514	8.768
BA	81	10.377	358.224
CE	95	6.597	230.994
MA	51	12.847	1.104.582
PB	44	1.646	20.723
PE	54	2.602	39.637
PI	31	2.182	91.890
RN	39	2.619	91.890
SE	19	1.216	19.117
Centro-Oeste	119	18.646	956.562
GO	39	2.624	125.011
MS	29	5.583	152.982
MT**	51	10.439	678.569
Sudeste	117	10.453	242.908
ES	30	840	10.006
MG	24	2.249	106.739
RJ	18	2.268	22.983
SP	45	5.096	103.180
Sul	281	15.307	293.159
PR	124	8.251	154.898
RS	95	4.537	95.080
SC	62	2.519	43.181
Total	1.123	139.223	7.269.669

Fonte: INCRA e MST. (in. Agenda 1995 do MST). Assentamentos realizados pelo INCRA e Governos Estaduais.

*Dados organizados desde 1978 até outubro de 1994.

**Incluídos projetos de colonização.

Brasil. A sua forma de organização está dividida em setores de atividades representativas da suas ações. No final da década de oitenta, o MST já havia se territorializado por 19 Estados brasileiros e começava a criar novos setores, como por exemplo: o setor de produção e o setor de educação. Desde então, o

MST tem apresentado propostas alternativas para o desenvolvimento social, econômico e político para os assentamentos de reforma agrária.

Esta realidade recoloca a questão das perspectivas da agricultura familiar no Brasil. O conteúdo da questão é: qual o espaço da agricultura familiar no interior do atual modelo de modernização vigente? Uma das respostas possíveis é que os trabalhadores rurais precisam continuar se organizando e se reorganizado para enfrentar este modelo, e que o atual modelo de desenvolvimento da agricultura precisa ser transformado.

De acordo com Cerioli (1993: 15-6), diante do processo de modernização conservadora, as perspectivas dos pequenos agricultores são:

1 - desaparecer, pela expropriação e assalariamento, pela migração, ou reiniciar uma nova luta pela terra com ocupações etc;

2 - incorporar-se ao sistema por meio da integração com a agroindústria, ficando ao sabor das decisões dos empresários;

3 - reformando-se, nos limites da capacidade de absorção de tecnologias alternativas para poder resistir a concorrência, que consegue colocar o mesmo produto no mercado a um preço menor que o seu custo de produção;

4 - transformando-se em tentativas de cooperação agrícola, mas mantendo relações artesanais de trabalho, sobrevivendo sob a ameaça permanente de falência;

5 - reorganizando-se, desenvolvendo novas experiências, objetivando a cooperação agrícola, procurando construir uma empresa coletiva com mão-de-obra especializada, que utiliza um processo produtivo socialmente dividido, com produção para o auto-sustento e produção em escala para o mercado.

Essas perspectivas e suas interfaces são as condições e os desafios colocados pelo atual modelo de desenvolvimento da agricultura. Evidente que para a transformação deste modelo os trabalhadores rurais deverão criar novas alternativas, novas formas organizativas. Considerando o atual etapa da modernização da agricultura, novas formas de organização do trabalho e da produção precisam ser experimentadas.

A incorporação é uma forma que vem sendo experimentada por diversos assentamentos da região Sul, principalmente na produção de leite, aves e suínos, subordinados a diversas empresas. Paralelamente esses agricultores procuram criar novas formas de organização do trabalho e da produção, tentando absorver tecnologias apropriadas para poderem resistir a concorrência do mercado. O desenvolvimento de cooperação agrícola tem sido a principal marca dessas experiências.

O grande desafio enfrentado pela maior parte dos assentamentos é o da superação das formas tradicionais de organização do trabalho, principalmente pela descapitalização e recursos precários para a produção, além da baixa

escolaridade e, na maioria dos casos, o alto índice de analfabetismo entre os trabalhadores. Neste contexto, a família isolada em seu lote, tentando resolver as suas dificuldades sem a cooperação da comunidade, está condenada ao fracasso. A superação dessa condição implica reorganização das formas, do espaço e do tempo. Significa construir novos conhecimentos que permitam o avanço das condições de trabalho das famílias assentadas. A superação é possível desde que se constituam propostas concretas de ação, em que estas pessoas se reconheçam como sujeitos do processo.

São diversas as experiências que as famílias assentadas estão vivendo. Da mesma forma são diferentes os níveis dessas experiências. Em busca da condição de resistência na terra, desenvolvem novas formas de organização, com erros e acertos, com avanços e retrocessos, por diferentes caminhos a procura da construção de condições mais dignas de vida. Essas experiências são parte de um processo de construção e novos modelos de desenvolvimento, que deverão dispor de elementos constitutivos de tecnologias socialmente apropriadas. Este é um ponto importante para a reflexão sobre as experiências dos assentamentos de reforma agrária no contexto da modernização da agricultura.

Na constituição do processo de luta pela terra e da luta pela reforma agrária, os trabalhadores organizados no MST propuseram novas formas de organização do trabalho, da produção e da comercialização. Uma questão importante neste processo é a geração de tecnologias socialmente apropriadas para a construção de novas condições que viabilizam o avanço da pequena agricultura.

Neste ponto, é essencial apresentar o significado do conceito de tecnologia, no sentido como o concebemos. São inúmeras as dificuldades para se definir o conceito de tecnologia e este não é o objetivo deste trabalho. Ainda assim, pretendemos analisar algumas referências que nos auxiliam nesta reflexão sobre as propostas e as experiências de desenvolvimento nos assentamentos.

Priorizamos este ponto porque entendemos que para a transformação do processo de modernização da agricultura é fundamental repensar o conceito de tecnologia. A visão predominante sobre esse conceito, hoje, está associada somente ao processo produtivo e a competitividade, ou seja, numa perspectiva economicista em detrimento das outras dimensões da organização do trabalho. Esta acepção ignora o processo desigual, colocando a mesma condição de desenvolvimento para todos, independente de suas dificuldades resultantes das condições históricas em que vivem.

Dessa forma, o conceito de tecnologia deve ser compreendido em todas as suas dimensões. Não deve ser concebido como um conceito terminado, mas sim como um processo em contínua transformação. Daí a importância da construção de conhecimentos como um dos significados desse conceito.

Conhecimentos práticos e conhecimentos científicos voltados para a produção e comercialização de mercadorias e de serviços. Esses conhecimentos devem servir para, além de satisfazer as necessidades, contribuir com a atenuação do esforço físico, liberando as pessoas para atividades mais interessantes e criativas. Superando assim a concepção errônea de tecnologia, em que é entendida como um conjunto de técnicas e de conhecimentos direcionados apenas para os resultados econômicos. Nesta concepção, quase sempre, cria desemprego, dependência econômica e devastação do ambiente.

Neste sentido, a geração de condições para a formação intelectual, para a qualificação no trabalho e para a construção da cidadania é necessária para o bem estar das pessoas e para a preservação do ambiente. Este é outro significado importante deste conceito. A partir dessas referências, as decisões sobre a utilização de determinadas tecnologias são políticas, ou seja, voltadas para os interesses da comunidade.²⁹

A geração de tecnologia é um processo coletivo e a sua difusão só é possível por meio das relações sociais. Neste sentido, a cooperação é uma condição importante para o avanço desse processo. Para fomentar a organização de cooperativas agrícolas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA. O objetivo geral dessa iniciativa é o desenvolvimento de Cooperativas de Produção e de Comercialização nos assentamentos, para a criação de centrais de cooperativas por unidade federativa e, em nível nacional, a constituição da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil - CONCRAB.

Este projeto já se encontra em desenvolvimento. Na sua trajetória o SCA precisa criar uma articulação entre as experiências desenvolvidas nos assentamentos e suas propostas. Assim, deverá contemplar a participação dos assentados que desenvolvem a produção de forma individual, dos grupos coletivos, das associações, das cooperativas etc. Nesta direção o SCA define os seguintes objetivos específicos:

1 - objetivos econômicos, no sentido de contribuir para a solução dos problemas econômicos das famílias assentadas, desenvolvendo a cooperação agrícola, orientando na criação de empresas rentáveis, viabilizando o progresso econômico do assentamento por meio do aumento da produtividade e da modernização da produção;

2 - Objetivos sociais, propondo formas alternativas de organização da produção agropecuária em proveito do bem estar da comunidade, desenvolver tecnologias socialmente apropriadas a realidade dos assentamentos, para provar que a reforma agrária é viável, também, no sentido econômico, aumentar o poder de negociação com as instituições governamentais e contribuir para a

²⁹ Ver Medeiros J. A. & Medeiros L. A., 1993 e Gama, R., 1987.

construção da cidadania.³⁰

Sem dúvida que a geração de tecnologias socialmente apropriadas é essencial para viabilizar um proposta desta monta. Em primeiro lugar é preciso desenvolver um processo de formação intelectual dos trabalhadores para que possam utilizar e criar novas tecnologias. Neste sentido, uma experiência importante é a do Departamento de Estudos Rurais - DER, localizado em Bragança Paulista-SP. Esta escola forma professores para trabalhar nas escolas dos assentamentos de diversos Estados do País. Os professores são, na sua maioria, assentados e trabalham também na alfabetização de jovens e adultos.

Para a formação técnica na agricultura, o MST criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, no município de Veranópolis-RS. Neste Instituto estudam filhos de assentados que realizam seus estágios em diversos assentamentos em todo o País. Da mesma forma, o Instituto recebe estudantes de diferentes pontos do Brasil. Outra experiência importante é o Centro de Tecnologias Alternativas Populares - CETAP, localizado no município de Pontão-RS, responsável pela formação de pesquisadores que se ocupam da difusão das tecnologias socialmente apropriadas, para a produção agrícola e pecuária, também, nos assentamentos. Para a formação política dos assentados existe a Escola Nacional, localizada no município de Caçador-SC. Nesta escola são formadas as jovens lideranças do MST, que trabalham em prol da luta pela terra e da luta pela reforma agrária.

Embora a atual estrutura da organização para o desenvolvimento dos assentamentos esteja concentrada na região Sul do País, em outras regiões vêm se desenvolvendo tentativas para a criação de infra-estrutura. Todavia, estas experiências são algumas das mais importantes que vêm acontecendo em diversos Estados brasileiros. Além do trabalho de diversas universidades estaduais e federais em parceria com os assentamentos ou centrais de cooperativas.

O MST, ainda, tem publicado diferentes periódicos para subsidiar os trabalhos nos assentamentos. São diversas linhas editoriais orientadas para a formação política, para a formação técnica, para a educação e para a organização social e econômica. Estas publicações constituem materiais didáticos utilizados nas escolas de primeiro e segundo graus, nos cursos supletivos para alfabetização de jovens e adultos, livros de conteúdo teórico-metodológico e manuais que auxiliam na formação política dos assentados. Esse material é muito utilizado pelas lideranças no investimento da organização interna dos assentamentos.

Além destas estruturas estabelecidas nos últimos oito anos, outras atividades importantes são os cursos, oficinas e laboratórios realizados nos próprios assentamentos. Nestes há a participação da comunidade a partir das suas formas de organização criadas para tais fins.

³⁰ MST, 1993, p.40/1.

Os assentamentos ligados ao MST possuem suas formas de organização, quase sempre estruturadas em coordenações, núcleos e setores. Contando com esta estrutura são realizadas diferentes atividades, promovidas com o objetivo de encontrar soluções para alguns dos problemas das comunidades.

Os cursos são os mais diversos: de conteúdo técnico agrícola ou de conteúdo educacional etc, oferecidos pelo próprio MST ou pelas Secretarias de Agricultura ou Educação, por universidades ou organizações não governamentais - ONG's.

As oficinas pedagógicas são realizadas em diversos assentamentos para a capacitação de professores e de coordenadores de educação. Essa atividade é proposta pelo Setor de Educação do MST e tem duração de uma semana. Os cursos de capacitação oferecidos aos professores são referentes as disciplinas e as séries das escolas trabalhadas. Além dessa atividade, os coordenadores e os professores realizam outras atividades com a comunidade para discussão do plano global da escola. Em algumas oficinas pedagógicas participam representantes das Secretarias de Educação do Estado e do Município, bem como universidades etc.

Além das oficinas pedagógicas o Setor de Educação do MST é responsável pela publicação das coleções Cadernos de Educação, Boletim da Educação entre outras coleções de livros paradidáticos. O Setor de Educação possui representação nos assentamentos, por meio dos seus coordenadores, em vários Estados de todas as regiões brasileiras e realiza semestralmente encontros nacionais para definir sua política de atuação com relação as escolas de assentamentos e de acampamentos.

O Setor de Produção realiza os laboratórios organizacionais. Estes são "workshops" em que diferentes cursos práticos de formação técnica são oferecidos com o objetivo de transformação da realidade local. Conforme Correia (1995: 24), "o laboratório é um método de capacitação que, enquanto processo de transmissão de conhecimento, visa elevar a consciência ingênua e crítica da coletividade ao nível da consciência organizativa, imprescindível à transformação da realidade em que vivem".

Os laboratórios são também espaços de criação de tecnologias apropriadas. Nestes os participantes aprendem a criar, construir ou conseguir emprestados os insumos necessários para a organização do laboratório. Desta forma, procuram combinar os insumos de diversos fatores produtivos. Os cursos são voltados para os interesses, necessidades e objetivos da comunidade e da entidade ofertante do laboratório. Neste sentido são oferecidos diferentes cursos, como por exemplo: datilografia, contabilidade, administração etc. Estes conhecimentos são importantes para a criação de formas de organização

associativas ou cooperativas. Neste sentido, considerando as condições e realidades locais, ocorrem investimentos na construção de agroindústria, como por exemplo: fábricas de farinha de mandioca, de fubá de milho, farmácias para manipulação de medicamentos simples etc.³¹ Ainda, em alguns casos, a construção de usinas de resfriamento de leite, fábricas de queijo etc.

Os laboratórios também contribuem para a difusão e para a comunicação no assentamento e deste com outras áreas. Isto proporciona a saída do isolamento da comunidade, que pode passar a receber informações sobre a realidade do Estado, do País e do mundo. Outra preocupação é com a qualidade sócio-ambiental, considerando desde a saúde dos membros das famílias até a preservação do espaço da comunidade e da região onde se localiza.

Um dos objetivos do laboratório é a criação de uma forma de organização cooperativa. Estas experiências têm sido difundidas em vários Estados e os resultados são os mais diversos, que vão desde o sucesso da organização de cooperativas até a recusa da comunidade em adotar os modelos propostos pelos técnicos. Ainda assim, é uma experiência importante para a modernização dos assentamentos.

Para a realização desses trabalhos: oficinas e laboratórios, os coordenadores contam com a ajuda de prefeituras, das igrejas, das Secretarias de Estado e instituições federais, bem como das universidades públicas e das organizações não governamentais nacionais e internacionais.

A infra-estrutura e as atividades aqui apresentadas estão contidas nos diferentes processos, que vêm desde a luta pela terra até os momentos de organização da produção para a comercialização. Neste contexto, são contribuições fundamentais para a construção dos elementos constitutivos de tecnologias, como por exemplo: a formação de trabalhadores de média e alta qualificação, coordenadores capacitados para trabalhar com a realidade dos assentamentos, para a administração do capital incorporado nas máquinas e nas benfeitorias, para a administração do trabalho e do processo de produção.³² Neste sentido, estes elementos possibilitam o processo de modernização de um assentamento. Esta é uma condição importante para a superação das formas de organização tradicionais e para o desenvolvimento da comunidade com vistas a melhoria da sua qualidade de vida.

Estas experiências são condições *sine qua non* para o avanço do processo de modernização da agricultura, de novos caminhos, superando o ranço do conservadorismo do atual modelo e viabilizando a construção da democracia e, conseqüentemente, da cidadania no Brasil.

³¹ Correia, 1995, p. 66.

³² Ver Robinson, 1983, p. 47.

4 - Considerações finais - Perspectivas dos Assentamentos de reforma agrária

Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer.

José de Souza Martins, 1994, p. 12/3.

A luta pela terra e a luta pela reforma agrária se desdobram na luta por formas alternativas de organização do trabalho e da produção. Neste sentido, a busca de tecnologias apropriadas é um novo momento destas lutas. O trabalho familiar também pode se desdobrar em novas experiências. Este é o grande desafio a ser superado.

Todavia, a persistência na idéia linear do trabalho coletivo como forma única e definitiva não é a solução para os problemas dos trabalhadores rurais. O importante nas experiências em desenvolvimento é a diversidade de experimentos em processos de criação e de alternativas. Neste sentido, vale atentar para as experiências aqui relatadas que podem subsidiar o debate na criação de um novo modelo de desenvolvimento para a agricultura.

A história tem mostrado que a não realização da reforma agrária não acaba com a agricultura familiar. Muito pelo contrário, aumenta o número de conflitos exatamente pela exclusão de milhões de famílias do processo produtivo. A realização de um modelo de reforma agrária, que considere as experiências em construção, é condição essencial para que esta população possa viver dignamente, com saúde, educação e trabalho. Para que o Brasil possa ser reconhecido como um país digno e a paz no campo possa ser efetivada.

Um caminho possível para esta realização social é a transformação do modelo de desenvolvimento da agricultura. A história da luta dos trabalhadores rurais mostra que eles estão empenhados nesse sentido. Por outro lado, o Estado não tem mostrado nenhuma intenção em modificar os rumos da modernização conservadora. Neste sentido, entendemos que uma possibilidade é a da conquista de representatividade no Congresso Nacional, por parte dos trabalhadores rurais.

O caminho possível está sendo construído com muita luta. Em cada pedra deste caminho está representado o esforço dos trabalhadores na luta contra o atual modelo excludor de modernização. Neste meio de caminho e descaminhos em que vivemos, torna-se necessário lutar por uma política agrícola para a realidade construída até hoje.

O documento "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável Para a Pequena Produção Familiar" elaborado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA propõe a implantação de um modelo de desenvolvimento "bimodal", que contemple a agricultura familiar e a capitalista. Neste sentido, apresenta uma proposta de criação de política agrícola diferenciada para os pequenos produtores, que atendam as necessidades específicas da agricultura familiar e traz a discussão sobre um programa de financiamento para os pequenos produtores. Os objetivos dessa proposta é inserir a agricultura familiar num processo de desenvolvimento global integrado, ou seja, atendendo a todas as dimensões do desenvolvimento social, econômico e político.

Sem dúvida que propostas como essas tendem a se multiplicar. Não há saída para a crise da modernização conservadora a não ser que continue produzindo tanto alimento quanto famintos. Hoje produzir alimentos não é suficiente para acabar com a fome. É necessário muito mais. De nada adianta a existência de supersafras e de milhões de excluídos que não podem comprar. E, desta forma, os alimentos são exportados. A fome se mata com trabalho, com produção, com geração de empregos, com participação política, com reforma agrária.

O caminho percorrido até aqui está repleto de sucessos e derrotas. Daí a importância desta breve reflexão sobre as transformações recentes da agricultura. A reflexão nos auxilia na definição dos novos rumos, para que tenhamos consciência dos erros do passado.

Referências Bibliográficas

- Bobbio, N. et alii. Dicionário de Política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- Brasil. Presidência da República - I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND - 1972/74. Brasília, 1971.
- Brasil. Presidência da República - II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND - 1975/79. Brasília, 1974.
- Brasil. Presidência da República - III Plano Nacional de Desenvolvimento - III PND - 1980/85. Brasília, 1981.
- Cerioli, P. - Uma concepção de desenvolvimento rural. Cadernos de Cooperação Agrícola nº 1. São Paulo: CONCRAB, 1993.
- Chayanov, A. V. - Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa. Textos para Debate nº 41. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.
- Correia, J. C. B. - Comunicação e Capacitação. Brasília: Iattermundi 1995.

- D'Incao, M. C. & Roy, G. - Nós Cidadãos - Aprendendo e ensinando democracia. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- FAO - Food and Agriculture Organization / INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar. Projeto UTF/BRA/036/BRA. Brasília, 1994.
- FERNANDES, B. M. (1994a). Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Depto. de Geografia - USP. São Paulo. 218 p.
- Gama, R. - A tecnologia e o Trabalho na História. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.
- Gomes da Silva, J. - Caindo por Terra - Crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987.
- _____ - Buraco Negro - A Reforma Agrária na Constituinte. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- Gonçalves Neto, W. - Estado e Planejamento: A agricultura nos Planos de Governo no Brasil. In Revista História e Perspectivas nº 10. Uberlândia: Editora da UFU, 1994, p.81-108.
- Hobsbawm, H. - Era dos extremos. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- Lamarque, H. (coord.). - A agricultura familiar. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- Marques, P. - Modernização do Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados - USP. Coleção Documentos nº 18. 1994.
- Martine G. & Garcia, R. C. (Orgs). - Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Ed. Cactés 1987.
- Martine, G. & Beskow, R. - O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In Martine G. & Garcia, R. C. (Orgs). - Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: Ed. Cactés 1987, p. 19-40.
- Martine, G. - Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Iplam. Brasília, 1989.
- Martins, J. de S. - A militarização da Questão Agrária. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____ - A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República" São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____ - O poder do atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Medeiros, J. A. & Medeiros, L. A. - O que é tecnologia. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- Medeiros, L. S. et alli (orgs.). Assentamentos Rurais: uma visão interdisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.
- MARA - Programa da Terra. Brasília: MARA, 1992.
- MIRAD - Programa Nacional de Política Fundiária - Coletânea. Brasília: Mirad, 1983.
- MIRAD - Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília: Mirad, 1985.
- Moore Jr, B. - As origens sociais da ditadura e da democracia. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- MST - A cooperação agrícola nos assentamentos. Caderno de Formação nº 20. São Paulo: MST, 1993.
- Oliveira, A. U. - Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.
- Oliveira, A. U. - A agricultura camponesa no Brasil. Editora Contexto. São Paulo, 1991.
- ONU/PNUD - Informe Sobre Desarrollo Humano. Madri: ONU/PNUD, 1993.
- Rattner, H. - A viabilidade de uma Tecnologia intermediária. São Paulo. Mimeo, 1977.
- Robinson, A. (comp.). Tecnologías apropiadas para o desarrollo del Tercer Mundo. México. Fondo de Cultura Económica, 1983.
- Rogers, E. M. & Svenning, L. - La modernización entre los campesinos. México. Fondo de Cultura económica, 1979.
- Schumacher, E. F. - O negócio é ser pequeno (small is beautiful). Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1983.
- Silva, J. G. - A Modernização Dolorosa. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1982.
- Tavares dos Santos, J. V. - Matuchos: exclusão e luta. Petrópolis: Vozes, 1994.

RESUMO

Este artigo discute o processo recente da modernização da agricultura brasileira e as políticas de reforma agrária. Neste contexto, analisa as propostas de viabilização da reforma agrária presentes nos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND's, apresentados pelos governos militares no período 1972-1985. Na Nova República, analisa os programas de reforma agrária apresentados no período 1985-1994. Paralelamente a essa análise, apresenta as experiências recentes de criação de tecnologias socialmente apropriadas para os assentamentos de reforma agrária, desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a perspectiva de superação dos seus diferentes problemas em todas as dimensões do processo de modernização. Neste sentido, constata os avanços, os impasses e os esforços dessa perspectiva na construção de um novo modelo de desenvolvimento da agricultura.

ABSTRACT

Land reform and modernization in the country

This article discuss the recent process of Brazilian agricultural modernization and the land reform policies. In this context, it analyses the viability proposals of land reform present in the National Development Plans, presented by the military government from 1972 to 1985. In the New Republic, it presents the land reform programs presented from 1985 to 1994. Together with these analysis, it presents the recent experiences of technology development socially appropriate to the land reform settlements, introduced by the Movement of Landless Rural Workers (MST), with perspective to overcome their several problems in all dimensions of modernization process. In this effort of this perspective are verified in relation to the construction of a new model of agricultural development.

Palavras-chaves: MST - assentamento - reforma agrária - modernização da agricultura

Key-words: MST - sitting - land reform - agricultural modernization

ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO-EDUCADOR

Genylton Odilon Rêgo da Rocha¹

I. A Geografia que se ensina

Dentre os diferentes saberes presentes nos currículos escolares, encontramos a geografia. Sua inserção nas escolas se deu a partir do século XIX, e o "modelo" criado quando de seu surgimento enquanto disciplina escolar, se difundiu e vem sendo ainda reproduzido pela maioria dos educadores que a lecionam.

Por conta do "modelo" originalmente adotado, a geografia ao longo do tempo tem sido vista como a disciplina que enumera para cada porção territorial estudada, o relevo, o clima, a vegetação, a população, a agricultura, as cidades e as indústrias. Descrever, portanto, os elementos naturais, bem como as características das populações e suas atividades econômicas, tem se constituído no papel desempenhado pelos professores de geografia.

É interessante também destacar que essa visão de geografia hegemonicamente ensinada nas escolas detém-se na análise do que é visível, do que pode ser apreendido pela percepção, interessando-se mais, como nos alerta SANTOS (1982), pela forma das coisas do que pela sua formação, o que equivale dizer que não tem interessado aos professores que com ela trabalham, falar sobre as dinâmicas sociais que criam e transformam as paisagens que nos são visíveis. Eles se contentam com a mera descrição das coisas, como se estas fossem formas cristalizadas.

Essa geografia que se ensina foi fortemente influenciada pelo pensamento positivista - que tem na análise do que é aparente na realidade, o produto de seu conhecimento - e por isso mesmo, se desdobrou como "(...) um discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico" (LACOSTE, 1988:32). Não é à toa, então, que nas suas aulas seja bastante comum a ênfase dada, além da descrição e do empirismo, à fragmentação do

¹ Professor de Prática de Ensino de Geografia do Departamento de Métodos, Técnicas e Orientação da Educação - Universidade Federal do Pará.

todo e a dicotomia entre o homem e a natureza. São essas, sem dúvida, as suas marcas características.

Devemos salientar porém, que este "modelo" de geografia tão amplamente difundido, não surgiu por conta do acaso, muito pelo contrário, ele foi forjado para "(...) mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço" (LACOSTE, 1988:31). Ora, ao mesmo tempo que a geografia escolar fortalece os sentimentos patrióticos - afinal, na maioria das vezes, tanto o conteúdo programático quanto os livros didáticos que os veiculam ainda são perpassados pela ideologia do nacionalismo patriótico, ela tem se preocupado em afastar toda e qualquer reflexão política sobre o espaço, negligenciando assim o saber estratégico que por ela poderia estar sendo veiculado. Como consequência, apenas uma minoria dirigente se apropria e passa a se servir monopolisticamente do conhecimento geográfico, conseguindo dessa forma manobrar mais eficazmente.

Infelizmente a geografia ainda hoje ensinada na maioria das escolas, persiste nas características herdadas daquela surgida no século XIX. Essa concepção denominada hoje de tradicional nos círculos geográficos, tem se mantido acrítica e ahistórica, pois o saber por ela transmitido "(...) elimina o raciocínio e a compreensão, e leva à mera listagem de conteúdos dispostos numa mesma ordem enciclopédica linear que, mais uma vez evidencia uma procedência do natural sobre o social, para que o social seja visto como natural" (PEREIRA, 1989:28).

Mas qual a importância desses ensinamentos geográficos para os educandos? LACOSTE (1988) nos mostra que a geografia é a única disciplina a parecer um saber sem nenhuma aplicação prática fora do sistema escolar. Não é à toa então, que ela seja, por muitos considerada enfadonha, chata emotivo de desvelada antipatia. Indubitavelmente, tal conclusão a que chegam tantos alunos e outros atores sociais envolvidos no sistema de ensino e até mesmo fora dele, é consequência da maneira como o ensino de geografia tem sido praticado e os efeitos ideológicos daí resultantes.

Essa geografia que teve na pedagogia de PESTALOZZI (1746 -1827) um de seus pilares, se limitou à análise do "fenomênico", sem nunca almejar buscar "a coisa em si" da qual nos fala KOSIK (1989). O espaço geográfico ensinado, exclui, deliberadamente o espaço real. A experiência do aluno, nos mostra RESENDE (1986), é negada por essa geografia que se ensina. Prefere-se falar de uma geografia asséptica, a se falar de uma que foi historicamente construída. Marginaliza-se assim o aluno e, por conseguinte, a geografia que é construída e reconstruída pelos homens, colocando-se uma pedra sobre a discussão acerca de um espaço geográfico que todos nós ajudamos a moldar e que por conta disso, traz as marcas de nossa sociedade.

Ao trabalharmos uma geografia que nunca é encarada como totalidade e muito menos como resultante do trabalho de homens históricos, somos, consciente ou inconscientemente levados "(...) fatalmente a considerar o aluno, em especial aquele oriundo das classes populares, como um ser neutro, sem vida, sem cultura, sem história - um ser que não trabalha, não produz a riqueza nesse momento histórico e neste espaço geográfico determinado." (RESENDE, 1986:19-20). Acabamos retirando do aluno o seu papel de sujeito do processo de conhecimento, reduzindo-o a mero objeto desse processo.

Infelizmente, na prática pedagógica da maioria dos professores de geografia, o aluno não consegue ser visto como participante do espaço geográfico estudado, e a consequência é que "(...) a verdade geográfica do indivíduo se perde e a geografia torna-se alheia para ele" (RESENDE, 1986:20).

Não é exagero, portanto, concluirmos que a prática da maioria dos professores de geografia que vêm atuando com essa "geografia que se ensina" se enquadra naquilo que FREIRE (1981) denominou de "educação bancária", que tem como função principal o ato de depositar, de transferir e de transmitir valores e conhecimentos, com isso instaurando a "cultura do silêncio".

II - A crise e a renovação da geografia escolar

OLIVEIRA nos faz refletir profundamente quando afirma que "nos dias de hoje só tem havido lugar para duas grandes vertentes ideológicas no ensino da geografia. Ensinar uma geografia neutra, sem cor e sem odor. Uma geografia que crie desde o início trabalhadores ainda que crianças, ordeiros para o capital. Ou ensinar uma geografia crítica, que forme criticamente a criança, voltada, portanto, para seu desenvolvimento e sua formação como cidadão. Uma geografia preocupada desde cedo com o papel que essas crianças/trabalhadores terão no futuro desse país. Uma geografia que possibilite às crianças, no processo de amadurecimento físico e intelectual, irem formando/criando um universo crítico que lhes permita se posicionar em relação ao futuro, que lhes permita finalmente construir o futuro"(1989:143-4). Mais do que um simples convite a uma opção político-pedagógica por parte do professor de geografia, nos é chamada a atenção para a possibilidade que já temos de fazer uma outra geografia.

Ora, se é verdade que a geografia tradicional ainda é hegemônica nas salas de aula e mesmo nos manuais didáticos, não é menos verdade afirmar que seu "modelo" encontra-se em profunda crise - entendida esta como sendo uma radical alteração nas bases teórico-metodológicas que sustentavam o conhecimento -, passando em consequência por profunda reestruturação.

Dessa crise, percebe-se a emergência de uma concepção de geografia preocupada em estudar a sociedade através do espaço por ela produzido. É uma

geografia que concebe o espaço geográfico como um espaço socialmente produzido e por isso mesmo pleno de lutas e conflitos sociais. Ao contrário da geografia tradicional que via o homem enquanto um elemento a mais na paisagem, a concepção renovada, resgata o homem como sendo o construtor do espaço geográfico no qual está inserido, o que faz desse espaço a materialidade do processo do trabalho.

Se no ensino tradicional da geografia o peso da descrição das formas foi sempre mais importante do que a compreensão do processo de sua formação, para a geografia renovada, e convencionalmente denominada de crítica, o importante é que os alunos compreendam: "(...) o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza" (OLIVEIRA, 1989:142).

Essa nova tendência que está se dando no ensino da geografia tem nos permitido perceber o aluno como sujeito social concreto, provocando em consequência a superação da concepção anteriormente difundida que transformou o aluno em objeto passivo, neutro, recipiente no qual as informações devem ser depositadas. Isso tem sido possível pois tem se buscado valorizar a experiência de espaço do aluno. Importante contribuição nesse sentido foi dada por RESENDE (1986), que procurou demonstrar em sua obra que todos os alunos chegam à escola com um saber peculiar sobre o espaço, cabendo aos professores de geografia promover a integração ao saber especial que eles próprios devam transmitir aos alunos (o que consequentemente exige o repensar, de forma crítica, do próprio objeto da geografia que se ensina).

A preocupação básica do ensino da geografia crítica deve ser o de contribuir na construção da plena cidadania, possibilitando ao aluno as condições teóricas para que ele aprenda criticamente a realidade e possa participar ativamente das transformações que se fazem necessárias.

Vê-se, portanto, que sob esta nova concepção, o desenvolvimento da cidadania tornou-se objeto de preocupação por parte dos professores de geografia. Um importante passo dado nesse sentido, foi tornar o aluno co-autor do saber, já que se tem buscado resgatar a realidade social e existencial do aluno, o que permite a sua inserção no espaço geográfico estudado. Já não se quer mais um aluno passivo, muito pelo contrário "(...) o aluno precisa aprender a observar, a coligir dados, a compará-los e classificá-los, a estabelecer generalizações e inferir explicações. Todas essas operações fazem parte do pensamento científico e precisam ser desenvolvidas na escola. Através da busca e manipulação de informações e dados o aluno começa a apropriar-se das formas de produção do conhecimento científico. No que se refere ao conhecimento geográfico é necessário que o aluno aprenda também a mapear. Apenas copiar

ou colorir mapas não consiste uma tarefa adequada para levar o aluno a pensar e tomar decisões. Mapear significa dar ao aluno oportunidade para definir critérios, para representar classificações e correlações de forma gráfica nos mapas" (ALMEIDA, 1991:86).

Essa nova prática político-pedagógica vai exigir que o professor de geografia abandone a sua velha armadura. É fundamental que o professor se proponha a ser coordenador das atividades que serão desenvolvidas, procurando oferecer condições para que os alunos atinjam os objetivos esperados no processo. Espera-se dele a capacidade e sensibilidade para organizar o trabalho, orientar a sua seqüência, fornecer informações, demonstrar técnicas, prover recursos, discutir idéias, levantar dúvidas e avaliar resultados, funções consideradas por ALMEIDA (1991) como imprescindíveis para a efetivação de um trabalho pedagógico baseado no aprofundamento de noções e conceitos, e cujo caráter ideológico é a superação da alienação historicamente imposta pela escola/geografia tradicional.

Almeja-se, portanto, tornar efetiva uma prática político-pedagógica que execute a "prática bancária" ainda tão presente no cotidiano de nossas salas de aula. O processo de construção do saber deve ser uma parceria entre alunos e professores e, por conta disso, o professor não pode mais se ver como mero transmissor de conhecimentos, e nem aos alunos como meros receptáculos passivos do conhecimento.

A grande questão, porém, é: será que os educadores estão tendo uma formação que lhes possibilite construir uma práxis coerente com o que se espera dessa nova geografia escolar?

III. A necessidade de emergência de um geógrafo-educador

É notória a precariedade apresentada pelos cursos de formação de educadores (seja os formadores dos especialistas, seja os formadores dos professores de ensino fundamental ou médio). Resultado de todo um processo histórico de marginalização da educação, esses cursos têm servido para produzir arremedos de educadores, ou melhor dizendo, educadores úteis para a reprodução das relações de dominação, inculcadores da ideologia dominante.

Carlos Rodrigues BRANDÃO apud OLIVEIRA consegue traçar um perfil perfeito da maioria desses educadores, ao afirmar que "O educador cotidiano que recebeu na universidade uma formação acrítica, não criativa e, não raro, imbecilizante, é conduzido vida afora, dentro dos inúmeros compartimentos da desigualdade acadêmica no Brasil, a repetir, ano após ano, aquilo que aprendeu e aquilo que a máquina do sistema sobre a educação almeja

que o educador faça: reproduzir sem pensar, aceitar sem discutir, trabalhar sem questionar e educar sem criar. De algum modo ele acaba sendo mais escravo que o velho pedagogo das estatuetas gregas e mais desgraçado do que o mestre-escola da instrução mecânica" (1988:06). Infelizmente o professor de geografia não tem sido a exceção.

A concepção crítica da geografia que se encontra em franco processo de construção, nos tem feito avançar no sentido de considerar a Geografia como sendo uma ciência da sociedade e que tem como especificidade a análise da dimensão espacial presente na dinâmica social. Já é possível percebermos que o saber geográfico fruto desse avanço epistemológico, começa a estar presente no discurso dos professores. Porém, ainda que pese este discurso que se faz ouvir nas salas de aula, é bastante perceptível a manutenção da prática político-pedagógica de caráter "bancário".

Esta realidade, ao meu ver, em parte é consequência da atual estrutura dos cursos de formação, marcados por duas dicotomias, quais sejam: a dicotomia entre licenciatura e bacharelado, e a dicotomia entre disciplinas específicas e disciplinas pedagógicas do currículo.

A dicotomia entre bacharelado (formação do pesquisador) e licenciatura (formação de professores) tem sido objetivo de muitas discussões, seja em congressos, encontros, ou sobretudo quando das reformas curriculares efetuadas nos Cursos de Geografia. A realidade porém, tem demonstrado que a estrutura curricular pouco tem sofrido alterações no sentido de ultrapassar essa separação.

Essa distinção acaba reforçando a divisão do trabalho na qual o papel do professor é o de mero repassador de conhecimentos, não lhe cabendo desenvolver pesquisa e conseqüentemente produzir o saber. No cotidiano da sala de aula, porém, cada vez mais nos são exigidas a reciclagem e a pesquisa contínua.

A articulação entre a licenciatura e o bacharelado é fundamental para a formação de um profissional competente e integral capaz de produzir o conhecimento e socializá-lo através de uma prática de ensino comprometida com a construção da cidadania. Acredito que o surgimento de cursos cuja política seja a formação integral do profissional em Geografia fará avançar substancialmente o ensino da ciência geográfica, sobretudo se também a dicotomia entre disciplinas específicas e disciplinas pedagógicas for superada.

É PONTUSCHKA que chama a atenção para o fato de que "(...) a formação do professor continua a ser um processo que, de um lado, se explica e se mantém pelo isolamento, pela fragmentação e, de outro, pela atomização de determinados espaços: o espaço do conteúdo é ainda o das disciplinas específicas, e o da formação pedagógica, em geral é caracterizado pela instrumentalização

metodológica" (1991:102). Essa organização curricular é perpassada pela idéia de que deva ser fornecido de forma competente (isso quando o fazem) o arcabouço teórico-metodológico fundamental para a formação do geógrafo, enquanto que a formação pedagógica é posta em segundo plano.

Ora, sabemos muito bem que "Não se pode pensar um educador que não seja competente no domínio técnico-científico de sua área de atuação docente, um professor que não entenda do que ensina" (MARQUES, 1992:162), porém é fundamental que lhe seja dada também uma competente formação pedagógica, afinal "(...) não se pode justificar a formação de um profissional de nível universitário que não saiba lidar com pessoas e grupos, que não consiga construir com os sujeitos interessados os conhecimentos e as capacidades que lhes concernem e competem" (idem, ibidem:162).

A realidade tem demonstrado que não raramente, os ingressos nas licenciaturas em geografia recebem no máximo alguns "recheios" didáticos-operativos que com alguma sorte, se somarão aos conhecimentos geográficos por ventura adquiridos nas disciplinas específicas. Esses cursos adotam o que GÓMEZ (1992) denomina de modelo de racionalidade técnica², cuja característica é a hierarquização entre o conhecimento científico básico e aplicado (disciplinas específicas) e as derivações técnicas da prática profissional (disciplinas pedagógicas).

Esse modelo porém, não atende à formação de um educador comprometido com o ensino crítico da geografia, pois ao ter diminuída a importância da qualificação pedagógica acabou gerando - à medida que a renovação ocorrida na ciência geográfica penetrou as salas de aula - uma gritante incoerência entre um saber ensinado, cuja finalidade última é municiar os educandos para conquistar a sua cidadania plena, e uma prática pedagógica que afronta a todo tempo a liberdade, a democracia e que interdita o cidadão-aluno.

Não é à toa que muitos educadores que dizem ter adotado uma proposta crítica de geografia, contraditoriamente, acabam em suas salas de aula, apresentando uma postura tradicional, bancária, que impede, dentre outras coisas, a autonomia do aluno no processo de construção do conhecimento.

É bem verdade que alguns professores de geografia têm buscado, através de seu trabalho pedagógico, contribuir para o desenvolvimento da

² Esse modelo abrange dois grandes componentes: a) científico-cultural: assegura o conhecimento específico a ensinar; b) psicopedagógico: permite aprender como atuar, eficazmente na sala de aula, tendo duas fases distintas: na primeira o futuro professor adquire os conhecimentos dos princípios, leis e teorias que explicam o processo de ensino-aprendizagem, bem como oferecem normas e regras para a sua aplicação racional; na segunda, de caráter aplicativo, busca-se por em prática (seja através de simulações, seja na prática concreta) as normas e regras que lhe garantam a eficácia, mais tarde, de seu trabalho docente.

cidadania por parte do aluno, tornando-o co-autor do saber. Infelizmente, porém, na maioria dos casos, o que temos presenciado, é a substituição da ditadura do ensino da geografia tradicional pela ditadura do ensino da geografia crítica. Execra-se o "modelo" herdado da escola positivista e filia-se a um "novo". Por causa disso, permanece interdita a cidadania do aluno. Conseqüentemente, ele continuará amarrado à dependência intelectual e de pensamento, não podendo desenvolver plenamente a sua criatividade e imaginação, tendo atrofiada a sua capacidade de vir a ser um agente de transformação.

"No lugar de auxiliar o educando a se encontrar como cidadão, como homem participante numa práxis em que o social é reconstituído cotidianamente, em que contudo há uma certa indeterminação, muitas vezes o professor trilha um dirigismo que fixa para o futuro modelo e caminhos já delineados. Com isso, não se contribui para o desenvolvimento da cidadania; no máximo se produzem militantes dogmáticos e intransigentes". (VESENTINI, 1992:131).

Faz-se necessário, ao meu ver, que os cursos de Geografia avancem no sentido de contribuir para a formação de profissionais que não sejam meros professores de Geografia. O nosso momento histórico está a exigir a emergência de GEÓGRAFOS EDUCADORES, ou seja, profissionais dotados de um conhecimento técnico-científico sólido sobre a ciência geográfica, e capazes de pensar e implementar um projeto político-pedagógico comprometido com a construção do novo, mas de um novo voltado para a conquista e consolidação de uma ordem política econômica social cultural que atenda os interesses populares.

FAUNDEZ nos ensina que "Um dos objetivos essenciais do processo educativo consiste em reforçar o poder do povo, dos grupos que sofrem a dominação de outros grupos ou de outros indivíduos. O reforço deste poder deve se manifestar de diferentes maneiras, no nível da organização, da criação de conhecimentos, de acúmulo de informações, de melhora da formação do nível do aprendizado contínuo, da participação, no nível do exercício da crítica, da criação da democracia, etc." (1993:78). Acredito que o projeto político-pedagógico a ser pensado/implementado pelo GEÓGRAFO-EDUCADOR não pode ser divorciado desse "reforçar do poder popular" e, nesse sentido, a preocupação básica do ensino da geografia deva ser o de contribuir, com já vimos afirmando, na construção da cidadania.

É mister que o GEÓGRAFO-EDUCADOR, nesse processo de construção da cidadania, propicie aos educandos a oportunidade de saber compreender a realidade e sobre ela se posicionar, bem como enfrentar e resolver os problemas nela existentes. Para isso, necessário se faz, através de nosso trabalho pedagógico, combatemos a des-historização da Geografia e do educando. Segundo RESENDE, não podemos desprezar o ser histórico da

disciplina que ensinamos e dos nossos alunos. "Acolhê los seria, de certa forma, redefinir a relação mesma de ensino-aprendizagem, construir o caminho do conhecimento, da descoberta, a partir da realidade vivenciada pelo aluno"(1986:20).

Coerentemente com os objetivos almejados em seu projeto político pedagógico, o GEÓGRAFO EDUCADOR deve ser um profissional da educação que incentiva a auto-construção do conhecimento por parte dos educandos. Não é possível que continuemos a acreditar que a educação seja o processo de transferência mecânica de conhecimento. Por isso, torna-se imprescindível que sejam superadas as metodologias herdadas da pedagogia tradicional, pois elas ao considerarem os alunos enquanto "vasilhames", seres sem criatividade, verdadeiras "tábulas rasas", se mostram totalmente inúteis e incoerentes para com a visão de educação e de educando que perpassa o nosso projeto.

Cabe, portanto, ao GEÓGRAFO-EDUCADOR se empenhar na construção de novas metodologias de ensino que reforce o dinamismo e a criatividade de nossos educandos. Acredito que o incentivo à pesquisa é um dos mais ricos recursos de que dispomos no sentido de contribuímos com a construção pelo educando de seu próprio conhecimento. A pesquisa, como nos chama atenção DEMO (1993), deve começar a ser encarada enquanto um princípio educativo.

Não bastará porém que o GEÓGRAFO-EDUCADOR se disponha a mudar as metodologias de ensino. Ele precisará também ter consciência da transformação de seu papel na sala-de-aula. Se historicamente a escola, de forma autoritária e excludente, centrou suas ações na figura do professor, dando-lhe poderes quase que "divinos" para decidir o que é bom, como deve ser feito, para quê deve ser feito, hoje, a participação adquiriu o direito de se fazer presente no interior do espaço escolar. Lentamente, porém, cada vez mais avançando, o ato de participar tem sido permitido a outros atores sociais envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Se partirmos do pressuposto que nós, GEÓGRAFOS-EDUCADORES e os educandos, somos parceiros na dinâmica que se dá na sala de aula, coerente seria aceitarmos e possibilitarmos a participação de todos nas diferentes etapas do trabalho pedagógico. Isso significa na prática, partilharmos o poder de decidir os rumos que a ação pedagógica irá tomar.

Falamos que os educandos são co-autores do processo educativo, sem dúvida se constituiu em um avanço; permitir, porém, que ele seja sujeito pleno desse processo, implica minar as relações constituídas e ainda muito arraigadas em nosso cotidiano. Refletir criticamente sobre o assunto é, ao meu ver, fundamental aos que se propõem ser GEÓGRAFO-EDUCADOR.

Tenho perfeita consciência de que a estrutura político-educacional

hoje existente, constitui um forte entrave para a plena materialização de um projeto político pedagógico de caráter emancipatório que deve alicerçar a prática docente do GEÓGRAFO-EDUCADOR. Por conta disso, advogo a idéia de que esse novo profissional da Geografia não pode, de maneira alguma, se esquivar de atuar politicamente também em momentos organizativos, sejam os de âmbito mais gerais, sejam os dos profissionais da educação. O GEÓGRAFO-EDUCADOR deve fortalecer a luta pela gestão democrática do sistema escolar, engajar-se na luta pela implementação de uma educação verdadeiramente popular, bem como participar também da luta por sua valorização enquanto categoria profissional.

Para finalizar, quero reforçar a idéia presente neste texto de que, somente com a formação desse profissional da Geografia que venha ser de fato um GEÓGRAFO EDUCADOR, conseguiremos verdadeiramente ensinar uma geografia que contribua para que o educando adote/desenvolva uma postura crítica frente à realidade, uma geografia "(...) comprometida com o homem e a sociedade, não com o homem abstrato, mas com o homem concreto, com a sociedade tal qual ela se apresenta, dividido em classes com conflitos e contradições. E contribua para a sua transformação" (OLIVEIRA, 1993:18).

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Rosângela D. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia. **Revista Terra Livre** Nº 8. Prática de Ensino em Geografia. São Paulo: AGB - Marco Zero, 1991.
- DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FAUNDEZ, Antonio. **O poder da participação**. São Paulo: Cotez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época - 18)
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Análise das práticas de formação do educador: especialistas e professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, V - 68, Nº160, Set/Dez, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 10ª ed.
- _____. **Professora sim, tia não (cartas a quem ousa ensinar)**. São Paulo: Olho d'água, s/d, 2ª ed.
- GÓMEZ, Angel Pérez. O pensamento prático do professor - A formação do professor como profissional reflexivo. in: Nóvoa, António (org) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992 (Temas de Educação - 1).

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 5ª ed.
- LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.
- MARQUES, Mário Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí: Edit.Unijui, 1992 (Coleção Educação - 13).
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia?** São Paulo: Brasiliense, 1987, 8ª ed. (Coleção Primeiros Passos).
- MORAES, Antonio Carlos R. **A Gênese da geografia moderna**. São Paulo: HUCITEC - EDUSP, 1989.
- _____. **Geografia - pequena história crítica**. São Paulo: HUCITEC, 1990, 9ª ed.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira in: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.) **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando o Ensino).
- _____. **A ciência geográfica moderna e o seu ensino**. São Paulo, 1993 (mimeo).
- PEREIRA, Raquel M.F. do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A formação inicial do professor de geografia. in: PICONEZ, Stela C. B. (org.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papirus, 1991.
- RESENDE, Márcia S. **A geografia do aluno trabalhador - caminhos e descaminhos para uma prática de ensino**. São Paulo: Loyola, 1986 (Coleção Educação Popular).
- SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na escola**. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. c VLACH, Vânia. **Geografia crítica: uma nova proposta para o ensino da geografia - subsídios para o professor**. Mimeo.
- VLACH, Vânia. Ideologia do nacionalismo patriótico. in: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org.) **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando o Ensino).

RESUMO

O artigo analisa o ensino da disciplina Geografia nas escolas de 1º e 2º graus brasileiras. No primeiro momento, é caracterizado o modelo tradicional de Geografia escolar atualmente em crise; em seguida é demonstrada a transformação paradigmática que está se dando no ensino dessa disciplina. Finalmente, chama-se atenção para a necessidade da formação de um profissional denominado pelo autor de GEÓGRAFO-EDUCADOR, capaz de atuar de forma competente, com o ensino de uma concepção crítica de Geografia.

ABSTRACT

**The Teaching of Geography at Schools
and Geograph-Educator Formation**

This paper analyses the teaching of Geography in primary and secondary schools in Brazil. The traditional model of school Geography, currently in crisis, is characterized and then, the paradigmatic transformation which is occurring in the teaching of this subject is demonstrated. Finally, attention is called on the necessity to form a professional - called "Geograph-Educator" by the author - competent enough to deal with the teaching of a critical conception of Geography.

Palavras-chaves: Geografia Escolar; Geógrafo-Educador; Prática Pedagógica; Modelo de Racionalidade Técnica.

Key-words: Geography teaching, geographer-educators, pedagogical practice

LICENCIANDOS DE GEOGRAFIA E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O "SER PROFESSOR"

Nidia Nacib Pontuschka*

Os estagiários de Prática de Ensino da FEUSP vêm observando e relatando o verdadeiro vácuo existente entre os debates teóricos da Geografia, dos eixos temáticos apresentados para o ensino no 1º e 2º graus e a realidade do ensino da Geografia em sala de aula.

Antes de iniciarem o estágio, as turmas de 1990/91 responderam a um questionário sobre o que é "ser professor". Na tabela apresentada abaixo, aparece uma síntese das respostas dadas pelos estudantes, permitindo que se tenha uma idéia do perfil do conjunto dos licenciandos.

ALUNOS DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA I - LICENCIATURA
USP - FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TURMAS DE 1990 e 1991

ORIGEM (nascimento)		
	Nº	(%)
CAPITAL	65	66,3
GRANDE SÃO PAULO	7	7,2
OUTROS ESTADOS	9	9,2
OUTRO PAÍS	1	1,0
TOTAL	98	100,0

FAIXA ETÁRIA	FORMAÇÃO 1 e 2 graus	
	Nº	(%)
21 a 25	47	48,0
26 a 30	37	37,7
31 a 35	9	9,2
+ de 36	5	5,1
TOTAL	98	100,0
	FORMAÇÃO 1 e 2 graus	
	Nº	(%)
	PÚBLICA	61 62,3
	PRIVADA	34 34,7
	PÚBLICA E PRIVADA	3 3,0
TOTAL	98	100,0

*Profa. de Prática de Ensino de Geografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Bacharelado - Licenciatura			Profissão Atual	
Nº de anos Geografia	Nº	(%)	Nº	(%)
menos de 5	3	3,1	Professor	30 30,6
5 e 6	49	50,0	Bolsista	29 29,6
7 e 8	24	24,5	F. Público	8 8,2
9 e 10	9	9,2	Outras	19 19,4
mais de 10	12	12,2	Desempregado	10 10,2
sem resposta	1	1,0	P. Domésticas	2 2,0
TOTAL	98	100,0	TOTAL	98 100,0

As representações, apesar de diversificadas, puderam ser classificadas em três grupos. Alguns alunos colocaram, de forma genérica, apenas o que pensavam sobre o "ser professor"; outros, especificaram as características do professor de Geografia e o terceiro grupo, integrou a figura do educador à do professor especialista em Geografia.

A identificação das representações dos licenciandos e de sua gênese sobre o "**SER PROFESSOR**" podem permitir uma avaliação da formação inicial a que vêm sendo submetidos na universidade e a compreensão da diferença existente entre essa formação e a realidade profissional do professor.

Para Serge Moscovici, que estuda as representações do ponto de vista da psicologia social:

Não se pode compreender nada sobre as comunicações no ensino e nas ações coletivas se não se compreende porquê e como se formam as representações.

(...)As representações conscientes ou inconscientes, oficiais ou livres, intelectuais ou reais como se incorporam aos objetos e os conduzem. Compreendê-las, é compreender como o espírito concebe as relações e as instituições, já que cada relação e instituição comporta imagens e noções que somente as expressam, porém, desempenham o papel de controle social, servindo para ordenar as pessoas e selecionar as coisas¹.

Ser Professor

A maior parte dos licenciandos encontrava-se neste grupo onde se destacavam as qualidades pessoais do professor, a importância da relação aluno e professor e a maneira como trabalham com o conhecimento.

Com maior frequência e ênfase apareceram as qualidades pessoais para um verdadeiro profissional:

¹ MOSCOVICI, Serge. "As Representações Sociais". In *Seconde Rencontre Nationale sur la Didactique de l'Histoire et de la Géographie - Actes du Colloque*. Paris, INRP, 1987, p.34.

(...)constantemente atualizado, assíduo leitor, bem-humorado. Vale a pena explicar o bem-humorado significa "vivo", alegre, pois, a meu ver, as crianças precisam de todo sorriso que podemos dar.

(...)aquele que encara o ensino como um sacerdócio; visto que se não for dessa forma ele não sentirá o menor estímulo (vide situação financeira para citar um).

(...)Muita sensibilidade, imaginação e respeito ao aluno, entre outras coisas, e, principalmente, muito carinho pelas coisas da educação, além claro, da inevitável consciência política. (...)

Os alunos revelaram certos valores que os estudantes somente podem encontrar no plano ideal, mas não no real. Viam a figura do professor não como um profissional, mas como um abnegado. Talvez esse ideário tenha surgido do seu oposto. O professor não é colocado como um ser humano com suas características de personalidade, sua história de vida, como um trabalhador da educação e também com a sua maneira de ser professor.

No entanto, houve depoimentos que demonstraram um certo amadurecimento em relação ao professor:

(...) quanto ao modelo, eu não acredito muito nesta possibilidade, pois eu já considerei o ideal uma coisa muito diferente do que penso agora. Não tenho idéia, acredito que, se eu tivesse um modelo de bom professor tentaria me aproximar dele e, assim continuar lecionando Geografia.

Nessa reflexão o licenciando demonstrou ter "medo" dos modelos, por saber que a vida apresenta-se de um modo extremamente dinâmico e contraditório, em que tudo muda, e mudamos nós também assim como a nossa maneira de ver o mundo. Essa resposta é rica de conteúdo e de reflexão, pois se extrapolarmos para o contato desse professor com o aluno, certamente ele não desejará criar modelos de aluno ou rotulá-los como o aluno brilhante, o aluno burro, o aluno marginal etc.

Alguns tomaram como parâmetro, professores ou a si próprio e colocaram um tipo de formação de professor que existiu no passado e que hoje se apresenta como minoria:

(...) Seria aquele que viajou muito, leu muito, foi formado em uma boa universidade, que seja humilde, dizendo que cada vez está aprendendo mais.

As condições salariais e de trabalho do professor no Brasil o colocam nas camadas mais pobres da população, onde as viagens, quando ocorrem, são esporádicas; os livros não didáticos quase um luxo e as universidades boas apenas para alguns poucos que a elas têm acesso.

Outra preocupação que aparece é a não transmissão de "ideologias".

Dificilmente um professor consegue ocultar a sua ideologia para uma classe de alunos. Ele expressa através de seu discurso, de sua relação com o aluno, do livro didático que escolhe ou não escolhe, das linguagens que utiliza em sala aula e da maneira como as incorpora em sua prática. No entanto, esse aluno ao falar em ideologia, está expressando o medo da doutrinação:

Seguro;

Consciente de seu trabalho;

Dominar os seus conhecimentos

e Não transmissor de "ideologias".

A relação aluno e professor também foi lembrada, pois alguns licenciandos consideraram negativa a sua experiência, como aluno de 1º e 2º graus, propondo para uma relação sadia entre professor e aluno, o contrário do que tiveram na escola:

O bom professor tem que ser o contrário dos que eu tive no ginásio e no colégio (o que nos mandava fazer cópias no final de tanta cansaça, fazer um questionário com relação à cópia e depois para completar só faltava eu decorar todas elas, para tirar um dez na prova).

Nesse depoimento, o aluno disse apenas querer o contrário, mas não o que realmente quer. Aliás, é mais fácil saber-se o que não queremos, sendo difícil dizer com segurança o que temos como expectativa. No entanto, alguns colocaram as suas representações:

(...) Um professor que acima de tudo (salário baixo, estrutura educacional castradora) goste do que faz, se respeite e respeite o aluno, os pais dos alunos e não se ache dono da verdade, compreendendo que o aluno chega à escola com um saber, e veja os pais e os elementos da sociedade como educadores. Que pelo menos tente construir os conceitos geográficos junto com o aluno e que acredite na sua própria criatividade, sensibilidade e na do aluno.

Os alunos enfatizaram o professor que gosta de lecionar, colocando como condição fundamental para a docência e sobretudo para uma boa relação entre aluno e professor. Valorizaram o professor que estabelece na classe, um diálogo, uma relação democrática, onde as "trocas" de idéias e experiências sejam facilitadas.

Esse diálogo pode com a "ajuda" do professor (não é o professor que leva o aluno, mas o ajuda a) proporcionar ao estudante sua elevação a patamares superiores na elaboração do conhecimento; no crescimento intelectual; na elevação do pensamento concreto para o abstrato.

Os estudantes, de modo geral, que fazem colocações sobre a relação aluno e professor, parecem considerar uma unidade, em que os dois agentes interagem de forma fechada, sem a influência de outros agentes, mas alguns

depoimentos demonstram que não é bem assim:

(...)goste do que faz, se respeite e respeite o aluno, os pais de alunos e não se ache o dono da verdade, compreendendo que o aluno chega à escola como um saber e veja os pais e outros elementos da sociedade como educadores(...)

Essa visão de que não é somente a relação fechada entre aluno e professor que conta, mas algo maior como a relação aluno e aluno; professor, aluno e aluno e o conhecimento vivido através das relações estabelecidas na família, acima de tudo, no trabalho, na Igreja e em outros espaços frequentados pelos jovens, de diferentes maneiras penetram no interior da sala de aula e merecem ser consideradas por se constituir em um coletivo para o qual o professor precisa estar atento ao desenvolver as práticas pedagógicas.

Nem sempre a literatura pedagógica considera esse coletivo dinâmico, que parte da riqueza do indivíduo, das diferenças culturais existentes entre eles e que, em um diálogo coletivo, vai produzindo conhecimento e a própria existência dos seres humanos:

(...) Em primeiro lugar um educador que tenha como objetivo a formação humana do aluno e em, segundo lugar, um educador que procure formar um cidadão que possa entender a realidade em que vive, para poder superá-la. Em terceiro lugar, educador que domine o conteúdo e saiba transmiti-lo.

Sobre o conteúdo, a maioria dos licenciandos mostrou a necessidade de seu domínio, mas divergia na forma de colocá-lo na ação educativa. Enquanto alguns afirmaram que o conteúdo transmitido pelo professor poderia levar o aluno a uma visão crítica, poucos falam sobre a construção dos conceitos que dizem respeito à Geografia, junto com o aluno. Este constituiu-se em um dos aspectos a ser trabalhado com os licenciandos porque ainda muitos deles têm a noção de que o ensino é tão somente transmissão de conteúdos, mesmo quando falam sobre a necessidade de formar cidadãos críticos, os métodos estão ausentes do processo educativo.

Ser Professor de Geografia

As correntes de pensamento da Geografia foram lembradas pelos alunos, às vezes identificadas nominalmente e às vezes por suas características:

(...)Um bom professor de Geografia não deve se ocupar em passar a "Geografia Tradicional" deve mostrar que a construção do espaço humano é uma atitude (ação) que pode ser praticada por qualquer um. Deve também mostrar ao aluno a sua situação na sociedade e o porquê dela. Enfim deve muito mais instigar o aluno a pensar do que reproduzir o que é visto.

Este aluno já se preocupou com a especificidade da Geografia. No

entanto, não explicou a razão pela qual o professor não deve passar a Geografia Tradicional, o que seria importante ser esclarecido. Que Geografia ele deveria passar? O seu discurso é contraditório, pois falou em "mostrar" dando a idéia de que é o professor quem, através do discurso, mostra ao aluno o que fazer, o que pensar. No final, colocou o seguinte:

(...) muito mais instigar o aluno a pensar do que reproduzir.

Aí houve certa preocupação com o papel da escola e do professor, ou seja, ensinar o aluno a pensar, a refletir sobre sua situação de vida, sobre sua história, sobre seu espaço...

Professor que trabalha com a realidade do aluno, que parte da relação sociedade-sociedade para que se entenda sociedade-natureza.

Um professor que "passe" para os seus alunos uma visão crítica da sociedade com o meio ambiente, interpretando e analisando estas relações.

Alguns destacaram a importância do saber que o aluno leva para a classe como ponto de partida para desenvolver o trabalho sistematizado com a Geografia.

Um indivíduo que saiba aproveitar os conhecimentos pré existentes dos alunos para utilizá-los como meio de análise e construção da visão de homem, de sociedade, de mundo.

O licenciando demonstrou a preocupação em tomar consciência do saber que o estudante traz consigo, seja adquirido informalmente seja, um saber mais elaborado, mais refletido. O educador que tem essa preocupação certamente poderá desempenhar o seu papel a fim de auxiliar o aluno a superar o pensamento concreto e alcançar a abstração.

Parte dos licenciandos têm consciência que devem estimular seus alunos a se assumirem como sujeitos que conhecem e que podem, em cima daquele acervo cultural dos alunos, acrescentar outros com o auxílio do professor por meio de práticas pedagógicas.

A esse respeito Paulo Freire assim escreveu:

Se você tem uma posição política reacionária, não há dúvida de que o papel do educador é ensinar e do educando é ser ensinado; se a sua opção política é uma posição transformadora e se você é coerente com sua opção - porque esse é outro problema sério que devemos examinar, pois a partir da opção o educador tem que lutar para alcançar um limite razoável de coerência entre o discurso sobre a opção e a prática que viabiliza o sonho contido nela - se é substantivamente democrática, você não renuncia a seu trabalho de educador; você se afirma nele e desafia o educando a assumir-se como sujeito do processo de conhecer²

² INSTITUTO PICHON-RIVIÈRE DE SÃO PAULO. O Processo Educativo Segundo Paulo Freire & Pichon-Rivière. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1987.

Como o licenciando colocou "relação sociedade-sociedade" poderíamos traduzir de outra forma, partir das relações sociais (homem-homem), para entender as relações dos homens com a natureza, essa é a postura da maioria dos pesquisadores que atualmente analisam o espaço geográfico.

As diferentes leituras do espaço geográfico também são valorizadas: *Um bom professor de Geografia deve ser capaz de mostrar aos alunos que existem várias formas de encarar a mesma realidade; a realidade que está em torno deles também é Geografia e ajudá-los a buscar sua própria maneira de decifrá-la.*

Ao demonstrar diferentes formas de ver a realidade, este depoimento está negando a visão única do mundo, pois ela pode sofrer leituras diferentes de acordo com o sujeito que a analisa. Depende da classe social a que pertence, da cultura que possui, da história de vida que percorreu, na qual as oportunidades se apresentaram ou não, das ideologias que influenciaram a sua caminhada.

Em muitos depoimentos os alunos de diferentes maneiras usam e até mesmo abusam da noção de realidade. Por essa razão vamos refletir um pouco sobre ela, aproveitando-nos do que escreve Marilena Chaui a respeito do real: *Nossa experiência direta e imediata nos leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam naturais ou humanas), isto é, de objetos físicos, psíquicos, culturais oferecidos a nossa percepção e às nossas vivências. Assim, por exemplo, costumamos dizer que uma montanha é real porque é uma "coisa". No entanto, o simples fato de que essa "coisa" possua um nome, que a chamemos "montanha", indica que ela, pelo menos, é uma "coisa-para-nós", isto é algo que possui um sentido em nossa experiência³.*

Chaui, em suas reflexões, ainda demonstrou que, para uma sociedade politeísta, para a qual os deuses moram em lugares altos, a montanha já não é uma coisa: é a morada dos deuses. Para um empresário que compra uma área da montanha para explorar o minério de ferro "a montanha não é uma coisa, mas capital". Assim, também para o trabalhador, a montanha é o local de trabalho.

Desse modo o físico-material entrelaça-se com a significação: "...aquilo que chamamos coisa sempre é um campo significativo."

A reflexão de Chaui contribui para elucidar a afirmação do licenciando sobre as diferentes formas de representações e dos significados de aspectos da realidade, podendo o professor auxiliar o aluno na compreensão das contradições, que muitas vezes, são percebidas como naturais.

De diferentes formas os alunos expressaram a preocupação com a realidade quase sempre relacionada com a sociedade e a natureza, embora em relação à última nem sempre se refram explicitamente. A natureza está implícita em outros termos, tais como, ambiente, meio ambiente (estes usados com

³ CHAUI, Marilena. O que é ideologia? 22a. ed. São Paulo, Brasiliense, Loyola, 1986, p.18.

freqüência); acontecimentos físicos: Geografia Física; meio natural etc.

A presença da dualidade entre Geografia Humana e Geografia Física ainda está presente, o que demonstra a dificuldade de ruptura com esse dualismo mesmo por parte de alguns alunos da Universidade de São Paulo, em que a pesquisa geográfica produzida e relacionada com outras ciências afins vem tentando superar.

Os licenciandos demonstraram preocupação com a relação tempo-espço, colocados em um contexto para a compreensão do espaço geográfico:

(...) aquele que entendendo o contexto de sua comunidade e a imposição governamental, pode oferecer alternativas a ele (ao aluno), que lhe abram a visão (espço) e os inclua no tempo.

O licenciando reconheceu a importância de trabalhar com as noções de tempo e de espaço, no interior de um contexto mais amplo, reconhecendo também os limites que hoje se colocam para um bom trabalho na escola pública, diante da realidade perversa vivida, de modo geral, por alunos e professores, que impõe obstáculos a um trabalho criativo. Hoje não basta ao professor saber apenas Geografia, Matemática, Biologia para ser um bom mestre, ele necessita conhecer criticamente este espaço social chamado ESCOLA, no sentido das brechas que têm para avançar no processo de educação e os limites impostos pelas diferentes esferas de poder, onde predomina a governamental, que sempre na História do País teve maioria de representantes das elites brasileiras⁴.

A consciência das contradições do espaço ESCOLA pode promover uma ruptura no caráter mecânico e autoritário da Educação com a crítica ao autoritarismo governamental, que, muitas vezes, impõe as regras do jogo sem que os agentes sociais envolvidos no ambiente escolar possam analisá-las com maior profundidade. Os licenciandos querem assim a realização de um trabalho conseqüente, auxiliando o aluno a "ver melhor", conhecer melhor o espaço escolar, para nele poder atuar com responsabilidade.

No sentido da neutralidade ou do compromisso do professor, cabe aqui registrar as palavras do sociólogo Florestan Fernandes:

Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela, democrática ou totalitária. Todos os regimes manipulam⁵.

O professor, ao unir os papéis de cidadão e de profissional, certamente realizará um trabalho relevante: os alunos terão a possibilidade de se tornarem atores de seu próprio aprendizado, inserindo-se no espaço social, analisando-o no conjunto do movimento da sociedade, construindo assim o seu espaço e

também a sua história.

Nessa perspectiva, o professor de Geografia, por ser um questionador do espaço construído pelas diferentes sociedades humanas, pode ter um papel fundamental ao auxiliar o aluno na sua compreensão e no seu questionamento, tentando levá-los a uma identificação com o seu próprio espaço e a um compromisso com a superação das desigualdades sociais que, de diferentes maneiras, estão expressas até mesmo visualmente na paisagem e ir a busca de caminhos para superá-las.

A busca de caminhos será possível se o aluno fizer uma reflexão aprofundada do espaço vivido. Esse será um referencial para a compreensão de outros espaços e das relações de interdependência estabelecidas entre eles.

Há ainda os estudantes que conseguem ver o bom professor naquele que é capaz de extrair da reflexão do aluno os temas de estudo:

Aquele que se preocupa em buscar no aluno a temática para o curso em sala de aula e não se prende completamente aos padrões e planos anuais de ensino.

Com essa perspectiva, seria pertinente a análise que Márcia Spyer Resende realizou em seu livro "A Geografia do Aluno Trabalhador", no qual tomando as histórias de vida de seus alunos adultos, valorizou o espaço real de cada um deles, levando-os a refletir sobre o espaço como integração natureza-trabalho. O ESPAÇO COMO PRODUTO DA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO: discutiu a questão urbana, a luta pela moradia, o espaço político etc., passando da análise do espaço vivido e bem refletido para o espaço não vivido. Assim, afirmou Spyer:

(...) não são os dados da Geografia que ensinamos na escola, não são as categorias da Geografia escolar que servem de referência ao espaço "desconhecido", o saber acumulado sobre o "espaço real" que fornece os padrões de inteligência e valorização do espaço ignoto⁶.

Spyer partiu do saber que o aluno do noturno trazia sobre o espaço, não ignorando que o adulto, apesar de ser considerado analfabeto ou com pouco conhecimento, passou por experiências de vida no trabalho, nos deslocamentos que realizou no interior de uma mesma cidade ou entre cidades e regiões. Esse conhecimento adquirido pelo aluno precisa ser apreendido pelo professor comprometido com o aluno e com os objetivos educacionais permitindo o avanço intelectual do estudante, no sentido de que ele tenha instrumentos teóricos para a conquista da sua cidadania.

Embora não tenha sido a regra, houve críticas ao uso do livro didático quando considerado COMO NORMAL e aceito pela grande maioria dos professores, inclusive pelos pais e alunos:

⁶ RESENDE, Márcia Spyer. A Geografia do Aluno Trabalhador. São Paulo, Loyola, 1986, p.156.

⁴ FLORESTAN, Fernandes. "A formação política do professor". In Universidade Escola e Formação de Professores. São Paulo, Brasiliense, 1986.

⁵ FLORESTAN, Fernandes, São Paulo, 1986, p.22.

Utiliza material didático: mapas, maquetes, globo; realiza excursões didáticas; traz atualidades para a sala de aula; não se prende ao livro didático, o que é o normal.

Torna-se importante destacar que os estudantes consideraram o uso de linguagens diferentes em aulas como enriquecedor e facilitador do ensino-aprendizagem da Geografia.

Em um dos depoimentos houve ênfase sobre a importância do professor especialista, crítico, pesquisador e que vem acompanhando o dinamismo do pensamento geográfico:

Domina o conteúdo de conhecimentos geográficos de sua especialidade; crítico em relação a tal conteúdo; produz (faz pesquisa) geográfica e está atualizado (participa) quanto à Geografia contemporânea.

Esta resposta integra dimensões importantes a serem consideradas para que os professores que, ainda não deram, possam dar um verdadeiro salto qualitativo em seu trabalho porque aparece em um crescendo: o domínio do conhecimento geográfico produzido historicamente; a crítica em relação a esse conhecimento agora embasado em outros referenciais teóricos; a produção em Geografia através de pesquisa, (aqui considera que o professor de 1º e 2º graus também pode e deve ser um pesquisador) e a sua participação nos movimentos de comunicação dos resultados mais recentes da pesquisa geográfica ou de projetos em que ela é enriquecida⁷.

Ser Professor e Ser Professor de Geografia

Existem licenciandos que não separam o "ser professor" do "ser professor de Geografia", colocando as duas dimensões de forma integrada:

Com relação especificamente ao professor de Geografia, sua constante atualização do que ocorre no mundo, a partir da leitura de jornais ou outros meios, além de alto grau de "conscientização" e engajamento político parecem essenciais.

(...)É aquele que se preocupa em relacionar o que ele leciona com o que

⁷ Considero como professor pesquisador aquele que está permanentemente estudando, acompanhando as correntes de pensamento de sua própria disciplina, da psicologia e da educação; realizando propostas pedagógicas junto com seus alunos que atendam às necessidades imediatas e mediatas do aluno no interior da sociedade; avaliando continuamente o trabalho pedagógico, registrando-o e divulgando-o na escola, nos meios científicos e nas publicações a que tem acesso. O professor pesquisador desempenha ao mesmo tempo dois papéis: o de professor de uma disciplina específica e o de pesquisador que, como sujeito, conscientemente coloca a sua prática pedagógica como objeto de pesquisa. Esse professor certamente terá maior facilidade de ingressar os alunos na metodologia da sua disciplina, evitando que o estudante permaneça na repetição mecanicista de conteúdos fechados.

acontece no dia-a-dia de cada um não apenas no livro didático. É aquele que se preocupa em desenvolver em seus alunos o espírito crítico e não fazer com que decorem coisas que não contribuirá em nada para o seu crescimento intelectual.

Há alunos que ao falar das várias dimensões do bom professor demonstraram verdadeira paixão pela Geografia:

(...)É aquele que faz com que, para os seus alunos, a Geografia seja a matéria mais interessante e importante do mundo. É aquele que ensina a matéria sem que o aluno perceba que está aprendendo, mas que nunca esqueça este ensinamento, ele deve ter uma visão internacionalista ao tratar de ciência geográfica. Amar e se dedicar a essa ciência maravilhosa.

(...)O bom professor (...) gosta do que faz e acredita no desenvolvimento do potencial do aluno; em Geografia é aquele que também dá a vida à disciplina tornando parte do cotidiano do aluno, utilizando-se de métodos que não sejam somente a leitura de livros.

É gratificante saber que alguns alunos da Licenciatura (em um grupo de 98) expressem paixão pela Geografia, pois a vida moderna vem cada vez mais fazendo com que as pessoas realizem análises frias sobre as ciências, sobre os problemas que estudam, tal qual muitos concebem que se deva falar sobre a ciência. Esse verdadeiro sentimento afetivo pela Geografia é importante, porque certamente será passado para os jovens. Os seus alunos terão diante de si um professor que acredita no valor científico de sua disciplina para a formação do educando, podendo contribuir para fortalecer o seu papel de cidadão. No entanto, não se pode esquecer que a Geografia é uma das disciplinas no conjunto das demais, sendo essa pluralidade importante na faixa etária em que os alunos se encontram, pois o leque de opções oferecido vai permitir que ele faça suas escolhas em relação à trajetória de vida. A Geografia é importante mas não é a única. Um dos alunos assim se expressou:

(...)Não achar que a Geografia é a solução para o entendimento do mundo.

Embora se possa concordar com o aluno que a Geografia não é a solução, essa disciplina pode contribuir para ampliar a compreensão do mundo e da situação no interior da sociedade, se o professor entender as razões da sua inclusão histórica no Ensino Fundamental e Médio.

Que professor de Geografia seria desejável para ensinar Geografia na Escola Pública?

Sendo o professor de Geografia também um educador, que tipo de trabalho pedagógico poderá desenvolver em uma sociedade onde existem percentuais elevados de crianças e adolescentes em idade escolar, onde os direitos

dessa população jovem são vilipendiados; as desigualdades acentuadas, em uma economia mundializada em que o país com uma das maiores dívidas externas tem sua vida política e econômica dependendo de decisões alienígenas em convivência com as elites do próprio País.

Sobre esses problemas do Brasil, Milton Santos assim se expressou ao escrever sobre a elaboração brasileira do "não-cidadão", nos últimos trinta anos:

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia finalista da existência e entroniza o egoísmo como lei superior; porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário⁸.

O trabalho do professor diante do contexto em que vive a sociedade brasileira retratado por Milton Santos é assustador, porque a questão da degradação da escola aparece no meio de problemas extremamente complexos, envolvendo as instituições e os indivíduos que podem em um primeiro momento até paralisar a ação do professor. No entanto, essa é uma forma de imobilismo na qual o professor não deve adentrar, o professor precisa realizar suas opções.

Paulo Freire assim se expressou:

(...) o educador tem que se definir de que lado ele está, se a serviço da minoria dominante ou a serviço da maioria das classes dominadas⁹.

Páulo Freire preocupou-se com o professor que fez a opção pela maior parcela dos jovens das classes de baixa renda da população: que se colocou como compromisso contribuir com o seu trabalho para aumentar a consciência de seus alunos sobre os problemas vividos, pensando em conseguir alguns avanços em relação às mudanças sociais que permitissem uma distribuição menos perversa da renda com maior justiça social.

Assim como Paulo Freire, pode-se acreditar que não cabe à escola realizar a transformação da sociedade mas, sem que a educação escolar seja praticada de forma democrática, o conjunto da sociedade demorará muito mais para mudar. O educador tem um papel político e social em cada uma das

temporalidades históricas e deve buscar no contexto atual como desenvolver a sua prática em uma direção comprometida com as gerações atuais e futuras.

Em reuniões e congressos, promovidos pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, por Secretarias de Educação, por Sindicatos de Classe, os professores de Geografia vêm demonstrando preocupação constante com a formação de um cidadão crítico, notando-se sempre melhorias no processo educativo.

Quaisquer das propostas curriculares elaboradas pelas Secretarias de Educação ou mesmo em Projetos de Ensino das Escolas Públicas sempre aparece como meta, ou como um dos objetivos principais da Geografia e da História a expectativa de formar o cidadão. Aqui torna-se importante lembrar que o cidadão não se forma apenas na instituição escola (...) Há outras instituições e movimentos sociais também responsáveis por tal formação. Mas pode-se construir a partir da escola algo de importante. Os professores de História e Geografia que trabalham com o tempo e o espaço, com a História das Sociedades e da Natureza precisam estar permanentemente atentos a essa questão.

Florestan Fernandes refletindo sobre a História da Educação após a República lembrou afirmações feitas por eminentes educadores e comentou os seus discursos:

Anísio Teixeira fala, com acerto que com a implantação da República, a educação deixou de ser uma educação dos príncipes para ser uma educação da massa dos cidadãos. (Segundo Florestan). É uma afirmação teórica, abstrata. Na verdade, a massa de cidadãos continuou a ser ignorada como antes mas a República criava esta obrigação para o Estado e criava para o professor a necessidade de ser um agente de ação, que ia além daquilo que as elites culturais, econômicas e políticas estavam dispostas a admitir¹⁰.

Com isso Florestan Fernandes reafirma que mesmo com educadores ditos progressistas como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo interferindo na Política Educacional do MEC e do Estado de São Paulo, durante a primeira metade deste século, eles não atingiram a maior parte da população, apenas no caso paulista tentaram promover conquistas na área da educação e cultura, compensando o poder político que o Estado havia perdido na década de 30.

Que perfil deveria ter um professor de Geografia para que a disciplina auxiliasse o aluno a constituir-se como cidadão, dando oportunidade para que ele pudesse conhecer melhor as relações que se estabelecem no interior da sociedade em que vive e na relação que esta mesma sociedade tem com outras, uma vez que as relações políticas e econômicas estão hoje mundializadas.

Como encaminhar um trabalho pedagógico na disciplina Geografia que permita ao aluno assumir posições diante dos problemas que enfrenta ou

⁸ SANTOS, Milton. 1986, p.12-13.

⁹ Paulo Freire, em diferentes palestras e escritos realizados após a volta do exílio, início da década de 80, fez a afirmação acima mencionada.

¹⁰ FERNANDES, Florestan. 1986, p.20.

enfrentará no âmbito da família, do trabalho, da escola e de quaisquer das instituições da qual participa ou que poderá vir a participar, aumentando o seu nível de consciência sobre as suas responsabilidades e os seus direitos sociais?

De que maneira o professor especialista em Geografia poderá se integrar na escola com os companheiros para realizar um trabalho pedagógico de relevância para o próprio aluno?

"O docente domina o conhecimento geográfico a ser ensinado". Essa é a primeira condição mencionada pela maioria dos licenciandos para que o professor desempenhe bem o seu papel. No entanto, o modelo que definia apenas a competência do professor pelo saber acadêmico está superado, pois há necessidade de outros requisitos para desenvolver bem a sua prática pedagógica. Conhecimentos na área da psicologia de ensino e aprendizagem; de história da educação; de história da disciplina geográfica; de linguagens e métodos a serem utilizados em sala de aula devem fazer parte do acervo cultural do professor de Geografia.

Pensando apenas no conhecimento geográfico, o professor precisa ser capaz de definir a validade científica desse conhecimento e, ao mesmo tempo, ter a consciência de que o objetivo da Geografia no ensino fundamental e médio não é a de formar geógrafos, pois os objetivos desses níveis de ensino não são os de formar profissionais, mas contribuir para a construção da cidadania, em uma sociedade tão desigual na qual se contesta até a existência de um cidadão.

A construção da cidadania como grande meta é extremamente difícil de ser realizada, pois na escola pública temos uma população numerosa, heterogênea do ponto de vista escolar e sócio-cultural - diferenças de idade, de valores, de hábitos, de origens sociais e culturais, na qual os preconceitos e as ideologias somente são superadas com muito trabalho por parte do conjunto dos professores. Conhecer os alunos e os saberes que trazem consigo é a primeira tarefa do professor de quaisquer disciplina.

O trabalho do professor do ensino fundamental e médio é complexa, pois, além de realizar a leitura do espaço geográfico ou dos espaços geográficos, precisa fazer a leitura da realidade específica de seus alunos e daquilo que estes conhecem sobre o espaço geográfico; compreender de onde se originaram tais conhecimentos, frutos da vivência, do senso comum, ou se possuem certos "conhecimentos" que podem se traduzir em "não conhecer" ou falso conhecimento.

Só então, o professor está apto a propor problemas de caráter geográfico desafiadores para a ânsia de conhecimento que a criança e o adolescente possuem, mas que muitas vezes não têm a oportunidade de externá-la na escola, devido às metodologias passivas utilizadas pelo docente.

Faz-se necessário questionar os conteúdos geográficos que estão sendo

ensinados e os métodos utilizados perguntando-se sempre se o saber ensinado está realmente a serviço do aluno-cidadão. Em relação a esse aspecto do ensino-aprendizagem da Geografia escreveu Marechal:

(...)problematizar os conhecimentos que servem de referência para o saber a ser ensinado. O saber deve ser bem compreendido como um "construto" em contínua constituição e redefinição entendido, como um produto histórico elaborado. O docente de Geografia deve ser capaz de mostrar como este saber inscreve-se em uma problemática bem definida¹¹.

O conhecimento produzido na Universidade, fundamentado em pesquisas de campo, de laboratório, bibliográfica e dominado pelo professor deve ser o instrumental teórico (matéria prima) a ser elaborada, recriada para transformar-se em saber escolar, ou seja, em saber a ser ensinado.

Marechal ao referir-se à transposição do saber acadêmico em saber a ser ensinado de acordo com as expectativas da instituição escolar assim se expressou:

(...) o saber que se torna objeto de ensino na escola não é o saber universitário simplificado, é um saber transformado recomposto, segundo um processo que trata de dominar ao máximo, evitando simplificações que deformam os conhecimentos ou que provocam desvios¹².

Marechal chamou a atenção do professor para a necessidade de escolhas no universo de conhecimentos estudados na Universidade e a necessidade de levar em conta a estrutura da própria disciplina, de rever e produzir um outro saber que considera a essência do pensamento geográfico e vai estudá-lo na essência com o público específico de alunos, considerando as faixas etárias, as classes sociais a que os alunos pertencem; as suas características, culturais e econômicas:

A transposição leva em conta a essência da estrutura da disciplina, de suas noções e conceitos estruturantes, de sua escolhas metodológicas e das exigências de se adaptar o vocabulário ao público endereçado, escolhendo as situações problemas e o nível de complexidade das soluções¹³.

Domínio do método de construção da Geografia

O domínio do método do geógrafo e das técnicas são condições

¹¹ MARECHAL, Jean. La Professionalité de l'enseignant: nouveau Sésame pour le système éducatif? In "La Formation aux Didactiques". INPR - Cinquième Rencontre Nationale sur les Didactiques de la Géographie, des Sciences Sociales, Paris, INRP, Mars 1990, p.40.

¹² MARECHAL, Jean. Paris, 1990, p.47.

¹³ MARECHAL, Jean. Paris, 1990, p.48.

indispensáveis para que o estudante possa construir o conhecimento geográfico. O docente de Geografia precisa propor atividades que desenvolvam o raciocínio geográfico, em alunos de 1º e 2º graus: como pensar o espaço geográfico, como dialogar com esse espaço a partir de referenciais apreendidos na pesquisa. O aluno precisa apropriar-se dos métodos de análise do espaço geográfico conhecidos e desenvolvidos pelos geógrafos. O domínio desses métodos por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio permite ao aluno a compreensão de espaços diferentes dos estudados no âmbito escolar, ou seja, o aluno apreende métodos de análise que podem ser aplicados a outros espaços em um mesmo tempo ou a espaços diferentes em outros tempos.

Há críticas às propostas curriculares prontas e até mesmo fechadas, pois o professor ao desenvolver seu trabalho pedagógico com a Geografia pode estar construindo o currículo na sala de aula e na escola junto com os docentes e alunos:

(...) sendo assim ela (Geografia) não deve ser ensinada através da mera transmissão de programas já prontos, em geral fragmentados e planejados arbitrariamente¹⁴.

Essa era a posição assumida pelos professores coordenadores de Geografia dos Núcleos de Ação Educativa, que objetivavam a construção do currículo pela escola, segundo pressupostos teóricos definidos pela SME de São Paulo.

Esse mesmo grupo propôs que os parâmetros a serem criados para a análise espacial fossem constituídos a partir da realidade objetiva do aluno:

As condições de existência dos próprios alunos e seus familiares são um ponto de partida que pode garantir que a compreensão do espaço geográfico se faça dentro de um processo que vá do particular ao geral e retorne ao particular. (...) Enfim, propiciar aos alunos a vivência de um método de trabalho que possa ser usado em diferentes situações, para que eles, gradativamente, adquiram autonomia no processo de produção do conhecimento, é um aspecto importante que o educador deve buscar¹⁵.

O domínio dos documentos geográficos

O Professor de Geografia precisa dominar os documentos diversificados que sustentaram a constituição do saber geográfico e que lhe deram validade científica: desde as pesquisas empíricas, os inventários e a sua divulgação pelos geógrafos responsáveis pela História da Ciência Geográfica

¹⁴ SÃO PAULO-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Geografia, Visão de Área, SME- São Paulo, 1991,

¹⁵ SÃO PAULO- SME Geografia, Visão de Área, 1991, p.12

até o instrumental utilizado na produção desse conhecimento, dos instrumentos mais convencionais como o mapa, a carta geográfica, o gráfico e a tabela até os mais recentes como os levantamentos dos espaços territoriais feitos por sensoriamento remoto e os recursos oferecidos pela Informática que no Brasil já começam a se expandir como auxiliares da pesquisa geográfica.

A utilização de diferentes linguagens na Geografia (obras literárias, cinema, fitas de vídeo, fotografias) pode auxiliar na compreensão e crítica da produção do espaço, se forem além do uso como mera ilustração.

A consciência da importância da escala em que se trabalha em Geografia é fundamental. Não se consegue trabalhar em apenas uma escala, ou se isso acontecer, o professor terá dificuldade de contribuir para que o aluno tenha a compreensão da totalidade da problemática espacial que está estudando. Se ele estiver trabalhando na escala mundial, sem correlação com os problemas espaciais que dizem respeito ao cotidiano do aluno, o estudo da Geografia pode permanecer no abstrato e o estudante não tem condições de compreender o seu próprio espaço. Se, ao contrário, estudar o espaço geográfico da cidade ou do bairro em que mora e sua relação com espaços de dimensões maiores pode chegar a explicações restritas não suficientes para a compreensão da totalidade daquele espaço.

Desse modo, o professor precisa ter consciência da escala que está fazendo Geografia com seus alunos: local, regional, nacional ou internacional, pois como vivemos em uma sociedade desigual do ponto de vista social e de economia mundializada esse aspecto torna-se importante, já que cada parcela do espaço geográfico não se explica por si mesma. Assim o estudo de qualquer parte da realidade não deve se restringir aos seus limites, mas estar inserida no interior de um contexto (social, político, econômico, espacial).

Sobre as diferentes dimensões do espaço geográfico Jean Marechal assim se expressou:

(...)jogo racional das escalas constitui a regra de ouro; compreensão entre os fenômenos da mesma escala; articulação entre as diferentes escalas¹⁶.

O educador precisa saber realizar a leitura analítica do espaço geográfico e chegar à síntese, criando situações no interior do processo educativo para favorecer as condições necessárias ao entendimento da Geografia como uma ciência que pesquisa o espaço construído pelos homens vivendo em diferentes tempos, considerando o espaço como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações que estabelece com a natureza nos diversos tempos históricos.

Um último aspecto a ser lembrado refere-se à busca da interdisciplinaridade, o que requer mudança na postura do professor de Geografia

¹⁶ MARECHAL, Jean. Paris, 1990, p. 20.

em relação a um trabalho que se aproxime das demais disciplinas, o que pode permitir o aprofundamento das noções e conceitos básicos sobre o espaço geográfico. A integração de temas e a relação de metodologias selecionadas pela própria escola que permitam um raciocínio sobre o espaço geográfico em interação com a História, a Matemática, a Literatura, a Biologia, a Química etc. permitindo a melhor compreensão da realidade do aluno, vista de um modo bastante abrangente, do local para o internacional e vice-versa vem sendo um dos métodos buscados por parcela dos professores de Geografia, junto aos seus colegas e alunos. Ainda é reduzido o número de escolas que ousaram se embrenhar em métodos interdisciplinares.

RESUMO

Este trabalho foi elaborado a partir dos resultados obtidos com a aplicação de questionários nas turmas de 1990/91 de Prática de Ensino de Geografia da FEUSP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), cujo objetivo era detectar as concepções dos entrevistados sobre o que é ser professor.

Detectou-se não só as representações que os entrevistados possuíam acerca do que é "ser professor" (onde foi por eles enfatizado as qualidades pessoais do professor, a relação professor-aluno e a maneira de trabalhar com o conhecimento), como também as que expressavam as opiniões sobre a especificidade de "ser professor de geografia".

O texto a partir das constatações obtidas, procura refletir sobre o perfil do professor de geografia desejável para atuar nas escolas públicas brasileiras. Finalmente, discute-se a importância do domínio do método geográfico e das técnicas como fator indispensável para uma efetiva aprendizagem dos conhecimentos geográficos.

ABSTRACT

"Geography Teaching Practice" students and idealizations of what it is to be a teacher

This paper was elaborated from the results of a questionnaires given to students on the 1990/91 classes of the "Geography Teaching Practice" subject at FEUSP (Faculty of Education - University of São Paulo). Our objective was to apprehend the conceptions the students have about being a teacher. We observed these conceptions (like the qualities a teacher should have, the ideal relationship between student and a teacher, and how a teacher should work to have a comprehensive knowledge contrution process in the classe), as well as other opinions on the particularity a Geography teacher. Starting from the data obtained on the survey, this paper discusses the desirable qualities of the Geography teacher for the Brazilian Public Schools. Lastly, it discusses the importance of the teacher's thorough control of the geographical methods and techniques as an indispensable factor for an effective learning of Geography.

Palavras-chaves: Representação - Métodos e técnicas da aprendizagem - Conhecimento geográfico - Professor de Geografia

Key-words: Representations - Methods and techniques of apprenticeship - Geographical knowledge - Geography teacher

O NOVO PAPEL DA ESCOLA E DO ENSINO DA GEOGRAFIA NA ÉPOCA DA TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

*José William Vesentini**

I. Introdução

Nova ordem mundial, globalização, terceira revolução industrial ou revolução técnico-científica, multipolaridade, sociedade pós-capitalista, competição econômica e tecnológica no lugar da rivalidade político-militar... Todas essas temáticas ou idéias podem ser encontradas atualmente com grande frequência nos meios acadêmicos e até na mídia. A respeito delas existem diversas leituras, controvérsias, usos alternativos. Mas fundamentalmente elas se entrecruzam e dizem respeito aos anos 90 e ao início do século XXI. Século XXI que talvez já tenha começado, pois na interpretação do historiador inglês Eric Hobsbawm o século XX curto ou breve iniciou-se em 1914 e terminou em 1991, e na perspectiva do economista norte-americano Lesler Thurow o século XXI começou em 1993, quando os Estados Unidos pela primeira vez em mais de cem anos deixaram de ser a maior potência econômica do globo, fato que ocorreu a partir do momento em que os países membros da antiga CEE ratificaram o Tratado de Maastricht e criaram a União Européia.

Não vamos nos alongar a respeito da nova (des)ordem mundial ou das mudanças no mapa-mundi, inclusive porque já o fizemos numa obra bem mais extensa¹. O que pretendemos enfatizar são as mudanças econômico-sociais decorrentes da chamada terceira revolução industrial e seus impactos na força de trabalho e conseqüentemente na escola e no ensino da geografia. É evidente, no entanto, que essa temática insere-se na nova ordem mundial e em especial nas perspectivas para o século XXI, que mesmo tendo já começado encontra-se ainda num estágio embrionário ou de desenvolvimento inicial.

* Professor Assistente Doutor no Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.

¹ Cf. VESENTINI, J.W. *A nova ordem mundial*. São Paulo, Ática, 1995, Col. Geografia Hoje.

Também não iremos, principalmente pela falta de espaço, tematizar o *porquê* das mudanças econômico-tecnológicas e sociais, e estamos partindo do pressuposto que todos os aspectos do social estão interligados, com redes de influências recíprocas, embora não seja possível fixar aprioristicamente que um desses fatores (“as forças produtivas”, por exemplo, ou as “relações de produção”, tal como nos dizeres da cartilha marxista-leninista) seja sempre o determinante ou a mola propulsora frente aos demais. O fato de enfatizarmos mudanças econômico-tecnológicas para entendermos as transformações que vêm se operando no sistema escolar não significa que essas mudanças sejam autônomas nem que elas caminhem sempre em primeiro lugar. Pelo contrário, pensamos que elas só ocorrem porquê determinadas condições políticas e até culturais as permitem ou inclusive as incentivam. Mas não iremos aqui e agora nos ocupar dessa complexa questão das relações de poder e dos valores societários que dão origem à inovação tecnológica.

II. A primeira revolução industrial e o sistema escolar

O sistema escolar público e obrigatório para as massas populares é em grande parte fruto da primeira revolução industrial, aquela que se iniciou na Inglaterra em meados do século XVIII e prosseguiu até o final do século XIX.

A primeira revolução industrial foi marcada pela hegemonia inglesa, pelo carvão como principal fonte de energia e pela grande concentração da atividade industrial em termos do espaço mundial. As principais indústrias foram as têxteis e de bens de consumo não duráveis. Ela criou a divisão internacional do trabalho entre as nações exportadoras de bens manufaturados e as outras, a maioria, exportadoras de matérias primas com preços sensivelmente inferiores aos primeiros. A indústria moderna, nascida com a primeira revolução industrial, acolheu as massas trabalhadoras que migravam do campo para as cidades: mas essas ressociação das massas teve como suportes novos valores (de tempo, espaço, de felicidade, de futuro desejável etc.) e também novos hábitos, e eles necessitaram de uma nova instituição para serem reproduzidos às novas gerações - a escola pública, ou, pelo menos, a escola submetida a um controle estatal.

A escola implantada no final do século XVIII e principalmente no século XIX, inicialmente nos países europeus e em alguns outros (Estados Unidos e Japão) que também acompanharam a industrialização clássica no século passado, foi uma instituição voltada para enaltecer o nacionalismo (pois a idéia de “mercado nacional” ganhava força e impulsionava as mudanças político-territoriais que criaram ou consolidaram os Estados-nações) e para implantar um novo sistema de valores adequados à sociedade mercantil, produtora de

mercadorias. Tempo como valor de troca (“se gasta e não mais se vive”), espaço como lugares geometrizados e fixados por uma divisão do trabalho, um mínimo de matemática (afinal se mexia cada vez mais com dinheiro, com contas), um idioma “pátrio” (os outros viravam “dialetos”) a ser aprendido e uma história e uma geografia chauvinistas: esses foram os alicerces básicos da escola da primeira revolução industrial².

Nesse contexto mencionado, o fundamental não era nem dar uma formação técnica e sequer distribuir diplomas; o mais importante era *alfabetizar* as massas (o que incluía não só aprender a ler e escrever o básico no “idioma pátrio”, mas também ter um mínimo de informações em matemática, história e geografia). Muito diferente da escola predominante no Ocidente até o século XVIII, uma instituição para poucos (somente para a nobreza), particular (da Igreja) e voltada primordialmente para ensinar o latim e a teologia.

III. A segunda revolução industrial e o ensino

A segunda revolução industrial começou no final do século XIX, embora seja de fato típica do século XX. Ela foi marcada por um certo espalhamento (nos países ditos *desenvolvidos* e também em alguns da periferia) da atividade industrial e pela hegemonia dos Estados Unidos. A principal fonte de energia foi o petróleo e as indústrias de vanguarda nesse período foram as petroquímicas, a automobilística, a siderúrgica e as metalúrgicas.

Dois traços marcantes da segunda revolução industrial são o *taylorismo* e o *fordismo*. O taylorismo consistiu numa técnica de gerenciamento voltada para o aumento da produtividade dos trabalhadores ou funcionários. “Dividir para reinar” foi o seu lema, e o controle rígido sobre o tempo necessário a uma dada tarefa, bem como uma maior especialização do trabalhador, levou a uma maior produção no mesmo tempo de serviço. E o fordismo define-se fundamentalmente pelo lema “Produção em massa e consumo em massa”, ou seja, é identificado com a linha de montagem, com a produção em grande escala e estandarizada, com a concentração técnico-administrativa e o gigantismo (“maior é melhor”) e com um enorme desperdício no uso de recursos naturais: primeiro se fabrica e depois se vende - e para isso existia a publicidade, cuja função era criar necessidades -, e no processo de fabricação o importante não é

² Para um maior aprofundamento sobre esse período, principalmente no tocante à criação da Geografia escolar no século passado, pode-se consultar as seguintes obras: LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988; PEREIRA, Raquel M.F. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. Florianópolis, UFSC, 1989; e VESENTINI, J.W. (org.). *Geografia e ensino. Textos críticos*. Campinas, Papirus, 1989.

a qualidade e sim a quantidade, mesmo que haja uma enormidade de *refugos*, de mercadorias que serão inutilizadas porquê mal produzidas. Tanto o taylorismo quanto o fordismo aprofundaram a divisão do trabalho nas empresas (e também entre elas, notadamente o fordismo), exigindo assim funcionários mais especializados, isto é, que só faziam um tipo específico de serviço³.

O sistema escolar da segunda revolução industrial significou, além do prosseguimento da alfabetização das massas (o ensino público e obrigatório), uma extensão desse ensino até o nível médio e uma criação de escolas técnicas. Foi uma época de valorização dos diplomas, da especialização da mão-de-obra (não confundir com qualificação) e de cursos técnicos, isto é, que ensinavam procedimentos ou "macetes" de uma dada profissão. A força de trabalho típica da segunda revolução industrial foi o operário ou funcionário *especializado*, diferentemente do operário sem grande especialização do século XIX. Só que na primeira revolução industrial a média diária de trabalho era de 12 ou 14 horas, ao passo que no século XX essa média atingiu o ponto ideal de 8 horas.

Na escola do século XX o fundamental era a aplicabilidade do saber, a razão pragmática. Os alunos e principalmente os pais deles preocupavam-se essencialmente com o futuro vestibular ou outro processo de selecionamento para as universidades. Ou melhor, eles se preocupavam de fato é com o futuro mercado de trabalho, pois ingressar numa boa faculdade era valorizado de forma direta pelo maior ou menor rendimento que esse tipo de diploma proporcionaria. Mesmo na escola média a preocupação sempre foi com a "utilidade", em termos mercantis, do conhecimento, sendo secundário a sua importância para desenvolver potencialidades (raciocínio lógico, criatividade, criticidade etc.) do educando. A idéia predominante era a de que se "aprendia" a trabalhar, ou se "aprendia" uma profissão na escola (daí os cursos "profissionalizantes" terem sido os preferidos na época do fordismo), ou então a escola tinha algum defeito.

IV. A terceira revolução industrial

Vivemos atualmente o início da terceira revolução industrial, muitas vezes conhecida como revolução técnico-científica. Ela já é marcante no Japão, na Alemanha, nos Estados Unidos e em outros países, embora ainda conviva com o final (e a permanência de inúmeros traços) da segunda revolução industrial. Alguns países sequer ingressaram na segunda revolução industrial (a imensa maioria na África, na América central e no sul da Ásia) e outros, como o Brasil, não conseguem ingressar de fato na terceira.

³ Para se saber mais sobre a segunda revolução industrial e notadamente sobre o taylorismo e o fordismo (e sua crise atual), consulte-se uma ampla bibliografia, na qual destacamos os estudos de Benjamim CORIAT e de Alain LIPIETZ.

Alguns elementos decisivos nesta nova revolução são o final da hegemonia norte-americana, o fim da era do petróleo e o advento de novos setores industriais de ponta ou vanguarda, que substituem as indústrias petroquímicas, siderúrgicas e automobilísticas como as que definem o ritmo de desenvolvimento de uma sociedade. O declínio da hegemonia dos Estados Unidos já é uma realidade, com o avanço do Japão nos setores industriais e tecnológicos básicos, por um lado, e com a consolidação da unificação européia, por outro lado, que originou um novo maior PNB do mundo. É lógico que esse país americano continua como uma das grandes potências do século XXI, mas não mais a grande potência ou "superpotência" (conceito que vem caindo em desuso), e disputando em condições de igualdade ou até relativa inferioridade espaços com o Japão, a Europa e talvez até, futuramente, com a China e os "tigres asiáticos". E a era do petróleo já está no seu ocaso, com um uso nestes anos 90 bem menor que nos anos 80 e menor ainda que nos anos 60, que representaram o auge dessa fase. Na década de 1960 o petróleo contribuía com mais de 60% da oferta mundial de energia, sendo que essa proporção caiu para 41% nos anos 70, 25% na década de 80 e atualmente ele contribui com cerca de 20% desse total, com tendência ainda declinante. Outras fontes de energia, em especial as oriundas da biotecnologia (que já na próxima década deverão representar quase 30% da oferta mundial de energia), começam a superar o petróleo como principal recurso energético da atualidade.

Novas indústrias, no sentido amplo do termo (pois a indústria de transformação cede a cada dia seu papel motor para os *serviços* modernos: a produção de *softwares* para computadores torna-se mais importante que a fabricação de *hardwares*, a pesquisa biotecnológica representa já um valor maior que a produção agrícola, o engendramento de *designs*, de idéias, de procedimentos, etc., ganha um crescente espaço monetário às custas da desvalorização da fabricação de objetos) já se tornaram nos atuais setores de vanguarda. Podemos mencionar a informática e a robótica, a biotecnologia (em especial a engenharia genética), a microeletrônica, a química fina, as telecomunicações e as indústrias de novos materiais. São setores que utilizam muito mais - e dependem - (d) a ciência e (d) a tecnologia que aqueles outros, típicos da primeira ou da segunda revolução industrial. São setores onde o fundamental são as idéias, as pesquisas, o trabalho cerebral e criativo, ficando a mão-de-obra barata e mesmo a especializada em segundo plano. E são setores que revolucionam mais uma vez toda a sociedade: eles não consistem somente na fabricação e venda de computadores, robôs, bugigangas eletrônicas (desde o cd-player ao marca-passos miniaturizado), organismos produzidos em laboratórios ou novos remédios oriundos da manipulações dos genes, mas, radicalmente, modificam os valores e comportamentos básicos da sociedade moderna.

A robotização, que se encontra num estágio ainda embrionário mas que veio para ficar e deverá se expandir muito nos próximos anos e décadas, irá revolucionar o mercado de trabalho, eliminando em grande parte (em alguns países totalmente) a necessidade da força de trabalho barata e desqualificada, possibilitando ainda uma jornada de trabalho de 4 horas diárias para a mão-de-obra que restar, que será altamente qualificada. E as indústrias de novos materiais junto com a biotecnologia reduzem de vez o peso ou importância do espaço físico (inclusive solo agriculturável) e das matérias primas em geral, tanto de origem agrícola como mineral (inclusive petróleo), possibilitando que um pequeno país quase sem solos ou minérios possa tornar-se no maior produtor e exportador mundial de alimentos ou de insumos industriais, ou ainda que a cidade não precise mais do campo. Os computadores junto com as fibras óticas e as telecomunicações em geral estão transformando profundamente os escritórios, os bancos, as residências e os próprios meios de comunicações, que se tornam cada vez mais segmentados e interativos (no lugar de uma grande rede de TV ou um jornal nacional de imensa tiragem, a tendência agora são centenas ou milhares de canais por assinatura ou por segmentos sociais, milhares de jornais ou revistas locais ou voltados para um público específico, que inclusive contribui ativamente para a sua linha editorial. etc.).

A segunda revolução industrial concentrou, criou gigantescas organizações, padronizou, massificou; e a revolução técnico-científica, por sua vez, começa a descentralizar, a desmassificar, a fragmentar, a dar mais autonomia aos funcionários e às empresas coligadas, antigas filiais. No lugar do fordismo e da linha de montagem, temos agora, de forma crescente, a produção flexível e o *just-in-time*. No lugar da centralização, a terceirização e a descentralização. No lugar da padronização e do consumo em massa estandarizado, temos o crescimento da personalização, da produção *à la carte*. No lugar do desperdício de recursos e matérias primas, temos agora uma preocupação com o controle de qualidade e com a fabricação somente do que for necessário⁴.

V. O novo papel da escola no século XXI

A escola, e consequentemente o ensino da geografia, passa por sensíveis transformações em nossos dias, em especial nas sociedades mais

⁴ É ampla a bibliografia que aborda, sob diversos ângulos, a terceira revolução industrial e seus impactos sociais. Podemos mencionar, como obras acessíveis, os livros de Paul KENNEDY (*Preparando para o século XXI*), Lester THURLOW (*Cabeça a cabeça. A batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos*), John NAISBITT (*Megatrends 2000 e Paradoxo global*), Alvin TOFFLER (*A terceira onda e Powershift, as mudanças do poder*), P.B. SCOTT (*The robotics revolution*), Adam SCHAFF (*A sociedade informática*) e J. LOJKINE (*A revolução informática*).

avançadas. Expande-se aos poucos a idéia de que o importante é *aprender a aprender* e não receber um diploma e nem mesmo ter uma formação técnica. É o início do fim das escolas profissionalizantes, típicas da era do fordismo. É igualmente o declínio da *especialização* (no sentido da pessoa ou trabalhador se especializar ou somente saber um aspecto do real, um tipo específico de serviço) e uma maior valorização da *qualificação* (capacidade de pensar por conta própria, de se reciclar, de criar coisas novas e até mesmo mudar o tipo de serviço).

O sistema escolar do século XXI é cada vez mais voltado para adultos que para crianças e adolescentes. É uma mudança radical do público alvo. Isso é consequência, por um lado, do declínio das taxas de natalidade e mortalidade, com diminuição da percentagem de jovens e aumento da de idosos na população total, e, por outro lado, das alterações no mercado de trabalho com a revolução informática, robótica e organizacional, que ocasiona uma constante necessidade de reciclagem da mão-de-obra. Ninguém mais ficará a vida inteira "aplicando" o que aprendeu na escola profissionalizante ou na faculdade, como ocorreu até o final do século XX. Um professor, um engenheiro eletrônico ou um médico formados há três ou quatro anos já estão desatualizados, desde que não se reciclem, não participem de congressos e seminários (inclusive por computadores, via *internet*), não leiam obras novas, não frequentem cursos de atualização. E isso ocorre ou tende a ocorrer com praticamente todas as profissões, devido às rápidas e inevitáveis mudanças nos processos produtivos, nas técnicas, nos equipamentos, nos métodos, na concepção por trás da atividade⁵. Vamos citar um exemplo banal: o datilógrafo (profissão em vias de extinção, típica da primeira e em especial da segunda revolução industrial) vai sendo substituído pelo digitador, que trabalha com um computador no lugar da antiga máquina de escrever. É lógico que essas profissões são pouco qualificadas, exigindo no máximo um nível médio de ensino, mas elas servem como ilustração didática. Pois bem, a mudança do datilógrafo para o digitador não consiste somente nem principalmente na mudança do equipamento; ela consiste, antes de tudo, numa nova concepção de trabalho. No lugar do serviço repetitivo, no qual o datilógrafo aplicava durante décadas o que aprendeu num cursinho técnico, temos agora um novo profissional que necessita se reciclar continuamente: ontem ele usava o programa *Word.2*, hoje o *Word.6* e dentro de alguns meses o *Word for windows 6.0* ou *7.0* (e provavelmente também uma nova planilha eletrônica) e assim sucessivamente; ou seja, ao invés de aplicar o que aprendeu antes ou no início do emprego, ele agora tem que se atualizar a cada ano, ler novos manuais, fazer cursos de reciclagem. E isso até mesmo num tipo de serviço

⁵ Veja-se, sobre o novo papel da escola, a análise de Peter DRUCKER - *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pioneira, 1993.

tão simples quanto o de digitador!

Outra mudança importante na escolarização é que no início do século XXI mais da metade dos novos empregos oferecidos a cada ano nas sociedades industrializadas já vão exigir *no mínimo* o terceiro grau, isto é, uma formação universitária⁶. A primeira revolução industrial exigiu somente o primário, a alfabetização básica para as massas; a segunda revolução, por sua vez, exigiu crescentemente o ensino médio e particularmente técnico; e agora, a terceira revolução industrial começa a reclamar de forma crescente o ensino de nível universitário para a maioria das pessoas. Só que não importa mais, pelo menos não muito, o tipo de diploma que um indivíduo recebe, o tipo de curso que escolheu. O fundamental agora é a *formação* da pessoa (não confundir com currículo escolar ou lista de disciplinas cursadas) e não o seu título. Mais importante que “macetes” ou informações é *aprender a aprender*, é saber se virar sozinho, saber pensar por conta própria, tomar decisões, ter criatividade, raciocínio lógico e senso crítico bem dosado. Por isso, citando alguns exemplos, tanto faz se o profissional tem ou não um diploma de jornalista (para escrever em jornais ou revistas), de geólogo ou biólogo (para realizar estudos de impacto ambiental de um dado projeto), de administrador de empresas (para gerir uma firma ou uma instituição pública) e assim por diante. Outros profissionais, com diplomas diferentes, poderiam (ou não) escrever melhor, ou fazer um estudo ambiental mais adequado, ou gerenciar com melhor desempenho uma empresa, ou outra coisa qualquer, pois o fundamental é a capacidade de iniciativa, de pesquisar e ter idéias novas, de se atualizar constantemente, sendo secundário as informações e os macetes aprendidos na escola.

E, por fim, temos na atualidade uma renovada importância social da escola, que de auxiliar relativamente secundário passou a alicerce básico da modernidade. O sistema escolar na primeira e mesmo na segunda revolução industrial era uma instituição necessária mas não decisiva, considerada muitas vezes até como relativamente dispensável frente a outras prioridades (as *econômicas* no sentido de produção industrial, comercial ou agrícola, ou então as militares). Hoje esse entendimento mudou, pelo menos nos países mais avançados, ou vem mudando de forma crescente no mundo inteiro. É uma verdade óbvia atualmente que a chave para um desenvolvimento tecnológico nos moldes da terceira revolução industrial encontra-se num ótimo sistema escolar. A escolarização integral (de manhã e à tarde, com no mínimo 7 horas de aulas diárias por aluno) e de boa qualidade (com escolas equipadas com laboratórios, bibliotecas, computadores para uso dos alunos e professores, videotecas, programas obrigatórios de estudos do meio, docentes bem formados e bem

⁶ Cf. KENNEDY, P. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 1993, que se fundamenta em várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos.

remunerados, que se reciclam constantemente, etc.) tornou-se no segredo do sucesso ou não de uma sociedade que procura acompanhar a revolução técnico-científica. O sistema escolar sem nenhuma dúvida é essencial tanto para a qualificação da nova força de trabalho (e a sua constante reciclagem) quanto para a inovação tecnológica, mola propulsora da sociedade avançada do século XXI e que se apoia sobre uma base indispensável de uma ótima escola elementar, média e universitária (incluindo-se aqui, obviamente, a pós-graduação, a pesquisa e os diversos programas de atualização, especialização, divulgação de novas idéias e técnicas, etc.).

VI. E como fica o ensino da geografia?

E o ensino da geografia, em especial a nível de 1^o e 2^o graus, como se situa nesse nova ordem das coisas? Ele é dispensável, tal como o latim, como apregoaram alguns nos anos 60 ou 70? Ou ele adquire um novo e importante papel na terceira revolução industrial?

A bem da verdade, o ensino da geografia atravessou de forma capenga a segunda revolução industrial, especialmente no seu apogeu ou época áurea. Esse ensino foi gerado pela primeira revolução industrial, na época da construção dos Estados-nações e da necessidade de desenvolver o patriotismo exarcebado. Com o avanço do fordismo e em especial da internacionalização da economia, notadamente após a Segunda Guerra Mundial, essa disciplina escolar nacionalista e voltada para a memorização sofreu muito e quase não sobrevive. Em alguns países - principalmente nos Estados Unidos, a grande potência da segunda revolução industrial e pátria do fordismo! -, essa disciplina foi até retirada dos currículos escolares nos níveis elementar e médio, sendo fragmentada e incluída junto com a história e a sociologia (também caricaturadas) sob o rótulo de “estudos sociais”. Num modelo de escola técnica e essencialmente mercantil, como ocorreu nas últimas décadas, as humanidades em geral foram relegadas a um segundo plano e a disciplina geografia, em quase todo o mundo, ou foi abolida enquanto matéria autônoma ou então teve a sua carga horária diminuída em prol do aumento das horas dedicadas à matemática, às ciências ou às disciplinas ditas profissionalizantes (ferramentaria, artes manuais, desenho técnico, contabilidade, técnicas de secretariado e até datilografia!).

Mas a terceira revolução industrial veio mudar esse quadro. Basta lembrar que recentemente, no final dos anos 80, os Estados Unidos aboliram a disciplina “estudos sociais” e colocaram novamente a geografia nas escolas elementares e médias, com uma maior carga horária; e isso não por acaso foi feito num momento em que as autoridades desse país perceberam que havia a necessidade de reformular o seu sistema escolar, pois um dos segredos do maior

dinamismo econômico de alguns países (Japão e Alemanha, notadamente, mas também Coreia do Sul e outros) estava justamente na qualidade do ensino em geral. Basta lembrar ainda da constante preocupação das autoridades educacionais do Japão ou da Coreia, que realizaram vários intercâmbios e trocas de experiências no tocante ao ensino da geografia com inúmeros países (até com o Brasil!), seja pagando milhares de bolsistas para realizarem estudos *in loco*, seja convidando profissionais do resto do mundo para dar palestras ou cursos com novas idéias. Isso sem falar dos inúmeros programas (*softwares*) educativos voltados para renovar ou auxiliar o ensino de geografia, que foram criados nos últimos anos e estão já sendo comercializados ou em vias de ser.

Para entendermos esse renovado interesse pelo ensino da geografia, temos que assinalar dois motivos principais. O primeiro é que há uma revalorização das humanidades em geral - filosofia, sociologia, história e geografia - na escola da revolução técnico-científica. Já não basta mais somente os cursos ou disciplinas técnicas, como na época do taylorismo e do fordismo, e sim aulas teóricas e práticas que ensinem a pensar, que ajudem a desenvolver o senso crítico e o raciocínio dos educandos, que os auxiliem a aprender a pesquisar, a buscar as informações e novas abordagens. É por isso que vem se tornando comum a solicitação de cursos de humanidades em escolas (tais como medicina, engenharia e outras) onde isso era impensável até os anos 70. E, por outro lado, no caso específico da geografia existe a *globalização*, a crescente interdependência entre todos os povos e economias, o que obriga as pessoas integradas nesse processo a conhecer bem mais o mundo, os mercados externos, as diversas regiões do globo. Na época da segunda revolução industrial, a internacionalização da economia era feita "pelo alto", através principalmente das empresas multinacionais ou de acordos interestatais, sendo que a maioria da população não precisava participar (a não ser passivamente, como consumidores de mercadorias ou hábitos gerados no exterior), não precisava de fato conhecer algo sobre os outros países e regiões e sequer falar um idioma estrangeiro. Mas a globalização dos dias atuais é diferente, ela envolve multidões no mundo inteiro, envolve uma participação mais ativa no mínimo das classes médias, ela inclusive vai muito além das empresas multinacionais (cujo número cresce a cada dia) e dos Estados, envolvendo agora organizações mundiais não-governamentais e decisões individuais que prescindem das autoridades nacionais. As telecomunicações - veja-se o caso dos *fax*, que podem enviar em segundos mensagens ou ilustrações para todos os países sem nenhum controle, e de redes de computadores mundiais, onde qualquer um pode participar -, juntamente com os fluxos eletrônicos de capitais (qualquer um, no mundo inteiro, desde que disponha de recursos pode virar acionista de uma empresa da Coreia, da China ou do Peru), do aumento do turismo internacional (atualmente já são quase 500 milhões de

pessoas por ano, contra apenas 35 milhões há algumas décadas) e das volumosas migrações de um país para outro, fazem com que hoje seja muito mais necessário aprender geografia, compreender o mundo em que vivemos. A globalização afeta a todos atualmente, com maior ou menor intensidade, e não existe mais nenhum lugar ou região que não dependa do mundial, sendo este último mais do que a mera soma dos inúmeros lugares. Mais do que nunca, é hoje uma necessidade imperiosa conhecer de forma inteligente (não decorando informações e sim compreendendo os processos, as dinâmicas, os potenciais de mudanças, as possibilidades de intervenção) o mundo em que vivemos, desde a escala local até a nacional e a mundial. E isso, afinal de contas, é ensino de geografia.

Mas que tipo de geografia é apropriada para o século XXI? É lógico que não é aquela tradicional baseada no modelo "A Terra e o Homem", onde se memorizava informações sobrepostas (do relevo, clima, fusos horários, agricultura, cidades, etc.) a respeito de alguns aspectos pré-definidos dos países ou continentes. E também nos parece lógico que não é aquele outro modelo que procura "conscientizar" ou doutrinar os alunos, na perspectiva de que haveria um esquema já pronto de sociedade futura - o socialismo -, que substituiria o capitalismo e representaria o paraíso enfim realizado na Terra. Não, nada disso. Ficou claro já pela exposição anterior que a escola da revolução técnico-científica não é a que dá receitas ou conceitos prontos, não é a que meramente substitui um conteúdo tradicional por um outro já esquematizado e pretensamente revolucionário. E muito menos é uma escola no qual o ensino da geografia pode omitir o estudo da dinâmica da natureza e da questão ambiental. Pelo contrário, uma das razões do renovado interesse pelo ensino da geografia é que, na época da globalização, a questão da natureza e os problemas ecológicos tornaram-se mundiais ou globais, adquiriram um novo significado (muito mais importante que na época da segunda revolução industrial) e despertam um crescente interesse por parte do público em geral. O ensino da geografia no século XXI, portanto, deve ensinar - ou melhor, deixar o aluno descobrir - o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve focar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza (sem embaralhar uma dinâmica na outra), deve realizar constantemente estudos do meio (para que o conteúdo ensinado não seja meramente teórico ou "livresco" e sim real, ligado à vida cotidiana das pessoas) e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens. É por esse caminho, e somente por ele, que a geografia escolar vai sobrevivendo e até mesmo ganhando novos espaços nos melhores sistemas educacionais.

Isso posto, torna-se quase desnecessário dizer que não há conteúdos "corretos" ou "modelos" prontos de uma geografia escolar para o século XXI. As opções contedutísticas são inúmeras, não existe a menor necessidade de pa-

dronizar, de todos seguirem o mesmo conteúdo ou usarem os mesmos métodos (isso seria massificação, um procedimento típico da segunda revolução industrial). O bom professor deve criar, deve ousar, deve aprender ensinando. Esse é o grande segredo de um bom curso, algo muito mais importante que a formação acadêmica do professor.

Porém, lamentavelmente, a imensa maioria das discussões ou propostas relativas ao ensino da geografia que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos, e praticamente todas as iniciativas oficiais (isto é, de órgão burocráticos de secretarias estaduais de educação), desconhecem o essencial das mudanças que enfatizamos neste texto. Elas ainda estão presas a idéias ultrapassadas, típicas do fordismo ou então do socialismo real, e não conseguem enxergar as implicações e os imperativos ligados à revolução técnico-científica e à atual fase da modernidade. Por incrível que pareça, ainda é freqüente escutarmos reclames do tipo: “Você é de esquerda ou de direita?” (identificando “esquerda” como um defensor das idéias que alicerçaram o socialismo real!), ou “Essa proposta é ou não construtivista?”, ou “Mas não é tradicional e superado ensinar climas ou solos?”, ou então afirmativas do tipo “O bom professor é o que não usa livros didáticos”, ou ainda “Temos que evitar a separação entre natureza e sociedade”.

Todos esses reclames, que na realidade são idéias ou opiniões implícitas, demonstram uma enorme confusão teórica, um profundo desconhecimento sobre o novo papel da escola e do ensino da geografia. Na realidade, são mais *slogans* ou frases estereotipadas, mas que constantemente surgem sob inúmeras roupagens até mesmo em documentos oficiais. Não convém abandonar o nosso fio condutor (a revolução técnico-científica e seus impactos no sistema escolar e no ensino da geografia) e fazer uma crítica detalhada dessas idéias. Contudo, a título de encerramento deste texto, como uma contribuição para aqueles que aceitam novas interpretações e não apenas repetem velhos chavões, iremos mostrar de forma muito sucinta a impropriedade dessas idéias embutidas nas frases acima.

Quanto à opção entre “esquerda” e “direita”, é evidente que ela é bem menos clara hoje que na época heróica das lutas operárias e do movimento socialista. Essa distinção talvez até não tenha mais pertinência. Entretanto, simplificada, podemos definir como “esquerda” quem é a favor de mudanças, de maior igualdade social, de mais liberdades democráticas, e “direita” seria o contrário, seria o conservadorismo e a defesa do *status quo*. A partir daí nos parece óbvio que o tipo de escola e de geografia escolar que propusemos é de “esquerda”, não no sentido de apontar para o socialismo (essa ilusão de mentes autoritárias que precisam de certezas pré-definidas) e sim no sentido de apontar para uma sociedade mais igualitária, com oportunidades e

direitos iguais e que respeita as diferenças no lugar de homogeneizar a todos. Existe algum outro significado sério de “esquerda” nos dias atuais? E convém igualmente não esquecer que o fundamental na escola renovada não é o conteúdo em si e muito menos a linha ideológica deste, mas, no fundamental, o procedimento de deixar o aluno encontrar as suas opções e alternativas, deixar ele se tornar um ser autônomo, sem nunca lhe impor nenhuma idéia ou opinião política.

Quanto à noção de construtivismo, das duas uma: ou é uma idéia oca e de moda passageira, o que é verdade na maioria dos casos em que é empregada, ou então trata-se de um procedimento genérico (não uma escola pedagógica, um método constituído e nem mesmo uma técnica bem definida) que procura levar o aluno a construir os conceitos ao invés de recebê-los prontos. Neste último caso, o mais aceitável, podemos considerar como construtivistas centenas ou milhares de autores desde pelo menos Sócrates; é claro que a escola do século XXI é “construtivista”, nesse sentido genérico, mas ela é bem mais que isso, ela é antes de mais nada apropriada a um novo contexto histórico-social, é parte integrante dele e nele se enraíza (e não nas teorias do autor A ou B, embora elas até possam ter alguma serventia).

Dizer que o bom professor não deve usar livros didáticos é uma aberração. Não tem nenhuma fundamentação nem na revolução técnico-científica e nem no tal “construtivismo” endeuçado. Pelo contrário, nos melhores sistemas educacionais do mundo, nos quais o aluno fica 7 ou 8 horas por dia na escola e trabalha em laboratórios e com computadores (além de frequentemente sair em estudos do meio organizados pelos professores), o livro didático é inclusive *obrigatório*, isto é, não existe nenhum aluno que não tenha pelo menos um compêndio por disciplina escolar. É lógico que o professor pode e deve comparar manuais, ele sempre tem liberdade, nos países democráticos, de escolher o manual que quiser (no caso dos Estados Unidos até de elaborar um, o seu, na gráfica da escola), e os alunos podem e devem pesquisar um tema em vários livros alternativos. Mas apregoar que o bom professor não deve usar livros didáticos, como fazem algumas proposta curriculares recentes, é um absurdo educacional e até cultural. É em primeiro lugar fruto de um preconceito, que deveria ser combatido mas é incentivado, de que livros e outras obras culturais são objetos de pouco valor, dispensáveis frente a outros gastos mais importantes. Aqueles que difundem tal idéia, mesmo sem querer estão contribuindo para rebaixar mais ainda o nível do ensino e da cultura em geral no Brasil, um país com um nível de industrialização comparável ao de muitos países desenvolvidos e com um nível de leituras (tanto *per capita* como em alguns casos até total!) bastante inferior até ao de países bem menos industrializados como Argentina, Uruguai, Chile, Cuba, México, Costa Rica e vários outros. Em segundo lugar, essa idéia pode

também ser tributária da desvalorização das disciplinas geografia e história (e outras: sociologia, filosofia, etc.) operada pela escola da época do fordismo: nessa concepção, seria uma perda de tempo o aluno adquirir livros dessas disciplinas, pois ele deveria se preocupar muito mais (e aí sim ter livros) com a matemática, as ciências e as disciplinas "técnicas", inclusive língua portuguesa. Ocorre, todavia, que a época do fordismo e da escola profissionalizante está com seus dias contados e fincar o pé nessa concepção é um atraso de vida. É defender um modelo escolar sem nenhum futuro. Na escola da terceira revolução industrial, sem dúvida nenhuma que a geografia é pelo menos tão importante quanto a matemática ou a língua pátria. Talvez, até mais, em alguns casos, pois muito do que se ensina na matemática no 2º grau, por exemplo, nunca terá nenhuma utilidade na vida prática ou então, se tiver, é possível de ser resolvido com o uso de um computador pessoal, ao passo que a disciplina geografia não trabalha com informações e cálculos (elementos sempre repetitivos e que uma máquina hoje pode reproduzir melhor que o ser humano) e sim com novas idéias e interpretações, com a realidade em si (visitas a fábricas, excursões, estudos do meio, observação da paisagem, interpretação de mapas, gráficos, textos e fotos) e portanto com processos específicos da inteligência humana.

E, por fim, afirmar que o estudo dos climas ou dos solos (isto é, da natureza em si) não tem mais sentido no ensino crítico da geografia, ou que sociedade e natureza não se separam de forma nenhuma, são duas idéias interligadas e equivocadas, que fundamentam-se na ilusão de que podemos ignorar o real em nome de um ideal supostamente correto. Um ideal autoritário, convém assinalar, pois ele se fundamenta consciente ou inconscientemente no princípio da unidade, na aversão à diversidade e às diferenças, no exorcismo da democracia enfim, já que nesta por princípio há uma coexistência das diferenças que devem ser respeitadas e nunca homogeneizadas. É certo que a sociedade (e não a "Terra" ou a natureza em si) é o ponto de partida no ensino renovado da geografia. Mas ainda devemos (e muito!) estudar a natureza em si, os ecossistemas, as interdependências entre o clima e o relevo, o clima e o solo, o solo e a vegetação, etc. Ou seja, existe sem dúvida uma dinâmica da natureza, que é independente do social (embora possa ser influenciada por ele), e que deve ser compreendida, pois faz parte do espaço geográfico e mesmo de alguns dos grandes problemas da nossa época. Assim, natureza e sociedade se interligam, possuem influências recíprocas, e a sociedade moderna cada vez mais modifica a natureza original, embora sem nunca eliminá-la (o que seria um absurdo e provavelmente o final da humanidade). Nenhum princípio de fé ("Não aceito a separação...", etc.) irá esconder a realidade, na qual existe uma diferença e até, em alguns casos, uma oposição entre o social e o natural. É lógico que podemos e devemos *integrar* o social com o natural no estudo de geografia, mas integração

não é o mesmo que homogeneização. E não será nenhuma retórica que irá modificar esse fato básico, que não nos remete de volta à geografia tradicional (ao contrário do que dizem alguns), mas nos coloca novos desafios e alternativas. Mas não é justamente isso - a necessidade de sempre enfrentar novos desafios, de estudar mais, de dar novas respostas a velhas questões, de ousar mudar, de se reciclar constantemente - a tônica do bom professor e até da nova força de trabalho na atualidade? Aqueles que repetem incessantemente aquelas idéias estereotipadas na verdade estão à procura de (ou estão divulgando) modelos e receitas prontos, e no fundo o que eles querem é evitar o desafio do século XXI.

Referências Bibliográficas

- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo, Pionira, 1993.
- KENNEDY, P. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro, Campus, 1993.
- LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988.
- PEREIRA, Raquel M.F. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. Florianópolis, UFSC, 1989.
- VESENTINI, J.W. (org.). *Geografia e ensino. Textos críticos*. Campinas, Papirus, 1989.
- VESENTINI, J.W. *A nova ordem mundial*. São Paulo, Ática, 1995. Col. Geografia Hoje.

RESUMO

Neste trabalho o autor discorre sobre o ensino, comentando as transformações por qual passou ao longo da primeira, segunda e terceira revoluções industriais. Detento-se na última, o autor passa a apontar as novas exigências da mão-de-obra e como o ensino deve adequar-se para preparar um trabalhador com mais informação técnica e científica. Aborda então, o sistema escolar e a especificidade do ensino de geografia diante de um mundo que se globaliza. Por fim, o autor propõe que se abandonem os modelos prontos, bem como as simplificações dicotômicas clássicas da geografia.

ABSTRACT

The new role of school and the teaching of Geography on the event of the third industrial revolutions

This paper the author discusses about teaching and the transformations through which this process has passed during the first, second and third industrial revolutions. As the interest is concentrated in the last case, the author shows the new demands of the labor-force and how the teaching should adjust itself to prepare a worker with technical and scientific information. It also ponders on the school system and the specificity of geography teaching before a globalizing world. At last the author proposes that the ready models should be abandoned as well as the dichotomical simplifications of the classic geography.

Palavras-chaves: ensino de Geografia - globalização - terceira revolução industrial

Key-words: Geography teaching - globalization - third industrial revolution

INICIAÇÃO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: OS GRUPOS, OS ESPAÇOS, OS TEMPOS*

Tomoko Iyda Paganelli**

1. Introdução

Assistimos hoje, após um longo debate sobre a implantação dos Estudos Sociais, como área de estudos pela 5692/72, o retorno como disciplinas da História e da Geografia, a partir da quinta a oitava séries do ensino básico e em relação as primeiras séries, a partir do parecer 8/86, as indefinições e as ambigüidades sobre a própria nomeação adotada, Integração Social, Estudos Sociais, História e Geografia nos currículos para séries iniciais.

Discutir as raízes dessas "ambigüidades" com os professores das primeiras séries, de História, Geografia, Ciências Sociais, responsáveis pelos cursos de formação de professores, de segundo e terceiro grau de ensino e os responsáveis pela elaboração de projetos curriculares a nível do ensino básico, torna-se tarefa urgente, quando o Estado se propõe a unificar os conteúdos mínimos para o ensino básico brasileiro. Para as disciplinas ligadas às Ciências Sociais as implicações dessa unificação vai além de um simples núcleo comum de conteúdos.

Silva (1995) ao referir-se a história dos conhecimentos corporificados nos currículos como um artefato social e histórico alerta sobre as injunções no processo social de fabricação do currículo, onde "convivem lado a lado os fatores lógicos, epistemológicos, intelectuais, determinantes sociais menos 'nobres' e menos 'formais', tais como interesses, rituais, conflitos simbólicos e culturais, necessidade de legitimação e de controle, propósitos de dominação dirigidos por fatores ligados à classe, à raça, ao gênero"(SILVA, 1995:8).

A permanência cultural de uma prática, a história das disciplinas escolares são diretamente tributárias da história cultural e da história da pedagogia (PLAISANCE, 1993). É "fruto de um diálogo secular entre mestre e alunos,

* Parte do texto tem como base, a discussão sobre os Currículos de primeiro e segundo e terceiro grau de ensino e a licenciatura, Curitiba, 1994.

** Prof. de Didática e Prática de Ensino de Geografia e Metodologia de Primeiro Grau; Estudos Sociais da Universidade Federal Fluminense/Faculdade de Educação/Niterói/RJ.

(onde) as disciplinas escolares constituem uma espécie de concerto para permitir, a um transmitir ao outro uma cultura determinada" (CHERVEL In: Plaisance, 1993:20). As raízes da permanência e persistência de certas práticas corográficas e das comemorações cronológicas dos eventos cívicos, presentes ainda hoje no ensino das primeiras séries, merecem também ser melhor analisadas.

Com estas preocupações iniciais propomos situar a discussão da Geografia e da História, dos Estudos Sociais no ensino das primeiras séries. Algumas questões orientarão essa análise. Conhecimentos nomeados geográficos e históricos ganharam status de disciplinas num determinado momento histórico. O que justificaria este fato? Onde se encontram as raízes da Geografia e História presentes nas escolas de primeiras letras e elementares brasileiras? A introdução dos Estudos Sociais modificou uma prática docente nas antigas escolas primárias, fundamental ou básica?

II- As Ciências Sociais e as disciplinas escolares.

1- A Geografia e a História nos currículos das primeiras séries

A introdução da História e Geografia, como disciplinas no espaço universitário do século XIX, foi marcada pela disputa hegemônica entre a Filosofia, Sociologia, História e Geografia na análise dos objetos de estudo. É, entretanto, a necessidade ideológica de fortalecimento do Estado-Nação que, fez da Geografia e da História, as disciplinas chaves no ensino elementar e secundário em expansão, em detrimento da Sociologia e da hegemonia da Filosofia no ensino superior (BORDIEU, 1989).

A delimitação dos campos e métodos de cada ciência, da História em relação a Geografia, construída por Febvre e Bloch; da Geografia em relação aos avanços das ciências geológicas; uma escola geográfica francesa distinta das raízes deterministas ratzeniana, dos morfólogos sociais e das análises etnográficas ocorre no jogo de forças políticas entre as escolas nacionais e na academia, presente na afirmação de cada ciência naquele século. (CAPEL, 1982).

Se a Geografia e História como disciplinas escolares no nível elementar e secundário ideologicamente reforçaram o fortalecimento do Estado-Nação, de outro lado, garantiram a hegemonia e o prestígio da escola de Vidal de la Blache e o "movimentos" dos Annales, cuja formação ultrapassa o país de origem e atinge o Brasil, a partir dos cursos superiores de Geografia e História.

Um dos primeiros livros de metodologia para escola elementar, as Primeiras Lições de Coisas, Manual de Ensino Elementar, para uso dos pais e professores de N.A. Calkins (vertido da quadragésima edição pelo Conselheiro

Ruy Barbosa, editado pela Imprensa Nacional em 1886, adotado pelo Governo Imperial, cuja primeira edição data de 1861) chama a atenção pela ausência das lições sobre História ou a Geografia. As lições deste manual, de seiscentos e três páginas, referem-se: à aritmética, geometria, gramática, leitura, escrita, aos instrumentos, aos vegetais, à medição das distâncias e tempo. Três lições sobre a Educação Moral finalizam a obra: lições para desenvolver a idéia de Deus como pai nosso, modo para desenvolver a idéia de Deus como autor de todas as coisas, modo de desenvolver a idéia da alma.

Estariam os conhecimentos geográficos e históricos ausentes de um saber sobre território do Brasil e do ensino? Certamente, não. Lembra Revel (1989), que a História e a Geografia vem de uma tradição longínqua do ensino dos jesuítas e deixaram muito precocemente o domínio do sagrado para laicizar-se. Conhecimento e a produção do território iniciados com as viagens de reconhecimento, com os inquéritos para melhor controle jurídico e fiscal de um soberano, com escritos, com as informações que, distribuídos em mapas, eram guardados como segredo do Estado. Determinados mapas nem sempre são acessíveis aos leigos.

No Brasil, sob o controle da Coroa Portuguesa e do Império, o reconhecimento e um conhecimento fragmentado do território traçam concepções sobre a terra e gentes. São estes conhecimentos geográficos históricos, etnográficos que são transmitidos nas aulas régias, nos primeiros liceus, nos currículos das primeiras Escolas Normais, criadas a partir da terceira década do século XIX (Niterói 1836) e a Escola Normal de S.Paulo (1880), onde constam de seus currículos, além da Educação Moral e Cívica, Geografia do Brasil e Geral e História do Brasil e Universal. Estaria uma Geografia e História, no Império, desvinculada de um projeto de nação transmitida pela escola?

Ventura (1991) defende a tese de um projeto cultural levado a frente por Varnhagem (História Geral do Brasil 1855) e Silvio Romero (História da Literatura Brasileira 1888), a partir do ensaio do naturalista Carl Friedrich Von Martius (Como se deve escrever a história do Brasil - IBHG /1840), que garantiria uma identidade específica à nação em processo de construção, baseada no **mito da democracia racial**, atribuindo ao elemento branco, o papel de civilizador, excluindo os índio e os negros, tendo como centro dessa unidade "natural" da pátria, a **natureza**.

Caio Prado Junior oferece uma indicação, na introdução da reedição em 1945, da obra de Aires de Casal, **Corografia Brasileira** (a primeira obra geral sobre o território, 1817), ao chamar atenção sobre as "duas geografias"-corográfica e matemática, presente no século XIX e, também, ao ressaltar a importância e o declínio da obra de Aires de Casal, modelo para os primeiros livros didáticos de Geografia no Império, o de Basílio Quaresma Torreão (1824)

e Joaquim Manuel de Macedo (1873), substituídos posteriormente, por traduções de obras geográficas e históricas europeias traduzidas por Capistrano de Abreu (WAPPAES, 1884; SELLINS, 1889).

Essa tradição corográfica não é oposta ao projeto cultural mais amplo na construção da Nação, identificado por Ventura, reforça-o: as concepções europeias de Geografia e História, transmitidas através dos livros didáticos traduzidos e reinterpretados, por várias gerações, no nível secundário, modifica pouco o ensino elementar no Império.

A criação dos cursos superiores de Geografia, História, Sociologia, Antropologia no Brasil após a década de 30, não altera substancialmente uma prática secular da Geografia e da História do ensino elementar, prolongando-se na República.

2- Os Estudos Sociais na Escola Primária.

É a partir de 40 que a influência americana no ensino primário e normal torna-se progressiva. O centro irradiador é o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação e Cultura, através da atuação do PABAE (Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar), em alguns Estados, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais (Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e Instituto João Pinheiro). A ação efetivada no treinamento dos especialistas de currículos, através de estágios nos Estados Unidos e junto às Secretarias de Educação, não romperam com a tradição europeia, vigente na escola elementar, da Geografia e da História como disciplinas norteadoras dos conteúdos da escola primária, embora, alguns conceitos associados as demais ciências sociais tivessem sido introduzidos.

O Centro Brasileiro de Estudos Pedagógicos e Regionais atuaram na formação dos professores das Escolas Normais e na escola primária, onde os métodos e técnicas pedagógicas, seleção, utilização de recursos didáticos e sistemas padronizados de avaliação centralizavam a renovação do ensino (ver os manuais, *Ensinando Estudos Sociais na Escola Primária*, de Preston, Ralph, 1958; *Estudos Sociais na Escola Primária*, MEC, 1962).

Correa (1988), ao resgatar a história da antropologia brasileira, analisa a atuação dos educadores-normalistas (Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho) e dos licenciados sociais na década de 40-50 (Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso, Otávio Ianni, Darcy Ribeiro, Manuel Diegues Junior, Juarez Brandão, Orlando Valverde, Pedro Pinchas Geiger) para o entendimento de um Brasil que se transformava, o contraste de um Brasil "provinciano" e um Brasil urbano, no intuito de alicerçar uma política educacional nas investigações sociológicas-antropológicas, principalmente, descartando o

discurso retórico dos antigos bacharéis.

A Geografia e a História, disciplinas tradicionais do ensino elementar e secundário, prestigiada institucionalmente desde o Império através do Instituto Geográfico e Histórico, pelo Conselho Nacional de Geografia na era Vargas, vão disputar, passo a passo, com as demais Ciências Sociais, a hegemonia do conhecimento sobre realidade brasileira.

Algumas experiências curriculares num Brasil urbano (Ginásio Vocacionais em S. Paulo) e num Brasil "provinciano" (método de alfabetização Paulo Freire), do início da década de 60, anunciavam a necessidade de renovação na abordagem tradicional dos conteúdos geográficos e históricos. Os problemas sócio-econômicos-culturais emergiam, questionando um tipo de ensino em geral e dos estudos históricos e geográficos na escola, dissociada da realidade vivida dos alunos.

A criação oficializada, portanto, da área de **Estudos Sociais**, da primeira a oitava série do primeiro grau e a Integração Social para atividades das primeiras séries, através da Lei 5692/72, foi gestada, progressivamente, pela crescente influência americana - nos convênios bilaterais, na presença dos *experts* em educação no continente - decorre de um processo anterior a década de 60, e culmina, a partir do golpe militar de 64, com a Reforma do Ensino Universitário e, posteriormente do Primeiro e Segundo graus de ensino. A implantação dos Estudos Sociais legitimou o avanço das demais ciências sociais, a nível acadêmico e no ensino fundamental, a atuação de instituições, associações profissionais e das instituições privadas de ensino, abrindo alternativa para as licenciaturas de curta duração.

Uma discussão aprofundada sobre Iniciação às Ciências Sociais nas primeiras séries tornou-se inviável, pela imposição da Educação Moral e Cívica, da Organização Social e Política Brasileira (OSP), do primeiro ao terceiro grau de ensino, em caráter obrigatório.

Após vinte anos, a questão dos Estudos Sociais e a Geografia e História é retomada. E, mais de um século nos separa das disputa acadêmicas do século XIX entre a Filosofia, Sociologia, História e Geografia, da produção histórica, geográfica, antropológica-etnográfica, subsidiando uma expansão europeia imperialista no mundo (ver Lacoste em relação a Geografia). A Economia, Antropologia, a Política, a Psicologia tem seus espaços na academia; as categorias de análises, conceitos e noções dessas ciências trazem outras contribuições para a análise da sociedade atual e o entendimento do processo do desenvolvimento cognitivo, social e moral da criança.

Frente a realidade atual, de mundialização da economia e dos meios de comunicação, de um reordenamento político-econômico em blocos de poder, da crítica à fragmentação da ciência, da vida cotidiana e, a necessidade de

uma reflexão integrada dos problemas, de discussão teórica e de práticas interdisciplinares implementadas (JAPIASSÚ, 1976; FAZENDA, 1993, 1995; PONTUSCKA, 1993) . do acompanhamento crítico na "fabricação" dos currículos escolares (GOODSON, 1995). quais seriam as recomendações hoje, para o ensino das primeiras séries?

Em que os conceitos, temáticas, problemáticas, metodologias são excludentes ou em que níveis se integram? Qual a contribuição de cada ciência numa iniciação de análise sistematizadora realizada pela escola? Qual contribuição de uma área de estudo como das ciências sociais participa na formação de aluno-cidadão, onde o sujeito estudado, deve ser o sujeito da transformação e da ação?

III- Uma iniciação as Ciências Sociais : uma proposta .

Embora, a infância tenha se constituído como objeto de estudo, o desenvolvimento cognitivo, social, moral das crianças seja a preocupação mencionada, considerada e utilizada em vários documentos, inclusive na Lei 5.692/72, as práticas escolares muitas vezes desmentem essas intenções. Becker (1992) apresenta como, na epistemologia do professor, misturam-se concepções e práticas opostas não conscientes, contraditórias.

Iniciamos na década de 60 (CPOE/RS), a análise das estruturas de pensamento nas diferentes etapas do desenvolvimento cognitivo, ligadas a noção de espaço, prosseguimos na experiência do Laboratório de Currículos da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, a partir de 1976, a análise sobre as estruturas lógicas e temporais, na troca com os colegas de História (Ilmar R. Mattos, Rachel Soihet, Heloisa Menandro) e das demais áreas do currículo.

A identificação das estruturas lógicas do pensamento concreto e formal e as estruturas espaço-temporais (topológicas, projetivas, euclidianas - espaço; ordem de sucessão, duração, simultaneidade - tempo) para localização físico-matemática, tendo como pressupostos a teoria piagetina sobre o desenvolvimento cognitivo, permitiram decifrar as operações mentais nas **atividades** normalmente propostas em sala de aula . No entanto, a relação forma-conteúdo tornou-se crucial, pela necessidade de distinção entre as lógicas - formal e dialética nos conteúdos sociais e pelo descompasso entre a História e a Geografia, naquele momento, pela ausência de uma teoria sobre o espaço social, que se aclarará posteriormente, através do conceito de produção do espaço.

A **vida social** constitui um objeto privilegiado de estudo nas primeiras séries por: não dissociar a vida do aluno da sociedade em que ele vive; possibilitar, a partir do conhecimento e reflexão sobre os lugares de vivências da criança, a

não dissociação do mundo atual, o tempo presente de um processo histórico-cultural que criança participa; considerar os passos de uma psicogênese na construção das noções e conceitos espontâneos e por utilizar para análise do social, um método regressivo-progressivo genético, processual, partindo do atual para passado.

Três noções fundamentais, elementares mas complexas, encaminham nesta proposta, as problemáticas e os conteúdos : **grupos, espaços e tempos sociais**.

a) Por que o grupo? Porque no **grupo social**, a criança inicia o reconhecimento da identidade, da individualidade pessoal e do grupo; uma identificação do físico-perceptivo ao estético-moral -cultural (o juízo sobre si e do(s) outro(s)), na análise das relações que qualificam os indivíduos nos diferentes grupos sociais. A consciência de pertencer a grupos diferenciados, na relação complementar, oposta e contraditória, no presente e no passado em uma sociedade determinada, não pode justificar a desigualdade, marginalização .

Diferença, contradição analisadas na divisão técnica e social do trabalho, nos espaços e tempos da produção do rural ou do urbano, na sociedade do açúcar, do café, industrial (na especificidade do Rio de Janeiro) permitem dialetizar raciocínios, analisar os estereótipos e os preconceitos. Ultrapassar a fase heterônoma ao questionar o estipulado e accito, atingir um pensamento autônomo, crítico

Da sociedade vivida, percebida, analisada, conceptualizada, à partir das relações explicitadas das classes-relações, próprias dessa fase de organização do mundo pela criança, para encaminhar o pensamento para as possibilidades realizadas e não realizadas historicamente e sonhar uma outra sociedade possível.

b) O segundo eixo de noções a considerar é o **espaço social** distinto do **espaço físico (natural)**, apropriado pelo próprio contacto da criança no seu espaço de vida e o **espaço mental-matemático**, construído nas experiências cotidianas no seu grupo social em seus deslocamentos diários. Construir uma consciência de um corpo espacial que se produz e produz o espaço, atingir leituras e interpretações das representações visuais, gráficas e conceituais de um espaço socialmente produzido.

Falar, desenhar sobre um espaço apropriado pelos grupos, é trazer à tona a **prática espacial dos grupos**, da sociedade atual e do passado. Os micros espaços - da casa, da rua, do bairro, da cidade ao território do Estado, em sua forma-função inseridos nas estrutura social, econômica, política, cultural de cada época, ganham significação histórica. O processo de análise vai do estruturado visível, vivenciado ao estruturante em cada momento.

Considerar que, a totalidade espacial é construída, a partir do vivenciado, conhecido, nas inserções topológicas do dentro-fora, *pari passu* ao domínio conceitual das divisões do espaço, inicialmente justapostos. É necessário distinguir aqui, entre o visualizar e compreender. Ver, viver numa organização espacial, uma produção de um espaço não significa ter consciência das forças sociais que o geraram ou o geram. As notícias e as imagens do mundo dos meios de comunicação de massas, jornais, rádio e TV, ampliam a quantidade de informações, mas não bastam em si e por si, para compreensão do mundo: as notícias não seguem uma lógica topológica, nem temporal, possuem uma lógica fragmentária e de espetáculo. A relação local-mundial é concebida conceitualmente, na análise das relações espaciais, econômicas, políticas e culturais, no cotidiano de toda e qualquer criança, emersa no consumo dos produtos da sociedade industrial. A leitura e interpretação do espaço concebido pelas representações cartográficas é, também, um aprendizado, iniciado pelo desenvolvimento da expressão gráfica dos espaços cotidianos.

Portanto, saber pensar o espaço, significa saber ver as paisagens, saber sentir o aroma e os odores dos ambientes: é saber expressar espacialmente, desenhando, pintando, cartografando os espaços os deslocamentos realizados ou imaginados. Lembrar que a sensibilidade, o raciocínio espacial são essenciais aos andantes comuns, usuários e usuários do espaço, instrumentos essenciais na luta do espaço e pelo espaço-terra, sejam eles escoteiros ou guerrilheiros.

A análise do espaço social não se restringe ao domínio da Geografia em particular. A produção do espaço ultrapassa as divisões disciplinares. Lembrar que, aquém do espaço, há o corpo biológico/social; além do espaço está o poder (LEFEBVRE, 1974), em várias instâncias e níveis, que a criança pré-sente, percebe e são passíveis de análise e de compreensão, desde as primeiras séries.

c) Os tempos sociais a desvendar, tempos na sociedade, tempo da natureza (ritmos cíclicos) apropriados pelo homem: o tempo vivido, rememorado pela memória, das mentalidades, são tempos a serem analisados, não somente um tempo político (do poder), tempo econômico (linear do trabalho), um tempo mental (concebido teoricamente, matematizado, quantificado). Esses tempos tecidos nas micros histórias estão inseridos na macro história, algumas por redes bastante sutis e tênues.

A iniciação à leitura dos tempos sociais nas primeiras séries faz-se através da análise de diferentes ritmos sociais, apropriados dos ritmos ciclos da natureza, de épocas vividas, rememorizadas pelos relatos, depoimentos, documentos (escritos, desenhados, pintados, fotografados, filmados), restituindo a presença-ausência, presente-passado, de um tempo produzido. É o tempo presente que nos coloca as questões para mudanças, o passado metodologicamente permite

compreender a gênese e a genealogia.

Hobsbawm (1995), na análise do "breve século XX, 1914-1991" finaliza dizendo, "não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e porque", para aqueles os leitores que partilham da tese do autor expresso em seu livro.

Os alunos das séries iniciais estão herdando um mundo, na conclusão do autor acima citado, onde "as forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na eminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem que mudar." (HOBSBAWM, 1995:562)

Se a instituição do sistema escolar no século XIX e as disciplinas acadêmicas e escolares reforçaram diretamente a formação dos Estados-Nação e análise crítica da construção social do currículos demonstram claramente as batalhas travadas, ao longo do século das idéias hegemônicas vencedoras e as vencidas, se coloca para os educadores responsáveis do ensino básico, das primeiras séries, uma **responsabilidade da mudança**, com a clareza e a consciência do papel que realizam na sua prática escolar, ao construir as atividades*** e conteúdos" das disciplinas escolares, ao favorecer um desenvolvimento autônomo, crítico e criador das crianças, para o exercício de uma **nova cidadania**.

"Uma educação para cidadania passa, segundo Ferreira (1993), por ajudar o aluno não ter medo do poder do Estado nem tão pouco ambicioná-lo como forma de subordinar seus semelhantes. Uma cidadania crítica que não esqueça suas próprias utopias, que não sufoque suas paixões, que não tenha perdido a capacidade de se indignar diante da injustiça social".

Que valores e idéias perseguir, que direitos reivindicar, por onde cruzam essas reivindicações e a prática escolar nas áreas das Ciências Sociais? Lefebvre (1990), após duzentos anos do Contrato Social, propõe um **Contrato do Cidadão** que garanta hoje, os direitos:

(***) Nas atividades diagnósticas as crianças projetam suas experiências, seus desejos e sua individualidade, através do corpo, da fala, do desenho, da escrita, na relação do outro. São pontos de partida. Cabe ao professor ler e interpretar os sinais, os traços, instrumentalizado pela sua experiência e as concepções do processo de ensinar-aprender, nos vários níveis e a consideração dos contextos sócio-culturais diferenciados. As atividades dirigidas atendem objetivos propostos na área da Ciências Sociais, permitindo ao aluno iniciar a compreensão da vida em uma sociedade, a brasileira à partir da sociedade carioca-fluminense, para nós moradores da cidade do Rio de Janeiro, com suas geografias, da sua historicidade, de seus problemas.

- à informação. Direito de ler jornais, escritos mas, também de publicar um jornal ou livro, pressupondo do domínio de escrita e de leitura como condição primeira, negada ainda para muitos de brasileiros. De questionar, numa sociedade informatizada, os segredos do Estado e tecnológicos prejudiciais a vida do cidadão e dos limites do direito a informação a vida privada, interior e íntima do cidadão.

- à expressão, a reflexão, a palavra, a escrita incluindo todas as atividades da sociedade que interessa a todos os membros possam ser expressos.

- à cultura, incluindo o direito do jovem além da escola, aos museus: o direito a arte e a descoberta do mundo, em direção a uma alfabetização das grandes obras.

- à identidade na diferença (e a igualdade). Uma identidade que segundo Lefebvre, se estabiliza em todas situações, praticamente e teoricamente na igualdade e na consciência das diferenças, consciência que entra nas culturas.

- à autogestão. Direito dos grupos intervir sobre a própria realidade, numa empresa, localidade, região, país - em suas condições de existência e de sobrevivência. Direito democrático da economia, das empresas, nacionais ou nacionalizadas, até mais ou menos estatizadas.

- à cidade. Direito a vida urbana com seus serviços e suas vantagens. Uma "cidadaneidade" e a uma cidadania se impõe numa sociedade que se urbaniza.

- aos serviços. Segundo o sociólogo, talvez o mais importante e por ser aquele o mais implícito direito, aquele que tira o cidadão do isolamento e dá sentido a todas as suas obrigações. Ou seja direito de dispor de serviços, primeiramente serviços públicos (limpeza, evacuação de odores, transportes etc) e não públicos, passando assim, de uma prática estipulada e institucionalizada à prática social, de modo que a cotidianidade seja regida por acordos tácitos mais fortes que as leis e que fazem a sociedade civil, reaparecendo a cidadania mas, sem a força jurídica e legal, nos hábitos, isto é no cotidiano.

As escolas do ensino básico, séries iniciais tem um papel a desempenhar e, as disciplinas da área social têm também que abrirem-se, para além das disputas acadêmicas, as imposições das política-econômicas, para que o diagnóstico sobre o final século XX - "nosso mundo corre o risco de explosão ou implosão", viabilize um "mudar a vida", para mudar os espaços e os tempos de nossa vida.

Referências Bibliográficas

- Aires de Casal. Corografia Brasileira. Prefácio Caio Prado Junior. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1947.
- Antunes, Aracy do R., Menandro, Heloisa F., Paganelli, Tomoko I. Estudos Sociais: Teoria e Prática. Rio de Janeiro. Acess, 1993.

- Trindade, M. Lourdes, Paganelli, Tomoko Iyda. Seric Didática: os grupos, os espaços, os tempos. RJ, Acess, 1990-91.
- Becker, Fernando. Epistemologia Subjacente ao trabalho docente. Porto Alegre, UFRGS/Faculdade de Educação, 1992.
- Bourdieu, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: O poder simbólico. Lisboa, Difel, 1989, Cap.V p.107-132.
- Calkins, N. A. Primeiras Lições de Coisas. Manual de Ensino Elementar para uso de pais e professores. 40 ed. Vertido pelo Conselheiro Ruy Barbosa. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.
- Capel, Horacio. Filosofia y ciencia en la Geografía contemporanea. Uma introducción a la Geografía. Barcelona, Barcanova, 1988. Terceira edición.
- Centre Régional de Documentation Pédagogiques de Paris. Le Temps. Interfaces n° 4'.
- Correa, Marisa. A revolta dos normalistas. 1988.
- Dosse, François. A História em Migalhas. Dos Annales à Nova História. São Paulo, Ensaio; Campinas - SP - Unicamp, 1992.
- Ferreira, Nilda Teves. Cidadania. Uma questão para Educação. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- Gonthier-Cohen, Joelle. Le dessin, ça sert aussi a faire la géographie, et réciproquement. In: Hèrodote, n° 44 jan-mar 87.
- Goodson, Ivor F. Currículos: Teoria e História. Petropolis/Rj, Vozes, 1995.
- Lacoste, Yves.(coord.) Ler Braudel. Campinas/SP.Papirus, 1989.
- _____. A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas - SP - Papirus, 1988.
- Lefebvre, Henri. La production de l'espace, Paris. Anthropos, 1974.
- _____. Du pacte social au contrat de citoyenneté in Du Contrat de Citoyenneté. Paris. Syllepse/Périscope, 1990.
- Hobsbawn, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.
- Oliveira, Roberto Cardoso. A categoria de (des)ordem e a ordem e a pós-modernidade da Antropologia. In: Pós-Modernidade, Campinas - SP Editora Unicamp, 1993.
- Paganelli, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. Rio de Janeiro. F.Getúlio Vargas, 1982 (mestrado)
- _____. A paisagem e o ensino da Geografia. Bical do Livro, 1994.
- _____. Da representação do espaço ao espaço de representação. Colóquio de Cartografia Infantil. Rio Claro, 1995.

- Plaisance, Eric e Vergnaud, Gérard. Les sciences de l'éducation. Paris. Decouverte, 1993.
- Revel, Jacques. A Invenção da Sociedade. Lisboa. Difel, 1989.
- Silva, Tomas Tadeu. In: Goodson, Ivor F. Obra cit.
- Ventura, Roberto. Estilo Tropical. História Cultural e Polêmica Literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

RESUMO

O presente texto propõe analisar a presença da Geografia, da História e dos Estudos Sociais enquanto disciplinas escolares presentes no ensino das primeiras séries, além de propor a institucionalização da disciplina Iniciação às Ciências Sociais. Num primeiro momento busca-se traçar uma trajetória destas disciplinas nos currículos escolares brasileiros, além de apresentar as principais características por elas apresentadas. Em seguida, a autora apresenta uma proposta de criação da disciplina Iniciação às Ciências Sociais nas primeiras séries do ensino primário em substituição as atuais disciplinas da área de estudos sociais. A nova disciplina trabalhará, segundo a proposta, com três noções fundamentais: grupo, espaços e tempos sociais. Tal disciplina contribuirá para o desenvolvimento autônomo, crítico e criador das crianças e fomentará também o exercício de uma nova cidadania.

ABSTRACT

Initiation to Social Science: groups, space, time

The purpose of the text is to analyze Geography, History and Social Studies as school subjects present on the teaching of primary school classes and also to propose the institutionalization of the subject "Initiation to Social Science". At first it tries to trace down the trajectory of these subjects in the Brazilian school curriculum and their main characteristics. The writer proposes the creation of the subject "Initiation to Social Science in the primary school classes, in substitution to the present subjects of the Social Studies area.

The new subject will work, according the proposal, with three fundamental notions: group, space and social time. It will contribute to the autonomous, critical and creative development of children and will enhance also the exercise of a new citizenship.

Palavras-chaves: Iniciação às ciências sociais - séries iniciais - espaço e tempo sociais - ensino de Geografia

Key-words: Initiation to Social Science - primary school classes - space and social time - Geography teaching

DO LUGAR AO MUNDO OU O MUNDO NO LUGAR?

Wagner Costa Ribeiro¹

Nosso objetivo neste trabalho é o de expor algumas idéias acerca do ensino de geografia. Para circunscrever ainda mais, alertamos o leitor que vamos discutir uma categoria cara à tradição discursiva da nossa disciplina. Trata-se da categoria lugar.

Qual colega, diante dos seus alunos, já não propôs a seguinte atividade, em geral logo ao início do curso: "Vamos fazer um mapa dos lugares que você passa até chegar à escola"? E lá se vão os estudantes, série após série, mapeando os lugares que percorrem até a escola. Alguns professores justificam a repetição deste procedimento pedagógico a partir de eventuais mudanças que possam ter ocorrido na vida do estudante, de modo que este último poderia vir a apreendê-las a partir das constatações que este exercício elucidada.

Outra maneira bastante freqüente que encontramos quando analisamos o emprego da categoria lugar é aquela em que o define a partir do aluno, ou, na expressão corrente "a partir da realidade vivida pelo aluno". Parte-se do micro para o macro, do menor para o maior, do menos complexo ao mais complexo, do próximo ao distante, do local para o mundial, para retomarmos outras expressões.

O estudo das características geográficas de um município também é definido como o estudo do lugar. Outras vezes, considera-se como lugar até o estado da federação em que vive o aluno. Ora, que lugar é este que atende a demandas tão díspares?

Longe de deixar de reconhecer a importância da discussão do lugar no ensino de geografia, e, muito ao contrário, reafirmando-a, passaremos a tecer uma série de considerações, muito mais inquietações que soluções, sobre o entendimento e tratamento do lugar no ensino de geografia.

Antes de mais nada é necessário configurar o lugar. Inicialmente, o lugar foi definido como o limite que circunda o corpo. Esta conceituação remonta a Aristóteles, que a apresentou na obra intitulada *Física*. Uma alteração desta compreensão de lugar vai ocorrer a partir das assertivas de Descartes. O filósofo francês introduz, nos *Princípios filosóficos*, que, além de delimitar o corpo, o

¹ Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

lugar tem de ser definido em relação à posição de outros corpos.

É esta última premissa que empregamos para definir o lugar geográfico. De nossa parte, entendemos o lugar geográfico como o palco da relação entre seres, isto é, ele define-se pelos seres que estão relacionando-se. Neste sentido, o lugar geográfico independe da materialidade que o espaço produzido consagrou. O lugar geográfico está fora do espaço, como já nos alertou SILVA (1978). Na definição do lugar geográfico pouco importam os limites dos corpos em ação interativa. O que o determina é a relação entre os corpos e a posição que uns representam diante dos outros.

Alguns exemplos podem aclarar nosso entendimento. Tomemos uma praça, que pode estar situada em qualquer parte do mundo. Ela é uma obra humana, portanto espaço geográfico produzido através do trabalho. A praça pode ser o palco de inúmeras relações sociais. Nela podemos ter uma manifestação artística, como uma encenação ao ar livre, uma manifestação política, onde a praça funciona como o lugar que congrega os manifestantes, mas também pode ser o palco (o lugar) de outras situações, como o marco de saída e chegada de uma corrida de bicicletas, ou o lugar que algumas pessoas escolhem para passar horas dando milho aos pombos. Para cada situação, o referencial de lugar se altera, embora não se altere o espaço onde ocorrem as ações. Não é demais insistir: a praça pode ser o lugar da cultura, o lugar da política, o lugar da corrida de bicicletas, mas também o lugar do pipoqueiro ou mesmo o lugar onde se dá milho aos pombos. Quem define estes lugares são os seres que estão interagindo.

Em outras palavras, o lugar está intimamente ligado ao estar no mundo. No caso da espécie humana, dado o nosso caráter gregário, o estar no mundo tem uma implicação social. Quem está no mundo só o é em algum lugar. O reconhecimento de estar e/ou ser no mundo por um outro ser cria a medida da definição do lugar de um ser perante outro. Assim é que **o lugar define-se a partir de relações sociais entre os seres que estão interagindo**, que podem ganhar qualquer qualificativo, como relações culturais, de trabalho, políticas, amorosas, entre tantas outras. Porém:

“Nas relações de consumo mundializadas, o palco da relação pode ser transpassado eletronicamente, feitichizando a relação e o lugar onde ela se dá, transformando-o em um marco territorial desterritorializado” (RIBEIRO, 1992:384).

Deste modo, **o lugar deixa de ser um mero reflexo do local**, pois os seres que o definem podem estar distantes. Ou seja, os seres não se relacionam apenas com quem está no local, diante de si, mas sim com quem possui um instrumento técnico para manipular e transmitir um código de informações que possibilite a interação.

O feitiço da relação localista nos lugares empresta a eles a volta da tradição e do discurso regionalista, que reaparecem como constituintes da identidade dos seres de um lugar. Entretanto, a tensão entre o global e o nacional ou do nacional e do regional, não se resolve com a simples retomada do singular frente ao estranho que chega pelas ondas de rádio, TV, Internet, fax ou telefone. Ao contrário, reforça o isolamento, tanto do lugar quanto dos seres que o definem, já que não os preparam para o contato com o outro. Resgatar a identidade local é importante, diria até mesmo fundamental, porém diante de uma nova premissa: a de quem somos para definirmos uma estratégia de interação com os outros que adentram o nosso lugar. Não é mais possível o reforço de um localismo estreito, apegado apenas ao vivido, ao próximo, muitas vezes erroneamente definido como “o meu município”, estendendo-se até “o meu estado”, como está presente em muitas propostas oficiais de ensino de geografia.

Calma, leitor! Não estamos pregando o fim das identidades locais, mas sim querendo frizar que é necessário sabermos quem somos para adentrar também nos locais dos outros. Esta é a regra perversa, gostemos ou não, que o processo de globalização engendra. Estudar o lugar é fundamental, desde que entendido na lógica das fragmentações que a globalização inaugura². Entretanto, o estudo do lugar só pode ser definido de acordo com os outros com quem os seres humanos que o povoam interagem. Assim, “o meu município” tem de ser analisado na relação que ele possui com o “meu estado”, com o “meu país”, mas isto é pouco! É vital buscar-se as relações externas ao país que repercutem no “meu município”, no “meu estado” e no “meu país”.

Outra premissa central dos tempos hodiernos, e que deve estar presente em todos os trabalhadores do ensino, ainda mais nos que ministram aulas de geografia, é a de que há uma complexização da vida e das relações sociais culminando numa série de fluxos de informações que interligam os lugares e as pessoas. E, por mais contraditório que possa parecer, estes fluxos globais se realizam nos lugares, onde chegam e partem, envolvendo as pessoas que os habitam. Daí ser fundamental o estudo do lugar.

O estudo renovado do lugar não pode apegar-se a esquemas simplificadores do tipo partir do mais simples ao mais complexo, ou mesmo da falsa linearidade que o estudo do bairro, município, estado, Brasil e mundo representa. Isto porque o mundo está aqui, agora! No bairro, no município, no estado e no Brasil. Basta ligar a TV, e temos diante de nossos olhos informações

² Empreendemos uma análise introdutória do processo de globalização e suas decorrências no artigo “A quem interessa a globalização”, publicado na Revista ADUSP, n. 2, São Paulo, 1995, onde demonstramos nossa insatisfação com este termo. Na verdade, se há uma globalização no mundo, ela se manifestaria nos fluxos financeiros. Entretanto, há que se reconhecer que os fluxos internacionais aumentaram bastante envolvendo muitos países, inclusive o Brasil.

sobre uma scita que pretendia envenenar as pessoas que viajavam no metrô de Tóquio, um militar brasileiro refém dos sérvios na guerra da Bósnia, a guerra comercial travada entre o Japão e os EUA, as corridas de Fórmula Indy, o jogo da seleção brasileira de futebol, os jogos Olímpicos. Nossos alunos vêem estes fatos serem narrados e cabe a nós, professores que ensinam geografia, traduzir esta informação para eles, inclusive, apresentando as repercussões que ocorrem no município, no estado e no Brasil. Ou, ainda, andar pelos bairros dos municípios para identificarmos atividades produtivas, que também estão ligadas a outros lugares geográficos.

O município, o estado e o Brasil não estão isolados do mundo. Para conhecê-los e estudá-los é preciso ponderar a participação de cada um destes arranjos territoriais nas complexas relações internacionalizadas a que estamos assistindo, articulando-os à estrutura produtiva. E aqui, novamente, emerge o papel que o professor tem de desempenhar. Isto é, é o professor quem deve despertar nos alunos a atenção para os fluxos que ocorrem no seu município, sejam eles nacionais ou internacionais, a partir das atividades econômicas, financeiras, culturais, políticas, ambientais ou quaisquer outras que se processam no arranjo territorial em questão. Não há pesquisador de universidade, grupo de pesquisa, quadros do FIBGE ou quem quer que seja, que dê conta de conhecer os milhares de municípios do Brasil e a inserção deles no estado, no Brasil e no mundo. Este dado está por ser gerado, e é tarefa do professor em conjunto com seus alunos e outros colegas.

Assim, se desejarmos construir um país, a partir de nossa prática pedagógica, que adentre no cenário internacional (e acredite, gostando ou não dos resultados estamos inseridos nele) com perspectivas maiores que a de simples coadjuvante, temos de estudar nossas realidades (o município, o estado e o Brasil) diante das complexas relações internacionais que as envolvem. Para tal, é importante o resgate do estudo do lugar, porém apreendendo os projetos que se configuraram na forma de espaço produzido. Somente adentrando no campo das relações políticas esta tarefa se realizará a contento. A política, a arte do possível, materializa a negociação em espaço produzido. Para se olhar para o lugar, há que se fechar o foco, buscando a apreensão das relações sociais e sua mediação com as forças políticas que a configuram.

Como? É necessário conciliar os arranjos territoriais (município, estado, Brasil, e, porque não, Mercosul) e as atividades que se desenvolvem no seu interior com as forças políticas em relação para chegar ao lugar? Sim. Além disso, é preciso considerar a origem dos fluxos, se são nacionais e/ou internacionais? Sim.

Longe de procurar capitular uma sequência de atos para o estudo do lugar que seja meramente aplicada, procuramos dispor ao leitor uma estratégia

de análise do lugar. **Um lugar que contém e está contido no mundo.** Um lugar que:

“não existe, porém, sem as populações que são suas outras determinações. Por isso, o lugar social se põe como uma totalidade de relações e formas espaço-sociais, que contém a contradição necessidade-liberdade” (SILVA, 1991:136).

Liberdade-necessidade. Tensão que, embora globalizada, ganha expressão nos lugares e entre os que o habitam. Novos agentes e fluxos emergem nas “relações e formas espaço-sociais”. Se o desejo da liberdade é a força maior, a identificação destes fluxos e agentes é o primeiro objetivo, posto que são os novos condicionadores da vida de quem vive nos lugares.

Desta maneira estaremos contribuindo para a formação de nossos alunos, dotando-lhes de um saber central para a compreensão da vida contemporânea, esteja ele no campo ou na cidade, ou em qualquer estado da federação brasileira. Um saber que permitirá a eles conhecer os responsáveis pelos fluxos que definem suas vidas nos lugares.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. Física. In: Pré-socráticos, Aristóteles, Platão, Sócrates. Col. **Os Pensadores**. Abril Cultural, São Paulo, 1972.
- DESCARTES, René. Princípios filosóficos. In: Descartes. Col. **Os Pensadores**. Abril Cultural, São Paulo, 1972.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Diversidade territorial e produção do espaço. In: **Boletim de Geografia Teórica**, 22 (43-44): 383-386, Rio Claro, 1992.
- SILVA, Armando Correa da. **O espaço fora do lugar**. Hucitec. São Paulo, 1978.
- _____. **Geografia e lugar social**. Contexto. São Paulo, 1991.

RESUMO

Palavra cara à geografia, o lugar é empregado no estudo de situações as mais diversas, desde o estudo de um bairro, um município, chegando até o espaço vivido pelo aluno. Entretanto, diante da internacionalização das relações sociais em curso, é necessário rever o significado do lugar. Essa é a direção deste trabalho. Inicialmente, é exposto um entendimento sobre a categoria lugar. Passa-se então, a discorrer sobre a importância do estudo do lugar desde as séries iniciais, porém, ponderando-se a participação de seus habitantes e potencialidades no imbricado jogo das relações sociais contemporâneas. Por fim, reforça-se a necessidade do ensino do lugar nos estudos geográficos, desde que se identifiquem os fluxos que tornam cada lugar, síntese de relações sociais, parte integrante do mundo das novas tecnologias. Tecnologias, cujos proponentes permitem que se criem, recriem e descartem lugares.

ABSTRACT

**From somewhere to the world or
from the world to somewhere?**

A fundamental concept in Geography, the word place is employed in the study of many different situations, from a municipality, a district till the place where the student lives. But because of the international social relationship observed now a days, it is made necessary to review the meaning of 'place'. In this paper it is discussed the category of 'place' and the importance of its study since the initial educational years. It is also considered participation of the inhabitants and their potentialities in the complicate game of the contemporary social relationships. Finally it is reinforced the necessity of study of the concept of place in Geography as it is necessary to identify the fluxes that make each place, a social relationship synthesis, a component of the new technologie's world. These technologies through its proponents allow the creation and refusal places.

Palavras-chaves: ensino de geografia - lugar - globalização

Key-words: place - geographical studies - globalization

PROBLEMAS SOCIAIS DA ESCOLA E A CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO DE GEOGRAFIA

*Antonio Carlos Pinheiro**
*Silvia Regina Mascarin***

Este artigo é parte do projeto elaborado em conjunto com a Escola Estadual de 1º grau Procópio Ferreira no ano de 1995. A sua organização segue a orientação proposta pela FAPESP (Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo) e conta com a assessoria da Professora Doutora Dulce Maria Pompêo de Camargo, da Faculdade de Educação da UNICAMP e do Instituto de Ciências Humanas da PUCAMP.

A Escola Procópio Ferreira, está localizada no Jardim das Oliveiras, zona sul de Campinas. No bairro os trabalhadores são maioria. O local sofre um dos problemas cruciais da sociedade atual. Nele formaram-se duas favelas, antagônicas entre si, inclusive na disputa pelos serviços do bairro, principalmente pelas vagas desta escola. Os alunos do Ciclo Básico à 4ª série são praticamente 80% provenientes da favela, sendo que de 5ª a 8ª séries, o índice é menor, conforme dados obtidos em questionário realizado.

Através dos relatos declarados pelos próprios alunos, fica visível a violência, desemprego, moradia em condições precárias, baixos salários, entre outros. O problema da convivência com as drogas é muito sério, o que interfere direta e continuamente no relacionamento familiar e na vida dos alunos.

A escola conta atualmente com 796 alunos distribuídos em três períodos, 43 professores e 10 funcionários. Embora o espaço físico da escola seja satisfatório, o número de funcionários dificulta o desenvolvimento de todas as atividades pedagógico-administrativas.

A escola Procópio Ferreira, há tempos, já demonstrava interesse por uma série de questões e em particular as de ordem social. Estas preocupações

*Professor do Departamento de Geografia e Ciências Sociais - PUCAMP - Campinas-SP; Mestrando em Metodologia do Ensino Superior - Faculdade de Educação- PUCAMP- Campinas-SP e Sócio da AGB-Campinas.

**Mestranda em Metodologia do Ensino - Faculdade de Educação - UNICAMP - Campinas-SP; Vice-diretora da AGB-Campinas e 2ª Tesoureira da Diretoria Executiva Nacional da AGB.

vieram de encontro à nossa proposta de trabalho. Após uma série de encontros e discussões decidimos, através do ensino de Geografia, traçar o eixo do nosso projeto. Considerando abrangentes os problemas detectados, é fundamental que, através das interações com as outras disciplinas, possamos encontrar o caminho da interdisciplinaridade. Nesta ótica, acreditamos que este Projeto, gradativamente, venha convergir com as outras áreas do conhecimento.

1-Mudanças atuais e a Geografia

Este projeto propõe desenvolver um trabalho com as 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do 1º grau, tendo como enfoque específico a Geografia. No entanto, no decorrer do processo estaremos buscando estabelecer relações com outras áreas do conhecimento.

Na atualidade, vivemos em um mundo em constantes transformações. Estas mudanças, com o advento do desenvolvimento tecnológico, ganham a cada dia uma velocidade singular. O indivíduo recebe a todo momento, em sua casa, informações e imagens difundidas pelos meios de comunicação de todos os lugares do planeta, muitas vezes com intervalo de tempo ínfimo em relação ao seu acontecimento.

Concomitantemente, manifesta-se na sociedade uma crise de âmbito econômico-político-social, que coloca em questão a ordem até então estabelecida.

A regionalização e a globalização, tendências que complementam-se, refletem o processo crescente da transnacionalização nas últimas décadas e a internacionalização das economias nacionais de diversos países, a nível local. Resultado de mudanças estruturais, este movimento situa-se na reorganização do sistema capitalista, na busca incessante de mundializar os mercados e internacionalizar a produção de bens. Exemplo disso é a análise de *Monica Arroyo (199:123)* pesquisadora argentina, sobre o Mercosul na economia mundial:

"...o avanço nas tecnologias de informação facilita significativamente essa tendência ao permitir que as etapas da produção se localizem em países diferentes mantendo o monitoramento centralizado sobre elas. Assim, a expansão das grandes firmas oligopólicas nos setores produtivo e financeiro, modifica substantivamente a Geografia Mundial, cuja manifestação cada vez mais acentuada é a consolidação de um espaço integrado da empresa, além das fronteiras nacionais."

Constata-se que a idéia de formação de mercados regionais está integrada às novas necessidades do modelo econômico da globalização.

No Brasil, assim como nos países latino-americanos, esta tendência tem se refletido no cotidiano, inicialmente no setor produtivo e posteriormente

em outras áreas. A política de abertura econômica adotada nestas últimas décadas, baseada no modelo neoliberal, em retomada nos países desenvolvidos tecnologicamente, suscita a discussão sobre a mudança de postura das empresas, dos trabalhadores, e do Estado. A busca de competitividade, o enxugamento da máquina estatal, têm levado a programas de privatização, de medidas macroeconômicas, que por sua vez arrocham salários e causam desemprego na população, vindo também acompanhados de mudanças a nível das idéias. A adoção de modelos de gestão administrativa como a Qualidade Total, em conjunto com novas técnicas, como a automação, tem causado apreensão em alguns setores.

Estas questões também influenciam na educação. Na medida em que o sistema produtivo aponta novas necessidades, a escola como espaço privilegiado, passa a ser local de assimilação de novos modelos. Nesta perspectiva é que surgem propostas de "melhoria" do ensino. Entretanto, chamamos a atenção que, mais uma vez, a escola pode estar servindo aos interesses do "desenvolvimento econômico". Propostas baseadas na transferência de modelos para a educação brasileira sem considerar as especificidades da realidade, podem ser inoperantes. Por exemplo, alguns planejadores, acreditam na eficácia da implantação do "modelo japonês", de Qualidade Total na escola, mas desconhecem as relações sociais e culturais existentes.

A Geografia neste contexto, deve possibilitar aos professores a compreensão desta realidade. Diante da educação, a Geografia, enquanto disciplina, assim como todas as outras, é um meio, um instrumento de entendimento das questões que envolvem o mundo.

Assim, será através do *"...entendimento crítico dos grandes momentos históricos, nos quais alguns homens modificam o futuro da humanidade, através de guerras mundiais, descobertas científicas, devastações de florestas, instalação de novos sistemas de governo pela força ou não, desastres ecológicos, matanças de animais, extração desordenada de minérios, extermínio dos povos indígenas e povos da floresta, uso de armas químicas e biológicas, será o embasamento para criar no aluno condições à constatação das estruturas sócio-político-econômicas instaladas no planeta hoje."* (Mascarin, 1993:38).

2-Objetivos

Pensamos este projeto com o objetivo de trabalhar com a equipe técnico-pedagógica da referida escola, visando criar condições à compreensão dos problemas da realidade elencados pelos professores, colocando-os na direção de possibilitar que assumamos no plano individual e coletivo o processo de construção do conhecimento.

Este objetivo relaciona-se à utilização do método dialético na

investigação da realidade. Através da Geografia, será buscada a compreensão dos problemas elencados pelos professores no caminho da elaboração do concreto pensado. Neste sentido, é fundamental que sejam identificadas as contradições do real, para que, no trabalho com o aluno, sejam estabelecidas as relações entre as representações mentais que ele traz e a realidade. Assim, é importante que professor e aluno passem a pensar por contradição ao observar o mundo.

Considerando que o indivíduo é resultante das interações do meio sócio-histórico-cultural, e que constroe no coletivo, é necessário que o professor tome consciência de si e das relações que o cercam, pensando o conteúdo da Geografia como parte da sua vida. Desta forma, entender o processo de produção do espaço na atualidade, implica em olhar o mundo na sua complexidade e totalidade, identificando as reais condições de existência dos indivíduos no contexto da sociedade atual.

O espaço geográfico, resultado das relações da sociedade com a natureza, deve ser analisado dentro de um processo que vá do particular para o geral e retorne ao particular. É através de categorias elencadas da realidade, da vivência de um método de trabalho que possa ser usado em diferentes situações, que se pode, gradativamente, adquirir autonomia no processo de construção de conhecimentos.

Este processo exige, para que haja aprendizagem, uma mobilização e uma ação do sujeito sobre o objeto, uma vez que, para

"...a elaboração efetiva do conhecimento, deve-se possibilitar o confronto entre o sujeito e o objeto, onde o educando possa penetrar no objeto, apreendê-lo em suas relações internas e externas, captar-lhe a essência. Trata-se de um segundo nível de interação, onde o sujeito deve construir, pela sua ação, o conhecimento através da elaboração de relações cada vez mais totalizantes. Conhecer é estabelecer relações; quanto mais abrangentes e complexas forem as relações, melhor o sujeito estará conhecendo. O educador deve colaborar com o educando na decifração, na construção da representação mental do objeto em estudo." (Vasconcelos, 1995: 46).

Enfim, os objetivos estão ligados ao entendimento de uma metodologia de trabalho que possibilite autonomia de investigação, elevando o professor à condição de pesquisador, sujeito de suas ações, digno na sua profissão.

3-Problemas específicos da escola a serem abordados através dos conteúdos de Geografia

A EEPG Procópio Ferreira, no seu conjunto apresenta como vimos,

diversos problemas de ordem sócio-econômica específicos, ligados à sua realidade próxima, mas que não estão desvinculados do contexto mais amplo da sociedade.

Durante o primeiro semestre de 1995, realizamos cerca de 10 encontros com os Professores de Geografia, com Professores do Ciclo Básico a 4ª série e Direção da escola. Foram levantados diversos problemas. A evasão e a repetência têm sido um consenso. No decorrer das discussões, passaram a ser identificadas causas ligadas ao cotidiano da vida escolar. Segundo os professores a solução de tais problemas poderá reduzir os índices de evasão e repetência.

Conjunto das questões elencadas: *alienação com relação ao contexto da escola e sociedade; dificuldade no trato com o outro; estigma de inferioridade; moradia em condições subumanas; desemprego/sub-emprego; desestruturação familiar; violência intra/extra muro escolar.*

A partir do momento que a FAPESP aponta a oportunidade de um trabalho com a escola pública de 1º e 2º graus, retornamos à escola e discutimos a possibilidade de desenvolvermos um projeto que viabilizasse, através do ensino de Geografia, uma maior compreensão das questões acima apontadas.

Os professores sentiram-se entusiasmados colocando-se à disposição para integrar uma equipe de trabalho. Este mesmo entusiasmo nos impulsionou à confecção deste projeto.

Respeitamos as questões indicadas pelos professores desta escola porque consideramos que suas opiniões devem ser ouvidas. Dessa forma organizamos este projeto tratando-as individualmente, sem perder de vista que elas estão intimamente ligadas.

Consideramos que o ensino de Geografia vem de encontro à compreensão dos diversos problemas dessa realidade. A partir do diagnóstico preliminar realizado junto aos profissionais da unidade escolar, teceremos considerações acerca de cada um, no intuito de demonstrar a exequibilidade deste projeto.

Alienação com relação ao contexto da escola e sociedade

O momento que vivemos na atualidade, nos permite identificar uma série de categorias que, ao serem analisadas poderão fornecer pistas para o entendimento dos motivos que cercam a alienação dos alunos.

A alienação é um componente intrínseco do sistema capitalista de produção. A escola, entre outras instituições, insere-se enquanto uma unidade neste sistema. O aluno é, nesta concepção, uma partícula ínfima, um receptáculo onde são depositadas informações que dificultam o seu auto-conhecimento.

A especialização e a fragmentação existentes na sociedade e na

ciência, estimulados pela crescente necessidade da acumulação do capital, levaram o indivíduo a reconhecer apenas o espaço circundante como uma parcela de sua existência, sem estabelecer inter-relações com o todo. A especialização e a fragmentação global, tornaram o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço (Santos, 1984). A escola, para o aluno, é um fragmento, um pedaço sem conexão com a realidade. Tomar consciência desta questão, implica em identificar, no interior da estrutura social, as categorias da realidade, que podem explicar as reais condições materiais de existência dos alunos no seu cotidiano.

A medida em que a sociedade atual passa por um processo de intensificação das estruturas sócio-econômicas capitalistas, e esta contribui à subversão da ciência e à alienação, interfere nas relações dos homens com os homens, dos homens com as coisas, enfim, dos homens com o seu espaço (Santos, 1984: 11). Isto significa compreender o espaço vivido como ponto de partida e de chegada, entendendo o mundo num processo gradativo.

O conteúdo da Geografia que pode contribuir à compreensão deste tema é a relação sociedade-natureza. Segundo Rui Moreira (1987), estudar a relação sociedade-natureza é estudar as necessidades humanas. Portanto, cabe aqui trabalhar este tema e aprofundar as formas de apropriação da natureza e sua transformação, o que contribuirá para uma tomada de consciência do aluno (Moreira, 1987: 160).

Dificuldade no trato com o outro

A individualização, agravada através da universalização do contexto sócio-histórico atual, fortalece na escola aspectos característicos do sistema capitalista como a competição, a produtividade e o lucro. Também, a própria constituição da cultura brasileira, reflete preconceitos e racismos que tradicionalmente resistem ao avanço da tomada de consciência da população.

A individualização do aluno expressa-se em uma individualização do espaço. Milton Santos (1984) afirma que o "...espaço social distingue-se das formas vazias pelo próprio fato de sua cumplicidade com a estrutura social..." (Santos, 1984: 17). Assim, os comportamentos dos alunos, no espaço, refletem um modelo de sociedade com o qual eles interagem.

Considerando o outro e a si mesmo como partícipe, será através do uso da linguagem cotidiana dos alunos, de atividades como debates e de discussões, além de trabalhos coletivos, que será valorizada a cooperação enquanto prática do trabalho escolar.

Os conteúdos de Geografia podem contribuir, por exemplo, para o entendimento do processo de industrialização, das relações de trabalho dele resultantes, do significado do consumo e das ideologias subjacentes. Contudo,

fazer uso desses conteúdos terá mais sentido no contexto de uma prática que valorize a cooperação e a colaboração entre os educandos. O respeito, a convivência com a diversidade, possibilitarão uma maior consciência dos alunos, facilitando o trato com o outro, de si próprio, e com o mundo.

Estigma de inferioridade

As condições sociais e culturais do padrão de vida dos alunos, acentuadas pelas desigualdades geradas na concentração da renda na sociedade, engendram as bases para os conflitos e dificuldades de aceitação das condições materiais impostas pelo sistema, gerando nele um estigma de inferioridade.

A escola, tende a aprofundar este estigma, quando não considera a realidade da vida concreta dos educandos no processo de ensino. Na medida que os conteúdos tenham significado e que envolvam as aspirações dos alunos torna-se a aprendizagem um fato real. Nidelcoff (1979), em seu livro "*A escola e a compreensão da realidade*", afirma que o professor no trabalho escolar deve adaptar-se às condições externas advindas da realidade do aluno. Expõe a necessidade da reflexão e do diálogo com outros professores, com outras pessoas, no sentido de ajudar os alunos a ver, compreender, expressar, descobrir, assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança na realidade. Consideramos que esta mudança deve partir de cada aluno como sujeito e fundamentalmente seja pautada pela reflexão e ação no grupo em busca da tomada de consciência (Nidelcoff, 1979: 6).

Conteúdos como, ocupação e organização do espaço, conhecimento do espaço vivido e próximo, consciência da diversidade étnico-cultural brasileira (povos indígenas, influência da população negra e dos imigrantes), características das etnias e Nações e da multiplicidade cultural do mundo, são facilitadores para a superação do estigma de inferioridade presentes nos indivíduos.

Moradia em condições subumanas

A questão da moradia é significativa, pois reflete no espaço um modelo sócio-econômico de organização que concomitantemente condiciona a vida dos seus habitantes. Morar, assim como alimentar-se e repousar é uma necessidade básica dos indivíduos. A casa é o lugar do desenvolvimento da vida. Concordamos com Arlete Moysés Rodrigues (1988) que afirma que a casa, local de trabalho, onde realiza-se a tarefa para a manutenção de outras necessidades, é um referencial necessário ao homem (Rodrigues, 1988: 11).

A casa enquanto unidade é parte de um contexto maior, a cidade. O espaço urbano, é uma simultaneidade de fragmentos que articulam-se conforme

os interesses e necessidades dos agentes que nele fixam-se. Exemplo disto é a diversidade de lugares existentes com formas variadas como as áreas residenciais segregadas. O espaço urbano é um reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (Corrêa, 1989:6-7). A cidade capitalista é profundamente desigual, é um condicionante da sociedade. Isto se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem desempenham na reprodução das condições e relações de produção.

O espaço urbano, enquanto materialidade das relações sócio-históricas, apresenta uma diferenciação na sua organização que revela-se entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da estrutura viária, iluminação, saneamento básico, entre outros. Além dos diversos aspectos como a fragmentação, articulação, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde é desenvolvida e reproduzida a vida das classes sociais. E ainda é na cidade que ocorrem conflitos, disputas, manifestam-se valores, crenças, que projetados nas formas espaciais, assumem uma dimensão simbólica que diferencia-se conforme os vários grupos sociais (Corrêa, 1989:9).

Milton Santos (1986), refletindo sobre as cidades nos países subdesenvolvidos, afirma que: "...a distribuição da população em segmentos com acentuadas diferenças de renda, consumo, nível de vida, etc, faz com que num mesmo espaço apareça uma variedade de resultados em relação com os diferentes aspectos da realidade" (Santos, 1986).

Podemos deduzir que as cidades apresentam uma desigualdade na sua constituição espacial, onde a diversidade das formas de moradias são definidas pelas condições materiais (econômicas) de cada grupo familiar ou indivíduo. A diversidade global das realidades "...deve-se à uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores" (Rodrigues, 1988: 14). A casa e respectivamente o lugar onde se encontra na cidade é mediada pela renda e pelo salário. Assim, quem não pode pagar o preço submete-se às moradias em condições inferiores. É o caso do "barraco", quase sempre localizado nas favelas.

Partindo para a reflexão da realidade da maioria dos alunos da escola em questão sobre a moradia, constatamos que estes vivem em condições precárias. São provenientes de uma favela existente nas proximidades da escola, o que revela a sua situação sócio-econômica. A situação verificada na área do projeto demonstra a necessidade de buscar através de análises abrangentes respostas para a questão.

Além das considerações iniciais, é fundamental desenvolver um estudo sobre o processo de urbanização no contexto do mundo atual, levando

em conta o processo de ocupação, apropriação e organização espacial, e, abordar a industrialização, suas relações com a urbanização atual, assim como a metropolização, a relação entre cidade-campo, a questão agrária relacionada ao êxodo rural, entre outros temas relevantes, que poderão emergir na trajetória do projeto.

Desemprego/sub-emprego

O momento em que vivemos, as transformações ocorridas, as novas medidas no sistema produtivo gerado pelo processo de globalização da economia mundial, tem ampliado o desemprego da população, principalmente em função da reprodução do capital pelas grandes corporações transnacionais e empresas capitalistas. Além disso, ressaltamos como problema o fato dos investimentos na atualidade estarem direcionados para a especulação financeira. Estes procedimentos têm agravado o processo de exclusão social.

As inovações tecnológicas adotadas na atualidade, necessitam cada vez menos de trabalhadores. As novas formas de gestão do trabalho, representadas pelas sofisticadas tecnologias e organizações administrativas, como por exemplo, a Qualidade Total, ou "modelo japonês", adotadas como referencial pelas indústrias, objetivam ampliar e melhorar o nível de produtividade. Este modelo, entre outros, compõe um arsenal de métodos e técnicas incorporadas de forma ampla pelo neoliberalismo, intensificando o controle da produção e do trabalhador com sutileza a ponto de colocá-lo na condição de participante ativo do setor produtivo.

Estas novas formas, também dispõem cada vez menos do trabalhador, pois através do desenvolvimento técnico-científico dos instrumentos de produção, como a automação, exigem um trabalhador mais qualificado, com uma compreensão mais ampla do processo de trabalho, economizando em número de pessoas, podendo gerar desemprego.

Cabe aqui estabelecer um paralelo entre o modelo de apropriação do trabalho com a escola. Na sociedade industrial e urbana, os trabalhadores são controlados pelo seu processo de trabalho.

No entendimento de Enguita (1989), "...os trabalhadores assalariados... maior parte da população chamada "economicamente ativa"... vêm-se inseridos em organizações produtivas com uma divisão do trabalho mais ou menos desenvolvida para cuja conformação não se contou nem se contará com eles. Os processos de trabalho são organizados pelos escritórios de métodos e tempos..." (Enguita, 1989: 9).

Na escola, encontramos, no seu cotidiano, o modelo da divisão do trabalho refletido. A disciplina, o controle do tempo, a supervalorização de

técnicas e conteúdos fragmentados, enfim, a homogeneidade característica do sistema escolar, tende a segregar e expulsar o aluno que não se adapta ao sistema. O fato da escola excluir uma parcela da população reflete o modelo da sociedade que também exclui muitas pessoas do setor produtivo, gerando o desemprego e o sub-emprego. Novamente, percebe-se uma tentativa, na atualidade, de adequação da escola com as novas necessidades impostas ao setor produtivo.

Em texto divulgado nos *Anais do V Congresso Brasileiro de Geógrafos* realizado em Curitiba, *Rossevelt José dos Santos* (1994), afirma que "...o surgimento e a sofisticação de tecnologia na produção e nos serviços na sociedade... ..promove a reorganização de modos de vida..." (Santos, 1994: 341). Assim consideramos que as novas formas de organização refletem diretamente no contexto social gerando desemprego, e fomentando o sub-emprego, com os modelos de tercerização, o que exclui parte da população que hoje é de aproximadamente 30 milhões de brasileiros. Isto porque as inovações técnicas abrangem além da produção política, a educação, a propaganda, constituindo uma complexidade de técnicas sociais (Santos, 1994: 342).

O problema das condições do Brasil agrava-se, principalmente pela forma como o capitalismo historicamente desenvolveu-se. O fato do país, no quadro mundial, ter sido palco da espoliação desenfreada de recursos humanos (mão-de-obra) e da natureza (matéria-prima), sujeitando-se às decisões planejadas nos centros geradores de tecnologia de ponta, faz com que o desemprego e a exclusão social, acabem sendo parte integrante do modelo de desenvolvimento vigente.

A concentração industrial no centro-sul do país, as desigualdades regionais advindas, sobretudo do modelo de planejamento adotado, que em contrapartida engendram contradições explicitadas na distribuição desigual da renda e da terra, produzem na sociedade uma dinâmica perversa. A população desloca-se de região para região em busca de trabalho e salário. A falta de uma ação do Estado no sentido da fixação das pessoas nos seus locais de origem, e de falta de projeto para alocação desta população nos lugares de chegada, geram grandes massas de desempregados.

A falta de uma política econômico-social para a maioria da população, tem estimulado um número significativo de pessoas a buscar o sub-emprego. O mercado "paralelo" tem tomado dimensões gigantescas no Brasil. Atualmente este é, principalmente para o jovem, uma opção de trabalho, além das crianças que compõem este mercado para suprir as necessidades familiares.

A falta de perspectiva de uma mudança estrutural, reflete-se no cotidiano destes alunos, desestimulando a sua permanência na escola.

É importante, a partir destes apontamentos, avançar no entendimento do processo histórico do capitalismo no mundo e no Brasil, estudar o significado

da divisão internacional do trabalho, da apropriação da natureza na sociedade industrial, dos movimentos migratórios, das multinacionais, do processo de globalização e regionalização, do Mercosul e de outras formações político-econômicas, da nova (des)ordem mundial, entre outros temas, como referenciais na busca da compreensão deste problema.

Desestruturação Familiar

A organização familiar está relacionada com o contexto sócio-histórico da sociedade. As mudanças ocorridas têm reflexos na modelação da família. Isto ocorre também em função dos momentos político-econômicos do sistema produtivo, dos interesses vigentes e da interferência do Estado, principalmente quanto ao planejamento familiar.

Tradicionalmente no Brasil a família tinha como modelo extensos agrupamentos de pessoas, constituídos por casais cercados de muitos filhos que congregavam várias gerações. Com o projeto desenvolvimentista, a implantação da industrialização na década de 60, provocou no país um crescimento acelerado das áreas urbanas. A organização da família se modificou pelas condições materiais impostas pelo novo momento.

A partir da década de 70 começa a haver uma diminuição significativa no tamanho das famílias. Estas mudanças associadas às alterações da estrutura social do país, isto é, crescente urbanização, transferência maciça da população do campo para as cidades (êxodo rural), para ocupar os setores industriais, de comércio e de serviços em ascensão nas cidades, influenciam sobremaneira na composição das famílias.

O modelo de família tradicional rural, é substituído pela família nuclear, casal e filhos, composto no máximo por cinco pessoas. Entretanto, o processo de modernização acelerada, advindo da urbanização não foi acompanhado de uma ampliação de infra-estrutura. A explosão desordenada das cidades, afetou as famílias não apenas no tamanho, mas principalmente, gerando a sua desagregação.

Também os movimentos migratórios resultantes dos processos acima citados, como por exemplo o êxodo rural, transferem famílias, levando-as a um choque cultural radical. Também a falta de uma política social no local de origem e, simultaneamente no de chegada, causa um impacto nos grupos que, para sua sobrevivência, submetem-se ao mercado de trabalho a qualquer preço.

Na ótica de *Ruy Moreira* (1989), "...a intensificação da migração favorece a superpopulação, um estado de excesso permanente de homens em relação à oferta de bens e serviços, e o superpovoamento, excesso em relação ao espaço físico, que atenua no local a 'pressão demográfica'..." (Moreira,

1989: 96), tendo como consequência a grande concentração populacional em algumas áreas.

O contingente de pessoas vivendo nas cidades, sem condições mínimas de sobrevivência é comprovado por diversos problemas sociais latentes no cotidiano. Desde a década de 60, o número de crianças abandonadas a toda sorte nas ruas tem aumentado. A maioria delas vive em famílias sem o mínimo de condições básicas de subsistência, o que acaba dificultando a manutenção e orientação. Esta exclusão que se inicia no ambiente familiar, leva a criança a buscar nas ruas, através do subemprego, da condição de pedinte, ou da marginalidade (pequenos furtos, consumo de drogas), a saída para uma vida diferente. O agravante neste processo é que, desta forma, estas crianças estarão alijadas da escola.

No outro extremo, com o aumento da esperança de vida, principalmente a partir da década de 70, a população idosa (60 anos e mais), passou a ocupar um espaço importante quantitativamente. No entanto, pela falta de uma política previdenciária, surgiram problemas afetando diretamente a aposentadoria e provocando a extinção da família extensa, onde os idosos eram respeitados. Estes ao serem excluídos do mercado de trabalho acabam abandonados pela família e levados à marginalidade.

Com a implementação do setor industrial, o trabalho feminino foi incorporado no mercado de trabalho. Este fato cria a necessidade de novas ofertas de serviços públicos, como as creches para os filhos dos trabalhadores. Na realidade, para a população mais pobre, a escola acaba sendo a opção que servirá de abrigo para as crianças até serem incorporadas pelo mercado de trabalho. A ausência da mulher na vida doméstica, iniciou uma desarticulação da família extensa tradicional e, na atualidade da própria família nuclear.

Existem outras formas de agrupamentos que apontam uma desagregação do modelo tradicional e nuclear como é o caso da família desagregada, que geralmente tem a mulher como chefe. Isto ocorre em função da separação de casais ou de mães solteiras ou de crianças que passam a residir com parentes (estes casos são muito comuns na área do projeto).

Embora esta questão esteja interligada com todas as outras, apontamos que os estudos sobre as relações cidade-campo, os movimentos migratórios, estudos sobre população, êxodo rural, estrutura fundiária, crescimento urbano, especulação imobiliária, podem contribuir para um melhor entendimento do problema específico, a desestruturação familiar.

Violência intra e extra muro da escola

A violência, assim como os outros problemas já levantados, é parte

de um contexto sócio-econômico que reflete uma organização social que na sua totalidade expressa no cotidiano várias formas. No intuito de ilustrar, vamos mencionar dois tipos considerados por *Dulce Whitaker* (1993) como significativos: "...a explícita e a simbólica..." (Whitaker, 1993: 27). Para a autora ambas ocorrem simultaneamente. A explícita já está banalizada na sociedade, é parte do cotidiano. Exemplo disso é o extermínio de crianças. Quando refere-se à simbólica, cita *Bourdieu e Passeron* que consideram que a violência simbólica ocorre toda vez que se impõe um significado a grupos ou populações como sendo o legítimo, o verdadeiro, sem mostrar quais são as relações de força da sociedade que determinam este significado como o legítimo e verdadeiro.

Nesta perspectiva, *Whitaker* (1993), afirma que "...a ação pedagógica, assim como a ação da publicidade, dos órgãos burocráticos, é carregada de violência simbólica, na medida em que raramente são analisadas as relações de força e de poder ali embutidas..." (Whitaker, 1993: 29).

O espaço físico, materializado pela sociedade, expressa a violência simbólica. Considerando os diversos fatores que influenciam na violência, como por exemplo as condições materiais, citamos *Lefebvre* (1991).

Este afirma categoricamente que "toda sociedade que comporta, de um lado, penúria e não-abundância, e de outro, predominância de uma classe (que possui e governa, que explora, que organiza, que toma para si a maior parte possível do resultado do trabalho social, seja através de um consumo suntuoso, seja através da acumulação, seja ainda através dessas duas formas de dominação), toda sociedade dessa ordem manteve-se pelo duplo meio da persuasão (ideologia) e da opressão (punições, leis, códigos, tribunais, violência preparada para não precisar se servir dela, violência aberta, tropas armadas, polícia, etc). Toda sociedade de classes é uma sociedade repressiva" (Lefebvre, 1991: 155).

De forma geral, a articulação dos grupos hegemônicos nos momentos históricos busca utilizar de diversos recursos para a manutenção do sistema e o controle espacial da sociedade. *Araújo* (1994), ao estudar o espaço em *Foucault*, expõe este pensamento: "para sustentar-se o poder instaura relações que passam por todos os indivíduos... A sociedade disciplinar dispõe de mecanismos e procedimentos que facilitam a vigilância..." (Araújo, 1994: 268).

Também *Mayumi Souza Lima* (1989), analisando o poder no espaço, lembra que "a apropriação do espaço e a exclusão ou a limitação de uso do espaço para os dominados também fazem parte dos direitos de quem exerce o poder... a imposição do poder sobre os dominados pode-se explicitar assim no controle sobre a liberdade de movimentos ou ainda se exacerbar sobre a forma de organização de distribuição do espaço, seguindo a política das coerções" (Lima, 1989: 32).

Na atualidade a violência simbólica confunde-se com a explícita. A família perde para Estado o poder sobre as crianças. Porém na sociedade capitalista, caracterizada pela desigualdade, cabe aos pais mostrar aos filhos o seu devido lugar. Assim, o espaço é o lugar onde transparecem as exclusões sociais. Os espaços definidos pelo poder, são "...estabelecidos em função da preservação e do fortalecimento desse mesmo poder e, portanto, voltados para o controle e a distribuição desigual de direitos e poderes" (Lima, 1989: 37).

A escola reflete, a nível espacial, principalmente aquela voltada para as classes menos remuneradas, uma significação que revela condições sócio-econômicas. Um exemplo concreto é o fato de estarem, geralmente, localizadas em lugares desprestigiados nos bairros e cidades. Lima (1989), expressa sua opinião quando afirma que "...as escolas, são na atualidade, o retrato de uma sociedade que considera a criança parte da sucata industrial que se aproveita ou não na produção futura..." (Lima, 1989: 38). Nesta perspectiva, a criança passa à categoria de "menor", indivíduo inferior no contexto social, à mercê dos interesses e da boa vontade dos adultos.

Este conjunto de violências gera na criança e no adolescente uma agressividade dirigida para a marginalidade. As desigualdades resultantes do sistema sócio-econômico perverso, a falta de condições básicas como, educação, saúde, moradia, alimentação, contribuem para a degradação e revolta. Atualmente a violência não é apenas patrocinada pelo Estado, mas também é gerada pelo conjunto da sociedade.

Sérgio Adorno (1993), comenta e exemplifica a questão dizendo: "...a aceitação por parte da opinião pública de que certos problemas e conflitos no interior da sociedade sejam resolvidos com mão forte, desde questões mais gerais, como reivindicações sociais ou greves - 'Olha, para acabar com a greve dos transportes tem que pôr a polícia na rua e descer a borracha, porque se não vira o caos' -, até situações mais domésticas - quando se acredita, muitas vezes, que crianças e adolescentes devem ser realmente tratados com o velho estilo das palmadas, cujo limite ninguém sabe muito bem qual é" (Adorno, 1993: 20).

Evidentemente, podemos afirmar que os problemas existentes na escola em questão, compõem um todo resultante da dívida social produzida no Brasil, e pela cultura do poder que mantém este sistema. Sem dúvida estes problemas contribuem para a violência observada na escola, influenciando e gerando evasão e repetência.

Considerando que a violência abrange não só a criança e o adolescente, mas também as mulheres, os negros, os homossexuais, os trabalhadores, enfim a grande maioria da sociedade em suas diversas formas, é fundamental que, através do ensino de Geografia, busque-se temas para contribuir na análise

da questão. Estudar a geopolítica, sistemas econômicos, ocupação e organização do espaço brasileiro, cartografia, poder no espaço, formas de apropriação do espaço pela sociedade, questão urbana (moradia, saneamento básico, transportes). Globalização, multiplicidade cultural, entre outros, possibilitará uma visão da realidade no sentido de identificar no espaço e na sociedade a violência.

4-Estratégias e atividades a serem desenvolvidas

Pretendemos partir das transformações atuais que têm ocorrido na teoria da Geografia visando levar o Professor a adquirir um conhecimento atualizado e totalizante que considere a amplitude da realidade. Para isso, é importante caminhar junto com os Professores realizando um trabalho que parta das suas necessidades. Essas necessidades mais prementes, que têm sido demonstradas nos últimos anos, estão ligadas à produção do conhecimento e ao movimento da sociedade nas suas múltiplas determinações.

Há que se pensar também na dificuldade de adequar o conhecimento resultante da apreensão que o docente tem da realidade para a sistematização e uso no cotidiano da sala de aula.

Sabemos que esta ansiedade mascara-se porque não basta só a atualização de conteúdo, é necessário ir mais fundo. É fundamental que o Professor, enquanto profissional, além de atualizado, aprofunde conteúdos teóricos e que, tenha condições por si próprio, de entender de forma crítica o contexto sócio-histórico e político-econômico.

Este é o grande problema!

Temos a consciência de que para chegar até este ponto sozinho, é muito difícil. Com o objetivo de contribuir para o processo de ensino propomos:

-juntamente com os Professores, desvendar e utilizar os conhecimentos da Geografia, na linha da Geografia Crítica, tendo como embasamentos metodológicos a Dialética;

-através da sistematização, estudos de textos, análise de documentos, formular nexos explicativos, buscando uma compreensão do problema em sua totalidade;

-atividades orientadas de leituras e discussões, reflexão constante da prática pedagógica, estudo do meio, visitas a Museus, Teatros e Universidades.

As estratégias que serão adotadas no desenvolvimento do trabalho deverão estar vinculadas à realidade. Ao referirmo-nos à realidade, procuraremos ressaltá-la tal como se apresenta, caminhando na direção da investigação do seu conteúdo, identificando contradições, estabelecendo contato direto com o objeto de estudo. Na ótica de Pedro Demo (1988), a realidade são todas as dimensões

que compõem nossa forma de viver e o espaço que o cerca.

A proposta por nós defendida relaciona-se à idéia que o currículo como um "um conhecimento socialmente organizado" (Yoring, 1971; Pires, Gonçalves, Yamamoto, 1992), é construído no cotidiano de um quadro de referências que especifica-se nas diferentes disciplinas e na realidade escolar cuja ação docente será realizada. Nesta perspectiva, buscamos não somente desenvolver habilidades, mas ir mais longe, apresentar criticamente o patrimônio de experiências e conhecimentos culturais da sociedade resultantes de um processo sócio-histórico.

Na perspectiva da Geografia Crítica, que busca desvendar o mundo em movimento, que engendra a contradição, as estratégias devem estar vinculadas aos conteúdos. Por isso, optamos por um tratamento que abarque a dinâmica inerente à realidade.

Concretamente, o ponto de partida será uma investigação junto aos Professores, buscando o levantamento de dados sobre as condições concretas relevantes do cotidiano, tais como: o espaço vivido/sentido, a situação sócio-histórica e econômico-político-cultural. Neste item, faremos algumas considerações sobre o conceito de lugar. Na atualidade, com as mudanças ocorridas, observamos que o lugar, principalmente nos grandes centros urbanos, com o advento da mundialização e fragmentação tende a uma homogeneização e diferenciação. Ana Fani A Carlos (1993), explica que o lugar "...aparece como fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno." O lugar é hoje um ponto de articulação entre a mundialidade em construção e o local enquanto especificidade concreta (Carlos, 1993: 303). Assim, partindo destas reflexões, procuraremos considerar os anseios e o que é significativo no cotidiano, procurando garantir que a explicação não se esgote em si mesma. A compreensão deste contexto como movimento social implica no manejo das grandes categorias sociais: classes, Estado, sociedade civil e garante a compreensão da relação entre o próximo e o distante no espaço geográfico.

Como resultado de longa e consciente reflexão sobre os diferentes posicionamentos teórico-metodológicos, chegamos à firme convicção (acreditamos) que o interacionismo, sobretudo, baseado na teoria sócio-histórica, na perspectiva de *Vygotsky* é o posicionamento que mais se aproxima da nossa linha de trabalho. *Marta Kohl de Oliveira* (1992: 27), referindo-se ao processo de formação de conceitos idealizados por *Vygotsky*, afirma que a linguagem humana, sistema simbólico fundamental na mediação entre sujeito e objeto de conhecimento tem duas funções: a de intercâmbio social e a de pensamento generalizante. A linguagem além de servir ao propósito da comunicação entre os indivíduos, significa e generaliza a experiência ordenando as instâncias do mundo real em categorias conceituais cujo significado é compartilhado pelos

usuários dessa linguagem. Na visão de *Vygotsky*, a linguagem é determinada por um processo histórico-cultural.

Para o ensino de Geografia, esta concepção pode contribuir na medida que os objetos espaciais, as transformações ocorridas, resultam de um processo sócio-histórico. Desta forma, o espaço é um todo social, incorporado pela e para a sociedade. A apreensão dos seus significados, a construção dos conceitos dele advindos, possibilitará uma compreensão ampla da realidade do aluno. Contudo, poderá contribuir, e muito, na formulação de alternativas na busca do desenvolvimento de conteúdos da Geografia na linha dialético crítica. Neste ínterim, a proposta sócio-histórico- interacionista de *Vygotsky*, proporcionará também ao ensino de Geografia, pela própria natureza desta ciência, a busca, entre outras coisas, da compreensão das relações sociais com o espaço físico-concreto. Constatamos que as marcas resultantes destas relações, são formas concretas que, para o conhecimento transformam-se em símbolos que revelam esta realidade. A ação humana, representada pelo trabalho, transforma a natureza, que por sua vez transforma a si mesma, que se materializam no espaço social (Pino, 1993: 97).

O estudo da relação sociedade/natureza, considerado em geral imprescindível na Geografia (Andrade, 1994:21), leva-nos a uma aproximação com o interacionismo sócio-histórico na medida em que pode ser explorado amplamente através da elaboração de trabalhos estabelecendo paralelos com a realidade.

A *Construção da Maquete Dinâmica* (Pinheiro, 1993), por exemplo, pode reproduzir através da percepção dos alunos as transformações sociais. Este trabalho (teórico-prático) por sua vez pode vir a ser o referencial indiciário essencial de diferentes conteúdos que constituirão os fundamentos para a participação dos educandos no processo de construção do conhecimento.

A *Maquete Dinâmica* é uma estratégia pedagógica, que permite uma analogia com a sociedade atual, além da representação de aspectos culturais e ideológicos inerentes as funções existentes na sociedade. Este trabalho reflete através dos comportamentos dos participantes a realidade social do espaço. Também pode motivar e tornar as aulas significativas, principalmente porque, após sua construção, passa a ser um referencial comum a todos, um produto social construído que materializa os conflitos, as idéias, as percepções.

A idéia de referencial, no tratamento dos conteúdos, embasa-se no pressuposto de que os alunos vivenciarão concretamente o processo e necessariamente trabalharão o relacionar/expressar o conhecimento, as suas percepções e, conseqüentemente chegarão ao concreto pensado. E, neste nível, o Professor já estará com elementos fundamentais para apoiá-lo na sua prática.

Ensinar Geografia na perspectiva dialético crítica, é desvelar a

realidade, partindo da análise do que vemos e daquilo que representa o que vemos, valorizando cada sujeito enquanto ser social.

Nesta fase o Professor, na qualidade de profissional mais experiente e embasado teoricamente, apresentará elementos à condução/orientação do trabalho pedagógico. Neste momento, interagindo professor-aluno, tomam consciência de sua realidade imediata, da sua amplitude, e, por conseguinte, entendem outros lugares, caminhando do próximo para o distante num processo contínuo e dinâmico. O educador, durante o percurso da ação pedagógica estará alargando seu horizonte de visibilidade do social e, simultaneamente o entendimento sobre o mundo em movimento, assim como o aprender e ensinar mutuamente.

5-Critérios para avaliação do processo do projeto

A avaliação deve antes de mais nada partir da realidade. E o que é a realidade? É o homem agindo na sua atividade real. Esta deve estar vinculada à análise do indivíduo/sociedade em sua dimensão sócio-histórica (Franco, 1981, 22). Desta forma é fundamental investigar a realidade social da escola no sentido de apreender suas interações, sua totalidade sócio-econômica, identificando as contradições existentes no movimento, enquanto qualidade inerente a todas as coisas em contínua transformação (Lefebvre, 1991: 238).

Após analisarmos essa concepção, partiremos para a avaliação diagnóstica e participativa, que segundo Luckesi (1984), significa um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra a comunidade escolar envolvida no projeto, tomando decisões satisfatórias e suficientes para que ela avance no seu processo de transformação, realizando esse procedimento num contexto sócio-histórico (Luckesi, 1984: 35). Assim, compreender o indivíduo significa explicitar a especificidade de sua atividade no contexto de uma configuração social, conhecendo os motivos e objetivos das ações que, mediadas pelo pensamento e linguagem, refletem a sua consciência social (Franco, 1991: 22).

Utilizaremos a avaliação diagnóstica e participativa como instrumento no processo ensino/aprendizagem. Esta funcionará também, como indicador à compreensão do projeto em questão e da ação dos seus participantes.

Dentro desta perspectiva entendemos que é através da relação entre teoria e prática que se constrói o conhecimento. A prática que nos referimos é a prática social e cotidiana do grupo envolvido no projeto: problemas, desafios, dificuldades, limitações, entraves, são questões a serem analisadas, desvendadas, como parte do processo enquanto busca da totalidade do real.

Os conteúdos, as estratégias a serem desenvolvidas terão como ponto

de partida as vivências dos envolvidos no projeto. Este terá seu encaminhamento na direção da satisfação das necessidades concretas resultantes da avaliação diagnóstica e participativa.

As ansiedades explicitadas pelos Professores com relação às questões levantadas nesta avaliação, convergirão para uma tomada de consciência deles próprios e da realidade social da escola em questão.

No decorrer do projeto surgirão desafios resultantes da dinâmica da realidade em movimento. É imprescindível que o grupo esteja constantemente refletindo sua ação. Nesta perspectiva a finalidade do trabalho pedagógico deve pautar-se pela tomada de consciência coletiva crítica. É importante que o conhecimento esteja articulado com as habilidades e que a reflexão/ação seja contínua.

O propósito do projeto em questão é mediar uma reflexão constante, considerando os participantes enquanto seres globais e abrangentes, apreendendo seu desenvolvimento real, a partir deles próprios, observando, enfim, todos os aspectos possíveis. Portanto é de vital importância o entendimento do processo de construção de conceitos na amplitude real pois, a aprendizagem realizar-se-á em sua totalidade no momento em que o grupo estiver em ação (Souza, 1991: 49).

Finalmente, a superação das dificuldades emergidas através da avaliação diagnóstica e participativa visa recuperar o pedagógico no cotidiano do trabalho escolar, o que proporcionará concomitantemente ao ensino de Geografia uma apropriação das questões sociais elencadas pelos Professores e, ainda subsidiará a reflexão para a compreensão e busca de alternativas no contexto da escola pública.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. Violência: um Retrato em Preto e Branco. in *Revista Idéias*. São Paulo: FDE, 1993.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Uma Geografia para o Século XXI. Campinas: Papyrus, 1994.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. O Espaço em Foucault. in *ANAIIS do V Congresso Bras. Geógrafos, Curitiba-PR*. Ass. dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1994.
- ARROYO, Monica. Mercosul: novo território ou ampliação de velhas tendências?. in *Globalização e espaço Latino-americano (Francisco Capuano Scarlato, org)*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.
- BRITO, Márcia Regina F. Avaliação: Projeto ou Processo?. in *Revista Pró-Posições*, nº 04, Março-1991, Campinas: FE/UNICAMP.

- CARLOS, Ana Fani A. O lugar: modernização e fragmentação. in *Fim de Século e Globalização* (Milton Santos, org.). SP: HUCITEC/ANPUR. 1993.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática. 1989.
- DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da Ciência. São Paulo: Atlas. 1988.
- DEMANGE, Nilson Joseph. Transferência Cultural: A Educação num Contexto de Globalização. in *Revista Pró-Posições*, Vol 05, nº 03. Novembro/1994. Campinas: FE/UNICAMP.
- EEPG "Procópio Ferreira". Plano Diretor da Escola Padrão. Campinas. 1995
- ENGUITA, Mariano Fernández. A Face Oculta da Escola. Porto Alegre: Artes Médicas. 1989.
- EZPELETA, Justa. ROCKWELL, Elsie. Pesquisa Participante. 2ª Ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1989.
- FRANCO, Maria Laura P B. Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. in *Avaliação do rendimento escolar*, Campinas: Papyrus. 1991.
- GERALDI, Corinta M G.. Currículo em Ação: Buscando a Compreensão do Cotidiano da Escola Básica. in *Revista Pró-Posições*, nº 03. Novembro-1994. Campinas: FE/UNICAMP.
- LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática. 1991.
- _____. *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.
- LEME, Dulce M Pompeo C e outros. O Ensino de Estudos Sociais no 1º grau. São Paulo: Atual. 1986.
- LIMA, Mayume Souza. ACidade e a Criança. São Paulo: Nobel. 1989.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. *Tecnologia educacional*. (61). 1984.
- MASCARIN, Sílvia Regina. O que se pretende ao trabalhar Geografia Crítica no 1º grau. in *Caderno de Textos Propostas*, Campinas: Ass. Geógrafos Brasileiros - Seção de Campinas. 1993.
- MOREIRA, Ruy. O Discurso do Averso. Rio de Janeiro: Dois Pontos Ed.. 1987.
- _____. Repensando o estudo da população. in *Fundamentos para o Ensino de Geografia*. São Paulo: Secretaria de Est.da Educ./SP/ CENP. 1989.
- NIDELCOFF, Maria Teresa. A Escola e a Compreensão da Realidade. 15ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PINHEIRO, Antonio Carlos. Maquete Dinâmica: a Descoberta da Realidade. In: *Caderno de Textos Propostas*, Campinas: Ass dos Geógrafos Brasileiros - Seção de Campinas. 1993.
- PINO, Angel. A Interação Social: perspectiva sócio-histórica in *Revista Idéias*, nº 20, São Paulo: FDE. 1993.
- PIRES, Célia M Carolino. GONÇALVES, Regina CE Gulatieri. YVAMOTO, Regina M F Elero. O currículo e a compreensão da realidade in *Escola e Proposta Educacional: Currículo e Avaliação*. Série Argumento, SP: SE/CENP. 1993.
- RETRATO DO BRASIL. Vol I e II. São Paulo: Editora Política. 1985.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Contexto. 1988.
- SANTOS, Milton. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: HUCITEC. 1986.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC. 1984.
- _____. (org.) *Fim de Século e Globalização*. SP: HUCITEC-ANPUR. 1993.
- SANTOS, Rosselyvelt Jose. Modernização e exclusão social no Brasil. ostentação individualismo e consumo. in *ANAIS do 1º Congresso Bras. de Geógrafos-Curitiba-PR*. São Paulo: Ass. Geógrafos Brasileiros. 1994.
- SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Proposta curricular para o ensino de Geografia: 1º grau. 6ª ed.. São Paulo: SE/CENP. 1991.
- _____. *Geografia: Série Argumento*. São Paulo: SE/CENP. 1993.
- _____. *Geografia: Prática Pedagógica - 1º grau*. S. Paulo: SE/CENP. 1993.
- SCARLATO, Francisco Capuano (org.). Globalização e Espaço Latino-americano. São Paulo: HUCITEC-ANPUR. 1993.
- SOUZA, Clariza Prado (org.). Avaliação do rendimento escolar. Campinas: Papyrus. 1991
- TAILLE, Yves de. OLIVEIRA, Marta Kohl de. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon. São Paulo: Summus Ed.. 1992.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Construção do Conhecimento em sala de aula. São Paulo: Cadernos Pedagógicos do Libertad - 2. 1995.
- VYGOTSKY, L S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes. 1988.
- WHITAKER, Dulce. Violência na Escola. in *Revista Idéias*, São Paulo: FDE. 1993.

RESUMO

O texto objetiva apresentar o projeto de pesquisa ora em desenvolvimento na EEPG "Procópio Ferreira", localizada no Município de Campinas-SP.

Acentada nos princípios da pesquisa participante, visa através da geografia buscar a compreensão por parte dos envolvidos, das questões de ordem social elencadas pelos professores, questões estas consideradas problemáticas para a plena efetivação do processo ensino-aprendizagem que se desenvolve naquela escola localizada numa área da periferia de Campinas.

Acreditam os autores que a geografia, juntamente com as demais disciplinas que compõem o currículo escolar, é um meio e instrumento de entendimento das questões que envolvem o mundo. Almejam-se, porém, que gradativamente o projeto adquira um caráter de parceria interdisciplinar, haja vista a abrangência dos problemas detectados.

ABSTRACT

School related social problems and the contribution of Geography

The text tries to present the project of research in development at EEPG "Procópio Teixeira", situated in Campinas municipality.

Based on the principles of participative research, the authors proposes to obtain through Geography the comprehension, from the related parts, of questions on social order listed by the teachers. These questions are considered problematic for total effectiveness of the teaching - learning process that is developed in the mentioned school in Campinas.

The authors believe that the Geography, along with other subjects that compose the school curriculum is a way and instrument of understanding of the questions that involve the world. The objective however is that gradually the project gets a character of interdisciplinary partnership, regarding the extend of the detected problems.

Palavras-chaves: Ensino-aprendizagem - prática pedagógica - Geografia crítica

Key-words: social problems - teaching and learning process - Geograpy - interdisciplinarity

A CONTROVÉRSIA
MODERNIDADE X
PÓS-MODERNIDADE

Armando Corrêa da Silva¹

NOTAS

O Mito da Globalização-Mundialização

Para Anthony Giddens² a globalização se refere a uma situação em que "o nível de distanciamento tempo-espaco é muito maior do que em qualquer período precedente, e as relações entre formas sociais e eventos locais e distantes se tornam correspondentemente "alongadas". A globalização se refere essencialmente a este processo de alongamento, na medida em que as modalidades de conexão entre diferentes regiões ou contextos sociais se enredaram através da superfície da Terra como um todo." (Giddens, 1991: 69)

"A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa." (Giddens, 1991: 69)

Há muita coisa escrita sobre isso³, mas o texto acima é suficiente para meu propósito aqui, ou seja, a questão do mito.

Tomo a palavra no sentido de fábula em dois contextos: 1. o de exaltação de um período heróico; e 2. O de fantasia não científica ou lógica.

No primeiro caso encontram-se declarações de empresários⁴ e também acadêmicos⁵. No segundo, mais importante, estamos diante do imaginário que o fenômeno proporciona. Por que?

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e sócio da AGB.

² Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*, Editora UNESP, São Paulo. Há outras definições de globalização e mundialização.

³ Santos, M., Souza, M. A. De, Silveira, M.L. (1994) *Território, Globalização e Fragmentação*, Editora Hucitec, Associação Nacional de Pós-Graduação, Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo.

⁴ Ortiz, R. (1994) *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense.

⁵ Idem.

Em primeiro lugar está a questão da velocidade da vida contemporânea, quando a teoria está sempre correndo atrás da paralogia dos inventores⁶, num processo em que os melhores trabalhos escritos sobre o assunto ficam logo defasados, sem contar seu caráter fragmentário e efêmero.

Não quero adotar aqui uma posição nostálgica. Minha experiência do tempo-espaço⁷ que já conta com cerca de 50 anos faz com que me encontre nos textos modernos e igualmente nos pós-modernos.

Minha trajetória acadêmica, que dediquei em grande medida ao estudo do lugar, entendido como núcleo da identidade, vivi a passagem do antes e do depois.

Da situação de vivenciar o lugar como a referência às raízes, passei, nesses 50 anos, à situação de me sentir fora do lugar.

Escrevendo sobre isso cheguei à idéia de que vivemos hoje cada um em seu lugar sem estar em lugar algum.⁸

Quando me refiro ao mito, chama-me a atenção a existência simultânea de pessoas vivendo em duas situações distintas: a daquelas que vivenciam a globalização e a mundialização "de fora" (objetivamente) e daquelas que interiorizaram esse fenômeno (subjetivamente).

Uma análise acurada do cotidiano - e há referências a isso inclusive nos países hegemônicos⁹ - mostra que a globalização e a mundialização são processos, ou tendências, que atingem de modo bastante desigual as pessoas. Por isso mesmo, em função de suas histórias de vida e mentalidades elas reagem de modo não homogêneo aos fenômenos da fragmentação, da desconstrução, do "fim da história", conforme o maior ou menor peso da tradição.

A sociedade global¹⁰ em formação refere-se a um grupo especial de atores, ligados direta ou indiretamente (mas conscientes) às transformações do capitalismo desde os anos 60. A maior parte da humanidade não tem conhecimento ainda do que está ocorrendo, como significado efetivo para si dessas transformações: multidões de excluídos no Terceiro Mundo, milhões de pessoas nos países socialistas existentes (com referência especial à China), crianças, grupos transversos aos parâmetros do sistema mundial¹¹ etc.

⁶ Lyotard, J-F (1989) A condição Pós-Moderna, Gradiva-Publicações Lda., Lisboa.

⁷ Harvey, D. A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural, Edições Loyola, São Paulo.

⁸ Silva, A. C. Da (1989) A Metrópole e as Razões da Razão Técnica, xerox, inédito, São Paulo.

⁹ Connor, S. (1992) Cultura Pós-Moderna. Introdução às Teorias do Contemporâneo, Edições Loyola, São Paulo.

¹⁰ Ianni, O. (1993) A Sociedade Global, 2ª Edição, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

¹¹ Wallerstein, I. (1974) The Modern World System, Academic, New York.

Além disso, a globalização e a mundialização, cujas matrizes são alguns governos e firmas transnacionais, operam em circuitos desconhecidos da maioria da população.

Quero com isso referir-me a dois aspectos da contemporaneidade que suscitam comportamentos diversos: o de resistência às inovações (porque lhes aparecem como fetiches) e, principalmente, o uso que as pessoas fazem delas.

No caso do Brasil, o capitalismo tardio¹² mostra uma sociedade em mudança, num processo em que o capital se defronta com atores ligados à produção (ética protestante) e ao consumo (hedonismo).

No passado recente (pós-segunda guerra mundial) a influência do Estado do Bem Estar Social e do nacionalismo davam ao Estado-Nação um perfil popular que muitas vezes foi confundido com populismo.

Atualmente, destruído o modelo anterior, o país encontra-se ante o dilema de desenvolver-se na lógica da segregação e da exclusão.

O mito configura-se, assim, como a crença na solução dos problemas e como o medo de transformações que não são entendidas pela maioria.

Desse modo, combinam-se nas transformações atuais perversidade¹³ e lógica.

Isto tem relação com a mudança cultural. Ora, mudança cultural significa mudança de valores. Daí a paranóia na modernidade e a esquizofrenia na pós-modernidade.¹⁴

A controvérsia modernidade x pós-modernidade é resultado de um processo cujas estruturas são atuais e nas quais estamos imersos. Daí a dificuldade da análise¹⁵.

Agora, que a massa não é mais um conjunto amorfo embora homogêneo, mas uma reunião de individualidades, qual o perfil da sociedade atual?

O turbilhão¹⁶ do presente torna problemática a questão da legitimação.¹⁷

No cenário hiper-real da globalização e mundialização, que é multiforme, desenha-se um futuro que está contido no inconsciente e na mente

¹² Mandel, E.. (1975) Late Capitalism, NBL/Verso, London.

¹³ Santos, M. (1994) Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico, Editora HUCITEC, São Paulo.

¹⁴ Harvey, D., Idem, Ibidem.

¹⁵ Connor, S., Idem, Ibidem.

¹⁶ Berman, M. (1987) Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade, 2ª reimpressão, Companhia das Letras, São Paulo.

¹⁷ Habermas, J. (1990) O Discurso Filosófico da Modernidade, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

vazia, onde o sistema ainda não penetrou.

Qual a capacidade humana de elaborar uma concepção do mundo, que não seja um simulacro, e que restitua o comando da interação¹⁸ e o si¹⁹ do pós?

.....

A Geografia está agora voltando-se para o cultural e o social.

Ao fazê-lo defronta-se com sua própria imagem. O espelho da natureza²⁰ e da sociedade são virtualidades que os muitos olhares têm que decifrar.

O geográfico constrói-se agora com cada geração universitária que chega à Academia.

O professor situa-se, assim, na posição de aprender e em por em dúvida o que sabe.

Há mais descaminhos do que caminhos.

Na indeterminação do presente a intersubjetividade objetiva-se na tela, onde a imagem aponta o imponderável. Ver e sentir.

Na modernidade a explicação deve vir daí.

Na pós-modernidade a totalidade apresenta-se como desejo.

São Paulo, 04 de março de 1995

¹⁸ Habermas, J., Idem.

¹⁹ Lyotard, J-F, Idem, Ibidem.

²⁰ Rorty, R. (1988) A Filosofia e o Espelho da Natureza, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

CONTEXTOS E CIRCUNSTÂNCIAS: PRINCÍPIO ATIVO DAS CATEGORIAS

NOTAS

Paulo Roberto de Oliveira Rosa¹

As categorias são formas que permitem ou possibilitam uma interpretação mais coerente das contextualizações que circunscrevem o Espaço Geográfico.

Se considerarmos que a Geografia é uma ciência que parte de categoria (forma) para o concreto, ela só existirá se ocorrer a produção por outro ente e não pela Geografia.

Mas se, e somente se, houver observação do/no concreto e daí constituir-se a categoria, teremos então uma originalidade.

O espaço Geográfico diferencia-se do espaço Geométrico, no entanto, aquele está contido nesse, o que o torna um singular nesse, é que a área é um locus que contém elementos cuja interação e intersecção agem e permitem a alimentação de outro sistema ou elemento. Daí, a área deixa de ser área, e passa à categoria lugar, pois já contém em si estímulo de interesse. Um elemento que pode ser um indivíduo migrante chega nesta área e esta contém suprimento. Essa área, então, se torna lugar e permite a produção e reprodução, tornando-se habitat. Este contexto, concreto, já produz a circunstância onde o habitat contém fonte de suprimento e será o elemento de proteção para conservação da vida. Essa circunstância é uma flexão da índole do indivíduo para manutenção de sua sobrevivida, e se traduz pelos laços e relações, com fim de evitar correlações de outros elementos da mesma espécie, e que estejam na migração em busca das mesmas condições. Outros iguais ameaçam a integridade ou integralização do futuro. Dessa ameaça surgem componentes como força, controle, domínio e movimento (trabalho) dando nova condição ao habitat - é denotado como território ou apenas domínio, pois aquele contém o elemento sujeito social, e este, apenas indivíduo natural.

Aí está, o território passa a ser a concretude do ser social, pois é neste que se configura a índole através da topofilia, tendo como resultado o trabalho que já vai além da (re)produção, pois contém em seu âmago, a proteção.

¹ Professor da Universidade Federal da Paraíba

O salto do território para a região já se faz a partir de uma concepção teleológica, onde os lugares territorializados se ligam por laços de profunda semelhança; mas esse elemento semelhança contém uma brevidade maior na região, pois a temporalidade da região é fruto de contingentes circunstanciais ao momento.

Esse momento é o intervalo supremo em que há a concepção do Espaço Geográfico.

A hierarquia das categorias geográficas, seria, então, fruto da concepção mais clássica do método, onde se partiria da observação à forma, e daí, sua dedução.

Historicamente, a Geografia era apenas resultado empírico das caravanas, onde estas foram construindo, a partir das suas observações, a espacialidade geográfica. O Espaço Geográfico, como ente de construção da sobrevida, foi tônica das migrações, ocupações e dominações. Fez-se muros e os derrubou.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA TERRA LIVRE

A Revista Terra Livre receberá para publicação trabalhos originais e inéditos, de preferência escritos em português, sobre assunto de interesse científico e geográfico, sejam ou não os seus autores membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Também são aceitas resenhas de livros.

Os trabalhos enviados serão submetidos a 3 (três) membros do Conselho Editorial para apreciação, cabendo a eles aceitá-los ou rejeitá-los. Antes de qualquer recusa, o Editor entrará em contato com o(s) autor(es) no sentido de viabilizar a publicação.

Cada trabalho deverá vir acompanhado por carta de encaminhamento com nome e endereço do(s) autor(es).

Os direitos autorais dos trabalhos publicados são da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Revista Terra Livre - cabendo ao autor receber 3 (três) exemplares do número da edição que contiver um trabalho de sua autoria.

Os originais devem ser elaborados como se segue:

1. O original deverá ser datilografado em espaço duplo e remetido diretamente ao Editor, acompanhado de duas cópias;
2. O original deve ser encaminhado completo e definitivamente revisto.
3. O original deve ser encaminhado completo e conter um resumo de até 20 (vinte) linhas datilografadas em português e inglês, ou francês. O título do trabalho deverá vir traduzido de acordo com a língua escolhida pelo(s) autor(es). Além do resumo, o(s) autor(es) deverá(ão) apontar os conceitos/temas centrais desenvolvidos. Exemplos: Território, Espaço, Tempo, Método Científico, Geografia Regional, Geomorfologia, Ensino de Geografia no 1º grau etc. .
4. As fotografias, desenhos, gráficos e mapas deverão aparecer no trabalho com a denominação generalizada de figura, numeradas pela ordem de aparição no texto. Somente serão aceitas figuras em preto e branco.
5. As tabelas deverão ser auto-explicativas e numeradas, independentemente das figuras, na ordem de aparição no texto.

6. Tanto as figuras quanto as tabelas deverão ser enviadas à parte, separadas do texto, devendo o(s) autor(es) indicar sua posição no texto.

Exemplo: Inserir Figura 3; Inserir Tabela 2.

7. Só serão aceitas figuras e tabelas cuja arte-final apresentar-se sobre papel vegetal ou papel branco. As figuras e tabelas devem ser previstas para ocupar até 10,5 x 17,0 cm, tamanho máximo na publicação. O Editor tomará providências para os casos que exigem redução. Não serão figuras e tabelas fotocopiadas.

8. As referências bibliográficas ao longo do texto deverão estar entre parênteses, indicando o nome do(s) autor(es), data de publicação e número da página. Exemplos: (SEABRA, 1987:117); (GOLDENSTEIN E SEABRA, 1982:22). As referências também deverão ser relacionadas no final do texto, em ordem alfabética.

Os trabalhos para publicação devem ser remetidos à:

REVISTA TERRA LIVRE - AGB NACIONAL

CAIXA POSTAL 64.525

CEP 05497-970 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

AGB - DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES - REVISTA TERRA LIVRE

Av. Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História

Cidade Universitária

CEP 05508 - SÃO PAULO - SP - BRASIL

Telefone: (011) 818-3758

Esta revista foi composta nas fontes

Times New Roman, Garamond, Copprplgoth BT e Arial.

A impressão foi realizada pela Xamã VM Editora e Gráfica - São Paulo - SP

Estes números 11-12 foram publicados em junho de 1996.

Tiragem: 1.000 exemplares